

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MARIA JOSÉ TORRES HOLMES

**O ENSINO RELIGIOSO NÃO CONFESSIONAL NO CURRÍCULO DA ESCOLA
PÚBLICA DA PARAÍBA SEGUNDO GESTORES E ESPECIALISTAS**

João Pessoa – PB

Maio / 2024

MARIA JOSÉ TORRES HOLMES

**O ENSINO RELIGIOSO NÃO CONFSSIONAL NO CURRÍCULO DA ESCOLA
PÚBLICA DA PARAÍBA SEGUNDO GESTORES E ESPECIALISTAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões – PPGCR, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na linha de pesquisa: Educação e Religião, como requisito institucional para obtenção do título de Doutora em Ciências das Religiões.

Orientador: Prof. Dr. Lusival Antonio Barcellos

Coorientador: Prof. Dr. Élcio Cecchetti

João Pessoa – PB

Maio / 2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

H749e Holmes, Maria José Torres.

O ensino religioso não confessional no currículo da escola pública da Paraíba segundo gestores e especialistas / Maria José Torres Holmes. - João Pessoa, 2024.

228 f. : il.

Orientação: Lusival Antonio Barcellos.

Coorientador: Élcio Cecchetti.

Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Ensino Religioso não confessional. 2. Educação religiosa. 3. Formação inicial e continuada. I. Barcellos, Lusival Antonio. II. Cecchetti, Élcio. III. Título.

UFPB/BC

CDU 37.014.523(813.3)(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

“O ENSINO RELIGIOSO NÃO CONFESSIONAL NO CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA DA
PARAÍBA, SEGUNDO GESTORES E ESPECIALISTAS”

Maria José Torres Holmes

Tese apresentada à banca examinadora formada pelos seguintes especialistas.

Documento assinado digitalmente
 LUSIVAL ANTONIO BARCELLOS
Data: 30/05/2024 07:46:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lusival Antonio Barcellos
(orientador)

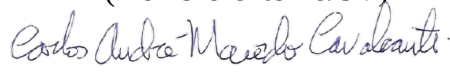
Documento assinado digitalmente
 ELCIO CECCHETTI
Data: 31/05/2024 10:27:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elcio Cecchetti
(membro-externo/UNOCHAPECÓ)


Severino Celestino da Silva
(membro-externo/UFPB)

Documento assinado digitalmente
 VANDERLAN PAULO DE OLIVEIRA PEREIRA
Data: 31/05/2024 22:13:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira
(membro-externo/SV)


Carlos André Macedo Cavalcanti
(membro-interno)

Aprovada em 23 de maio de 2024.

Dedico este trabalho de pesquisa ao meu querido esposo Hédio Holmes, companheiro de longa caminhada, que sempre me apoiou e incentivou quanto aos meus estudos. Aos meus filhos e filhas Hédio Holmes Júnior (*In memoriam*), Hilton Torres Holmes, Heliana Maria T. Holmes, Hamilton T. Holmes e Heloiza Helena T. Holmes, que estão sempre ao meu lado carinhosamente me encorajando e me fortalecendo. Às minhas noras filhas Dolores, Karina e Michelle, aos meus genros Lafayette e João que considero como filho e irmão, pela atenção e carinho. Assim como Salvatore, um filho do coração.

Às minhas netas e netos: Herika Helena, Ravenna, Haíssa, Halane, Helena, Rafael, Hamanda, Hiann Luiz, Higor Davi. Aos netos do coração, Vinícius; José Neto, Rodrigo Roque, Leonardo, Rodrigo; Douglas e Natália. Pela força e ternura que sempre dedicaram a mim. E, portanto, guardo todos e todas dentro do coração.

Os meus amados bisnetos: Mateus Gabriel, João Hédio, Miguel, Hiago, Hiara Eunice, Carlos Hiury, Luiz Henrique, Maria Helena, Maria Julia, Lara, Lucca e a Arya Alexandra (a caminho). Aos bisnetos/a do coração Anieli e Nicolas. Estes e estas que são os anjos de luz em minha vida. Razão do meu viver.

Ao meu cunhado irmão Adalberto e que muito me ajudou quanto aos meus estudos, para que eu chegasse ao topo dos meus sonhos, a Angela minha irmã do coração e concunhada pela nossa amizade fraterna. Enfim todos os meus familiares que residem pelo e fora do Brasil, por nossa amizade tão segura e fraterna.

Ao meu único irmão vivo Assis Pereira Torres, com quem partilho nossos momentos de alegrias e tristezas. Enfim a todos os meus familiares. Longe dos olhos, dentro do coração.

A todos os educadores que lutam pela educação, aos professores de ER da Paraíba. De modo especial a professora Maria Azimar Fernandes e Silva que se dedicou pela implantação e defesa da causa do Ensino Religioso na Paraíba.

(*In memoriam*),

Aos meus saudosos e queridos pais Crispim de Moraes Torres e Raimunda Pereira Torres. Exemplos de vida na educação dos filhos.

Ao meu amado filho Hédio Holmes Júnior, o meu maior incentivador, para continuar nessa caminhada, despertando em mim um grande desafio, para que voltasse aos estudos deixando marcas de saudades.

À minha querida irmã Maria de Nazaré que me ajudou muito na infância e adolescência quanto aos meus estudos. E todos os meus irmãos que partiram desta vida terrena. Só restando mesmo saudades.

Dedico.

ORAÇÃO DE AGRADECIMENTOS POR TUDO NA VIDA

Senhor! Agradeço-te pelo dom da vida, por cada oportunidade que me destes para experimentar novas situações que com o tempo deixou em mim um grande aprendizado por todo o bem e as dificuldades que vivi em toda minha vida.

O universo tem sido bom para mim Senhor Deus! Enchendo-me de infinitas alegrias e momentos difíceis que marcaram o meu passado, deixando uma lição de vida no presente e um aprendizado para o meu futuro próximo. Por isso nunca me canso de te colocar no meu coração e agradecer-te por tudo que tenho e por tudo que sou.

Tenho sido abençoada por estar onde estou, e por alcançar o que tenho hoje! E te agradeço pelos amigos e amigas que encontrei nesta caminhada. Tenho certeza que foram anjos que me enviaste para me ajudar. Uns já partiram. Outros ainda continuam comigo. Entre estes incluo minha família.

Mais importante ainda, sou grata por ter a alegria de ter uma família que sempre participou da minha vida, que sempre me acompanha nos momentos alegres e difíceis. Uma família linda e abençoada! Formada pelo esposo, filhos/as, netos/as e bisnetos/as “meus anjinhos de luz” que Deus me deu para dar mais sentido à minha vida. Por tudo, te dou graças. Amém!

Gratidão! Gratidão! Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pelo dom da vida, pela força que sempre existiu dentro de mim, que sempre me amparou nas horas mais difíceis.

A toda minha “Grande Família”, pela disponibilidade em colaborar comigo, nas horas que preciso. Principalmente ao meu amado esposo Hélio Holmes quanto a sua compreensão dos momentos de ausência, quando saía para desenvolver este estudo, no campo da UFPB, assim como, nas visitas às escolas em evidência. Este que sempre me incentiva.

Ao amado e querido Prof. Lusival Antonio Barcellos, o grande incentivador responsável pelo percurso deste curso de Doutorado, quando já não pensava mais em prosseguir, este que se disponibilizou em ser o meu orientador. Pelo carinho que tem com seus orientandos, demonstrando uma maneira cuidadosa de compromisso, zelo e de amor pelo outro, numa atitude de alteridade e humildade. Filho! Sim, filho! Tens a idade cronológica de ser meu filho. Não tenho palavras suficientes para te agradecer. Tens um grande gesto de amor, sabes por quê? És aquele que se senta no chão para dialogar com todos e todas que escolhem a tua disciplina. Toda minha gratidão... Fui escolhida por ti, jamais, esquecerei isto. Pois diante de tudo eu só tenho a te dizer. GRATIDÃO PROFESSOR...

Aos professores: Neide Miele e Carlos André Cavalcanti, grandes orientadores nesta Pós-Graduação, que nunca mediram esforços em servir, demonstrando grande responsabilidade, compromisso e carinho ao longo destes cursos, com todos os cursistas.

Aos professores ministrantes, que no limiar deste Curso do PPGCR, deram grandes contribuições: Fabrício Possebon, Maria Otília, Simone Maldonado, Maristela, Vaz Neto, Ana Coutinho, Severino Celestino, Berta Kluppel, Maria Eulina e tantos outros que sempre nos atenderam com dedicação, abertura e muito diálogo. À minha dedicada e inesquecível Professora Glória das Neves Dutra Escarião, minha orientadora no Mestrado, nos períodos de 2008 – 2010.

Aos Professores convidados para banca de defesa desta Tese: Prof. Dr. Carlos André Cavalcanti, Prof. Dr. Elcio Cecchetti Coorientador, Prof. Dr. Severino Celestino, Prof^a. Dr^a Lilian Blanck de Oliveira e Prof. Dr. Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira, pela grandeza de seus compromissos à frente do Ensino Religioso e da Educação. Assim como da História.

A todos os/as Professores que ministraram aulas para este Curso de Doutorado em CR do período 2019.1 a 2023, Prof^a. Dr^a Dilaine Sampaio, Prof^a Dr^a Fernanda Lemos, Prof. Dr. Gilbraz Aragão, Prof. Dr. Gustavo César Ojeda Baez, Prof^a Dr^a Maria Lucia Abaurre, Prof. Prof. Dr. David Pessoa de Lira; Prof. Dr. Thiago Antonio Avellar de Aquino, Prof. Dr. Lusival

Antonio Barcellos e Prof. Dr. Carlos André Cavalcanti. Estes que muito contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional neste Curso de Doutorado.

Aos Educadores Doutorandos Prof. Alysson Brabo Antero; Prof. Dr. Daniel Marcos Gomes de Lelis; as educadoras. Prof^a. Dr^a. Eliane Silva de Farias Barcellos e a Doutoranda Nelma Rejane Olinto de Oliveira Pereira que deram grandes contribuições no decorrer desta pesquisa, não somente com críticas positivas como também citando exemplos de vida, com sugestões para este componente curricular do ER no espaço escolar.

Aos dedicados professores, Élio Pirinelli (de Italiano) e Thayse Silva da Rocha Dias (de Inglês) responsáveis pela tradução do resumo desta tese.

Pela recepção das equipes gestora e pedagógica das instituições de Ensino Fundamental, das Redes Estadual e Municipal da Paraíba. Estes e estas que foram os atores e atrizes principais desta pesquisa, que se prontificaram em colaborar com este estudo com muita cordialidade e, que tiveram papel fundamental para que este trabalho se concretizasse. Destarte da Rede Estadual são: Prof^a Gestora, Maria José Figueiredo da Escola Estadual Francisco Campos. Prof^a Gestora Gilcélia da Escola Estadual Maria de Fátima Souto. Professor Gestor Rosil da Silva Gomes e Coordenadora Pedagógica Marcilene Bento de Lima, da Escola Estadual Antenor Navarro (Guarabira). Prof^a Gestora Micaelle Lima Pereira e Prof^a Supervisora Giovanna Cristina Januário Alves da Escola Estadual Prof^a Luzia Simões Bartollini.

Da Rede Municipal: Prof^a Gestora Maria da Luz Figueiredo de Albuquerque e Prof^a Supervisora Maria Leonice Fernandes, da Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Lions Tambaú. Prof^a Gestora Maria do Socorro Ferreira Lopes e Prof^a Gestora Pedagógica Suênia França de Oliveira, e a Supervisora Maria José Pires da Escola Municipal Deputado Fernando Paulo Carrilho Milanez. Prof^a Gestora Jandira Pontes Moraes de Sousa e Prof^a Supervisora Joelma da Silva da Escola Municipal Quilombola Prof^a Antonia do Socorro Silva Machado. Prof^a Gestora Tamara Rodrigues da Silva e Professor Coordenador Pedagógico Daniel Santana Neto da Escola Municipal Indígena de Ensino Fundamental Maria das Dores Borges (Baía da Traição).

Estes e estas que foram incansáveis no pronto atendimento da solicitação de responder os questionários. Permitindo-me ainda conhecer todo espaço escolar na sua funcionalidade, respondendo a todas as perguntas que se faziam quanto ao funcionamento destas Instituições.

Ao Professor Gerson da Silva Ribeiro, Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde e Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Médicas, ambas as funções da UFPB, pela sua generosidade e atenção.

Aos meus queridos professores de ER, companheiros de longas caminhadas que no decorrer deste curso prestaram e deram um grande apoio e incentivo demonstrando espírito de

companheirismo, solidariedade e atenção. Aos colegas do Curso de Doutorado em Ciências das Religiões, que sempre demonstraram um espírito de companheirismo, amizade, fraternidade e sabedoria. Pela luta incansável da Professora Maria Azimar Fernandes e Silva, pelo espírito de liderança e defesa dessa causa à frente do Ensino Religioso.

Ao grupo de pesquisa Formação, Identidade, Desenvolvimento e Liderança (FIDELID), da UFPB, pelos 14 anos de participação desde o início, grupo onde participei ativamente da Formação de Professores de ER, juntamente tendo à frente dessa liderança os Prof. Dr. Marinilson Barbosa da Silva e a Prof^a Dr^a Glória das Neves Dutra Escarião e posteriormente a Prof^a. Dr^a. Danielle Ventura de Lima Pinheiro. Relembrando dos momentos de estudos da Formação Continuada em prol do ER.

A toda equipe da Editora e Livraria Paulinas, um local sagrado para as reuniões e Formação Continuada, uma parceria que sempre se disponibilizou para que tudo ocorresse da melhor forma possível, a quem merece todos os nossos aplausos. Estes representados na gerência desta Loja: nas pessoas de Vanderlan Pereira e Nelma Pereira, posteriormente à Lilliam Freire e Vlademir, por suas generosidades em servir aos outros/as.

À SEDEC pela atenção, compreensão, carinho e incentivo, quanto ao ER na rede municipal de ensino, quanto à Formação Continuada. Lugar onde iniciei toda minha trajetória quanto ao Ensino Religioso Não Confessional.

Aos jovens, Mateus Gabriel (bisneto) e Anieli Silva, bisneta do coração colaboradores, quanto à digitação e leitura em parte desta pesquisa, juntos a esta pesquisadora. Assim como a minha neta (filha) Helena Holmes pelo apoio e compreensão e colaboração. Enfim a todos e todas da minha grande família que se dispusera em colaborar comigo, colocando cada tijolo para solidificar esta construção.

A todos os integrantes do FONAPER, equipe sempre presente pela luta e defesa do Ensino Religioso não confessional por este Brasil afora e até mesmo no exterior. Estes, e estas que iniciaram tais como: Maria Azimar, Sergio Junqueira, Carmem Viesser. Além de Adecir Pozzer; Elcio Cecchetti; Simone Riske Koch; Gracileide Alves; a minha querida Lilian Blank de Oliveira e tantos outros que ainda continuam atuando, até mesmo os que, já partiram desta caminhada, como os saudosos professores Remi Klein-RS e José Sousa-PA (*In memoriam*).

A todos os professores, pelos quais me ensinaram desde o mais simples A; B; C..., na minha infância. Maria Isabel Ribeiro; Maria Dulcinéia; Diretora Laudelina Bastos que por falta de professora, se tornou minha professora no terceiro ano. Maria Amélia Pereira 4º ano que me preparou para o Exame de Admissão.

Foram as essas e esses educadores que me promoveram até chegar ao Curso Ginásial, mestres e mestras como as Irmãs Dedi, Genilda, Joaninha e Santana. Frei Ivo e Frei João e

Maria Isabel Ribeiro. Esta última que foi minha professora de História nos 1º anos do primário e do ginasial.

À Profª. Mestra Nathalia Alves, pela sua delicadeza; competência e dedicação na correção da escrita desta tese, tudo de acordo conforme as normas da ABNT. (GRATIDÃO).

No Hinduísmo, a maturidade é a libertação dos desejos e das tendências egoístas que afastam a pessoa da virtude e a torna dispersa e infeliz.

No Budismo, é a conquista de um estado de paz e concentração, capaz de ver a si mesmo e aos semelhantes à luz da verdade.

No Jainismo, é a prática da não violência e o respeito a todo ser vivo.

No Islamismo, é a docilidade ao querer de Deus e a solidariedade com os necessitados.

No Judaísmo, é a veneração da Lei, que ensina o amor a Deus e aos Irmãos.

No Cristianismo, é a prática do amor e da justiça, conforme o ensinamento de Jesus Cristo.

Nas aldeias indígenas, é o elo com os antepassados, a reverência à natureza que é sinal do Criador, o cuidado das crianças e a guarda das tradições sagradas.

Na tradição africana Yorubá, é a veneração aos orixás, à natureza e a todos os seres vivos.

Na tradição Bantu: é a geração e os cuidados dos filhos e a comunhão com o Criador, com os antepassados e com o grupo familiar.

Entre os ciganos é a veneração pelas tradições dos antepassados, a liberdade de caminhar à procura de melhores condições de vida, a partilha dos bens e do alimento. (Carniato)¹

¹ Maria Ines Carniato. Autora da Coleção de Ensino Religioso Ensino Fundamental. (2010)

RESUMO

Esta tese tem como título: O Ensino Religioso Não-Confessional no Currículo da Escola Pública da Paraíba, segundo Gestores e Especialistas. Sua interface com o Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER), num diálogo com a diversidade cultural religiosa, favorece a abrangência do conhecimento religioso, enquanto objeto de estudo deste componente curricular, pela valorização do fenômeno religioso e das tradições culturais religiosas. Traz como objetivo geral: analisar a compreensão dos gestores, coordenadores pedagógicos e especialistas das escolas públicas da rede de ensino da Paraíba, acerca da importância do Ensino Religioso não confessional, no currículo das escolas estaduais e municipais. Apresenta como objeto de estudo o ensino religioso não confessional em oito (8) escolas públicas municipais e estaduais da Paraíba. Está alicerçada em autores como Barcellos e Farias, Campos, Eliade, Figueiredo, Freire, Otto, Oliveira *et al.*, entre outros. Assim como Moscovici com a Representação Social, fundamental para a pesquisa de campo. Vale ressaltar também os estudos sobre a legislação vigente, como as Constituições Brasileiras de 1824 e 1988, as Leis de Diretrizes e Bases (LDB): 4020/1961; 5672/1971 e 9394/1996, as Resoluções e Pareceres: nº 2/1998; 4/2010; 7/2010 e a 5/2018, além da BNCC nas três versões: 2015; 2016 e 2017, assim como a Proposta Curricular da Paraíba (PCPB). A abordagem é qualitativo-comparativa, que inicia com uma pesquisa bibliográfica minuciosa e adentra num estudo de caso, exploratório e descritivo, realizada em escolas públicas, sendo 4 municipais e 4 estaduais. Os instrumentos de pesquisas utilizados foram a observação, o diário de campo, o questionário e a entrevista semiestruturada participante. Os resultados revelam dados interessantes para contribuir com a Formação Inicial e Continuada dos Professores de Ensino Religioso, assim como, fornecer dados consistentes que favoreçam a construção de um plano estratégico para a oferta de políticas públicas desse componente curricular nos Sistemas de Ensino Brasileiro Público e/ou Privado.

Palavras-chave: Ensino religioso não confessional; currículo; formação inicial e continuada.

ABSTRACT

This Thesis is titled Non-Confessional Religious Education in the Curriculum of Public Schools in Paraíba, according to Education Managers and Specialists. Its interface with the National Permanent Forum of Religious Education (FONAPER) and its dialogue with religious and Cultural Diversity favors the interpretation of Religious knowledge as the object of study of this curricular subject by valuing the Religious phenomenon of Religious Cultural Traditions. The main objective is to analyze the comprehension of educational managers, pedagogical coordinators, and specialists from public schools in the Educational System of Paraíba about the importance of non-confessional Religious Education in the curriculum of state and municipal schools. The object of this study is the development of this subject in eight (8) Public Schools in Paraíba. Therefore, the methodological framework and theoretical basis of bibliographical research include authors such as Barcellos and Farias, Campos, Eliade, Figueiredo, Freire, Otto, Oliveira *et all*, among others. Just like Moscovici with Social Representation, fundamental for field research. It is necessary to mention works on current Legislation, Brazilian Constitutions from 1824 to 1988, and Educational Laws (LDB). The first: 4020/1961; the second: 5672/1971; the third: 9394/1996, in addition to the Common National Curriculum Base (BNCC) in its three versions: 2015, 2016, and 2017, as well as the Curricular Proposal of Paraíba (PCPB). The approach is qualitative-quantitative-comparative, starting with a detailed bibliographical survey and moving on to an exploratory and descriptive case study, carried out in four(4) municipal and four (4) state schools. The research tools used were observation, a field diary, a questionnaire and a semi-structured participant interview. The results reveal interesting data to contribute to the Initial and Continuing Education of Religious Education Teachers, as well as providing consistent data that favors the construction of a strategic plan for the provision of public policies for this curricular component in the Brazilian Public and/or Private Education Systems.

Keywords: Non-Confessional Religious Education; Curriculum; Initial and Continuing Training; Secularism.

RIEPILOGO

Questa tesi è intitolata: L'insegnamento Religioso Non Confessionale nel Curricolo della Scuola pubblica della Paraíba, secondo i Gestori e gli Specialisti. La sua interfaccia con il Forum Nazionale Permanente per l'Insegnamento Religioso (FONAPER), in un dialogo con la diversità culturale religiosa, favorisce la comprensione del sapere religioso, come oggetto di studio di questa componente curricolare, valorizzando il fenomeno religioso e le tradizioni culturali religiose. Il suo obiettivo generale è quello di: analizzare la comprensione dei gestori, dei coordinatori pedagogici e degli specialisti delle scuole pubbliche della rete scolastica della Paraíba, sull'importanza dell'*ER* [Insegnamento Religioso] non confessionale nel curriculum delle scuole statali e municipali. L'oggetto di studio è: l'insegnamento non confessionale nelle scuole pubbliche municipali e statali della Paraíba. Si basa su autori come Barcellos e Farias, Campos, Eliade, Figueiredo, Freire, Otto, Oliveira *et alii*. Così come Moscovici con la Rappresentazione sociale, che è stata fondamentale per la ricerca sul campo. Vale la pena menzionare pure gli studi sulla legislazione vigente, come ad esempio: le Costituzioni brasiliane del 1824 e 1988, le Leggi sulle Diretrici e Basi (LDB): 4020/1961; 5672/1971 e 9394/1996, le Delibere e i Consigli: n° 2/1998; 4/2010; 7/2010 e 5/2018, oltre alla BNCC nelle sue tre versioni: 2015, 2016 e 2017, nonché la Proposta Curriculare della Paraíba (PCPB). L'approccio è qualitativo-quantitativo-comparativo, che comincia con una ricerca bibliografica meticolosa per poi addentrarsi in uno studio di caso, esplorativo e descrittivo, svolto in scuole pubbliche, di cui (4) quattro sono municipali e (4) quattro statali. Gli strumenti di ricerca utilizzati sono stati l'osservazione, il diario sul campo, il questionario e l'intervista semi-strutturata partecipante. I risultati rilevano dati interessanti che contribuiscono alla Formazione Iniziale e Continua dei docenti dell'Insegnamento Religioso, nonché a fornire dati consistenti che favoriscano la costruzione di un piano strategico per l'erogazione di politiche pubbliche di questa componente curricolare nei Sistemi dell'Istruzione Brasiliana Pubblica e/o Privata.

Parole chiavi: Insegnamento religioso non confessionale; curriculum; formazione iniziale e continuata.

LISTAS DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AC – Estado do Acre
AM – Estado do Amazonas
AP – Estado do Amapá (Antigo Território de Amapá)
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AT – Antigo Testamento
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CA – Central de Aulas
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB – Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
CE – Centro de Educação
CE – Estado do Ceará
CCHLA – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
CMC/PB – Conselho Municipal de Cabedelo Paraíba
CME/JPPB – Conselho Municipal de Educação de João Pessoa/Paraíba
CONSEPE – Conselho de Ensino de Pesquisa e Extensão
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CP – Conselho Pleno
CREI – Centro de Referência de Educação Infantil
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNER – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Religioso
DEGEF – Diretoria de Ensino, Gestão e Escola de Formação.
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EEFPPB – Escola Estadual de Ensino Fundamental da Paraíba
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental de João Pessoa
ES – Estado do Espírito Santo
ER – Ensino Religioso
FIDELID – Formação Identidade Desenvolvimento Liderança
FONAPER – Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso
FURB – Instituição de Ensino Superior Pública Blumenau - SC
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IETA – Instituto de Educação do Território do Amapá
IES – Instituição de Ensino Superior
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MT – Estado do Mato Grosso do Sul
MG – Estado de Minas Gerais
NC – Níveis de Conhecimentos
PA – Estado do Pará
PE – Estado de Pernambuco
PB – Estado da Paraíba
PCCR – Plano de Cargos Carreira Remuneração
PCNER – Parâmetros Curriculares de Ensino Religioso
PCPB – Proposta Curricular da Paraíba
PPGCR – Programa de Pós-Graduação de Ciências das Religiões
PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa / P
PR – Estado do Paraná
PPP – Projeto Político Pedagógico
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SC – Estado de Santa Catarina
SE – Estado de Sergipe
SP – Estado de São Paulo
RJ – Estado do Rio de Janeiro
RN – Estado do Rio Grande do Norte
RS – Estado do Rio Grande do Sul
SEDEC – Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa/ PB
SEC – Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba
TCC – Trabalho e Conclusão de Curso
UEA – Universidade Estadual do Amazonas
UEPA – Universidade Estadual do Pará
UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

LISTAS DE IMAGENS

1. Rio Peixe Boi antigo - IBGE	23
2. Rio Peixe Boi balneário atual.....	23
3. Estrada de Ferro Belém-Bragança.....	23
4. Bragança às margens do Rio Caeté.....	23
5. Grupo Escolar Monsenhor Mâncio Ribeiro (1929- 2008). Atual (Liceu de Música de Bragança) – PA.....	24
6. Igreja de São Francisco Capuchinhos. Área externa – Belém/PA.....	30
7. Igreja de São Francisco Capuchinhos Altar – Belém PA.....	30
8. Comemoração do enlace matrimonial em casa (1959).....	30
9. Homenagem Hélio Jr (in memoriam).....	33
10. Homenagem Hélio Jr aos dois anos de idade	33
11. Convite da Celebração das Bodas de ouro com fotos do casamento (2009).....	43
12. Bodas de Ouro com neto e netas.....	43
13. Bodas de Diamante Celebração (2019).....	44
14. O Debut do PPGCR.....	81
15. Imagem dos Cursos de Licenciaturas em Ciência(s) da(s) Religião (ões) no Brasil.....	139
16. Foto da Escola Municipal Lions Tambaú.....	164
17. Foto da Escola Municipal Deputado Fernando Paulo Carrilho Milanez.....	166
18. Foto da Escola Municipal Quilombola Antônia do Socorro Machado.....	167
19. Foto da Escola Municipal Indígena Maria das Dores Borges.....	168
20. Foto da Escola Estadual Francisco Campos.....	171
21. Foto da Escola Estadual Antenor Navarro.....	172
22. Foto da Escola Estadual Maria de Fátima Souto.....	173
23. Foto da Escola ECI Luzia Simões Bartollini.....	174

LISTA DOS QUADROS DEMONSTRATIVO

1. A visão dos estudantes sobre o ER (2006).....	65
2. Árvore do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões.....	84
3. Teses e Dissertações sobre o Ensino Religioso na UFPB/PPGCR.....	85
4. Percentual de Dissertações e Teses sobre o ER período 2007- 2023.....	89
5. Mapa do Ensino Religioso nas três Leis de Ensino (LDB.....	93
6. Mapa das Constituições do Brasil.....	93
7. Mapa dos Artigos do Ensino Religioso nas Constituições Brasileira.....	96
8. Primeiro Modelo do ER Ciências das Religiões.....	98
9. Segundo Modelo do ER Ciências das Religiões.....	99
10. Terceiro Modelo do ER Ciências das Religiões.....	100
11. Ensino Religioso na 1º versão da BNCC 2015.....	119
12. Ensino Religioso na 2º versão da BNCC 2016.....	120
13. Ensino Religioso na 3ª versão da BNCC 2017.....	121
14. Descritores da busca de licenciaturas de Ciência(s) da(s) Religião (ões).....	140
15. Dados pessoais da equipe gestora.....	161
16. Dados pessoais da equipe gestora: Formação acadêmica e Pós-Graduação.....	162
17. Demonstrativos das Escolas pesquisadas.....	163
18. Equipe Gestora: Dados Profissionais.....	176
19. Equipe Gestora: Dados Pedagógicos.....	178
20. Visão e avaliação da Equipe Gestora sobre docentes e discentes e Especialistas.....	180
21. Conhecimentos da equipe gestora dos documentos que regem o ER nas escolas.....	182
22. Dados pessoais da equipe pedagógica: sexo; tempo de atuação, função e religião.....	187
23. Dados da formação acadêmica da equipe pedagógica.....	188
24. Dados profissionais da equipe pedagógica.....	189
25. Dados de conhecimentos sobre a documentação do ER, pela equipe pedagógica.....	191
26. Avaliação da equipe pedagógica sobre os/as discentes, docentes e equipe gestora.....	194
27. Autoavaliação e conhecimentos da equipe pedagógica sobre o trabalho docente.....	196

SUMÁRIO

1 SUBMERGINDO NO ENSINO RELIGIOSO NÃO CONFSSIONAL	21
1.1 ESCRIVENDO A HISTÓRIA DE VIDA DO MITO DE AIRAM.....	21
1.1.1 O imaginário de Airam	21
1.1.1.1 A mudança de cidade, a vontade de estudar e a escola.....	23
1.1.1.2 Sonhos & sonhos.....	25
1.1.2 De sonhos à realidade.....	27
1.1.2.1 A constituição da família: estudo, alegria entre medo e desconfiança.....	28
1.1.2.2 Momentos inesquecíveis: preparativos para o casamento.....	29
1.1.3 Frutos do Amor: momentos de alegria e tristeza.....	30
1.1.3.1 As aventuras das viagens, família, perdas e trabalhos.....	33
1.1.3.2 O percurso de dez anos fora dos estudos entre afazeres domésticos & renda.....	34
1.1.4 Sonho realizado: à volta aos estudos entre, dificuldades, perdas e alegrias.....	35
1.1.4.1 Do Ponto de vista profissional: Escolas por onde Airam atuou.....	36
1.1.5 A vida acadêmica: um sonho realizado entre alegrias e tristeza.....	38
1.1.5.1 Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa-PB e outras SEC.....	39
1.1.5.2 Epílogo: momentos marcantes.....	42
1.2 APROXIMAÇÃO DA PESQUISADORA COM O ENSINO RELIGIOSO.....	44
1.2.1 O delineamento da pesquisa.....	45
1.2.2 Uma proposta norteadora.....	47
1.2.3 Universo da pesquisa.....	48
1.2.4. Critérios utilizados para as escolhas das escolas e entrevistados/as	49
1.2.5 Os participantes da pesquisa.....	49
1.2.6 As técnicas aplicadas.....	49
1.2.7 Panorama dos capítulos.....	50
2 CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES E ENSINO RELIGIOSO.....	53
2.1 CURSO DE CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES NA UFPB.....	53
2.1.1 O histórico do Curso de Ciências das Religiões na UFPB	53
2.1.2 A tomada de decisão entre o gestor: estadual e federal.....	55
2.1.3 Especialização: marco na existência do PPGCR; esperança e realidade 2005.....	57
2.1.4 Diálogos: uma atitude entre altivez, coragem e ousadia.....	60
2.1.5 O resultado do primeiro curso de especialização de Ciências das Religiões.....	62
2.1.6 Mestrado em Ciências das Religiões: uma conquista da UFPB em 2007.....	66
2.1.7 A implantação do curso de licenciatura de Ciências das Religiões (2009).....	70
2.1.8 A implantação do curso de Bacharelado de Ciências das Religiões (2011).....	73
2.1.9 O doutorado em Ciências das Religiões, uma realização na UFPB (2015).....	75
2.1.10 Os primeiros escritos pedagógicos do PPGCR e suas relíquias.....	76
2.1.11 O debut do curso de Ciências das Religiões – PPGCR em diversas visões.....	78
2.1.12 A construção da árvore do PPGCR/UFPB.....	81
2.1.13 Dissertações e teses do PPGCR/UFPB sobre Ensino Religioso.....	82
2.2 ENSINO RELIGIOSO, FONAPER E AS MUDANÇAS DE PARADIGMAS.....	86
2.2.1 O retrato das constituições do Brasil: quadros históricos das leis.....	89

2.2.2 Os três modelos de ensino religioso e suas premissas.....	93
2.2.3 Ciência(s) da(s) religião (ões) e Ensino Religioso na diversidade cultural religiosa.....	97
2.2.4 Ensino Religioso, Intolerância Religiosa e Direitos Humanos.....	100
2.2.5 O Ensino Religioso para o sentido da vida na promoção da paz.....	105
2.2.6 Ensino Religioso na busca do sagrado e na construção da cidadania.....	108
2.3 A TRAJETÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NA BNCC.....	110
2.3.1 As diversas versões da BNCC para o Ensino Religioso.....	114
2.3.2 As Unidades Temáticas da BNCC para o Ensino Religioso.....	118
2.3.3 Primeira Unidade Temática: identidades e alteridades.....	119
2.3.4 Segunda Unidade Temática: as manifestações religiosas.....	121
2.3.5 Terceira Unidade Temática: crenças religiosas e filosofias de vida.....	124
2.4 BASE LEGAL DO ENSINO RELIGIOSO.....	126
2.4.1 O Ensino Religioso na Resolução Nº 2 CNE/ CEB, 1998.....	127
2.4.2 O Ensino Religioso na Resolução Nº 4 CNE/CEB, julho de 2010.....	129
2.4.3 O Ensino Religioso na Resolução Nº 7 CNE/CEB, dezembro de 2010.....	130
2.4.4 As DCNs da Licenciatura em Ciências da Religião.....	131
2.5 CURSOS DE LICENCIATURAS E BACHARELADOS EM CIÊNCIAS DA(S) RELIGIÃO (ÕES).....	134

3. A VISÃO DA EQUIPE GESTORA E PEDAGÓGICA SOBRE O ER NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA PARAÍBA.....139

3.1 OS FUNDAMENTOS PARA A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO OLHAR DE ALGUNS TEÓRICOS.....	141
3.2 O DIÁLOGO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO: TEÓRICOS E EDUCADORES.....	144
3.2.1 Dialogando com os teóricos sobre as escolas envolvidas.....	148
3.2.2 Roda de conversas com os educadores entrevistados sobre o ER na escola.....	150
3.3 OS DIVERSOS OLHARES DE AUTORES SOBRE A ESCOLA E O ENSINO RELIGIOSO.....	152
3.3.1 Análise da pesquisa de campo focando a visão da equipe gestora das escolas.....	153
3.4 O PERFIL DAS ESCOLAS PESQUISADAS.....	156
3.4.1 Escola Municipal Lions Tambaú.....	157
3.4.2 EMEF em Tempo Integral Deputado Paulo Fernando Carrilho Milanez.....	159
3.4.3 Escola Municipal Quilombola Antônia do Socorro Silva Machado.....	160
3.4.4 Escola Municipal Indígena Maria das Dores Borges.....	162
3.4.5 Escola Estadual de Ensino Fundamental II Francisco Campos.....	164
3.4.6 Escola Estadual Antenor Navarro de Guarabira.....	165
3.4.7 Escola Estadual de Ensino Fundamental Profª. Maria de Fátima Souto.....	166
3.4.8 Escola Cidadã, Integral, Estadual Profª. Luzia Simões Bartolini.....	167
3.5 IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO PERFIL DOS GESTORES.....	169
3.5.1 Dados Profissionais da equipe gestora.....	170
3.5.1.1 Conhecimentos da equipe gestora sobre a legislação e outros documentos do ER...171	
3.5.1.2 Avaliação da equipe gestora sobre os discentes, docentes e especialistas.....173	
3.5.1.3 Conhecimentos da equipe gestora sobre outros documentos que fundamentam o ER.....175	

3.6 OPINIÕES DOS EDUCADORES SOBRE AS DIFICULDADES DO ER NAS ESCOLAS.....177

3.6.1 Pesquisa realizada com especialistas e coordenadores pedagógicos.....179

3.6.2 Os dados pessoais da equipe pedagógica.....179

3.6.2.1 Formação acadêmica da equipe pedagógica.....181

3.6.2.2 Dados profissionais da equipe pedagógica.....181

3.6.2.3 Os Conhecimentos da equipe pedagógica sobre os documentos legais do ER.....183

3.6.2.4 Parecer da equipe pedagógica sobre as equipes discentes, docentes e gestora.....186

3.6.2.5 Autoavaliação da equipe pedagógica sobre a sua função na escola em que atua.....188

3.7 POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE A PESQUISADORA E OS ENTREVISTADOS....190

4 CONTORNOS FINAIS.....195

REFERÊNCIAS.....201

APÊNDICES.....210

ANEXOS.....225

1 SUBMERGINDO NO ENSINO RELIGIOSO NÃO CONFESSIONAL

Quem se propõe a fazer um estudo científico precisa sempre estar desarmado de etnocentrismos e de preconceitos. Uma análise que se pretende científica não pode estar carregada de juízos de valor nem acompanhada de atitude de desprezo em relação ao diferente. (Oro, 2013, p.25).

Este capítulo está subdividido em duas partes: 1) memorial sobre o Mito de Airam: uma história de vida de uma menininha sonhadora; 2) aproximação da pesquisadora com o ER.

1.1 ESCRIVENDO A HISTÓRIA DE VIDA DO MITO² DE AIRAM

Este mito apresenta a história de vida familiar, acadêmica e profissional de Airam. Por que o mito de Airam?

É a história de vida de uma menininha muito tímida e muito franzina, mas, muito sonhadora e esperta, que desde pequena já tinha uma imaginação fértil, mas que gostava muito de brincar com as coisas que a vida oferece, porque não tinha brinquedos e seus pais, nem posses tinham para lhe presentear.

Amava ajudar o próximo apesar de fazer parte de uma família muito humilde, só pensava no melhor para sua família. Airam é o seu nome, uma menina muito determinada em tudo que ia fazer.

1.1.1 O imaginário³ de Airam

². **Conceito de mito.** Do grego *mithos*: palavra, mensagem, desígnio. Conceito e gênero literário muito estudado pela filosofia, pela linguística, pela literatura e pela história das religiões. Os mitos orientam a atividade do “homo religiosus”, dando-lhe uma mensagem normativa. Mantém sua consciência de divino. Há muitas definições de mito: “Representação simbólica contínua de vários significados e em vários níveis”. “Operação da imaginação ingênua sobre os dados da experiência”. E outra. A essência do mito parece estar numa referência a um Arquétipo dá poder e eficácia a ação humana. Esse arquétipo apresenta-se como um modelo primordial que tem sua origem no mundo sobrenatural. O homem, por sua vez, procura realizar este modelo sobre a terra. O mito – os mitos – encontram-se em todas as culturas e religiões. Apresentam-se também sob mil formas – narrações, contos e lendas – e abrangem todas as etapas do pensamento do homem. O mito não é exclusivo do povo primitivo. Pela sua universalidade é a resposta às perguntas mais graves e profundas: origem do homem, seu destino, o mundo, o além. (Santidrián, 1996, p. 342, 343).

³. **Conceito de imaginário social.** O imaginário social surge em um contexto sócio-histórico-cultural e influencia decisivamente as relações sociais e é determinante para o ensino-aprendizagem, com significação e simbologia imaginária. Mas sabemos que o processo educativo demanda e muita atualização, as práticas pedagógicas são reinventadas e criando novas maneiras de ensinar e aprender, o professor necessita se atualizar sempre. A importância de uma educação interdisciplinar e multidisciplinar que atenda a nova realidade educacional de globalização de saberes. O processo educativo necessita de muita atualização, os métodos estão em constante evolução e melhorando as práticas pedagógica e nova maneira de ensinar e aprender é necessário o empenho de todos para tornar a educação excelente nesse país. O professor precisa ter uma mente aberta e deve se aliar as transformações tecnológicas de forma a beneficiar suas aulas, aprimorando as práticas metodológicas que promovam o processo de ensino-aprendizagem. Fonte: disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/imaginario-social>. “A Importância do Imaginário Social para a construção das práticas de ensino e aprendizagem contemporâneas”. 31/05/2024 as 10:00 horas.

Filha de pais pobres e bem humildes, os quais não tinham recursos. Sua mãe analfabeta, mas muito guerreira, determinada e corajosa, que se chamava Adnumiar. Além de dona de casa trabalhava como lavadeira para ajudar no sustento da casa. Seu pai, o senhor *Mipsirc* estudou somente até o 3º ano primário. Porém, ambos sempre lutaram com suas dificuldades para que seus filhos estudassem.

Estes eram seus sonhos. Diziam eles: “Queremos deixar para vocês aquilo que as circunstâncias nos privaram de fazer”. Quando falavam isso, significava que não tiveram oportunidades de estudar. Apesar de pouco estudo, mas, bastante inteligentes, religiosos e de uma educação familiar ímpar.

Eram colonos que viviam da caça e da pesca, que moravam num sítio denominado “Sítio da Esperança” no meio da mata, uma terra ofertada pela própria natureza. Sua praia eram os igarapés, com bastante água doce e corrente, onde tomavam banho, lavavam roupas e ainda bebiam e cozinham com aquele líquido de águas cristalinas, que corriam na mansidão da paz que ora se confundia com a sombra das árvores e o dourado dos raios da luz do Sol.

O riacho ficava cheio piabas, peixinhos que brincavam e pareciam sorrir entre as crianças, que por outro lado, era também o local da diversão dessas crianças e ao mesmo tempo local de mulheres lavadeiras, enquanto as crianças brincavam, horas e horas, elas trabalhavam.

Na volta para casa, seus irmãos maiores carregavam o barril rolando pela trilha, cheio de água para os afazeres domésticos, incluindo para beber e preparar os alimentos. Este era o cotidiano desta família, assim como de outras.

Entre essas lavadeiras estavam a mãe de Airam, que andava quilômetros para fazer a entrega das roupas que lavava. Ela recebia como pagamento, alguns alimentos pela troca do trabalho. Essa menininha apesar de sua pouca idade, já pensava que deveria aproveitar a chance que eles estavam oferecendo, além da educação doméstica, religiosa e a intelectual, pois esses eram os exemplos que tinham em sua casa, por ser uma família amorosa, de princípios éticos, com precedentes religiosos. Mesmo na pobreza ela era uma criança feliz com o pouco que tinha, porque se sentia muito amada por toda família.

Certo dia seu pai saiu à procura de emprego e encontrou algo que lhe deu esperanças para melhorar de vida e conseguiu. Chegou a sua casa, suado de tanto caminhar, porém muito feliz, porque se empregou para trabalhar como cassaco. Portanto, se tornou um trabalhador na construção e conservação de estradas de ferro. Aquilo para o pai de Airam e toda sua família foi motivo de festa. Comemoraram com um churrasco de carne seca de caça e um caldeirão de peixe cozido com ervas de suas plantações.

Nascida num vilarejo chamado ‘Boi do Rio’. Pouco tempo depois foi morar no “Sítio da Esperança” e lá viveu até seus cinco (5) anos, era onde se sentia muito feliz. Quando seu pai se

empregou, tiveram que voltar para Boi do Rio⁴, deixando assim para trás muitas lembranças maravilhosas. Essa era uma nova experiência de ter juntamente com a família uma nova vida, e conhecer o lugar onde nasceu, até mais feliz, porque tinha contato com mais pessoas, além da natureza. Era um lugarejo bom de morar, cercado pelas matas e banhado por um rio maior que tinha o mesmo nome (Boi do Rio).

Imagem 1-Rio Peixe Boi antigo - IBGE



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/peixe-boi/historico>

Imagem 2 Rio Peixe Boi atual



Fonte: [cidadesdomeubrasil.com.br /Google](https://cidadesdomeubrasil.com.br/Google)

1.1.1.1 A mudança de cidade, a vontade de estudar e a escola.

Em (1) ano depois, Airam com a sua família mudaram-se para uma cidadezinha chamada Bragança-PA, tendo em vista seu pai ter sido chamado para trabalhar na estrada ferro desta cidade. Estrada de Ferro de Bragança – PA⁵ na década de 40 no ano de (1948).

Imagem 3- Estrada de Ferro Belém-Bragança



Imagem 4- Bragança às margens do Rio Caeté



Fonte: Arquivo Nacional Domínio público.

⁴ Peixe Boi Site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/peixe-boi/historico>. Visitado em 30/01/2022. Às 15:20h.

⁵ Bragança faz parte do estado do Pará. A região, inicialmente habitada pelos indígenas Apotiangas da nação dos tupinambás, recebeu seus primeiros visitantes em 1613, com a entrada dos franceses da expedição de Lavardiere no Amazonas. Disponível em: <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/pa/braganca>. Acesso em 07 abril. 2023.

Tendo em vista o tráfego de o seu trabalho ser Belém / Bragança o que facilitava, uma vez que esse trajeto de Bragança era ponto final da estrada de ferro e, logicamente dos trens que eram chamados de Horário e Misto.

Além disso, o estudo dos filhos, na cidade de Bragança, era uma prioridade, pois era o que mais queriam. Esta cidade é banhada por um grande rio chamado Caeté, de uma vista muito linda, era pequena, mas bem organizada: naquela época era de uma beleza natural. A cidade de Bragança hoje é considerada pelos Bragantinos como: “Pérola do Caeté”.

Com o passar do tempo, Airam começou a conviver com as dificuldades de seus pais e então chegou à hora de estudar na escola pública. Um dos seus sonhos era estudar muito para mudar a vida deles (seus pais). Já crescida já compreendia algumas coisas, outras não. Apesar de todas as dificuldades. Airam era uma criança feliz. Sua mãe lhe matriculou no “Grupo Escolar de Bragança”. Assim como era conhecido. Mas, seu nome mesmo era: Grupo Escolar Correa de Freitas.⁶ Depois, mudou para o nome de Monsenhor Mâncio Ribeiro, foi nesta escola que Airam iniciou a realização do seu sonho. Fundada no dia 24 de fevereiro de 1900. E até hoje funciona em outro prédio com o mesmo nome. Portanto está com 122 anos prestando serviços à sociedade Bragantina.

**Imagem de nº 5 Grupo Escolar Monsenhor Mâncio Ribeiro (1929- 2008).
Atualmente é o (Liceu de Música de Bragança) PA**



Fonte: <https://www.fundacaoeducadora.com.br/>

Airam iniciou a sua vida estudantil nesta escola, não cabia em si de contente. Foi por esta escadaria que ela subia idealizando seus sonhos. Esta porta que se abria com esses

⁶ Esta foi a primeira escola de Airam. Uma escola secular bragantina tem 122 anos prestando serviços à comunidade. Inicialmente era Grupo Escolar Correa de Freitas, mais conhecido como Grupo escolar de Bragança - PA. Pesquisa feita em 30/04/2022, às 11:15h. Disponível em: <https://www.fundacaoeducadora.com.br/fec/index.php/conteudo/item/746-escola-monsenhor-mancio-completa-122-anos>. Reportagem - Jota Bahia. Colaboração - Prof. Hugo Costa.

corredores imensos, parecia estar de braços abertos esperando por ela lhe dizendo: venha estou te esperando. Era nesses corredores que se cantava o Hino Nacional Brasileiro, na presença da diretora e professores. Um ritual do cotidiano escolar. Além deste, se cantava ainda: O Hino da Bandeira; o Hino da República e o Hino de Independência, além de se rezar: Pai Nosso e Ave Maria. Tudo isso para Airam era motivo de novidades e felicidade, já se sentia realizada. Pois tudo que se relacionava a música era a sua paixão.

E, por conseguinte, um belo dia ela escutou seu pai assobiando uma linda canção que sua mãe sempre cantava que se intitulava:

Senhor da Floresta ⁷

(Augusto Calheiros)

Senhor da floresta, um índio guerreiro da raça Tupy
Vivia pescando, sentado na margem do rio Chuí.
Seus olhos rasgados, no entanto, fitavam ao longe uma taba
Na qual habitava a filha formosa de um Morubixaba.

II

Um dia encontraram, senhor da floresta no rio Chuí
Crivado de flechas, de longe atiradas por outro Tupy
E a filha formosa do Morubixaba quando anoiteceu, correu,
Subindo a montanha, no fundo do abismo desapareceu.

III

Naquele momento, alguém viu no espaço, à luz do luar
Senhor da floresta de braços abertos, risonho a falar:
- ó virgem guerreira, ó virgem mais pura que a luz da manhã,
Iremos agora, unir nossas almas aos pés de tupã.

1.1.1.2 Sonhos & sonhos

Inspirada nesta canção e ouvindo seus pais cantarem, a pequena mergulhada em seus sonhos, já queria ser cantora. Até aqui Airam era mesmo *um mito dos sonhos*. Imaginem que essa menininha, sonhava em participar de qualquer concurso para ser cantora! Mas, como fazer para isso acontecer? Certo dia ao escutar um alto-falante passando chamando a garotada para cantar. Chegou para o pai e disse que tinha tanta vontade também de ser cantora, dos programas de concursos de cantores mirins no rádio, seu pai disse com um leve sorriso, quem sabe filha um dia. Porém, isto caiu no esquecimento...

Outro sonho de Airam além dos estudos, era também ter uma cama, pois nunca dormiu em cama, porque em sua casa todos dormiam em redes. Cama mesmo era somente de seus pais,

⁷ Autor Augusto Calheiros, cantor e compositor. Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/augusto-calheiros-o-patativa-do-norte.html>
<https://www.vagalume.com.br/augusto-calheiros-/biografia>, Pesquisa em 28/04/2022 as 22:00 horas.

assim mesmo porque ganharam de presente. Tudo isso era marcado pela falta de recursos financeiros. Embora essas dificuldades, ela pensava alto, pois tinha certeza que esse dia chegaria para ajudar seus pais. Eram sonhos sim! Mas, sempre na esperança de conseguir realizá-los, pois apesar de sua pouca idade, era uma criança de pensar positivo. Sentia-se fascinada porque estava estudando e aprendendo a ler e escrever.

Ela sentia que a vida era complicada, pois numa família de doze filhos, com cinco (5) vivos, porque sete (7) eram falecidos ainda pequenos, os quais ela não conheceu, porque nasceram bem antes e apenas dois (2) gêmeos que vieram depois dela e de seu irmão Sissa, mas estes gêmeos morreram ainda recém-nascidos. Airam somente sabe da existência deles, porém era pequena e por isso não lembra. Aqui, acolá, sua mãe falava nos seus irmãozinhos falecidos com os olhos marejados de lágrimas. E com isso, Airam também se entristecia. Que dor perder sete filhos... Imaginava horas e horas. Ela era a 9ª (nona) filha.

Nesse tempo, embora pequena, imaginava, por que tudo isso aconteceu com sua família? Será por falta de dinheiro de seus pais? Pois tudo a levava a crer que esses acontecimentos eram pela falta de recursos financeiros de seus pais, e de saúde pública também, pois naquela época, tudo era mais difícil por falta de vacinas e, a precariedade da saúde pública era bem visível. Em meio a tudo isso, Airam não perdia a esperança, pois tudo passaria, estava chegando o momento certo, de ajudar seus pais.

Um dia adormeceu e “sonhou” que já estava estudando e, por isso, sentia-se muito feliz. Entretanto, uma coisa lhe deixou triste na escola. A professora fazia a chamada de todos, mas não chamava o seu nome e sempre chamava um nome que nunca estava presente e chorava por isso... Por quê?

E assim, Airam cansada de chorar, despertou chorando deste sonho para sua realidade, dando graças Deus e agradecendo, porque não passava de um sonho e, com isso, descobriu o seu verdadeiro nome que era justamente o nome da lista de alunos que a professora chamava e a aluna nunca estava presente.

Dessa maneira a linda história de sonhos dessa criança se transforma em realidade. Na escola, ela via que seus coleguinhas tinham avós e, somente ela sequer conheceu os seus, tanto do lado materno, quanto do paterno e isso a entristecia, por não os ter conhecido.

Mas, mesmo assim, naquela tenra idade, já pensava que um dia poderia ser avó e poder encher de carinho os seus netinhos.

Mas, acontece que naquele momento, o seu foco era a felicidade de seus pais. Pensava em fazer de tudo para fazê-los felizes.

1.1.2 De sonhos à realidade

Um belo dia seus pais anunciaram que iriam morar em Belém-PA, pois, dois de seus irmãos, Odnúmar e Ésoj iriam se alistar no serviço militar. E, assim, a família partiu de trem, com destino à “terra prometida”. (1952). Com todos estudando, e trabalhando, a felicidade era bem visível, pois a esperança de que tudo em sua casa estava se edificando.

Airam com nove (9) anos nesta época imaginou, agora que estou morando na cidade grande vou realizar outro sonho que é de ser cantora. Pediu para seus pais para participar dos programas infantis na rádio, chegou a cantar em duas rádios famosas: A Rádio Clube do Pará e a Rádio Marajoara. Sendo atendida, sua irmã e seu cunhado a levava aos domingos de manhã e toda vez, ganhava sempre em primeiro lugar, ficava muito feliz porque era premiada. Os prêmios eram livros de historinhas, perfumes, sabonetes, bonecas de pano e até mesmo cursos para aprender a tocar um instrumento musical.

Aprender a tocar um instrumento era também um dos seus sonhos. Fazer o que, se seus pais mal tinham recursos para as despesas da casa. Agora a felicidade estava batendo na sua porta. Por outro, imaginem sabonete e perfume, eram luxo, porque só tomava banho com sabão grosso. Bonecas seus pais não podiam lhe dar. Fazia dos sabugos de milho seco suas próprias bonecas e, além das feitas de recortes de papel, que costumava brincar. Enfim, para ela tudo significava felicidade e novidade.

No início do ano de 1956, uma triste e desagradável notícia tomou conta da família de Airam, seu irmão Ésoj foi dispensado do serviço militar. Embora, bem novo e casado, separado da mulher e, por isso, tomou a decisão de sair de casa.

Entretanto, ele deixou uma carta de despedida, nela pedia perdão para toda família, pois tinha que tentar a vida no Rio de Janeiro. Seus Pais ficaram muito tristes.

Todos em casa ficaram chorosos com essa atitude, principalmente seus pais que sofreram muito.

Porém, a vida continuava com momentos esperançosos, de que breve pudesse voltar. Sua mãe chorou e sofreu muito, enquanto Airam ficou por muito tempo entristecida. Aqui, acolá, ela via sua mãe chorando, e isto a fazia sofrer também. Como diz a música: “E agora José?” José para onde? Para onde? E agora José?⁸

⁸ Poesia de Carlos Drummond de Andrade. (1902 – 1987). De Itabira - MG. Famoso poeta, contista e cronista da segunda geração do século XX. Disponível em <http://www.projetomemoria.art.br/drummond/>. Em 22/01/2022 as 19: 30h. Cantada por Carlos Diniz. Compositor pernambucano. Mora em Recife. Pesquisa em 22/01/ 2022 as 20:00 horas. Disponível em <https://www.vagalume.com.br/paulo-diniz/e-agora-jose.html>

E, assim, Ésoj sempre escrevia, dando notícias de que estava trabalhando na Companhia Aérea de Aviação Cruzeiro do Sul. Só que ele nunca mais voltou. Muitos anos depois, se tomou conhecimento que ele já havia falecido, dito por alguns de seus conhecidos. Isso deixa dúvidas. Triste mesmo é não saber se ele ainda vive ou não. E, assim o tempo correu, até que um dia depois de alguns meses mais tarde, a tristeza tomou conta de Airam e sua família novamente. Pois neste mesmo ano de 1956, seu pai que era cardíaco, teve que se hospitalizar, mas, não resistiu vindo a falecer ainda jovem. Faltando alguns dias para completar cinquenta e cinco (55) anos.

Já uma mocinha com 13 anos, sofreu muito com a perda do seu pai querido, pois ele era o seu melhor amigo. Em seus livros, era comum encontrar bilhetinhos de seu pai, entre as páginas, desejando coisas boas como: “saúde, felicidades, sucesso, as bênçãos de Deus” e também suas bênçãos pareciam uma despedida, o que não deixou de ser verdade. Airam, não se cansava de passar horas e horas lendo repetidamente essas mensagens carinhosas. E, assim, matava as saudades. Por outro lado, com o passar do tempo, as coisas em casa ficaram mais difíceis ainda. Sua irmã primogênita que se chamava Airam ed Érazan era quem ajudava no sustento da família como costureira. Nesse momento, lhe surgiu a ideia de ajudar sua mãe também, pois teria que arranjar um meio de como fazer para ajudar financeiramente sua mãezinha querida.

Foi quando lhe veio na mente de dar aulas particulares em sua própria casa e, conversando com sua mãe, que aceitou muito feliz, e ao mesmo tempo ajudaria bastante e lhes dizia: “Toda ajuda é bem vinda minha filha.” Isto aconteceu entre os anos de 1957-1959.

1.1.2.1 A constituição da família: estudo, alegria entre medo e desconfiança.

Quando estava cursando o 4º ano primário, Airam (1957) fez o Exame de admissão e passou para 1º ano ginásial, no Colégio Religioso Santa Catarina de Sena, Belém - PA e lá cursou até o 3º ano ginásial. Interrompendo seus estudos no meio do ano de (1959), após conhecer o seu príncipe encantado, primeiro e único amor de sua vida.

Em oito meses de namoro, em 22 de março e, noivado em 17 de julho, seu aniversário. Casando-se aos dezesseis anos de idade, em Belém-PA no dia 21 de novembro de 1959, com o 3º sargento do Exército Brasileiro, Oiléh Semloh, com vinte e três anos de idade. Nesse intervalo, Airam parou os estudos pelo período de dez anos, e passou a dedicar-se à família.

Naquela época, o militar subalterno (sargento) não poderia contrair núpcias antes de cinco anos de trabalho, porque era dispensado do Exército Brasileiro. Então, como tinha apenas dois anos de função. Ele tinha duas identidades: civil e militar, e assim combinou com Airam e sua

família para se casarem em outro município com a identidade civil. Por outro lado, ela só tinha de documento, o registro de nascimento.

Este explicou toda a situação para sua futura sogra e pediu-lhe que providenciasse a identidade da filha, pois eles iriam se casar numa cidadezinha mais distante, chamada Ananindeua-PA, com medo de que o Exército descobrisse e ele sofresse punição correndo o risco de perder o trabalho, já que este era garantido para o sustento da família, além de ser o início de sua carreira. Mas, isso não a convenceu, porém findou aceitando pela convivência da sua família com Oiléh Semloh.

1.1.2.2 Momentos inesquecíveis: preparativos para o casamento

Sua mãe desconfiada reuniu toda família para contar o que se passava com o noivado de Airam, pois seus filhos já eram casados, porém moravam próximos. Com a presença de todos e todas reuniu a família. Contou tudo o que estava acontecendo e dizia:

– “Estou desconfiada. Este camarada está nos enganando! Este homem é casado, quer se aproveitar da minha filha”! – “Este sujeito tem cara de conquistador barato, desde o primeiro dia em que o vi a sua cara nunca me enganou”.

Eis que seus filhos não concordaram com o posicionamento da mãe e achavam que ela estava equivocada, era apenas uma desconfiança, procuraram acalmá-la. Inteiraram-se sobre a verdade com outros militares e comprovaram junto à mãe, que o futuro cunhado estava certo.

E assim, Airam e seu noivo foram tratar dos papéis. Alguém do cartório disse para ela:

– “Uma menina tão jovem, bonita e simpática, estudante tem um futuro brilhante pela frente deixar os estudos para casar com um balconista, comprovado pela identidade. Não faça isso filha com um sorriso desdenhando”.

Com tantos empecilhos, mas com muita alegria, conseguiram marcar o famoso casamento. Com o casamento marcado tudo voltou à normalidade.

Nesse íterim seria o tempo do Cartório se organizar, quanto aos Proclamas do ato civil, tendo em vista dos noivos residirem em outra Comarca.

Enquanto que no religioso, os proclamas eram citados na Igreja, no horário das missas aos domingos.

Eis que chega o grande dia. 21 de novembro de 1959. Tudo se concretizou de manhã, com o casamento civil na cidade de Ananindeua-PA, há 17,8 Km de Belém-PA. Enquanto o ato religioso aconteceu às 17 horas, na Igreja de São Francisco de Assis, conhecida como Igreja dos Capuchinhos, no bairro de São Braz situada na cidade de Belém-PA.

Imagem 6 – Igreja Área Externa



Imagem 7 - Altar



Imagem 8 - Comemoração



Igreja de São Francisco – dos Padres Capuchinhos 21/11/1959. Onde foi celebrado o matrimônio de Airam e Oiléh.
 Fonte: arquivo próprio: casamento religioso.

Com uma comemoração muito simples somente para os familiares e padrinhos, pois tudo foi bancado pelo noivo, tendo em vista a situação financeira da família da noiva não permitir. Não houve viagem de núpcias, mesmo assim o mais importante ali, era o amor e a união entre os dois. Pois, juraram diante do padre no altar: “até que a morte nos separe” perante alguns convidados, padrinhos e a família. Para construir um ninho, onde fizeram dele a morada do amor. E, logo este ninho se concretizou com a chegada do seu primogênito, enchendo o seu lar de alegria, sonhos e felicidades.

1.1.3 Frutos do Amor: momentos de alegria e tristeza

O fruto do amor, portanto, é a alegria, fonte de amor! (Chaves, 2004, p. 37)

Agora casados, moraram com a mãe de Airam e o seu irmão mais novo Sissa, por pouco tempo, até conseguirem se equilibrar e assumirem de vez uma casa. Em menos de um ano conseguiram alugar uma casa bem próximo da casa de sua mãe, para que esta não ficasse triste com a separação. Em dezembro de 1959, Airam ficou gestante do seu primeiro filho. Era um momento tão sublime e de muita alegria, o casal já fazia planos, seu esposo todo eufórico era um sonhador com a espera deste ou desta herdeira, uma vez que naquele tempo não se tinha conhecimento da existência de recursos para saber do sexo do bebê.

Seu esposo quando beijava e cheirava a barriguinha crescendo a cada dia, sempre exclamava: “Eis aqui o fruto do nosso amor” e, Airam complementava: “o sangue do nosso sangue, a carne da nossa carne até que a morte nos separe”.

Quando esse bebê nasceu, em 22 de agosto de 1960, seu pai não cabia em si de tanta felicidade, e cantava para ele dormir uma música tão linda que era sucesso no início dos anos

sessenta (60), do (Trio Nagô)⁹.

“Sua majestade o nenê”

I

Silêncio, ele está dormindo. Veja como é lindo.
Sua Majestade, o Nenê, Nenê, Nenê, Nenê, Nenê.

II

A casa já tem novo dono.
Novo rei no trono.
Sua Majestade, o Nenê, Nenê, Nenê, Nenê, Nenê.

III

Parece com papai. Com a mamãe, também.
Parece com os vovós.
Não, não parece com ninguém...

IV

É ele, é ele só,
Sua Majestade, o Nenê, Nenê, Nenê, Nenê, Nenê.

E assim, curtiam o filhinho lindo, que se chamava Oiléh Jr, de olhos verdes iguais aos do papai coruja. Com três meses depois, Airam engravidou do segundo filho. Outra alegria. E, veio outro lindo menino. Nasceu no dia 03 de agosto de 1961. Deram-lhe o nome de Notlih, mais um anjinho de luz, que veio para completar a felicidade do casal. Desta vez o casal já estava se preparando para se transferir para o Sul do País onde foram morar na cidade de Porto Alegre – RS. Uma cidade linda e de um povo hospitaleiro, banhada pelo Rio Guaíba que tinha uma praia que fazia parte do lazer, de Airam e sua família. Porém, só passaram dois (2) anos nesta cidade. Tiveram que retornar tendo em vista a não adaptação de Airam, ao clima frio, que foi acometida de derrame pleural.

Após o seu pronto restabelecimento, foram transferidos para a cidade de Recife-PE. Depois de seis (6) anos, Airam retornou à Belém-PA (1967), desta vez gestante de quatro (4), meses. Viajou somente com seus dois filhos, pequenos tendo em vista, seu esposo ter viajado, ao mesmo tempo para o exterior, numa missão de paz ao Canal de Suez. E, por isso escolheu ficar com sua irmã mais velha, Airam ed Érazan e seu cunhado Otreblada (Bebé) na intimidade. Um casal querido e prestativo. Em 1º de maio de 1967, nasceu desta vez a sua 3ª filha Anaileh Airam, tão linda e tão desejada, uma boneca de olhos claros. Sua irmã e seu cunhado, tão queridos, se tornaram compadres duas (2) vezes, por serem os padrinhos de batismo do Notlih e depois da Anaileh Airam.

Passados quatro (4) anos desta vez morando em Manaus/ AM nasceu seu 4º filho

⁹ Três vozes. Trio Nagô, ao lado do Trio Irakitan, foram os melhores exemplos na arte de vocalizar em trio. [...] Site visitado, <https://www.last.fm/pt/music/Trio+Nag%C3%B4/+wiki?ver=2>. Em 04/05/2022 às 17 horas.

Notlimah no dia 27 de setembro de 1971, um lindo bebê, era mais um anjinho para nos fazer companhia e encher a casa de alegria. Interessante que nessa época, estudando grávida e, por coincidência, havia um Hospital e Maternidade São José localizado de frente para o Colégio Preciosíssimo Sangue de Cristo, em que Airam estudava com mais dois de seus filhos. Seu esposo falava em tom de brincadeira: “Quando sentirem as dores do parto é só atravessar a rua, a maternidade já está te esperando, para esse “indiozinho” nascer.” Um anjinho lindo também de olhos verdes.

E, finalmente, por mais quatro (4) anos, já radicada na cidade de Recife-PE, nasceu no dia 15 de janeiro de 1976 a sua 5ª e última filha Azioleh Aneleh. Uma bonequinha de cachinhos dourados tão linda de olhos verdes. Eram papais corujas. E, mais uma vez, Airam estudou grávida, mas, nunca desistiu de realizar o seu sonho, que era estudar. Um detalhe bem interessante, que seus filhos homens escolheram por profissão de ser militar, como o pai, com exceção do filho mais velho que escolheu medicina (*in memoriam*). Enquanto, as filhas optaram pela educação tornando-se professoras como a mãe.

Essa foi uma coincidência sem interferência do casal. Embora tenha sido uma espécie de modelo para essa grande família. Airam com seus cinco (5) filhos, maravilhosos e amorosos: três homens (3) e duas (2) mulheres completaram a felicidade do casal. Todos esses filhos/as lhes presentearam com nove (9) netos/as lindos/as, que por sua vez lhes deram onze (11) lindos/as bisnetos/as. E, mais uma bisneta ainda a caminho “Amores de sua vida”. Assim como: seus “Anjinhos de Luz”.

Atualmente, só conta hoje com quatro (4), filhos porque o 1º filho, hoje se encontra em outra dimensão, desde janeiro de 1986, está fazendo parte da Morada Eterna do Pai Celestial.

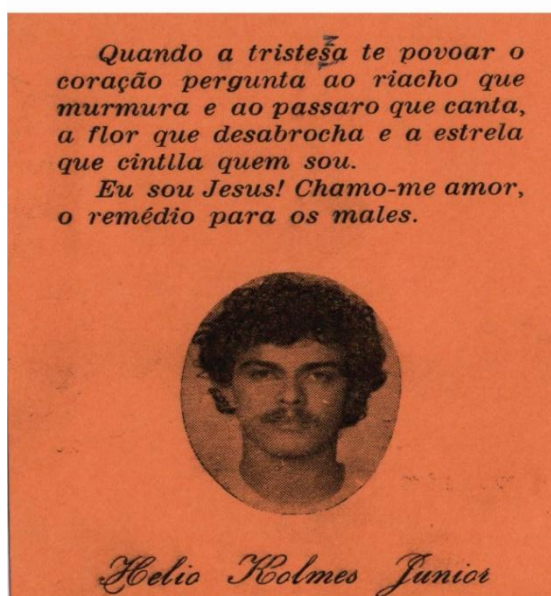
Este foi um dos episódios mais tristes de sua vida, a perda de seu filho amado ceifado aos 25 anos de idade. Airam sofreu muito, ficou depressiva porque sua morte não foi natural. Era um bom filho e excelente pai.

Ele foi um dos maiores incentivadores dos estudos de Airam, porque também era muito estudioso, além de ser um bom profissional no ramo da saúde, como técnico em radiologia do Hospital Santa Isabel-PB.

Por isso resolveu fazer vestibular para medicina incentivado, também pela equipe cardiológica deste referido hospital, onde era muito querido. Mas, não chegou, a saber, que seria mais um médico. Pois, quando saiu o resultado ele já estava em outra dimensão do universo. Hoje só resta uma forte lembrança.

Que foi deixar a sua única filha que por sua vez presenteou seus avós com três bisnetos lindos. (Um menino e duas meninas).

Imagens de nº 9 e nº 10



In memoriam - 25 anos de vida



Aos dois anos de idade

1.1.3.1 As aventuras das viagens, família, perdas e trabalhos.

Todo militar era transferido, constantemente, e por isso sempre moraram em vários estados do Brasil, entre o Norte: Pará em Belém, Amazonas: Manaus e Tabatinga. Amapá na capital Macapá. Nordeste: Pernambuco em Recife e Paraíba João Pessoa. Sul. Rio Grande do Sul em Porto Alegre. Durante esse espaço de tempo de 1961-1963, pegaram o “Ita no Norte¹⁰” (navio Itanagé) não para o Rio de Janeiro como diz a “música”, mas, foram morar no Rio Grande do Sul na cidade de Porto Alegre – RS com dois (2) bebês. O primeiro tinha um (1) ano e um mês Oiléh Jr, e o outro com quarenta e cinco 45 dias de vida, Notlih.

Foram 34 dias de viagem de navio, “a céu, sol e mar aberto.” Foi uma experiência aventureira. Porém de grandes conhecimentos. Praticamente uma viagem de circum-navegação, sair do Norte para o Sul. Nessa viagem, conheceu vários artistas, entre eles, o simpático cantor e compositor veterano Vicente Celestino.

Aos finais de 1963 retornaram para o Nordeste, também numa viagem de 20 dias de navio, (Itahité) passando a Festa do Natal em alto mar.

¹⁰ Peguei um Ita no Norte, música de Dorival Caymmi, iniciada pelos versos: “Peguei um Ita no Norte”. Sucesso desse compositor. Disponível em <https://www.bing.com/search?q=Dorival+Caymmi>. Ita era o nome que designava a classe de navios, ou qualquer um dos navios a vapor brasileiros, pertencentes à Companhia Nacional de Navegação Costeira. Disponível em Navios da Classe ITA — Jornal Pelicano (projetomemoria.org) 23/11/2021- às 22:00 horas.

Aportando em Recife-PE, em 31 de dezembro de 1963. Agora, dessa vez, foi pegando o “Ita do Sul para o Nordeste.” Foi onde Airam conheceu os familiares do esposo. Morando em João Pessoa por (6) seis meses e depois Recife, passou um bom período morando em Recife, mas, sempre que podia, visitava seus sogros em João Pessoa.

Em 1966, outra triste notícia invade a vida de Airam, foi o falecimento de “sua guerreira”, a sua mãezinha querida, ainda bem que ela estava cuidando de sua mãe até o último momento de sua vida. Pois neste período estava passando uma temporada de seis (6) meses com ela, depois de alguns anos distantes. Após, o enlace regressou com tamanha tristeza para sua casa, onde morava em Recife. Deixando para trás, o restante de sua família biológica, com muita saudade, e ao mesmo tempo ansiosa para rever o seu esposo.

Novamente, no ano seguinte (1967) retornou à Belém-PA, dessa vez foi “para morar”, tendo em vista seu esposo viajar em missão de paz para o Oriente Médio, no Egito, quando houve a “Guerra dos Seis Dias”, no Canal de Suez. Foram momentos angustiantes para toda família. Entretanto, meses depois, essa tropa retornou ao Brasil. E, assim, Airam recobrou a felicidade, ao lado do esposo que estava ansioso para conhecer a filha e se reencontrar com toda a família, seus filhos. Nesta viagem de retorno pediu transferência para a cidade de Belém-PA.

1.1.3.2 O percurso de dez anos fora dos estudos entre afazeres domésticos & renda

Airam aproveitou este momento oportuno para construir também algo de bom e útil, para ajudar na renda familiar. Quando morava em Porto Alegre, aproveitou para fazer um Curso de Corte e Costura e Plissê por correspondência. Pois, naquela época, nem se falava na internet, assim como não podia sair de casa com os dois filhos pequenos. Foi uma oportunidade de costurar as roupas da família. E, depois, fazer uma renda extra. Por outro lado, também gostava de fazer bolos, doces e tortas. Depois, em cada lugar que chegava procurava fazer outros cursos, tais como: Confeitaria; arte – culinária; flores de tecido; flores de massa; flores de papel; pintura em tecido; pintura em vidro; crochê; bordado à mão. E, assim, ia ocupando o seu precioso tempo.

Próximo de sua residência havia uma academia de teclado, Airam matriculou seus dois filhos mais novos, porque estes se mostraram interessados. Iniciando com Azioleh Aneleh, que não se cansava de chamar sua mãe para vê-la tocando. Airam ficou emocionada e já pediu para se matricular. Notlimah ao ver a irmã e a mãe tocando, ficou entusiasmado e já optou por aprender. Em um ano e meio seus filhos deixaram este curso para trás.

Porém, somente quem teve o curso completo foi Airam, recebendo até a carteirinha da Ordem dos Músicos. Ela tocava nas formaturas das escolas que trabalhava. Tocava em festas

de casamento e de 15 anos de pessoas amigas, nas datas comemorativas, porém fazia tudo por prazer. Contudo, o curso de corte e costura foi que lhe deu fama neste ramo de trabalho, onde Airam se situou, pois em cada lugar que chegava bastava falar, assim como também ver as roupas da família. Airam costurou para crianças, e adultos, confeccionou vestidos de noiva, damas de honra e pajens. Além de fardamentos para os militares do Exército, no tempo em que morava na fronteira.

Nesse período, Airam tinha ajuda do serviço doméstico de seus dois filhos adolescentes. Além dos estudos, pois, estudavam de noite, porém tinham horários para fazer as atividades escolares. Havia uma sintonia entre todos. Entretanto, seu sonho mesmo era ser professora. Quando morou em Macapá, a sua fama de costureira também se espalhou. Enquanto não chegava a realização deste sonho, Airam continuou costurando e seus filhos ajudando-a em casa. Airam e seu esposo tinham muitos planos e sonhos para seus filhos, como é natural dos pais.

1.1.4 Sonho realizado: à volta aos estudos entre, dificuldades, perdas e alegrias.

Retornando novamente aos estudos, motivada pelo próprio esposo que sempre lhe incentivava dizendo: “Um dia retornarás aos teus estudos. Sinto-me responsável, por você ter deixado os estudos para traz”. Eis que chegou esse dia histórico. Em 1969 Airam volta aos estudos com muitas dificuldades, sofrendo certo preconceito, tendo em vista, que naquela época era muito difícil uma mulher casada estudar.

Já estava quase desistindo, quando encontrou uma porta aberta para dar continuidade à realização do seu sonho. Foi nessa instituição que deu continuidade ao 3º Ano do Curso Ginásial, pois quando parou estava no meio do ano letivo (1958), aos 16 anos de idade para casar. Desta vez, conseguiu vaga no Colégio Religioso Santa Maria de Belém, na cidade de Belém-PA. Aos 27 anos sentia-se velha no meio das colegas adolescentes. Embora, fosse querida por elas. Mesmo assim, ficava constrangida.

Em 1970 foi morar em Manaus-AM. Lá cursou o 4º ano do Ginásio, matriculando também o seu filho primogênito Oiléh Jr e sua filha Anaileh Airam. Concluindo o Curso Ginásial no Colégio Preciosíssimo Sangue de Cristo em 1971. Enquanto que o outro filho Notlih estudava na Escola Marechal Rondon, dentro do quartel onde seu pai trabalhava.

No dia de sua formatura estava feliz pela conclusão dessa etapa do (Curso Ginásial) em 10 de dezembro de 1971. Entretanto, teve uma notícia muito triste, quando recebeu um telegrama de Brasília, informando o falecimento do seu querido irmão Odnumiar. Foram muitos dias de choro e tristeza, pois havia tempos que não se viam...

A partir de 1972 – 1974 foram morar no vilarejo de Tabatinga-AM, um distrito do Amazonas, fronteira com a cidade de Letícia na Colômbia, onde tinha lazer, supermercados, pracinhas e Igrejas e escolas. Era um povo muito simpático. Enfim, “gente acolhedora”. Em 1975, retornou novamente à Recife-PE, por motivo de transferência do esposo, onde cursou todo o Curso Pedagógico no Colégio Guararapes, do 1º ao 3º ano.

Foi neste curso que Airam descobriu a sua vocação para trabalhar com crianças. Era muito interessante, porque estudava de noite. Enchia o carro com os quatro filhos, os maiores cuidando dos menores. Isto na gestação de sua quinta e última filha, lá ia Airam para aula todas as noites, levada pelo esposo e seus filhos. Isto até concluir o Curso.

Em 1977, foram transferidos para o Antigo Território do Amapá,¹¹ cuja capital é Macapá. Naquela época era uma cidade muito pacata e excelente para morar. Pela inexistência de transportes coletivos, era considerada a segunda capital que mais tinha como meio de transportes bicicletas, depois de Blumenau-SC.

Foi neste lugar, onde Airam conquistou o seu primeiro emprego de professora, através de Concurso Público Federal para professora polivalente, onde atuou numa escola em frente à sua residência. No ano seguinte (1978) ainda em Macapá teve a oportunidade de cursar o 4º ano pedagógico no Instituto de Educação do Território do Amapá, (IETA), onde residiu até maio de 1979. Atualmente é Estado do Amapá. Sendo que neste mesmo ano, seu esposo pediu transferência para morar na Paraíba. E, assim, o voo desta vez foi para a cidade de João Pessoa-PB. Lugar escolhido, por seu esposo para poder dar mais assistência a seus pais que estavam idosos e precisavam do seu apoio. Já radicada nesta maravilhosa cidade, onde o “Sol nasce primeiro”. Nesta cidade seus filhos cresceram, estudaram e vivem até o presente momento. É onde está o seu patrimônio familiar-cultural-religioso e profissional.

1.1.4.1 Do Ponto de vista profissional: Escolas por onde Airam atuou

Airam dedicou-se aos afazeres remunerados para ocupar o seu tempo, enquanto não tinha um emprego fixo de professora. Morando de frente para uma escola, já se imaginava trabalhando nela. Neste lugar tornou-se muito conhecida por causa de suas costuras. Isto na cidade de Macapá- AP, antigo Território do Amapá. Pois, era nessa escola que trabalhava parte de sua clientela, enquanto costureira. Concursada pela Rede de Ensino público como professora polivalente de 1977-1979, sendo aprovada, foi designada para a Escola Pública de 1º Grau Dr.

¹¹ Há 25 anos o Ex-Território do Amapá foi transformado em Estado, através do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT, art. 14), no dia 05, de outubro de 1988. Na época quem governava o Amapá, era o engenheiro agrônomo e economista: Jorge Nova da Costa.

Coaracy Nunes/Macapá/AP, justamente a escola que sonhava trabalhar. Atuando com a turma da primeira fase do 1º Grau, com o 3º ano. Por outro lado, era onde seus dois primeiros filhos já estudavam, na segunda fase do 1º Grau, 6º e 7º anos. (LDB, 1971).

Em 1978, Airam recebeu o convite para atuar numa particular Escola Religiosa Santa Bartoloméa Capitaneo em Macapá-AP, uma instituição particular, a única existente no Território naquela época. Atuando com a turma do 4º ano. Nessa mesma escola dois de seus filhos mais novos também estudavam. Foram experiências maravilhosas de muito significado e ricas de aprendizados. Naquele tempo, nesse lugar quase não existia diferença entre o ensino público e particular, pois ambos eram relativamente iguais, em termos de ensino e aprendizagem. Pois o ensino público ofertado era de qualidade.

A única diferença era apenas sobre as questões salariais. Por incrível que pareça. O ensino público federal era bem prestigiado e valorizado. O professor do Território do Amapá naquela época era o mais bem remunerado do Brasil. Entretanto, Airam teve que pedir a rescisão de contrato dos dois empregos por motivo de transferência do esposo, (1979). Desta vez o destino foi à cidade de João Pessoa – PB, lugar escolhido para morar definitivamente.

Ingressou na Rede Estadual de Ensino em João Pessoa-PB, em 1980, através de Concurso Público. Em janeiro se inscreveu, em fevereiro fez o concurso, e em março saiu o resultado, tudo no mesmo ano. Designada, neste mesmo mês para trabalhar como professora fundadora da Escola Estadual de 1º Grau Professor Raul Córdula, na Torre, onde trabalhou como professora polivalente com experiências do 1º ao 4º ano. Até 1985. Paralelo ao Estado, em 1981 trabalhou por um ano no Colégio Santa Dorotéia da rede particular de ensino, sendo este, (religioso). Tendo em vista ter passado no Concurso Vestibular (1982), pediu para rescindir o seu contrato nesta escola. Em 1985, pediu transferência para Escola Estadual de 1º Grau Francisco Campos (Bancários)¹², considerando ser próximo de sua residência.

Como docente polivalente dessa escola, ficou como professora de reforço e apoio pedagógico, cujo trabalho era alfabetizar as crianças com dificuldades em leitura e escrita, principalmente os de 2ª, 3ª, e 4ª Séries. Ao final do ano conseguiu que muitos alunos conseguissem aprender a ler e escrever. Nessa mesma escola, foi convidada para atuar como diretora adjunta, pelo processo de eleição direta, sendo a chapa eleita, assumindo assim o pleito

¹² Paralelo a isso, Airam continuou a caminhada atuando, também como Orientadora Educacional na Escola Estadual de 1º Grau Adélia de França (Valentina Figueiredo). Passando apenas 1 ano nesta escola. O que não deixou de exercer um trabalho de qualidade. Lá plantou boas sementes e colheu bons frutos de amizades. Sendo este, fruto de um concurso que fez em 1987, e só foi chamada em 1991. Já nem tinha mais esperança. Isto ocorreu porque tinha que fazer escolha entre duas funções técnicas, uma na Escola Municipal David Trindade também concurso no mesmo ano (1987). Portanto teve que deixar o da Escola Adélia de França, pois, de acordo com a lei só poderia optar por um trabalho técnico. Nesse percurso ainda se transferiu para Escola Estadual de 1º Grau Professor Raul Córdula, para obter mais tempo para decidir e fazer sua escolha. Optou pela rede municipal, onde hoje é aposentada.

por dois anos de (1991- 1993). Ao término do mandato, em fevereiro deste mesmo ano retornou à sala de aula, ficando com a turma da 3ª Série.

Em 1994, foi participar de um curso intensivo, preparatório de 120 horas na cidade de Sapé - PB para professores de Ensino Religioso, ao término do curso retornou à escola, desta vez, com a função de professora de Ensino Religioso (ER) a partir de 1994, ministrando aulas para todos os estudantes, compreendendo a Educação Infantil; Ensino do 1º grau e Educação de jovens e Adultos (EJA). A partir de 1996 com as mudanças da lei, a LDB de nº 9394/96 o ensino passou a ser: Fundamental I e II. Assim Airam permaneceu nesta escola sendo professora de (ER) de todos os alunos até 2006, quando se aposentou. Nesse período, Airam pôde observar o quanto os estudantes se envolviam com essas aulas de (ER).

Na Rede Municipal de Ensino, ingressou no ano de 1987, através de concurso público. Dessa vez, designada para trabalhar na Escola Municipal David Trindade em Mangabeira, sua primeira e única instituição escolar, como Orientadora Educacional. Assumindo essa função por sete anos. Colaborando com a escola em relação ao ensino e aprendizagem, desenvolvendo um projeto de leitura e escrita. A partir de 1993 até janeiro de 2003, assumiu a função de Gestora pelo voto direto, da referida escola, trabalhando 40h semanais. Nesse mesmo ano, no segundo semestre, foi convidada para trabalhar na Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), para implantar e coordenar o ER. Deixando para traz uma gama de projetos: Educação Ambiental; Viva a Vida (drogas); Leitura e Escrita, assim como a informatização da secretaria da escola. Além do Projeto Político Pedagógico (PPP) atualizado.

1.1.5 A Vida Acadêmica: Um sonho realizado entre alegrias e tristeza

Em 1982, por incentivo do seu filho Oiléh Jr (*in memoriam*), prestou o Concurso Vestibular para Pedagogia, passando para iniciar no 1º semestre, com habilitação em Orientação Educacional na UFPB e, concluindo em 1985.

No período de 1994 a 1995, fez um Curso de Especialização à Distância em Administração da Educação também na UFPB, com a finalidade de aprimorar mais conhecimentos sobre Gestão na Escola, desenvolvendo a pesquisa com: “Um estudo de caso com um aluno da 5ª série da Escola Municipal David Trindade.”

De 2005 a 2006, fez o Curso de Especialização em Ciências das Religiões (PPGCR) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Defendendo com a Monografia: “O Ensino Religioso na visão dos alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos”.

De 2008 a 2010 cursou o Mestrado também em Ciências das Religiões, desenvolvendo a pesquisa: “Ensino Religioso: problemas e desafios.” E como resultado dessa pesquisa, editou

um livro: Ensino Religioso: Esperanças e Desafios, reflexões da práxis do cotidiano escolar (2016).

Em (2011), fez o Curso de Especialização à Distância em Gestão Escolar, pela UFPB, defendendo o TCC, com a seguinte pesquisa: “Construindo uma Cultura de paz na Escola Municipal Antenor Navarro: sob o olhar da gestão democrática”¹³.

Airam já aposentada, nem pensava mais em estudar. Foi por ocasião de construir a Proposta do Ensino Religioso para colaborar com o FONAPER, no momento em que foi criada a Comissão do ER junto ao MEC, quando ER ficou de fora. Isto causou preocupação, não somente ao Fórum, mas, aos adeptos do ER. Nesse caso, foi à vez de pensar também sobre a construção da Proposta Curricular da Paraíba para o Ensino Religioso (PCPB), a qual se fez e se realizou.

Essas reuniões eram na casa de Airam, porém encontrou um amigo professor que a incentivou a estudar, e assim dizia: “O que você está fazendo, que não faz o Doutorado?” E assim foi logo dizendo: “O seu orientador está na sua frente”. Trata-se do professor Dr. Lusival Antonio Barcellos, da UFPB. Pesquisador da área Indígena e das Ciências das Religiões / Ensino Religioso. Como membro do FONAPER, fez parte da coordenação como Diretor de Ensino Superior.

Atualmente através deste incentivo. Airam ficou motivada e começou a escrever o seu projeto de pesquisa para fazer a seleção. Por outro lado, matriculou-se no Curso de Línguas, escolhendo o de Italiano, influenciada pela sua neta Enalah, que também iria cursar. E, assim foi se preparando para fazer a seleção. No semestre de 2019.1, sendo aprovada no Curso de Doutorado em Ciências das Religiões, pela UFPB, com o Projeto de pesquisa: “O ENSINO RELIGIOSO NA PERSPECTIVA LAICA: do colonialismo à BNCC no currículo da escola pública”. Consequentemente em 2019.2 iniciou o seu primeiro semestre e assim deu o seu primeiro pontapé neste curso tão sonhado. Quando achava que havia encerrado a sua carreira acadêmica, por um simples incentivo voltou à realidade.

1.1.5.1 Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa-PB e outras SEC

Airam, ao receber o convite através de um telefonema em nome da Professora Adriana Diniz na época, então Secretária de Educação e Cultura de João Pessoa-PB, convidando-a para

¹³ Projeto envolvendo toda comunidade escolar, objetivando minimizar a questão da violência, dentro e no entorno da escola. Essa instituição é composta de uma equipe muito engajada com o ensino e aprendizagem, que abraçou o projeto, porém era prejudicada, por ser considerada uma escola de difícil acesso. Localizada numa comunidade cujo foco de violência, era “drogas”. Prejudicando assim o trabalho pedagógico. (escola)

comparecer à SEDEC, pois tinha algumas propostas para lhe fazer. De início a pessoa que telefonou, adiantou sobre do que se tratava. Era para implantar o ER na rede municipal de ensino. Mesmo antes de receber este convite, já torcia para que as escolas do município de João Pessoa ofertassem o ER. Isso ocorreu no segundo semestre de 2003.

No dia marcado, Airam compareceu para falar, com a então Secretária de Educação, Profª Drª Adriana Diniz, que lhe pediu que preparasse um projeto para apresentar ao Prefeito da época Cícero Lucena (2003). Chegou o fim das férias, Airam se apresentou para trabalhar na SEDEC. Consequentemente e já deu o pontapé inicial para elaboração o Projeto. Enquanto, tudo isso era resolvido, no período de 2004, tratou-se de preparar o restante da documentação de Implantação do ER como, ajustes do Projeto, Minuta para implantação e ofícios destinados aos órgãos competentes (CME) e outros. Além de uma ficha de encaminhamento para as escolas comunicando a implantação do ER.

Ainda em 2004, participava da Educação Ambiental coordenada pela competente no assunto Profª. Maria Alves. Enquanto aguardava os resultados do ER, recebeu um convite do Setor Pedagógico da SEDEC para ser supervisora do Programa 'Se Liga' e 'Acelera' da Fundação Ayrton Senna, em parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Recebendo Formação continuada de 40 horas, na cidade de Areia cuja supervisora desse programa era a Diretora do Departamento Pedagógico. Profª Maria Onilma Moura Fernandes (*In memoriam*).

Airam, nesse programa ficou responsável pela supervisão de quatro escolas, entre Bancários e Mangabeira (2004). Supervisionando de segunda à quinta feira. Em cada uma passava uma manhã, ou uma tarde. Dependendo do horário do Fundamental I. E, um dia da semana, na sexta feira era reservado para o encontro semanal na SEDEC, para relatórios e reuniões com a coordenadora. Em 2005, já em outra gestão pública, ficou como técnica do setor pedagógico 5ª à 8ª série, (Ensino Fundamental II) colaborando ainda com coordenação de Educação Ambiental, cuja coordenadora Profª. Maria Auxiliadora dos Reis. (Dorinha), como era tratada pelos colegas de trabalho. Porém, em paralelo continuava nos preparativos para a implantação do componente curricular do Ensino Religioso.

Somente a partir de (2006), o ER foi oficialmente implantado nessa rede de ensino municipal. Na gestão do Prefeito Ricardo Coutinho, cujo Secretário de Educação da época era o renomado Jornalista Walter Galvão¹⁴ (*in memoriam*). E assim, Airam assumiu a coordenação do ER, função que desenvolveu com responsabilidade e compromisso, orientando e acompanhando o trabalho pedagógico de sessenta e cinco educadores dessa área de ensino, até

¹⁴ A partir de 2005, o jornalista Walter Galvão, enquanto Secretário de Educação da SEDEC implantou o Ensino Religioso, na Rede Municipal Ensino de João Pessoa-PB. Isto foi uma porta aberta para chegar até as instituições de ensino.

2013 quando se aposentou. Todavia, mesmo aposentada, sempre atuou na formação continuada desses professores.

Era preciso investir nesta área, porque era algo novo e muito complexo. Apenas vinte e cinco (25) docentes eram efetivos, o restante, eram prestadores de serviço (PS). Grande parte, deles/delas formadas/os, em geral oriundos de outras áreas de ensino, porém, isso é o que vem ocorrendo em todo Território Nacional Brasileiro. Por conta talvez, da indiferença do MEC em relação a este componente curricular.

Por outro lado, a Formação Continuada, sempre teve a sua importância, e acontecia de início no Centro de Capacitação dos Professores de João Pessoa/PB (CECAPRO), depois passou continuamente no Auditório das Paulinas, ministrada por Airam e o Prof. Dr. Vanderlan Paulo Pereira Oliveira.

Depois ficou dividido passando também, pela UFPB, atuando ainda como professora dessa formação, uma parceria entre SEDEC e UFPB. Em alguns municípios do Estado da Paraíba, também colaborou e continua atuando esporadicamente, ministrando a Formação Continuada de ER. Paralelamente, além da coordenação do ER.

Airam foi convidada em 2011 para Coordenação do Polo VIII da SEDEC/PMJP, dando assistência a oito (8) escolas e oito (8) CREIS. Antes disso trabalhava como (T20), passando a trabalhar em horário integral, como (T40). Tendo em vista as duas coordenações que era composta de nove pessoas, com cinco titulares e quatro (4) prestadores de serviço.

Airam foi ainda representante da SEDEC no Conselho da Mulher (CMM) de 2010- 2013. Afastou-se porque se aposentou. Neste mesmo período participou também do Conselho Municipal de Educação (CME) como suplente da Professora Maria Alves, que pediu licença para tratamento de saúde.

Por conseguinte, foi convidada para implantar o ER na cidade de Bayeux – PB acompanhando o trabalho pedagógico pelo período de (2010- 2013), ao mesmo tempo em que ficou por três (3) anos dando formação continuada até 2022 para esses professores, pela secretaria desta cidade, assim como no Auditório das Livrarias, Paulinas em João Pessoa-PB.

Em Cabedelo - PB, esse trabalho teve início em 2019, quando Airam juntamente com o Professor Dr. Lusival Antonio Barcellos, e os doutorandos Daniel Marcos Lelis e Diógenes Faustino do Nascimento participaram das reuniões realizadas pela Câmara de Vereadores, colaborando com eles na montagem do Projeto de implantação do ER, com assistência do Conselho Municipal de Cabedelo – (CMC/PB). Essas reuniões eram coordenadas pelo Vereador Evilásio Cavalcanti. Sendo implantado desde o ano de 2020.

Igualmente, Airam sempre recebe convites de coordenadores do Curso de Ciências das Religiões da UFPB, da coordenação do PPGCR para fazer parte de mesas redondas e fóruns,

seminários, minicursos e palestras para abordar sobre o ER e o FONAPER. Assim como para trabalhar na formação continuada, principalmente através do FIDELID/UFPB com o Prof. Dr. Marinilson Barbosa da Silva e Profª Drª Danielle Ventura. Atualmente, Airam faz parte do Comitê Científico do FONAPER, até a presente data.

1.1.5.2 Epílogo: momentos marcantes

Airam relata aqui apenas alguns episódios de sua história, porém nas entrelinhas deixadas tem muito que apontar. Logo se percebe que esta história continua, não terminou, pois os leitores vão tirar suas conclusões. Todos os personagens que fazem parte destes episódios possuem nomes exóticos, mas se prestarem bem atenção vão descobrir seus nomes verdadeiros. Assim como os nomes fictícios de alguns lugares por onde passou e morou. Trata-se aqui, de locais existentes no mapa do Brasil.

Para Airam esta escolha de apresentar a sua história a começar através do mito, é porque faz parte de um dos temas tratado na sua Tese de Doutorado, onde se tem uma abordagem sobre o mito e mitologia. Fenômenos religiosos envolvendo a Fenomenologia das Religiões. Estes foram e continuam sendo os momentos marcantes de sonhos, realidades, tragédia, tristezas, alegrias, esperanças e realizações deste mito, cujo sonho maior era estudar para dar uma vida melhor para seus queridos pais. Porém, assim quis o destino e as circunstâncias que não se realizasse seu desejo na vida de seus pais, mas, que deixasse este legado como exemplo para seus filhos e filhas, netos/as e bisnetos/as e, assim esta história continua perpetuando-se na vida de Airam.

Imagem nº 11 Convite da celebração das Bodas de Ouro



Foto do Casamento em 21/11/1959

“Os dias felizes da minha juventude, voltaram de uma maneira mais doce do que eu poderia imaginar. Jamais achei que poderia dar a alguém todo o amor que dei aos meus filhos. Mas, a vida me esperava com uma surpresa e me tornei avó”. (Kay Andrew, 2005, p.79)

Imagem nº12 Bodas de Ouro com os netos



Arquivo Fotógrafo – Casal rodeado de seu neto e netas. Novembro de 2009

Imagem nº13 Bodas de Diamante



Arquivo Fotógrafa – Momento Especial. Com filhos e filhas, noras e genros, neto e a líder religiosa que fez a celebração Pastora da Igreja Anglicana do Brasil. Eliane Cristina/ 2019

“O amor é descendente. De pais a filhos, de avós a netos assim e é assim que deve ser. Quando às vezes esse amor é ascendente; É um incrível maravilhoso presente de Deus”.
(Maria T. Hunter. 2005 p. 23).

1.2. APROXIMAÇÃO DA PESQUISADORA COM O ENSINO RELIGIOSO¹⁵

Esta tese¹⁶ é coroamento da minha vivência e experiência na militância do ER não confessional. Mergulhei na pesquisa a respeito do ER, desde quando ainda era uma professora pedagoga. Foi então que resolvi optar pela escolha de aceitar com responsabilidade e compromisso à docência do ER na própria escola que já lecionava como professora polivalente. A princípio, quando assumi este componente curricular, apresentou-se como um tema bastante complexo, e polêmico, porém surgiam algumas dúvidas e inseguranças. Ensinar o quê para todos os/as discentes da escola?

E assim as dúvidas, sempre aumentavam cada vez mais. Conforme Freire (2006, p. 23): “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina alguma coisa a alguém”.

A partir daí veio o desafio de ser uma docente com a opção de pesquisadora do ER. Até que surgiu um Curso de Ensino Religioso Ecumênico, de cento e vinte horas¹⁷ (120h) para todas as escolas Estaduais da Paraíba. Este curso foi coordenado pela professora Pedagoga da UFPB, Maria Azimar Fernandes e Silva, coordenadora do ER da Rede Estadual de Ensino da Paraíba a partir de (1994).

Maria Azimar assumiu a coordenação desse componente curricular com propósito de mudanças e transformações, enfrentando barreiras, objetivando dar outro sentido ao ER e assim, implantou o ER no Estado da Paraíba. A primeira iniciativa foi criar o curso sobre ecumenismo para chegar ao estudo do fenômeno religioso. É importante destacar o apoio da Secretaria Estadual da Educação da Paraíba. (SEC-PB-1994).

Em 1995, foi implantado o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), com a visão de defender a diversidade cultural religiosa, objetivando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil (Fonaper, 2024).

É impossível traçar uma trajetória, sem um caminho de referência. Inúmeros foram os obstáculos que viriam pela frente, principalmente os fatores sócio-político-culturais e religiosos, sobretudo no que tange às questões do fanatismo, preconceito e intolerância religiosa. “Nesse contexto, gradativamente, surgem novos olhares sobre o mundo e o

¹⁵ O texto está na primeira pessoa do singular, pois foi uma experiência vivenciada por esta pesquisadora.

¹⁶ A tese teve um título provisório na qualificação: O Ensino Religioso na Perspectiva Laica: Do Colonialismo à BNCC no Currículo da Escola Pública.

¹⁷ Ver Curso Ecumênico de ER. Disponível em: <https://www.significados.com.br/ecumenismo/>. Acesso em; 05 jul. 2022.

conhecimento, abrindo espaços para uma visão sistêmica, holística e complexa e suscitando nova forma de compreensão do universo” (Oliveira *et al.*, 2007, p.35).

Estes novos olhares estão se referindo ao ser humano e sua religiosidade e como tal, um ser capaz de não somente historicizar, mas de transcender a partir de um contexto sócio-cultural-religioso, assim como um ser capaz de construir conhecimentos conduzindo este processo a dar lugar a algumas reflexões para prática do ER na conjuntura escolar, através de uma nova visão sobre o conhecimento religioso.

Por outro lado, é importante que se diga: “A natureza, o mundo e o cosmo, passam a ser compreendidos como portadores de linguagens diferenciadas, sem a necessidade de ter um centro gestor ou determinantes de ações.” (Oliveira *et al.*, 2007, p. 35). Dessa forma vale afirmar que tudo está interligado com a natureza humana enquanto responsável pela vida como um todo. Partindo do princípio da compreensão da diversidade de divindades, sagrados e mitos em geral existentes em nosso planeta.

É no entendimento dessa diversidade, que docentes exercitam, em suas aulas, as formas de interpretar a relação do ser humano com o divino. Pela complexidade do tema é preciso além de planejar, discutir com a equipe técnica administrativa pedagógica, embora que nem todos compreendam. Em outros momentos é importante dialogar com as turmas considerando as suas limitações. A inoperância em relação a este componente curricular por parte da gestão escolar prejudica o seu andamento no processo de ensino e aprendizagem como um todo. Assim como alguns professores de outros componentes que ignoram a realidade do ER, também os estudantes pensam da mesma forma.

Além de suas dificuldades, os educadores (gestores e especialistas) e a escola como um todo se deparam com muitas dificuldades e desafios, tais como: a falta de fiscalização das autoridades competentes e do ministério público, por desconhecimento da Lei ou por indiferença, a resistência e/ou inércia das universidades públicas quanto à oferta de cursos de licenciatura em Ciências das Religiões.

Este é um dos desafios pelos quais passam os docentes que ministram as aulas de ER, sendo graduado, na sua grande maioria, em outras áreas de ensino. É muito comum o professor ministrar o componente ER apenas como complemento de sua carga horária. Entretanto, isto dificulta cada vez, mais sobre o caminhar deste componente curricular no chão das escolas públicas do Brasil. Dando prosseguimento se apresenta abaixo os detalhes de como aconteceu o caminhar desta pesquisa.

1.2.1 O delineamento da pesquisa

Assim, na raiz de toda criação cultural está a Transcendência, resultando daí um processo, ininterrupto de ocultamento – desvelamento: quanto mais a cultura ilumina o desconhecido mais este insiste em continuar a se manifestar, exigindo novas decifrações. (PCNER, 2009, p. 32).

O título deste trabalho condiz com a linha de pesquisa: Educação e Religião, por ser um estudo acerca do conhecimento religioso que é o objeto de estudo do ER, focando o fenômeno religioso da numerosa diversidade religiosa.

Ressaltando que nesta área de ensino, pesquisamos, estudamos e repassamos para os educandos sobre o fenômeno religioso na complexidade e diversidade das tradições culturais religiosas. O nosso foco na presente pesquisa será fazer um estudo analítico acerca do entendimento de dois segmentos do corpo-técnico-administrativo-pedagógico da escola: os gestores; e os coordenadores e/ou especialistas¹⁸, sobretudo no tocante à complexidade do fenômeno religioso. Nos nossos estudos anteriores, aprofundamos vários assuntos.

Em 2005, apresentou-se uma Monografia referente ao primeiro Curso de Pós-Graduação em Ciências das Religiões pela UFPB - intitulada: O Ensino Religioso na Visão dos Alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos (2007).

Em 2010, no PPGCR, concluímos a dissertação ‘Ensino Religioso: Problemas e Desafios’, por ocasião da abertura do XI Seminário de Formação para Professores de Ensino Religioso (SEFOPER), realizado pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER)¹⁹, em João Pessoa-PB, numa parceria com a UFPB. Mais tarde a dissertação foi publicada (Holmes, 2016), com o título: ‘Ensino Religioso: Esperanças e Desafios reflexões da práxis do cotidiano escolar’.

Em 2019, sendo aprovada no curso de seleção de doutorado do PPGCR foi muito importante, pois quanto mais pesquisas a respeito dessa área de conhecimento acontecer, melhor para esse componente curricular ER, pois cresce dentro de um patamar mais elevado, numa conjuntura sócio-educacional-multicultural, veiculando práticas pedagógicas, epistemológicas e decoloniais diferenciadas para serem enraizadas no ensino e na aprendizagem da educação básica.

Teve como **objeto de estudo** o ensino religioso não confessional²⁰ nas (8) oito escolas

¹⁸ Nas Escolas Estaduais são encontrados gestores, coordenadores pedagógicos e especialistas (Supervisor; Orientador Educacional; Assistente Social e Psicólogo). Nas Escolas Municipais de João Pessoa, só são encontrados gestores e especialistas. Na Baía da Traição existem coordenadores e outros especialistas.

¹⁹ FONAPER (Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso 1995) é uma associação civil de direito privado, de âmbito nacional, sem vínculo político-partidário, confessional e sindical, sem fins econômicos, que congrega, conforme seu estatuto, pessoas jurídicas e pessoas naturais identificadas com o Ensino Religioso, sem discriminação de qualquer natureza. Ver no Site: www.fonaper.com.br.

²⁰- Existem várias opções de Ciência(s) da(s) Religião(ões), Ciência das Religiões, Ciências da Religião. Nesta tese se irá optar por utilizar Ciências das Religiões, o que é adotado nos cursos da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

públicas municipais de João Pessoa-PB, Baía da Traição-PB, Guarabira - PB Estadual.

Apresentando-se, como situação **problema** a compreensão e importância do ER não confessional, para (8) oito gestores e (8) coordenadores pedagógicos e especialistas, nas escolas públicas da Paraíba.

Daí resultou na **hipótese** de que: A falta de clareza das pessoas quanto ao entendimento do ER do ponto de vista pedagógico e epistemológico, gerado pelo desconhecimento dos documentos, das leis; resoluções e seus pareceres, assim como a BNCC quanto ao Ensino Religioso, além da inexistência de leituras e discussões nos planejamentos, realizadas pela equipe gestora-pedagógica. Foi o que se detectou na análise dos questionários da Tese.

Objetivo geral: analisar a compreensão dos gestores, coordenadores pedagógicos e especialistas das escolas públicas da rede de ensino da Paraíba, acerca da importância do ER não confessional, no currículo das escolas estaduais e municipais, através do Projeto Político Pedagógico da escola (PPP).

Objetivos específicos:

- 1- Analisar as informações respondidas pela equipe gestora-técnica-pedagógica das escolas neste estudo, para entender seus posicionamentos e suas opiniões com relação ao Ensino Religioso nas escolas públicas da Paraíba.
- 2- Verificar junto à equipe gestora-pedagógica como o componente curricular Ensino Religioso é ofertado no ensino fundamental e de que maneira ocorrem suas interfaces junto aos demais componentes para a formação cidadã do estudante.
- 3- Investigar a importância dos cursos de Ciência(s) da(s) Religião (ões) da UFPB, na formação de professores/as, para exercerem a docência do Ensino Religioso.
- 4- Averiguar as mudanças de paradigmas do Ensino Religioso ao longo da história e a contribuição do FONAPER na implementação dessa área de conhecimento na BNCC e na configuração da sua base legal.

1.2.2 Uma proposta norteadora

Para compreender todo escopo da tese foi feito um estudo bibliográfico com teóricos ligados na área da(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões); do Ensino Religioso e da Educação, além dos aportes da Legislação; Resoluções e Pareceres da CAPES/CNPQ, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de Dissertações, Teses e Artigos Científicos. Campos (2010, p. 72), afirma que “O ensino passou por transformações que modificaram o sistema de funcionamento didático. Métodos de ensino tornaram-se obsoletos diante das novas referências em que se fez a emergência de linguagens e códigos”.

Foi muito importante apresentar um estudo sobre os autores que abordam, sobretudo, as questões que facilitam e expõem a orientação para o pleno desenvolvimento do ER nas escolas. De acordo com Rampazzo: “O objetivo de uma pesquisa é fundamentalmente a análise e interpretação do material coletado: e esta interpretação leva a defender uma tese determinada” (Rampazzo, 2005, p. 130).

A abordagem utilizada foi quali-quantitativa, pois de acordo com seus objetivos se fez necessário uma análise não somente quantitativa, mas também qualitativa. Segundo as autoras Oleniki e Daldegan (2004, p. 9) asseguram que: “O Ensino Religioso possui uma história que o colocou por muito tempo numa via de mão única: ser um elemento evangelizador na escola.” Isso vem transportar à reflexão de que é necessário (re) pensar sobre este componente curricular de (ER), na prática da colonialidade, um pensar que se faz presente por uma parcela de sociedade, o que prejudica a sua compreensão e o seu valor no chão da escola pública.

Na pesquisa optou-se pelo estudo de caso, a fim de observar e compreender com mais profundidade os comportamentos e as visões das pessoas envolvidas. Devido à especificidade, também foi necessário realizar uma pesquisa exploratória e descritiva a fim de obter maior compreensão do objeto estudado. Segundo (Gil, 2002, p. 44), “[...] a pesquisa exploratória possibilita maior familiaridade com o problema [...]”. Nesta concepção, este autor assegura ainda que este tipo de estudo tem por finalidade, “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”. Assim sendo, este tipo de pesquisa facilita a identificação acerca da compreensão e importância do ER na construção de novos saberes.

1.2.3 Universo da pesquisa

Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação.
(Freire, 2006 p. 35).

O estudo foi realizado na Rede Estadual de Ensino da Paraíba e na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa-PB, além de quatro educadores envolvidos com este processo da educação, pertencentes a outros segmentos da sociedade, fora da escola, totalizando vinte 20 pessoas. Na Rede Estadual da Paraíba, a pesquisa envolve quatro (4) escolas, sendo três em João Pessoa - PB, e uma em Guarabira - PB. Na Rede Municipal também são quatro (4), porém três em João Pessoa e (1) na Baía da Traição – PB. Entre essas escolas municipais temos (1) indígena e quilombola²¹.

²¹ A Base de Informações sobre os Indígenas e Quilombolas consiste em um conjunto de informações cadastrais, organizadas por municípios, sobre as localidades indígenas e quilombolas estimadas pelo IBGE para a realização dos censos e pesquisas. A base representa todos os lugares do território nacional onde exista um aglomerado permanente de habitantes declarados indígenas ou quilombolas, observando-se o princípio da autoidentificação (Decreto n. 5.051/2004, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho). São cadastradas as terras

1.2.4 Critérios utilizados para as escolhas das escolas e entrevistados/as

- a) A distância existente entre cada uma das escolas.
- b) Serem de secretarias diferentes;
- c) Estarem situadas em municípios diversos;
- d) Serem de etnias diversificadas: quilombola e indígenas;
- e) Quanto às pessoas das entrevistas, não terem vínculos com o ER.

1.2.5 Os participantes da pesquisa

No conjunto de cada uma dessas instituições, foram escolhidos: um Gestor/a e um Supervisor/a e/ou coordenador/a. Na falta dessa especialidade na escola, pode ser outro especialista, como Assistente Social; Orientador Educacional e/ou Psicólogo. Ao longo da pesquisa fizemos uma observação participante, observando diversas situações, existentes na realidade escolar, numa perspectiva de verificar atitudes que detalhem seus comportamentos, diante desse componente curricular. Entrevistou-se a seguir quatro (4) educadores de fora da escola para responderem algumas questões a respeito do ER, a título de saber os seus posicionamentos quanto a este componente curricular.

1.2.6 As técnicas aplicadas

- Observação Direta, estudando uma situação da escola com relação a esses segmentos de gestores e especialistas com foco ao Ensino religioso.
- Diário de Campo, para fazer todas as anotações pertinentes durante a pesquisa campo.
- Questionários semiestruturados, com perguntas abertas e fechadas; quadros e tabelas, analisando e classificando por semelhanças e diferenças dentro do universo a ser estudado.
- Entrevistas semiestruturadas com pessoas do cenário educacional, numa perspectiva de perceber seus posicionamentos em relação ao ER.

Triviños (2015) assegura que:

indígenas e territórios quilombolas oficialmente delimitados pelos órgãos responsáveis e os agrupamentos de domicílios ocupados por indígenas e quilombolas. São inseridos ainda dados de outras localidades que não atendam aos critérios anteriores, mas que sejam ocupados por indígenas ou quilombolas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 1 abr. 2023

Assegura que este método conduz o investigador à interpretação e à busca permanente dos significados das mensagens escritas, ou seja, à descrição analítica dos conteúdos das mensagens contidas nas falas dos sujeitos da pesquisa, nos documentos oficiais, a exemplo dos textos produzidos a partir das transcrições das entrevistas realizadas com os sujeitos pesquisados.

Depois da aplicação destes instrumentos, se realizou a tabulação dos dados.

Após a obtenção de todas as informações, se fez a análise e interpretação apresentando os resultados no último capítulo.

Apresenta-se a seguir a continuidade da exposição dos capítulos, dando continuidade a esta pesquisa. Segundo Freire (2006, p. 125): “Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica”.

1.2.7 Panorama dos capítulos

No Capítulo II denominado: “Ciências da(s) Religião (ões) e Ensino Religioso”.

Este capítulo teve como finalidade conhecer como se deu o processo da trajetória do Ensino Religioso confessional de estilo colonial. A História nos conta que esse colonialismo surgiu desde os tempos mais remotos do processo de colonização do Brasil em que o ER fez parte de uma longa caminhada, através da dimensão um tanto confusa de uma visão sócio-histórica-política-cultural-religiosa, numa relação do “ter e do poder”, onde se confundia com a questão da fé. Eram acordos estatal-eclesiais com reinados e burguesias, nos tratados com lideranças religiosas, envolvendo uma disputa entre Estado, Aristocracia e Instituições Religiosas, que mantinham privilégios e o monopólio do poder com o ensino da religião.

Diante de vários desafios o ER daquela época, era visto através, de uma única religião, que passou muito tempo catequizando índios e negros (escravos), depois foi levado para as escolas fortalecidas pela Constituição de 1824, esta que estabelecia em um dos seus princípios a Instrução Religiosa da doutrina confessional católica. Isto repercutiu na marginalização do ER, principalmente para os que não conhecem, o qual se propaga até o momento presente. Segundo (Oliveira *et al.*, 2007, p. 25) asseguram que:

A civilização ocidental europeia no continente americano, de certa forma consolidou-se segundo uma cosmovisão centrada em leis estáveis, hierarquicamente organizadas, que determinaram o processo condutor da vida dos povos a ela subjugados. Essa cosmovisão assemelha-se de um tecido feito de fios produzidos com experiências acumuladas em mais de 500 anos de dominação, entre as quais as descobertas decorrentes das grandes navegações.

Todavia este processo aos poucos foi passando, saindo de um colonialismo para se situar numa posição mais elevada, através da laicidade do Estado Brasileiro amparado pela legislação, resoluções e pareceres, BNCC e FONAPER. Fazendo parte das Ciências das Religiões.

O envolvimento do FONAPER, a garantia da legislação, assim como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017-2018), a Proposta Curricular da Paraíba (PCPB 2018) e, as Diretrizes Curriculares Nacionais, oferecem grandes contribuições quanto ao Ensino Religioso Não Confessional no espaço das escolas públicas.

Demonstrando assim através da interculturalidade maiores condições que assegurem aos docentes melhores estratégias de desenvolver o seu desempenho quanto ao trabalho pedagógico ao lado dos discentes, referentes ao ensino e a aprendizagem, utilizando os recursos que estão disponíveis nas escolas públicas com o apoio da equipe gestora e pedagógica da escola.

Segundo (Fleuri, 2015, p. 40-41) assegura que:

A perspectiva inclusiva e intercultural também ressignifica o uso das novas tecnologias de informação e comunicação na prática educativa, instigando a realizar mudanças significativas no currículo, no que se refere aos processos de construção de saberes escolares, ao desenvolvimento da subjetividade dos educandos e à formação dos educadores.

O referido autor chama atenção sobre as mudanças que deve haver no campo educacional brasileiro, aproveitando o máximo desses recursos que as escolas dispõem para repensar a sua prática pedagógica, além de que esses/essas estudantes já têm certa intimidade com as mídias sociais, muitas vezes até mesmo mais do que o educador.

O Capítulo III, que tem por título: “A Visão da Equipe Gestora e Pedagógica sobre o ER nas Escolas Públicas da Paraíba”. Neste capítulo foi realizada uma análise das causas, que dificultam o processo da aprendizagem focalizando este componente curricular, com vistas de toda a equipe gestora - pedagógica e a comunidade escolar.

Quando se fala de escola, é preciso refletir a respeito das questões primordiais da educação, pois, dentro desta encontra-se o processo de ensino e da aprendizagem, pois “só há ensino se houver aprendizagem, ou seja, a aprendizagem só se efetiva se houver excelência na arte de ensinar”. Assim já dizia (Paulo Freire). Além de fazer um reconhecimento a respeito da equipe gestora – pedagógica, pesquisando seus perfis profissionais e os das escolas pelas quais são responsáveis.

Por isso a importância de toda essa equipe gestora de estar envolvida com todos os processos de conhecimento de cada componente curricular para o sucesso contínuo quanto ao ensino e aprendizagem. Portanto, faz-se necessário a parceria entre esta equipe e toda comunidade escolar para o aprimoramento deste procedimento não somente no campo da escola, mas, de toda Educação Brasileira em geral. Além de entrevistar quatro educadores²² que estão fora do espaço escolar, com a finalidade de investigar seus posicionamentos quanto

²² Estes educadores são: Professores Mestres, Doutores e Doutorandos formados pelo Curso de Ciências das Religiões /UFPB.

ao Ensino Religioso não confessional. O que representa um subsídio importante para a escrita desta tese. Além de torná-la mais rica de conhecimentos. Neste capítulo apresentou-se ainda a submersão nos “porões da UFPB”, para trazer as memórias que estão interligadas com o ER na Paraíba, num cenário onde a pesquisa permitiu vasculhar todo o processo que se relaciona com este componente curricular do ponto de vista científico e academicamente importante para a formação da docência de professores do Ensino Religioso. Além de ser mais elemento de estudos e pesquisas para o conhecimento sobre o que se passa em termos deste curso de Ciências das Religiões ofertado pela UFPB.

Conforme os PCNER (FONAPER, 2009, p. 44) “A Educação escolar tem possibilitado historicamente o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade e ao mesmo tempo o desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa, através de valores e atitudes”.

Portanto, esses são representados pelo respeito ao outro, enquanto um princípio de alteridade, a partir do cuidado para com tudo que se relaciona ao universo. É preciso antes de tudo, me conhecer primeiramente para me posicionar e valorizar tudo que me circunda. E assim conhecer o outro. Portanto, esta mesma página dos PCNER (FONAPER, p. 44) que afirma tudo exposto acima por esta pesquisadora.

Conhecer significa captar e expressar as dimensões da comunidade de forma cada vez mais ampla e integral. Assim, entendendo a educação escolar como um processo de desenvolvimento global da consciência e da comunicação entre educador e educando, à escola compete integrar, dentro de uma visão de totalidade, os vários níveis de conhecimento: o sensorial, o intuitivo, o afetivo, o racional e o religioso.

E assim, dando continuidade, a esta pesquisa segue-se para o Capítulo II intitulado **“Ciências das Religiões e Ensino Religioso”**.

Esta foi uma luta e conquista de poucos, para muitos através de sonhos à realidade, ou seja: toda sociedade.

2 CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES E ENSINO RELIGIOSO

Sua origem primeira não foi esse elemento numinoso, e sim todas passaram por uma etapa preliminar na qual não passavam de produtos “naturais” de uma fantasia rudimentar de ingênuas épocas primitivas. Só que então são entretecidas por uma trama bem exclusiva, pela qual vêm tornar-se antessala da história da religião. (Otto, 2017, p. 155).

Apresenta-se neste capítulo a submersão nos “porões da UFPB”, para trazer as memórias que estão interligadas com o ER na Paraíba. Passa-se a descrição desde a origem da história da criação dos cursos de Bacharelado e de Licenciatura em Ciências das Religiões, Mestrado e Doutorado na UFPB, ao longo do período de 2005 a 2024.

2.1 CURSO DE CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES NA UFPB

A pesquisadora acompanhou de perto toda essa trajetória, primeiro enquanto estudante do Curso de Especialização, da(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões), iniciando assim esta trajetória como pesquisadora do Ensino Religioso e, neste momento, doutoranda do programa.

2.1.1 O histórico do Curso de Ciências das Religiões na UFPB

Há muitos que as religiões deixaram de ser questão de fé ou de foro íntimo, para se tornarem veículos de manipulação, lucrativa fonte de renda e, no pior dos casos, braço armado de indivíduos ou governos fanáticos. (Lins, 2011, p. 8).

O histórico do Curso de Ciências das Religiões da UFPB, nesta tese, teve um grande significado, por deixar aqui registrado parte da história da vida acadêmica desta pesquisadora. Este processo, ao longo dos últimos dezenove (19) anos vem se consolidando cada vez mais na UFPB, fazendo toda diferença entre os demais cursos. Haja vista os inúmeros cursistas que já passaram por esses Cursos do PPGCR.

Contudo é importante destacar que inicialmente, tais ensinamentos, já vêm se expandindo também em outros Estados Brasileiros. Tudo começou com a primeira turma de Pós-Graduação Lato Sensu em (2005-2006). Na década dos anos de 1990 a UFPB já se preparava para chegar até onde está atualmente. Segundo Miele (2011, p. 37):

As Ciências das Religiões têm uma história antiga na UFPB. Em 1994 foi oferecido o componente curricular ‘Religião e Sociedade’ para os alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), do CCHLA, reapresentada nos anos seguintes. A grande procura dos alunos estimulou a criação do RELIGARE, Grupo de Pesquisa em Religião e Religiosidade, cadastrada no CNPQ desde 1996.

Por ocasião da oferta do primeiro curso para os professores de ER, a presente pesquisadora, enquanto professora e coordenadora do ER na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa-PB, estava enquanto discente deste curso. Pois, era um motivo de esperança.

Eram momentos ímpares, para os professores de ER da Paraíba que já esperavam com muitas expectativas.

Pesquisando no Site do PPGCR, se obteve alguns escritos sobre o projeto de implantação do Curso de Ciências das Religiões. Um documento sucinto, mas que teve a sua importância, esclarecendo alguns dados sobre seus manuscritos a respeito do PPGCR (2006):

O projeto de criação do PPG-CR foi acalentado por um grupo de professores pertencentes ao Religare Grupo de Pesquisas e Estudos em Religiosidade que agrega pesquisadores cadastrados no CNPQ desde 1999. Durante dez anos (1996-2006) o grupo produziu, publicou e orientou inúmeros trabalhos acadêmicos. Mas, o ano de 2005 foi um marco na existência do futuro PPG-CR. Atendendo a Comissão Permanente do Ensino Religioso da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba que solicitou um curso de capacitação para os professores da disciplina Ensino Religioso. Assim nasceu o 1º Curso de Especialização em Ciências das Religiões (lato sensu), aprovado pela Resolução nº. 40/2004 do CONSEPE e iniciado em abril de 2005. Este curso deu o impulso necessário ao projeto de criação do programa de pós-graduação stricto sensu. O PPG-CR foi criado nos termos da Resolução nº 03/2006 do CONSEPE e reconhecido pelo Conselho Técnico Científico da CAPES, em reunião realizada no dia 12 de julho de 2006. A primeira turma teve início em março de 2007.

Continuando as pesquisas sobre a memória do PPGCR, encontraram-se mais informações de conhecimentos escritos que norteiam e enriquecem esse estudo.

Segundo Miele (2011, p. 37):

Entre 1996-97 foi realizado o primeiro Curso de Extensão. Estas atividades exitosas levaram o grupo a promover o Primeiro Encontro do Religare, em novembro de 1999, Seminário que resultou no livro intitulado O Velho e o Novo em Mil Anos. No ano seguinte de 1997 foi realizado o Segundo Encontro do Religare, que resultou no livro Saberes Emergente.

Isto é uma fonte de pesquisa importante para a história do PPGCR, o que deu esperanças e ao mesmo tempo, mostrou que as portas estavam se abrindo para um novo ER, deixando para trás um ensino prosélito, que se distancia cada vez mais do tempo em que se apresentava na escola enquanto um ER mono cultural. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER, 2009, p. 32), afirmam que:

Cada cultura tem, em sua estruturação e manutenção, o substrato religioso que a caracteriza. Este o unifica a vida coletiva diante de seus desafios e conflitos. Desse modo, a ação humana consiste em tornar a transcendência sua companheira de todas as etapas de aventura como origem de projetos, enquanto desejo e utopia.

O curso das Ciências das Religiões foi resultado de uma “Luta de Classe”, que representava o empenho dos professores de ER por melhores condições intelectuais para os professores de ER com a finalidade de obtenção de formação adequada através de cursos para fundamentar as aulas deste componente curricular, uma vez que não estavam preparados teoricamente para exercerem a prática pedagógica.

O que é indispensável, pois seria necessária uma base que fundamentasse os/as docentes de Ensino Religioso.

Coordenada pela Professora Maria Azimar Fernandes e Silva²³, Pedagoga da UFPB. Essas ideias manifestaram-se nos encontros juntamente com a equipe de professores de ER, cuja reivindicação surgiu dentro de discussões por ocasião da Formação Continuada.

A cada encontro da Formação, era deixada sempre a segunda parte desse encontro para amadurecer tal ideia de lutar por este curso tão esperado para os professores de ER. E assim prosseguiu-se sem ninguém desistir. Esses eram os nossos objetivos naquele momento. E assim conquistamos, pois tudo que obtivemos até hoje é fruto de luta e sacrifício.

Somente pensar que tudo nesses encontros eram onerados para os professores, que viajavam quilômetros para participarem dessas formações. A referida Prof^a. Maria Azimar F. e Silva, enquanto coordenadora viajava para as cidades da Paraíba, dialogando e incentivando os gestores de todas as regionais da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, cujo trabalho era realizar reuniões com suas equipes de professores de ER e Supervisores dessa rede de ensino, com o intuito de aprimorar cada vez mais um ER eficaz respeitando a diversidade cultural religiosa do Brasil, conforme os documentos legais do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Por conseguinte, essas discussões da equipe de professores de ER nos momentos da Formação foram lentamente crescendo e tomando um novo rumo, com as apresentações de experiências vivenciadas pelos docentes em sala de aula. Isso era mais um motivo para lutar. Até que um dia essa coordenadora (Maria Azimar) juntamente com os professores tomou uma decisão, de levá-las à frente e torná-las realidade. É o que se apresenta no subitem abaixo.

2.1.2 A tomada de decisão entre o gestor: estadual e federal

Nessas discussões, as ideias foram amadurecendo até que surgiu à idealização de se formar uma comissão para conversar com o reitor da UFPB. Entretanto, no meio de tantas opiniões veio o parecer de muitos professores, que estavam presente dando a ideia de que deveria ser apenas um/a representante. E assim concordaram juntamente com a Professora Maria Azimar. Neste caso, esta pesquisadora foi indicada por todos os colegas para representá-los, enquanto docente de ER da Rede Estadual de Ensino. O que aceitou tal proposta. Tanto a Prof^a. Maria Azimar, quanto esta pesquisadora, não mediu esforços para que tudo se concretizasse, numa parceria entre a SEC/PB e a UFPB.

Em fins de 2004, agendou-se uma audiência com o Secretário da Educação Estadual. Neste encontro, estas professoras se apresentaram e entregou um documento em nome da

²³ Segundo a Professora Maria Azimar, sua escolha para estar coordenando o ER, na Secretaria de Educação da Paraíba, foi um pedido do Arcebispo Dom José Maria Pires. Ela contava com todo o apoio de Dom José para enfrentar os conflitos nas regionais, contrário ao ER não confessional.

equipe de professores de ER da PB, solicitando ao Senhor Secretário de Educação e Cultura de Estado, daquela época, um documento para apresentar ao Magnífico Reitor Professor Dr. Rômulo Soares Polari, em 2004 a criação de um Curso de Especialização, Capacitação, e/ou até mesmo uma licenciatura para professores de ER.

Esta equipe foi atendida e, imediatamente foi conduzida até a secretária, determinando que essa executasse um ofício, ao Reitor da UFPB solicitando esse tão esperado curso, assinando, logo em seguida e devolvendo, em mãos. Saindo da SEC/PB, deu-se entrada na UFPB. Este documento foi entregue nas mãos do Reitor que enviou ao Protocolo para as devidas providências.

Recebemos, dias depois, um chamado da Prof^a Dr^a Neide Miele, para conversar esta equipe a respeito do assunto com a finalidade de oficializar o processo. Este foi um momento marcante para todos/as docentes de ER, por oficializar um curso de pós-graduação, numa universidade Federal, seguindo a legislação legal, do ER não confessional. Segundo a o relato da Prof^a. Dr^a. Neide Miele, isso era uma luta desde a década dos anos 90.

Cecchetti (2018, p. 11), afirma:

Historicamente, o Estado e a escola brasileira foram instituídos sob o manto da aliança entre trono e o altar, em nome do projeto colonizador eurocêntrico. Neste contexto, os princípios da moral cristã e da doutrina católica entranharam-se ao ensino elementar, cabendo aos professores ensinar tanto os conteúdos sagrados quanto os profanos. Durante todo o Brasil - Império (1822-1889), o ensino da doutrina católica era parte integrante do currículo clássico humanístico o qual, paulatinamente foi perdendo espaço diante da incorporação dos estudos científicos nas escolas e faculdades, tendência dominante na Europa do século XIX, que minimizava ou excluía a religião dos programas de ensino.

Era início de uma nova fase para o ER, era chegado o momento de sairmos do ER prosélito, para dar espaço a uma proposta científica e inovadora não confessional. Com ajuda de alguns professores da UFPB, entre estes se destacam a Prof^a Dr^a. Neide Miele; Dr. Prof. Carlos André Cavalcanti e o Dr. Prof. Severino Celestino, Prof^a Dra. Berta Lucia Kluppel, foram os primeiros a abraçarem essa proposta, que além de apoiar, também se tornaram professores do referido curso entre os demais.

Enquanto, foi solicitado um curso de capacitação e/ou licenciatura para os professores de ER começou-se pela Especialização. Percebendo assim o que se ganhou e nos deixou extasiados/as essa troca a começar por uma Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Isto é uma especialização.

Neste momento, nos sentimos contemplados/as, com estas novidades. Este curso é o destaque do próximo subtema, com maiores detalhes.

2.1.3 Especialização: marco na existência do PPGCR esperança e realidade em 2005

Ensinar exige alegria e esperança: Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos, juntos podem aprender ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria. (Freire, 2006, p. 72).

Após a conclusão de duas especializações em Ciências das Religiões 2005/ 2006 é que tramitou o curso de mestrado acadêmico em CR. Inicialmente isto foi um tanto estranho implantar um Curso de Ciências das Religiões, a partir de uma Pós-Graduação, em vez de licenciatura, mas, mesmo assim, realmente foi considerado este momento, um marco importantíssimo que motivou cada vez mais, os professores, para participar deste referido “Curso de Especialização em Ciências das Religiões”. Isto foi fundamental para a consolidação deste tão esperado e sonhado curso.

Preparando assim não só pessoas interessadas nesta área de estudo e pesquisa, mas também valorizar esses docentes de ER, que assumiram este componente curricular com a formação inicial em outras áreas de ensino, mas que têm oportunidade de se qualificar a partir deste Curso do PPGCR, assim como da Formação Continuada.

Apesar de ser um Curso experimental, trouxe novos conhecimentos na área das Ciências das Religiões. Na oferta da primeira turma de Especialização em 2005, esta estudiosa optou, enquanto pesquisadora, para fazer o curso que iniciou com mais de trinta cinco cursistas aproximadamente. Dentre estes havia docentes de ER e profissionais das mais diversas áreas entre: Educação; Direito; Medicina, Odontologia, Lideranças Religiosas; História, Teologia; Psicologia entre outros. A segunda turma seguiu também em 2006. Foram apenas 2005/2006 finalizando assim a Especialização. Independente de Religião.

Para ingressar nesse curso, além da documentação exigida, foi feita uma prova escrita, dividida em duas partes: com perguntas abertas e outra parte era para dissertar sobre: “A Importância do Curso de Ciências das Religiões para você enquanto pessoa e profissional”. Naquele momento tudo era novo para todos e todas, mas, de uma coisa havia a certeza de que se estudaria o ER do ponto de vista científico. Houve um primeiro encontro com a coordenadora do curso Prof^a Neide Miele para esclarecimentos e dúvidas quanto ao curso e suas normas e funcionamento.

Entre essas abordagens falou-se sobre o curso que iria ter uma pequena contribuição mensal que seria revertida em benefício do próprio curso. Todos os meses havia prestação de contas de tudo que era comprado e colocado em murais. Realmente tudo que foi tratado, foi colocado em prática, o que deixou os cursistas, mais esperançosos/as. Quanto ao horário, as aulas começavam nas sextas-feiras, das 14:00h às 22:00h; aos sábados, das 8:00h às 17:00h, com intervalos para lanche, almoçar e jantar. Aos domingos as aulas aconteciam quando

vinham professores de outros Estados, pois era de praxe a coordenação do curso trazer alguns professores convidados para complementar e enriquecer essas aulas.

O curso iniciou em abril de 2005, com uma aula inaugural, com a participação dos cursistas e todos os professores ministrantes do curso. Na ocasião, houve as palestras proferidas pelos professores Dhanvantari Swami (conhecido como Maharaje), Monge Vaishanava, da Ordem Sanyasa acompanhado de um de seus discípulos Augusto do Hare Khrisna de Campina Grande-PB. Após a apresentação, foi feita uma saudação com as mãos postas e curvados e disseram: “Namastê”. Pediram que todos e todas fizessem também de mãos postas e depois explicaram o significado: “O Deus que habita no meu coração, saúda o Deus que habita no seu coração”. Termo usado na Índia e no Nepal.

Após esta magnífica aula, que por sinal foi muito participativa e explicativa sobre a disciplina “Hinduísmo”, todos foram convidados, docentes e discentes a se dirigirem à outra sala, e juntamente com a professora Neide Miele disse: “Temos uma surpresa para todos e todas. Daremos continuidade a essa aula numa outra sala de aula, pronta para este momento”.

Ao abrirem-se as portas, havia uma sala bem organizada para oferecer um jantar, preparado por eles, com as iguarias vegetarianas, muito deliciosas, que fazem parte de seus cardápios, uma vez que são veganos. Isso foi para concretizar essa aula inaugural. Eram “alimentos sagrados e consagrados”²⁴, através de uma prece, que se escutou de olhos fechados em harmonia com o silêncio daquele momento espiritual e ao mesmo tempo de alegria. Assim afirma Paulo Freire: “A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo de busca. E ensinar e aprender não pode dar-se, fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (Freire, 2006, p. 142).

Justamente foi esta emoção, que se sentiu naquele momento significativo, de ensino e aprendizado. Pois falar do Sagrado, o Transcendente e/ou outros títulos, sempre há um convite à construção de um novo conhecimento. Presenciou-se através da Tradição cultural religiosa Hindu com toda a sua sacralidade dos seus ritos e rituais uma aula inaugural do Curso. Esses professores foram contratados pelos coordenadores do Curso de Especialização em Ciências das Religiões para ministrarem a disciplina de Hinduísmo. Atualmente estão radicados no Seminário Teológico de Campina Grande /PB.

Assim como os hindus, houve aulas palestras também com a Monja Cohen, autoridade máxima no Brasil sobre o Zen Budismo (Cláudia Dias Baptista de Souza – ex-jornalista), uma grande estudiosa do Budismo. Outro palestrante o Sheikh Mohammad Ragip, da Ordem Sufista Halveti que veio de São Paulo para falar sobre o Islamismo. E por fim com a Prof^a. Dra. Maria

²⁴ Todas as culturas religiosas têm como tradição os seus alimentos sagrados. Estes têm seus destaques principalmente em momentos festivos, embora que no cotidiano, muitas culturas utilizam esses alimentos.

Cristina de Freitas Bonetti da PUC-Goiás, com a disciplina “Danças Circulares Sagradas”. Essa professora é da área de Ciências da Religião e ao se apresentar disse: “Sou paulista de nascimento, porém goiana de coração”.

Essa questão do respeito e da alteridade, e do diálogo inter-religioso no combate da intolerância, do fanatismo e preconceito de um modo geral, foi o foco deste Curso. E assim prosseguiu com temáticas sobre Candomblé e Umbanda; Cristianismo; Judaísmo; Egito, como Islamismo, Cristianismo: Católico Apostólico, Protestante e Evangélico. Além de outras Tradições e Culturas Religiosas.

Apesar de ser um curso experimental. Foi muito rico em conhecimentos. Em cada pergunta que se fazia eram respostas precisas e claras. “A tarefa de buscar fundamentos para o ER remete às questões do fundamento do conhecimento humano. Entende-se o conhecimento religioso, mesmo revelado, como um conhecimento humano” (FONAPER, 2009, p. 34). Por outro lado, é importante destacar que: “Não se pode esquecer que as respostas são sempre conhecimentos” (FONAPER, 2009, p. 39).

Essas aulas iniciaram-se na Central de Aulas (CA), por oferecer melhores condições de espaços, segundo a coordenadora do curso. Entretanto, o que de fato ocorreu era que em cada encontro se tinha uma sala diferente. Ninguém exigia nada, pois tudo era novo e, por isso, se procedia às dificuldades, sem reivindicação. Assim como, havia um grande estacionamento ao ar livre de carros, além das lanchonetes e Xerox e outros que favoreciam o bem-estar dos cursistas.

Depois as aulas passaram para o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) também continuavam da mesma forma. Pois cada vez mais, os encontros eram em salas diferentes e ofereciam maiores dificuldades. Por outro lado, os coordenadores conseguiram uma sala no referido setor para o funcionamento do curso, apesar de tal sala precisar de muitos reparos. Com a contribuição das mensalidades foram executadas as devidas reformas e compras de equipamentos. E assim já havia uma sala especialmente para essas aulas de CR. Por conseguinte, agora buscar o melhor na construção de novos conhecimentos transmitido para os/as discentes pelos professores das diversas disciplinas desta nova Ciência, através das pesquisas e estudos. Assim o educador Paulo Freire (2006, p. 68) se expressa quando afirma a respeito do “Ensinar exige apreensão da realidade”.

Esse autor afirma ainda que:

A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas. A nossa capacidade de aprender de que decorre a de ensinar, sugere ou mais, do que isso implica a nossa habilidade de aprender a substantividade do objeto apreendido (Freire, 2006, p. 69).

Essa nova experiência ampliou para os discentes de ER, assim como para todos os cursistas um leque de possibilidades a que veio não só enriquecer, mas, facilitar cada vez as experiências dos/das enquanto profissionais da Educação. Os professores ministrantes em sua maioria eram da própria UFPB, entre estes havia outros professores que também eram lideranças religiosas, não só de João Pessoa-PB, quanto de outros Estados.

Nessa época, os professores da UFPB eram: Prof^a. Dra. Neide Miele; Prof. Dr. Carlos André Cavalcanti; Prof. Dr. Severino Celestino; Prof^a Dra. Berta Lucia Kluppel; Prof^a. Dra. Maristela Andrade; Prof^a. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho; Prof^a. Dra. Maria Otília Storni; Prof. Dr. Giovanne de Buais. Prof^a. Dra. Ana Coutinho; Prof^a. Dra. Beliza Áurea, Prof^a. Dra. Simone Maldonado; Prof. Dr. Fabrício Possebon; e tantos outros enquanto membros externos da UFPB que contribuíram com esta pesquisa.

Graças a esses professores da UFPB, que se mostraram interessados e satisfeitos, porque naquele momento era o início de toda uma trajetória no campo das Ciências das Religiões. Por isso, abraçaram a causa, haja vista de tudo que se tem hoje no campo da UFPB, sobre esta ciência, que está crescendo organizadamente, além de ser muito rica de conhecimentos. Embora a procura seja grande por estes cursos do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR), porém ainda se tem muito chão para ser percorrido, haja vista os prosélitos e os fanáticos.

2.1.4 Diálogos: uma atitude entre altivez coragem e ousadia

Essa foi uma proposta sábia da Prof^a Maria Azimar, pois, quem diria que duas simples professoras de ER seriam capazes de: a) uma pela sua altivez e coragem poderia pedir um documento para um Secretário de Educação do Estado da Paraíba solicitando ao Magnífico Reitor da Universidade Federal da Paraíba Professor Dr. Rômulo Soares Polari para a implantação de um Curso de capacitação para professores de ER; b) e a outra, pela sua ousadia de aceitar o convite de chegar até a este Reitor e de se apresentar enquanto professora de ER representando a sua classe. Tanto a Prof.^a Maria Azimar quanto esta pesquisadora foi bem recebida além de conseguirem muito mais do que se solicitou.

Segundo (Freire, 2006, p. 66), “Ensinar exige humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores”. Basta dizer que foi um curso de muitos conhecimentos. Quando se fala em conhecimentos. Uma frase interessante: “O suporte mínimo necessário para o desenvolvimento do Ensino Religioso está fundamentado nas ciências humanas, sociais e na

religião.” (Holmes, 2006, p. 34). De acordo com o site do PPGCR (Site pesquisado em 2002), temos:

O fenômeno religioso é um dos quatro pilares da cultura humana, sendo os outros três, a Filosofia, a Arte e a Ciência. É nas instituições de ensino que se entra em contato com a ciência. O mesmo deveria ocorrer com as Religiões, patrimônio cultural de todos os povos e, como tal, matéria de estudo e pesquisa. O conhecimento abre a mente, mas o fundamentalismo religioso é extremamente nocivo para o indivíduo e para a sociedade. Ele promove a intolerância, a dificuldade de relacionamento entre grupos, destrói a integração e o respeito mútuo, não admite opiniões divergentes e considera sua perspectiva isenta de erros. Todavia, ao se ter por pressuposto que: A ignorância é a mãe da intolerância, a maneira mais consequente de superar a ignorância, ou seja, o desconhecimento, e assim forjar a tolerância religiosa, é fomentar o conhecimento. Neste sentido, a Universidade Federal da Paraíba criou o Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões com o intuito de contribuir para a construção de uma sociedade harmoniosa, tolerante para com os diferentes, fundamentada na ética e no respeito às minorias.

Neste mesmo site, apresentam-se ainda os objetivos deste curso de Ciências das Religiões, que por sinal são bem sucintos, mas de grande significado. São eles:

- Formar docentes para o ensino fundamental, médio e superior;
- Formar pesquisadores para assessorar órgãos governamentais ou não;
- Formar consultores;

Essa formação aconteceu então com um curso completo nesta área de ensino. Pleiteou-se apenas um curso de Capacitação / e ou Especialização e conquistou-se o curso completo. Porém, com isto avançou-se muito mais, pois em nome da classe se obteve a oportunidade de conhecer este curso, oportunizando dessa forma a toda sociedade paraibana, assim como toda parte do Brasil, principalmente os Estados vizinhos, entre as regiões Norte e Nordeste que fazem seleção para cursarem os cursos do PPGCR. E foi um dos maiores êxito de ter lutado e conquistado este curso de Ciências das Religiões, sem saber que seria inicialmente implantado o Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões.

Neste ínterim houve visitas de alguns professores autores e palestrantes, que vieram visitar a UFPB, a convite da professora Dra. Neide Miele. Eram palestras ricas em conteúdo, que favoreceu bastante, quanto aos conteúdos estudados no decorrer desta trajetória da Especialização. Além de muitas promessas de crescimento deste curso de Ciências das Religiões. Como resultados deste seletivo curso, todos e todas cursistas apresentaram um escrito em forma de Monografia.

De acordo com Cecchetti (2018, p. 14):

O crescente número de iniciativas de formação inicial em Ensino Religioso não confessional está a consolidar outra perspectiva de trabalho educativo na escola pública, não mais pautado em colonizar os imaginários e nem difundir uma única verdade, mas em contribuir na formação do respeito, reciprocidade e convivência democrática entre pessoas e grupos que assumem convicções religiosas diferentes.

Foram estas iniciativas que moveram cada vez mais ao exercício de maiores engajamentos, por uma escola cidadã em busca da cultura de paz, procurando vencer as barreiras dos desafios que se tem no dia a dia, tais como: o preconceito, a intolerância, o despreparo de certos profissionais que atuam nessa área de ensino e tantos outros, como o desconhecimento de alguns gestores, coordenadores e especialistas das escolas que ignoram os conteúdos trabalhados em sala de aula. Trabalhar com um novo conhecimento é difícil. De acordo com Freire (2006, p. 35) “Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”.

Por conseguinte, assim, se apresenta abaixo o resultado do primeiro curso da Pós-Graduação em Ciências das Religiões na UFPB.

2.1.5 O resultado do primeiro curso de especialização de Ciências das Religiões²⁵

A partir dos anos 1990, por ocasião das mudanças de paradigmas nas diversas culturas, com as inovações tecnológicas dando apoio às pesquisas, com isso, situou a religião num patamar mais elevado, através de uma relação dialética, atribuindo assim, mais espaços ao diálogo inter-religioso entre as culturas e as tradições religiosas.

Este é um fato marcante que se faz presente neste estudo com a ideia do sagrado, do divino, do transcendente e tantos outros nomes, como referência da grande diversidade cultural religiosa, o que depende muito de cada cultura religiosa. “Essa maneira de entender a cultura permite que, olhando para o mundo, detectamos facilmente a enorme diversidade cultural que é característica das construções humanas” (Vilhena, 2005, p.37).

Por outro lado, esta mesma diversidade, pode ser considerada ainda como ponto chave para a compreensão da pesquisa sobre a natureza do ER laico, na perspectiva da diversidade cultural religiosa e do fenômeno religioso, descrevendo a sua finalidade de modo especial no chão dos estabelecimentos públicos de ensino e, portanto, na Educação Básica.

De acordo com o filósofo Cortella (2006, p. 11) que chama atenção das pessoas: “Não confundir educação religiosa com Ensino Religioso”. Isto é bem claro para o entendimento de professores de ER, porque a Educação Religiosa representa uma confissão religiosa, enquanto o Ensino Religioso atualmente representa um componente curricular que abrange toda diversidade cultural religiosa e se estende a todas as escolas públicas do Brasil.

Aqui se abre um espaço para dar destaque a um acontecimento dentro de toda história do PPGCR, desde o início da sua criação. Este estudo teve como objeto de pesquisa uma

²⁵ Compreendeu-se neste curso, a diferença de ser pesquisador, desprendendo-se de preconceitos e fanatismo religiosos. Que todos têm a sua cultura religiosa e liberdade de fazer suas escolhas. Bem como, o direito de crê ou não crer. O que deve ser respeitado.

sondagem com os/as discentes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Campos, no bairro dos Bancários na cidade de João Pessoa-PB. Tendo como resultado a escrita da Monografia, apresentada à UFPB, com o título: ‘O Ensino Religioso na visão dos alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Campos’²⁶ Sendo esta pesquisa com todas as turmas da 2ª fase do Ensino Fundamental. Tendo como orientadora dos escritos deste estudo a Professora Dra. Neide Miele.

Vale ressaltar que isto para esta docente de ER, foi muito gratificante e enriquecedor por se tratar de um primeiro trabalho científico e acadêmico com todas as turmas da referida escola. Esta escola, por ser de pequeno porte, onde se ministrava essas aulas, desde a Educação Infantil; Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Segundo Freire, (1996, p. 32): “Ensinar exige estética e ética”.

Para esta pesquisadora entende que a estética se preocupa com a beleza do mundo, isto é, a capacidade que o ser humano tem de cuidar do mundo, sem depredá-lo. Enquanto a ética é tudo que se relaciona no mundo sobre o respeito ao outro. Portanto, a ética e estética caminham juntas, respeitando o limite da outra, para manter uma relação amorosa e afetiva.

Segundo Professor Everson Araújo Nauroski, coordenador do curso de Sociologia da Uninter, “a ética ajuda a desenvolver o respeito e a solidariedade humana. Já a estética diz respeito à capacidade humana para perceber a beleza que existe no mundo”.²⁷

Era desta forma que se trabalhava com os /as discentes, no respeito e na cordialidade, num clima de muito respeito e diálogo. O mais importante de tudo, quando a professora entrava em sala de aula, os/ as estudantes iam logo arrumando as carteiras em círculos, uma forma afetiva para assistir e participar das aulas. O respeito ao outro/a.

Isto não deixava de ser esperançoso para esta professora e pesquisadora, onde as duas se confundiam entre ser professora e pesquisadora ao mesmo tempo. Este comportamento de todos e todas discentes despertando cada vez mais seus interesses por essas aulas.

Basta dizer, quando havia um horário vago os/as estudantes a chamavam logo para subir as aulas. No caso das turmas pequenas pediam para juntar as turmas. O que tinha o consentimento da gestora da escola, que também achava este componente curricular ser fundamental no chão das escolas públicas, tendo em vista a diversidade cultural religiosa.

Pois de acordo com Oliveira *et al.*, (2007, p. 114-115):

A seleção, a organização e os encaminhamentos pedagógico-didáticos no cotidiano do Ensino Religioso dão-se a luz do contexto social dos estudantes de seu desenvolvimento pessoal e social, de sua bagagem cultural e religiosa de seus conhecimentos anteriores e do currículo escolar, no qual se encontram inseridos

²⁶ O primeiro trabalho científico desta pesquisadora (2006).

²⁷ Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/a-etica-e-a-estetica-na-formacao-do-bom-educador>. Acesso em: 26 maio /2024.

considerando sempre a complexidade dos assuntos religiosos por causa de sua diversidade e da possibilidade de aprofundamento deles em meio à pluralidade cultural religiosa do Brasil.

E, assim realizou-se a pesquisa com os/as estudantes da referida escola, cujos resultados foram satisfatórios, conforme a tabela abaixo. De acordo com esse quadro, se apresentam apenas estudantes do fundamental (2ª Fase), que assim se chamava naquele período, ou seja: 5ª à 8ª série. Enquanto que os de (1ª Fase), englobava estudantes da 1ª à 4ª Série. Nesta reflexão sobre isso, a pesquisa, se desenvolve apenas os/as discentes da segunda fase. Totalizando (74) estudantes.

Quadro Demonstrativo de nº. 1 – A visão dos estudantes sobre o ER (2006)

SÉRIE	SEXO		TOTAL
	FEMININO	MASCULINO	
	10	15	25
6ª	10	10	20
7ª	9	6	15
8ª	8	6	14
TOTAL	37	37	74

Fonte: arquivo da pesquisadora Maria José Torres Holmes.

Este foi um estudo com momentos ímpares de aprendizado trabalhando com esses/essas estudantes. Trata-se aqui de uma pesquisa realizada com todos os discentes da 5ª. - 8ª. Série (2006). Totalizando setenta e quatro (74) estudantes. É importante destacar aqui alguns argumentos destes/destas estudantes a respeito do “porque” gostam das aulas do ER:

- 1-“As aulas são educativas e ao mesmo tempo é uma aula alegre, ensina coisas diferentes e a professora é legal”. (5ª Série)
- 2-“Ensina com amor, educa para a paz, são aulas diferentes das outras. Aprendi a amar e dar amor aos meus semelhantes”. (5ª Série).
- 3- “Não fala só de uma religião, mas fala de todas. Por isso só ensina coisas boas”. (5ª Série)
- 4- “Falar de religião é coisa boa, porque vai me servir para o resto da vida.” (6ª Série)
- 5-“Existem algumas religiões que eu não concordava e com as aulas de Ensino Religioso, eu passei a respeitar essas religiões e as pessoas que frequentam, pois cada um tem o direito de ser o que quer.” (6ª Série).
- 6- “As aulas de ER não só mexeram com a minha fé, como também com meus sentimentos, passei a ser mais carinhoso e a crer mais em Deus”. (7ª Série)
- 7- “É uma disciplina que só ensina coisas boas, é uma aula alegre, valoriza as pessoas e outras religiões, ensina a viver no mundo como um cidadão”. (7ª Série).
- 8- “São aulas educativas e dinâmicas porque se educam e ao mesmo tempo se aprende muitas coisas boas sobre as outras religiões”. (7ª Série).
- 9- “Aprendi a respeitar todas as pessoas, a trabalhar em grupo, a ser solidária e a contribuir com a escola e a respeitar outras religiões”. (Estudante da 8ª Série)

10- “São aulas educativas, porque aprendemos sobre as religiões e muitas coisas que não conhecíamos e também nos prepara para a vida”. “São aulas dinâmicas e muito legais, acredito que não mexe com a nossa fé e não abala a minha fé” (8ª Série). (Holmes, 2006, 46-58).

Foram momentos significativos de muito aprendizado juntamente com esses/essas discentes. Uma interação muito importante entre educador e educandos. O que comprova que realmente o ensino de ER se transformou numa aprendizagem significativa.

As autoras Oleniki e Daldegan (2004, p. 21), asseguram que:

As situações de aprendizagens precisam promover a abertura e dialogar com as diferentes tradições religiosas. [...], é preciso que tenham como princípio, o conhecimento, com uma abordagem informativo-formativa e não a catequização ou doutrinação que privilegia uma determinada religião.

Em contrapartida, duas estudantes, que responderam que não gostam das aulas: “Eu não gosto de falar sobre essas aulas porque tenho vergonha de errar” (Estudante, 7ª Série). Ao perguntar por que isto? Ela respondeu: “- porque tenho medo de falar alguma coisa errada e os colegas zombarem de mim”. Entretanto, a outra respondeu: “- Eu não gosto quando a professora fala de outras religiões”. “Eu tenho a minha religião e não quero saber das outras.” (Estudante, 8ª Série). A importância de se destacar estes conhecimentos, porque faz parte da história do Programa de Pós-Graduação de Ciências das Religiões do PPGCR/UFPB e, portanto, do Ensino Religioso. Por se tratar de um conhecimento científico, o que torna as pessoas bem conscientes de que estes estudantes compreenderam a dinâmica deste componente curricular que se caracteriza na busca da legitimação, da criatividade e criticidade a procura de uma resposta razoável.

É através da realização desta parceria, que se disponibiliza no chão das escolas públicas que se percebe, o entendimento do ER pelos educandos/as. “É lá que professores e alunos se fazem perguntas e buscam suas respostas que poderão ser encontradas juntas aos conhecimentos já produzidos” (Holmes, 2006, p. 33)²⁸. Este componente curricular tem como objeto de estudo o conhecimento religioso que é “[...] levado para a construção do saber. Cujo fazer pedagógico, mesclam-se nas diferentes tendências que perpassam a escola” (Holmes, 2006, p. 34). Dando sequência a este estudo compreendendo a eficácia do conhecimento no ER, onde se apresenta um fato muito interessante o qual permite expor que: “O suporte mínimo necessário para o desenvolvimento do Ensino Religioso está fundamentado nas Ciências Humanas, Sociais e na Religião” (Holmes, 2006, p. 34).

E assim foi o início do ER sendo discutido no campo da UFPB. A esperança para os professores de ER já estava se aproximando cada vez mais da realidade, e se concretizando pelo

²⁸ Monografia apresentada ao PPGCR, para obter o título de especialista em Ciências das Religiões. UFPB, 2006, confirmando o que disse lá no início de escrito de se tornar uma cientista das Ciências das Religiões / ER.

fato de se ter o Curso de Especialização em Ciências das Religiões, promovido pela UFPB. Com a segunda turma, em 2006, encerrou de vez este curso. A porta se abriu para dar passagem ao Curso de Mestrado em (2007). “Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participar de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com seriedade” (Freire, 2006, p. 24).

Confirmando o conceito do Professor Everson Araújo Nauroski, coordenador do curso de Sociologia da Uninter, citado anteriormente. Por conseguinte, diante desses acontecimentos, as possibilidades estavam se abrindo para os educadores que trabalham nesta área de conhecimento tão esperado por diversos segmentos da sociedade que é o PPGCR, iniciado oficialmente no ano seguinte, de 2007. E assim foram os acontecimentos acadêmicos se sucedendo no campo da UFPB na área das Ciências das Religiões. Esses eventos se estenderam praticamente ano após ano com a promoção de novas fases acadêmicas no campo da UFPB na árvore de cursos do PPGCR, com a implantação do Mestrado em CR.

2.1.6 Mestrado em Ciências das Religiões: uma conquista da UFPB em 2007

O acúmulo de estudos de Ciências da Religião nos cursos de Pós-Graduação já foi um primeiro passo para a superação dos preconceitos e da própria institucionalização do estudo científico da religião, [...] (Passos, 2007, p. 114).

As Ciências Humanas (século XIX) levam a reflexão sobre o fenômeno religioso, pois este deve ser encarado numa perspectiva multidimensional e transdisciplinar, de acordo com as ciências contemporâneas. Encontram-se entre estas ciências, a(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões) que veio para dar campo e espaço nas salas de aula das escolas públicas, através do ER.

Esta foi mais uma conquista do PPGCR/ UFPB, que abriu espaço para a implantação do Curso de “Mestrado em Ciências das Religiões”, a partir do ano de 2007. Pesquisando o site da UFPB /PPGCR, EDUCAÇÃO E RELIGIÃO CIÊNCIAS SOCIAIS DAS RELIGIÕES EDUCAÇÃO E SAÚDE, que apresenta em sua Área de Concentração, cuja finalidade é: “Investigar, histórica e sistematicamente, a complexidade do Ensino Religioso a partir de um entendimento multidimensional, aprofundando as questões de formação inicial e continuada de professores de ensino religioso”. (SIGAA²⁹ – UFPB, 2023).

Visitando e pesquisando no site da CAPES teve-se a oportunidade de conhecer melhor tudo que se relaciona com o PPGCR no campo da(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões), assim como de encontrar no documento da área 44 - Ciências da Religião e Teologia, cujo

²⁹ SIGAA - UFPB - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. Portal de Pós – Graduação. Mestrado em Ciências das Religiões.

Coordenador de Área no ano de 2019, época em que era Flávio Augusto Senra Ribeiro; como Coordenador. E como Adjunta de Programas Acadêmicos, Dilaine Soares Sampaio da UFPB e o Coordenador de Programas Profissionais, Cláudio de Oliveira Ribeiro. De acordo com este site se observa que:

A Área Ciências da Religião e Teologia, código 44, surgiu com a Portaria CAPES nº 174/2016, publicada no DOU de 13 de outubro de 2016, designada pela Resolução nº 01, de 04 de abril de 2017, publicada no Boletim de Serviço/CAPES – Edição Especial nº 1 – abril 2017. Com 47 anos de existência, os Programas de Pós-graduação (PPG) da atual área de Ciências da Religião e Teologia compunham, até outubro de 2016, a extinta área Filosofia/Teologia: subcomissão Teologia. A portaria acima mencionada criou as áreas de Filosofia e de Teologia, sendo esta renomeada, posteriormente, como Ciências da Religião e Teologia. A Área desenvolve investigações que se orientam por abordagem de perfil multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar e abrange cursos de Mestrado e Doutorado nas modalidades acadêmica e profissional em Ciências da Religião e Teologia, com denominações segundo os princípios teórico-metodológicos atinentes às duas principais disciplinas que a compõem. (BRASIL/CAPES / MEC. 2019, p. 3).

Continuando a pesquisa no site da CAPES se observa ainda, que essa abordagem vem favorecer a preparação de profissionais dedicados no ramo desta área de conhecimento os quais devem ter um perfil que prepare o concluinte com uma forte base de pesquisador e seja capaz de analisar os fenômenos religiosos a partir dos fatos religiosos. Conforme este site:

A pós-graduação em Ciência(s) da(s) Religião (ões) pesquisa o fato religioso, a experiência religiosa, os fenômenos, as experiências, os conteúdos, as expressões, os textos reconhecidos como sagrados, as tradições e narrativas orais, as linguagens, as culturas religiosas e as tradições de sabedoria, considerados em perspectivas externas, de perfil não normativo, em diálogo com outros saberes acadêmico-científicos, com ênfase em investigações de natureza qualitativa e quantitativa, podendo também ser de natureza teórica ou aplicada, a partir de abordagens teórico-metodológicas próprias das escolas que constituem o campo de estudos da(s) religião (ões), suas subáreas e disciplinas auxiliares. (BRASIL/CAPES/, MEC, 2019, p. 4).

Com a conquista do PPGCR, em 2007, a procura foi bastante significativa, pois isso era tudo que naquele momento se esperava. Pode-se até dizer que este foi o sonho de muitas pessoas, pois mesmo no momento presente, atraindo pessoas das mais diversas partes do País, para concorrer a este curso.

Por outro lado, faz parte do imaginário das pessoas fazer tal curso tanto para adquirir conhecimentos, quanto para enriquecer seus currículos, visando sua carreira profissional, com vistas à melhoria funcional e salarial e ao mesmo tempo galgando até mesmo um elevado nível de competição entre seus pares, com a finalidade de crescimento pessoal e profissional.

Apresenta-se neste espaço um estudo de caso. Certa professora desenvolveu a mesma temática sobre o ER através do Projeto de Mestrado: Ensino Religioso para a Vida Cidadã, que tinha como objetivo principal “Analisar os problemas e desafios do Ensino Religioso nas Escolas Públicas de João Pessoa – PB, verificando como os professores ministravam esse

ensino a partir da formação continuada; e o que essas aulas representavam para os/as educandos/os”.

Em vista disso, a professora da disciplina Seminário de Avaliação do Projeto, Prof^a. Dra. Maria Otília Storni, deu como sugestão a mudança do título, o que foi aceita essa esta sugestão pela referida professora pesquisanda. Por conseguinte, passando a se chamar “Ensino Religioso: problemas e desafios”. Demonstrando ainda um estudo de pesquisa realizado com cinquenta (50) discentes de 8º ano e outros cinquenta (50) de 9º ano, estudantes das escolas da rede municipal de ensino de João Pessoa-PB. Além de vinte (20) docentes e, portanto, em vinte escolas que foi defendido na Dissertação de Mestrado em 2010 pela UFPB. Perfazendo assim um total de cento e vinte (120) pesquisandos/as.

Esta professora pesquisadora, mesmo assim, dedicou-se estudando, continuamente, sem interrupção para dar suporte pedagógico à formação continuada de professores de ER, maneira encontrada para não perder o foco deste estudo. Abaixo se destaca alguns depoimentos de professores neste ponto da pesquisa, quando se referem sobre a representatividade do ER. Em que se pergunta: Que significado tem este componente curricular para o seu profissionalismo? As respostas foram diversas, a seguir:

-Acredito que o ensino religioso está conquistando o seu espaço, é momento de luta. [...] (**Educador/a nº 1**).

-Quando a Física Ciência começou era chamada de “Ciência de loucos” e hoje como é vista? “Sem contar recentemente, a Arte, a Educação Física”. (**Educador/a nº 5**).

-[...] A falta de apoio dos órgãos competentes que investem na formação continuada sem preocupação com a necessidade que o professor tem de material didático nas escolas. (**Educador/a 10**).

-As bibliotecas são carentes de material e o incentivo é pouco; o preconceito em relação à disciplina está na própria escola. (**Educador/a13**). (Holmes, 2016, p. 152).

Todavia, neste espaço foram detalhados, alguns resultados em que se apresentaram algumas citações de estudantes do 8º e 9º ano, quanto a este componente curricular e sua importância, quando afirmam em seus relatos que o ER promove a questão da alteridade, da diversidade religiosa assim como a cultura da paz, envolvendo a vida cidadã, com alguns relatos a respeito de como as aulas eram oferecidas:

Porque a professora dá aulas explicando tudo muito bem e faz também com que o aluno faça exercícios sobre o assunto dado; (p,132).

Trata das religiões de outros países, como devemos lidar com outras religiões, devemos sempre respeitar as culturas e tradições de cada povo; (p, 132).

Porque ensina todas as religiões”; “as aulas de ER, nos ensinam a atuar com mais respeito às outras religiões, também nos educam para ser alguém na vida; (p, 132).

[...] é uma aula que fala de coisas boas”; “Com as aulas a gente aprende a ser educado, aprende a respeitar a religião dos outros e nos traz conhecimento do que é religião. (p,132)

Ensina-nos, a respeitar a cultura dos outros; porque vai me ajudar a ser uma pessoa direita; (p, 163).

Aprendemos religiões de outros lugares; ela mostra que todo mundo é precioso aos olhos de Deus; (p, 163).

Sim, para mim, como para todos nós, porque, até mesmo sem falar só de uma religião específica, nos ajuda a ter uma base de fé, e também a conhecermos culturas diferentes”. “Sem estar preso a uma só religião; (p, 163).

[...] eu aprendo mais sobre a fé de outros povos, tribos e outras crenças; (Relatos de estudantes do 8º e 9º Ano). (p. 163). (Holmes, 2016, p. 128).

Em contrapartida, eis alguns dos depoimentos dos docentes que fizeram parte deste estudo, relatos bem interessantes sobre o que disseram a respeito desta pesquisa, quanto a este componente curricular, em que asseguram:

-Este componente curricular na escola é de fundamental importância para o educando, pois ele vem contribuir de forma concreta para o melhoramento do comportamento do aluno, pois, o faz pensar de forma crítica, coerente e o torna mais reflexivo. Ele aprende a valorizar a si mesmo ao outro, respeitar o ambiente social, em que vive, aprende a partilhar, a tolerar as diferenças, a respeitar a pluralidade religiosa da sociedade, a valorizar a sua vida, assim por diante [...]. É partindo deste exposto que realmente não compreendo o porquê do E.R ser de matrícula facultativa ao aluno e sua carga horária ser tão reduzida; (**educadora 1**).

-Acho importante porque com certeza contribui para a formação do educando em todos os sentidos; (**educador 5**).

-A importância curricular desta disciplina, a meu ver, está por fazer as diferenças terem seu valor; sua beleza, e o principal, ter o ensino ao respeito pelo diferente; (**educador 15**).

-Porque a escola de hoje está “nafragando” em um mar de “valores humanos de moda” (a força, violência, machismo, feminismo, drogas, etc.) e não de valores humanos como princípio de vida que são as pérolas que aprendemos desde a infância; (**educador 17**).

-Do jeito que o E.R está sendo aplicado, este tem o objetivo de formar bons cidadãos, pois este não visa a religião, mas acredito que seu fim seja pelo bem comum. (**educador 20**). (Holmes, 2016, p. 145).

Observou-se diante da exposição da pesquisa realizada em 2010 – 2016 que os dois pontos de vista entre docentes e discentes se coadunam, isto é, um se harmoniza com o outro. E mais uma vez se comprova, o que é repassado em sala de aula aos discentes, haja vista os depoimentos que estes docentes afirmaram a respeito deste componente curricular no chão das nossas escolas públicas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³⁰, fortalece o ER. Aos poucos este componente curricular foi se reerguendo e construindo a sua história e hoje, está fazendo parte do currículo da UFPB.

A(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões); as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o ER; e o FONAPER faz parte dos padrões importantíssimos para dar início à tomada de decisão, no que se refere à estabilidade deste componente curricular, a partir da legislação vigente nas escolas públicas do nosso País, além da fundamentação da BNCC.

Para entendermos o fenômeno religioso nas diversas tradições religiosas, é preciso que se entenda o que é religião. Para muitos pesquisadores a religião é uma força sem tamanho que conduz o ser humano para uma vida espiritual, onde as pessoas buscam a sua verdade absoluta. (Holmes, 2010, p. 27).

³⁰O Ensino Religioso está amparado pela Constituição Federal de 1988, na LDB 1996 art. 33, nas Resoluções 2/98; 4/2010; 7/2010 com seus Pareceres do CNE e, BNCC: 2015; 2016; e, 2017 e 2018.

Delineando assim, o ER do ponto de vista epistemológico e pedagógico para melhor entendimento do conhecimento religioso a partir da compreensão deste componente curricular, assim como do fenômeno religioso. A seguir, passa-se para a apresentação da introdução da Licenciatura tão esperada pelos professores deste componente curricular.

2.1.7 A implantação do curso de licenciatura de Ciências das Religiões (2009)

É nessa condição de formadora específica que entra a urgente consolidação da Graduação em Ciências da Religião, com uma licenciatura dentro dela que dê conta da responsabilidade social que tal ensino demanda, evitando-se o proselitismo e a doutrinação, garantindo-se a democracia e o multiculturalismo. (Cortella, 2006, p. 20).

Este Curso de Licenciatura para professores de ER teve o seu início oficialmente no ano de 2009, dando oportunidades aos docentes de ER e outros que queriam entrar na UFPB. “O Curso de Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba, é pioneiro e tem viés inovador, visto que é o primeiro em uma universidade federal brasileira” (Bezerra, 2011, p. 7).

Os objetivos deste curso estão voltados enfatizando um estudo sobre os fenômenos religiosos da diversidade cultural religiosa. Estão inseridos na capa final de todos os livros da Coleção Ciências das Religiões em que apresento na íntegra:

- 1-Tratar o fenômeno religioso como área de estudo e pesquisa, deixando a fé para os espaços que lhe compete: o foro íntimo e o templo.
- 2- Estudar o fenômeno religioso em suas formas contemporâneas e arcaicas, inseridas no âmbito da cultura e do pluralismo religioso, com base nas interpretações formuladas pelas Mitologias, Teorias do Imaginário e Teorias da Religião.
- 3-Abordar as diferentes práticas e discursos religiosos através das diversas teorias do conhecimento, para apreender as múltiplas dimensões da cultura: política, econômica e simbólica.
- 4- Examinar como as éticas religiosas, propaladas e praticadas, repercutem na vida social no mundo contemporâneo.

Brandenburg (2009, p. 79) afirma que:

Os cursos na área de formação de professores, as licenciaturas em geral e, de um modo bem específico, a Pedagogia tem sido alvo de críticas de analistas em relação à existência excessiva de disciplinas teóricas e à pouca orientação prática adquirida nesses cursos. Essas manifestações estão expressas principalmente nas páginas de entrevistas de revistas comerciais e se reportam a uma situação real: professores e professoras iniciantes chegam às salas de aula, no mínimo com dúvidas a respeito dos procedimentos “de rotina” a serem aplicados em sua atividade profissional. Problema que a maioria dos profissionais de áreas técnicas não encontra.

Isto ocorre, na maioria das vezes, principalmente com os professores concluintes das diversas áreas de ensino, até mesmo com os docentes principiantes de cursos Superiores. Pois, somente quem tem estes é quem dirá com suas pesquisas e mais estudos e experiências.

De acordo com os autores abaixo se observa que:

Cecchetti (2018, p. 11) afirma que:

Historicamente, o Estado e a escola brasileira foram instituídos sob o manto da aliança entre trono e o altar, em nome do projeto colonizador eurocêntrico. Neste contexto, os princípios da moral cristã e da doutrina católica entranharam-se ao ensino elementar, cabendo aos professores ensinar tanto os conteúdos sagrados quanto os profanos. Durante todo o Brasil - Império (1822-1889), o ensino da doutrina católica era parte integrante do currículo clássico humanístico o qual, paulatinamente foi perdendo espaço diante da incorporação dos estudos científicos nas escolas e faculdades, tendência dominante na Europa do século XIX, que minimizava ou excluía a religião dos programas de ensino.

Esta é uma abordagem histórica que estes autores apresentam no momento de transpor as palavras iniciais da Introdução da obra intitulada: *Formação Inicial em Ensino Religioso: Experiências em Cursos de Ciência(s) da(s) Religião (ões) no Brasil*. Um fato muito importante principalmente para docentes, deste componente curricular.

E assim, Cecchetti ³¹ (2018, p. 14), assevera que:

Foi no período de transição de uma abordagem ecumênica para a inter-religiosa que foram criados os primeiros cursos de licenciatura para formar docentes para o adequado tratamento da diversidade religiosa no campo do ensino. Universidades no estado de Santa Catarina, Pará, Maranhão, Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. Foram os primeiros a elaborar cursos de Ciência(s) da(s) Religião (ões) e / ou Licenciatura em Ensino Religioso, seguidos por outros, tais como Amazonas, Sergipe, Paraná e Rio Grande do Sul.

Conseguir iniciar um Curso de Licenciatura em Ciência(s) da(s) Religião (ões), numa universidade federal no Brasil é uma grande conquista. Entretanto, ainda temos muito tempo para percorrer diante do posicionamento de uma sociedade excludente quando o assunto é ER. Além da falta de interesse dos órgãos competentes, e tantos outros desafios como a inércia e desconhecimento da própria sociedade, nos quatro cantos do Brasil.

A respeito disso, temos ainda como exemplo o Ensino Religioso ofertado no sertão paraibano através de desafios na cidade de Patos, considerada, a capital do sertão paraibano, cuja religiosidade é intensa e, está voltada para o cristianismo católico apostólico entre outros municípios do sertão. Segundo a pesquisadora (Limeira, 2019, p. 86)³², afirma que:

A religiosidade sempre foi um ponto forte na vida do povo patoense. A primeira ermida, a atual igreja da Conceição, foi construída em 1772, nas terras doadas por Paulo Mendes de Figueiredo e João Gomes de Melo – fundadores do povoado. Hoje, Patos é sede do bispado e tem em Dom Eraldo Bispo da Silva o seu bispo diocesano.

Apresenta-se ainda, o Parque Religioso Cruz da Menina, a Procissão dos Homens, além de outras procissões e hoje o “Terço dos Homens”. Essa religiosidade se faz representar por

³¹ Prof. Dr. Elcio Cecchetti. Coordenador Geral do FONAPER (2017-2022) e Docente do Mestrado em Educação da Uno Chapecó.

³² Tese de Doutorado: Etnografia sobre o Ensino Religioso na Paraíba: um estudo no Município de Patos/PB. Limeira, Maronildes Felix. Prof^a. Dr^a em Ciências das Religiões pela UFPB/ PPGCR- Primeira Tese defendida em 2019. Coordenadora do ER em Patos.

88,66% da população, enquanto o restante está distribuído em Evangélica com 11% e Espíritas 0,34%.

A autora afirma ainda a sua preocupação sobre a confessionalidade deste componente curricular que é muito forte neste município e assim se expressa: “Podemos concluir em termos de tipo/perfil de profissional do ER, que o fato dos/as docentes não ter a formação específica na área, às aulas acabam sendo conduzidas, na maioria das vezes, sob a orientação da pertença religiosa de cada um/a, configurando, assim, um ensino confessional” (Limeira, 2019, p. 100).

Com o exemplo do município de Patos, há possibilidades de muitos municípios do sertão paraibano terem semelhanças em adotarem nas escolas, o Ensino Religioso confessional.

Este tipo de Ensino Religioso introduzido no Brasil em 1500, ainda continua tendo seguidores fanáticos e prosélitos. Passaram-se quinhentos e vinte quatro anos até a presente data e ainda existem resquícios do passado muito evidente nas escolas. Apesar dos avanços do ER não confessional, os preconceitos, a falta de respeito, a intolerância e o fanatismo religioso continuam. Por isso se faz necessário estender cursos de Formação Continuada ou até mesmo uma licenciatura em EaD para habilitar professores de ER, principalmente nessas regiões, onde uma crença prevalece entre as demais, como também a inexistência de oferta de (IES). Cecchetti (2018, p. 14) assegura que:

O crescente número de iniciativas de formação inicial em Ensino Religioso não confessional está a consolidar outra perspectiva de trabalho educativo na escola pública, não mais pautado em colonizar os imaginários e nem difundir uma única verdade, mas em contribuir na formação do respeito, reciprocidade e convivência democrática entre pessoas e grupos que assumem convicções religiosas diferentes.

Este curso de CR veio proporcionar oportunidades para professores das Instituições de Ensino Superior (IES), assim como para formação do professor/a de ER, que precisam se qualificar para ser um cientista das religiões, tendo a oportunidade de entrar na escola e mostrar que entre os demais componentes curriculares situam-se o ER. Portanto, merece destaque no Campo Educacional Brasileiro.

Bezerra³³ (2011, p. 7), que fez apresentação do livro do Curso de Ciências das Religiões afirma:

Sua criação ocorreu no momento da implementação: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI que tem como principais objetivos ampliar o acesso a um bem raro, que é uma vaga em uma universidade pública federal, bem como garantir a permanência dos alunos.

Observa-se que atualmente existe uma legislação específica de leis, resoluções e pareceres, assim como a BNCC, as DCNER, as Propostas Curriculares Estaduais, que juntos com os movimentos e as instituições como a RELER e o FONAPER, vislumbra um ER com

³³Valdir B. Bezerra, Pró-Reitor da Graduação da UFPB (2011).

reflexos gerando expectativas muito positivas quanto para este componente curricular. Estas conquistas vão tomando as devidas proporções e quem sabe, um dia estes cursos sejam ofertados em todo os estados brasileiros.

Esta fase melhorou bastante, porém ainda perduram até o presente momento no imaginário da sociedade e/ou até mesmo internacionalmente, comportamentos e atitudes de menosprezo quando se referem a este componente curricular de um modo geral, pois se observa isto até mesmo nas escolas públicas, quando confundem que aula de ER é aula de religião. Professor/a de ER é professor de religião.

Nesta linha de pensamento, não se pode trabalhar textos bíblicos aleatoriamente e / ou catequizar e evangelizar estudantes. Uma vez que os estudos bíblicos fazem parte de uma comunidade de fé, assim como de uma aprendizagem no seio familiar e, também como nos templos sagrados de cada confessionalidade a qual a pessoa está inserida. Ressalva-se, porém aos docentes das escolas confessionais, que estes sim, trabalhem com o ensino da religião de acordo com o credo da instituição escolar.

Ressalta-se, entretanto, que esses são os desafios, que no cotidiano das escolas públicas os docentes se deparam. Apesar de toda Legislação, das Diretrizes Curriculares Nacionais e da BNCC que deixa claro a obrigatoriedade da oferta do ER, isso ainda não sai do papel, quando na verdade deveria ser para todas as escolas quer sejam públicas e ou privadas. A Matriz Curricular das escolas, envolve todos os componentes curriculares. Conforme Figueiredo (1998, p. 81) “o Ensino Religioso permanece como ‘O Patinho Feio’, daquela historinha da 1ª série, pois já nadou em diferentes lagos do sistema educacional; já fechou o bico; já mergulhou muitas vezes, em diferentes situações de conflito, mas, não virou cisne”.

Deduz-se então, que na citação desta autora, este componente curricular ao olhar desta pesquisadora, apesar de tantos documentos e escritos, ainda é considerado como um apêndice e não tem seu reconhecimento essencial para a formação humana e cidadã do estudante.

O próximo subtema segue com mais uma conquista dos cursos da UFPB: O Bacharelado.

2.1.8 A implantação do curso de Bacharelado de Ciências das Religiões

Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar é problemático e não inexorável (Freire, 2006, p.19).

É comum a pessoa terminar o Curso Médio e ainda está indecisa, sem saber o que fazer, não sabe se faz uma licenciatura ou um bacharelado, porém apresenta uma coisa positiva que é de continuar estudando, o que significa ser um bom sinal. Pelo menos tem a opção de fazer uma

graduação, que é a melhor maneira de imaginar a sua carreira profissional. Já pensando num futuro promissor. Nas Ciências das Religiões, existe uma diferenciação entre o Bacharelado e a Licenciatura em Ciências das Religiões. De acordo com Miele (2011, p. 9), “O Curso de Bacharelado foi criado pela Resolução nº 67/2011 do CONSEPE com oferta anual de 50 vagas”.

Este curso é mais uma opção de estudo para aqueles que não querem atuar como professor em sala de aula. Além de se tornar pesquisador/a oferece também várias possibilidades para o mercado de trabalho. Diferentemente da licenciatura, a pessoa poderá ser contratada por uma empresa, participar de concursos, trabalhar em asilos, hospitais, instituições de turismo religioso, repartições públicas, assim como se tornar um profissional liberal, atuando por conta própria e até obter o seu próprio negócio, tornando-se um renomado empresário, dependendo de como vai administrar a sua empresa.

Na visão da pesquisadora Miele (2011, p. 39, grifo nosso), esse curso além formar a pessoa para ser um religiólogo, oferece oportunidade deste, se aprofundar em cursos e montar a sua empresa de consultoria e, portanto, se tornar um profissional empresário.

O Curso de Bacharelado em Ciências das Religiões tem por objetivo formar **religiólogos**, especialistas em religiões, aptos a desempenhar atividades de pesquisa, consultoria e assessoria a órgãos de pesquisas governamentais ou não, confessionais ou não para assuntos relacionados às religiões, religiosidades e crenças populares, capacitados para interpretar de forma isenta o fenômeno religioso como expressão cultural e patrimônio imaterial de todos os povos, além de interpretar do ponto de vista científico as escrituras sagradas de diferentes tradições religiosas. Além desse objetivo, o Bacharelado em Ciências das Religiões pretende contribuir com estudos e pesquisas que estimulem a superação dos preconceitos e contribuam para a construção de uma sociedade harmoniosa, tolerante para com os diferentes, fundamentada na ética e no respeito às minorias.

Essa oferta de inclusão do bacharelado pela UFPB só veio enriquecer cada vez mais todo este Curso de Ciência(s) da(s) Religião (ões), pois deu oportunidade aos que não têm a mínima vontade de exercer a docência. “O Curso de Bacharelado visa formar o pesquisador com domínio sobre o universo das religiões, seitas, igrejas, crenças e religiosidades” (Miele, 2011, p. 9).

Diante de tudo que foi dito e esclarecido, eis aí a diferenciação entre as duas Graduações de Ciências das Religiões. Enquanto a Licenciatura é para preparar a docência para ministrar aulas de ER, além de ser pesquisador e poder exercer a sua função nos estabelecimentos de ensino de qualquer esfera, quer seja: estadual, municipal e particular e/ou federal. Por outro lado, o Bacharelado em Ciências das Religiões é para desenvolver pesquisas em qualquer ambiente que necessite do seu trabalho. Quer sejam empresas privadas e/ou empresas das esferas estadual, municipal e federal. Miele (2011, p. 9) afirma que:

Fortemente alicerçados na diversidade cultural religiosa, tais cursos não se confundem com Teologia. Eles têm por objetivo combater todas as formas de intolerância e discriminação com base na escolha religiosa, a fim de garantir o direito constitucional

de cada cidadão, de optar ou não por uma religião conforme as Declarações da ONU, das quais o Brasil é signatário.

Por conseguinte, Freire (1996, p. 35) afirma que: “Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. Ensinado e demonstrado isto na academia é o que se percebe, e se entende que ambas as graduações caminham de mãos dadas, quando estes acadêmicos terminam o curso de bacharelado, podem emigrar para o curso de licenciatura para fazer a complementação pedagógica³⁴, e assim exercer a docência.

Também pode fazer um Mestrado e/ou Doutorado e dar aulas em cursos Superiores. Todavia, Miele vai mais longe quando questiona: “Por que uma Licenciatura?” Entretanto, ela afirma ainda que: “No Brasil, o **Ensino Religioso** é o único componente curricular para o Ensino Fundamental e Médio que é regido pela Constituição. Apesar disso, o Conselho Nacional de Educação, não instituiu as Diretrizes Curriculares para a regulamentação da formação dos professores” (Miele, 2011, p. 25, grifo da autora). Em 2018, foi criada a DCNER.

O crescimento profissional de professores é uma das propostas da UFPB para as opções dos Cursos de Ciências das Religiões, que a cada ano oferece oportunidades de escolha nesta área de conhecimento, valorizando assim este profissional que tanto almeja fazer uma licenciatura.

O doutorado foi das importantes conquistas da UFPB para completar a Árvore dos Cursos em Ciências das Religiões, que se consolidou e abriu também as portas para um Pós-Doutorado, passando a ser uma opção muito esperada por muitas pessoas que vislumbravam a possibilidade de um sonho se tornar realidade.

2.1.9 O doutorado em Ciências das Religiões uma realização na UFPB (2015)

O doutorado de Ciências das Religiões teve sua primeira turma iniciada em 2015, depois da dedicação e empenho dos professores do Departamento que conseguiram obter todos os critérios necessários para criar o curso. Esta foi mais uma grande realização do PPGCR que abriu as portas para receber pesquisadores, não só da Paraíba, mas de todo Brasil.

A partir de 2019, este curso já havia formado os seus primeiros Doutores em Ciências das Religiões. Desses egressos, em 2024, alguns deles já fazem parte do quadro de Professores Doutores Substitutos da UFPB, outros são professores efetivos nas Secretarias de Educação Municipais da Paraíba e de outros estados vizinhos, mas há também Professores Efetivos, como acontece na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

³⁴Para o bacharel em Ciências das Religiões, exercer a sua docência nas escolas, terá que fazer uma complementação pedagógica do Curso de licenciatura em Ciências das Religiões.

É importante destacar que no ano de 2020, por ocasião do período da Pandemia do COVID 19, as aulas do PPGCR passaram a ser on-line, interrompendo assim a até mesmo a seleção de Doutorado, resultando em uma perda não só para UFPB, como para sociedade acadêmica.

De acordo com a CAPES, que faz considerações a respeito do futuro da área no que tange as inovações, transformações e propostas, sugere algumas recomendações.

O debate atual leva a recomendar especial atenção dos PPG a uma sólida formação em métodos e técnicas de pesquisa, que subsidiem os projetos de pesquisa de docentes e de discentes que redundaram em produtos técnicos e bibliográficos do PPG, devidamente documentados nas teses, dissertações e demais formas de Trabalhos de Conclusão em ambas as modalidades de programas (profissional e acadêmico). (BRASIL. CAPES MEC, 2019, p. 10).

Esta é uma excelente oportunidade para toda academia, assim como para o ER, pois, cada vez mais a credibilidade aumenta, como também a procura para esta oferta cresce sensivelmente, haja vista o número de cientistas das religiões formados.

O curso de doutorado da UFPB, tem nota quatro na CAPES, é referência no Nordeste e no Brasil, apresenta cinco linhas de pesquisas em diversas áreas de conhecimentos, sendo muito procurado por pesquisadores, professores, lideranças religiosas, agnósticos, profissionais de muitos seguimentos. São dezenove (19) anos de curso de CR e a solicitação é muito grande. A UFPB acolhe estudantes de várias regiões do país e do mundo, que ingressam nas Ciências das Religiões.

O Doutorado por oferecer bolsas de estudos, condições para um aprofundamento em várias áreas de concentração de pesquisas, desperta a procura em muitos interessados em ingressarem na Pós-Graduação.

Dando continuidade no histórico das Ciências das Religiões na UFPB, teremos como destaque a seguir, o PPGCR, com suas relíquias que são as suas produções de livros, dissertações e teses, bem como seus grupos de pesquisas e seus eventos importantes tanto para discentes, como para docentes.

2.1.9 Os primeiros escritos pedagógicos do PPGCR e suas relíquias

Um fato muito importante do PPGCR foi à construção de uma Coleção das Ciências das Religiões produzida e destinada ao Curso de Graduação em Ciências das Religiões (CGCR) que teve por finalidade dar suporte pedagógico aos estudantes desta área de ensino superior.

Segundo os autores dessa obra: Esta coleção foi pensada no desejo de prevalecer diante do costume inadequado de reproduzir xérox de textos didáticos no sentido de subsidiar os estudantes dos cursos de Graduação de Ciências das Religiões uma prática considerada ilegal,

uma vez que fere a Lei de nº. 9.610 de 19/02/1998, além de contribuir para a desorganização do/da estudante quanto aos seus estudos.

Assim nasceu a ideia da COLEÇÃO CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES, cujo objetivo é **produzir um livro didático para cada conteúdo curricular programado**. O aluno terá um material permanente, de qualidade, com o conteúdo a ser trabalhado no período letivo, contendo todas as indicações de leituras complementares que poderão ser encontradas nas bibliotecas (setoriais e na central) da UFPB ou em endereços direcionados à internet. Acreditamos que esta iniciativa está dentro do espírito inovador do Curso de Ciências das Religiões e do Projeto Reuni. (Miele; Amado, 2011, p. 7, grifo da autora).

Aos estudantes era dado iniciar suas atividades, cuja ideia desses autores era facilitar o aprendizado desses docentes de maneira organizada e respeitosa. Entre esses livros da Coleção temos ainda muitas produções realizadas por nossos discentes da Pós-Graduação, além de congressos, seminários e simpósios na área das Ciências das Religiões, assim como da Educação. “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 2006, p. 47).

Uma ilustração sobre saber ensinar que Freire nos adverte, pode ser observado no relato da estudiosa Brandenburg (2009, p. 85-87) sobre o exercício do respeito:

A afirmação de que a situação de ensino para proporcionar aprendizagem, deve estar focada na pessoa aprendiz e não apenas no conteúdo, ressignifica. Pensar no conteúdo do ER quer dizer perceber que a maior fonte do conhecimento está na nossa frente, na sala de aula: a pessoa aprendiz! A centralidade na pessoa e suas relações são didaticamente coerentes com o ER, pois os princípios epistemológicos de respeito à diversidade, de articulação entre identidade e diferença, de convivência respeitosa e alteridade e de desenvolvimento da tolerância e resolução de conflitos se concretizam nessa centralidade.

Esta estudiosa detalha que a sala de aula é espaço de um pensar livre e sem medo, sem censura se tornando um verdadeiro laboratório da liberdade. Lugar onde o aprendiz se articula juntamente com o docente projetando a construção do conhecimento, da inovação pedagógica, da criatividade, do estudo, da observação, da reflexão, da informação, da interação, da tolerância, do respeito à diversidade, assim como da reverência.

A referida pesquisadora afirma ainda ser um espaço de construção do conhecimento entre docentes que são os condutores da aprendizagem e os discentes que são colaboradores desta construção, independente de credo religioso. É muito interessante falar de diálogo, principalmente quando se trata do ER no espaço escolar, um lugar onde o estudante passa suas horas interagindo com seus pares e ao mesmo tempo construindo seus conhecimentos.

Posto isto, passaremos a descrever a comemoração dos quinze anos da criação do PPGCR, um acontecimento inédito do Centro de Educação (CE), da Universidade Federal da Paraíba, que foi transmitido pelo YouTube do CE, para toda a comunidade acadêmica e a sociedade.

A UFPB reuniu o corpo docente e discente do PPGCR, assim como os outros centros acadêmicos, a Secretária Estadual de Educação da Paraíba (SEC), a Secretária de Educação de João Pessoa (SEDEC); o FONAPER; os Professores de ER, outros órgãos educacionais, tais como: Algumas Faculdades de Ensino Privado de João Pessoa, assim como a sociedade em geral, para celebração deste evento inédito para o PPGCR. Em dezembro de 2021, comemorou-se o *debut* dos 15 anos do PPGCR. Foi muito importante relatar nesta tese a programação, por se tratar de um curso que prepara professores de Ensino Religioso, assim como professores para assumir o corpo docente da UFPB e de outras (IES).

A seguir no bloco abaixo se tem o relato de tudo sobre esses 15 anos das Ciências das Religiões. Foi um acontecimento social na história da UFPB, que jamais poderá ser esquecido, principalmente para a sociedade paraibana. São registros dos esforços que não foram medidos, de quando se resolveu implantar este grande e completo Curso das Ciências das Religiões.

2.1.10 O *debut* do curso de Ciências das Religiões – PPGCR³⁵ em diversas visões

Imagem 14 - Convite dos 15 Anos das Ciências das Religiões.



Fonte: UFPB- dezembro de 2021

Ressalta-se que este acontecimento foi organizado pelos: Prof. Dr. Carlos André Cavalcanti; Prof. Dr. Marinilson Barbosa da Silva e Prof. Dr. Lusival Antonio Barcellos.

³⁵Na íntegra apresentam-se as notícias da comemoração dos 15 Anos do CURSO DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES – SEMANA DA DIVERSIDADE RELIGIOSA. A Coordenação das Graduações em Ciências das Religiões convida todos os alunos para a Semana da Diversidade Religiosa que ocorrerá em comemoração aos 15 Anos de nosso Curso, de 06 a 10 de dezembro das 2021 às 17: 30h no Canal do You Tube do CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFPB. O evento teve 15 horas de duração e todos que participaram receberam certificados. **Programação:** Rodas de Conversa e Depoimentos: Semana da Diversidade Religiosa. Dia 06/12 segunda feira. **Nossos 15 Anos nas Vozes da Memória.** Neste dia foram convidados (ex-estudantes) da Graduação e da Pós-Graduação que se fizeram presente dando suas contribuições. Dia 07/12 terça-feira – **Diversidade Religiosa e Ciências das Religiões: Perspectivas.** Com docentes da UFPB e outros convidados. Dia 08/12, quarta-feira – **Ensino Religioso e Ciências das Religiões.** Palestrantes. Dia 09/12 quinta-feira: **Diversidade Religiosa e Direitos Humanos.** Palestrantes Dia 10/12, sexta-feira: **As Ciências das Religiões na UFPB.** A prata da casa. Professores e Coordenadores do PPGCR. Centro de Educação. Foi uma celebração On line e muito organizada e muito rica de conhecimentos, assim como me ofereceu oportunidade de participar ativamente como convidada.

O Prof. Dr. Carlos André Cavalcanti é um dos fundadores do Curso de Ciências das Religiões, da UFPB, membro da Coordenação Nacional do FONAPER e formador de professores de Ensino Religioso. Junto com a Prof^a. Dr^a. Neide Miele e o Prof. Dr. Severino Celestino, foi responsável pela criação em (2005), dos cursos de Ciências das Religiões na UFPB.

O Prof. Dr. Marinilson, junto com a Prof^a. Dr^a. Glória das Neves Escarião, fundaram em 2010, o FIDELID, que é um grupo de pesquisa de Ensino Religioso. Já se passaram quatorze (14) anos de estudos sobre este componente curricular e esta pesquisadora faz parte desta história, primeiramente como convidada e passando, em seguida, a ser uma das assíduas integrantes. Atualmente, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa-SEDEC-PMJP-PB, está contribuindo na formação do ER, com a participação da Prof^a Dr^a Danielle Ventura, que é uma cientista das religiões e grande defensora do ER.

O Prof. Dr. Lusival Antonio Barcellos, Coordenador Adjunto do FONAPER (2017-2022), membro da Comissão de Especialistas que foi responsável pela elaboração área de Conhecimento do Ensino Religioso na BNCC (2017) e na Proposta Curricular da Paraíba (2018). É pesquisador da área das Ciências das Religiões com o foco da temática Indígena e no Ensino Religioso. Trabalha com a Formação Continuada de Professores de ER.

Todas/os merecem destaque pelo trabalho realizado em prol da comunidade universitária. Segundo Deschamps (2018, p. 8-9)³⁶, fazendo uma referência a todo Brasil em prol das congratulações do ER:

[...], parabeno as instituições de Ensino Superior e de Educação Básica, professores, pesquisadores e demais colaboradores, pela trajetória construída em torno dos cursos de licenciatura em Ciência(s) da(s) Religião (ões) e/ou em Ensino Religioso no Brasil, através dos quais foi e está sendo possível habilitar docentes para esta área de conhecimento que, através do estudo dos fenômenos religiosos, contribui para a promoção de uma cultura de paz e para o desenvolvimento da capacidade de dialogar com a pluralidade de ideias, crenças, convicções e diferentes formas de ser e viver.

Falar da legitimidade do ER, da diversidade e do fenômeno religioso, é um grande desafio não só da modernidade, mas da pós-modernidade, o que implica a outros desafios que é o contexto atual em que se vive do ponto de vista sociopolítico-econômico-cultural-religioso, pelo qual passa à Educação.

Uma sociedade pluralista como a brasileira, marcada por substrato sócio-político-econômico-cultural traz, nas sucessivas épocas de sua construção, fatos, discursos e ações de natureza filosófica e jurídica. Daí a necessidade da retomada de conceitos e concepções ético-morais em função da ordem e da garantia dos direitos individuais e sociais que a Carta Magna registra como princípios preservadores da dignidade dos cidadãos e cidadãs que delegaram ao Estado a função de administrador de seus bens, entre os quais, o patrimônio público em seus diversos desdobramentos (Figueiredo, 1994, p. 67).

³⁶ Ex-Presidente do Conselho Nacional de Educação. (MEC-CNE-2018).

E, assim tem-se muito que comemorar, nestes quinze (15) anos do PPGCR. Tudo concorre para o sucesso deste Programa, quer sejam em pesquisas, tanto quanto em produções. Atualmente completando os seus dezenove (19) anos com uma história de vida singular de momentos ímpares. Nessa reflexão, vale relembrar que o ER, por um determinado espaço de tempo, durante cinco séculos, viveu sob o domínio do colonizador com uma educação controlada por uma confissão religiosa cristã católica. Todavia, todos esses entraves chegaram ao seu final com a proposta da(s) Ciências das Religiões da UFPB e do FONAPER.

Contudo, ainda existe uma trilha extensa para se percorrer, pois na maioria dos Estados da Federação, há uma lacuna em relação à inexistência de cursos de CR nas Instituições Públicas Federativas. Entretanto, há Cursos de Ciências da Religião em algumas Faculdades Privadas, funcionando tanto presencial, quanto em EaD, cujos conteúdos precisam passar severamente pela ótica do E-MEC/MEC e CAPES, por não atenderem de acordo com legislação vigente.

O PPGCR tem uma grande relevância pelos serviços prestados a toda comunidade acadêmica, assim como os Cursos das Graduações em Ciências das Religiões (CGCR) por conhecer, estudar, pesquisar e compreender o fenômeno religioso e, conhecendo, aprende a respeitar os diferentes, as diferenças e as diversidades religiosas.

É importante destacar a grande diversidade cultural e, portanto, não se pode ignorar as tradições que fazem parte do solo brasileiro e de todo o universo. “Cada tradição religiosa apresenta o seu fenômeno religioso, a partir da visão histórica de uma cultura, a forma como age no mundo, o sentido da vida, se fundamentado numa concepção transcendental” (Holmes, 2010, p. 26).

Atualmente o ER é estudado nas escolas enquanto um conhecimento científico. A religião se mostra aos olhos dos cientistas com suas diferenças e estes mergulham em suas pesquisas, para compreendê-las melhor e aprofundar os seus conhecimentos sobre o fenômeno religioso da diversidade religiosa. De acordo com Miele (2011, p. 9):

Fortemente alicerçado na diversidade cultural religiosa, tais cursos não se confundem com Teologia. Eles têm por objetivo combater todas as formas de intolerância e discriminação, com base na escolha religiosa, a fim de garantir o direito constitucional de cada cidadão, de optar por uma religião, conforme as Declarações da ONU, das quais o Brasil é signatário.

A trajetória histórica do PPGCR são fatos e realidades que estão guardadas na memória e registradas na história da UFPB.

Assim se apresenta a seguir a construção de todos os cursos da UFPB, através do simbolismo de sua “Árvore dos Cursos de Ciências das Religiões”.

2.1.1.2 A construção da árvore do PPGCR/UFPB

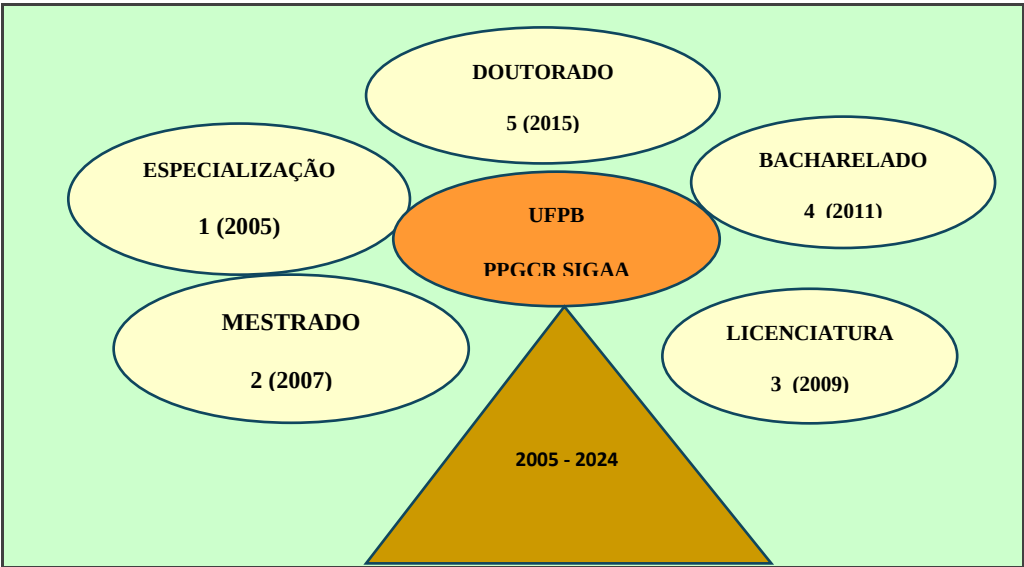
Embora sabendo, que a oficialização da implantação do PPGCR teve o seu início a partir do Mestrado em 2007, porém foi através da Especialização que tudo começou. Esta serviu de “base para o começo de tudo”. Portanto não se pode desprezar esta Pós-Graduação. Somente quem participou de toda esta história, como docentes que ministraram essas aulas e os discentes que concluíram esta especialização, é que podem avaliar o quão foi importante este curso, principalmente para os discentes, uma vez que se trava de um novo conhecimento.

O autor (Passos, 2006, p. 42) afirma: “O desafio que se coloca para uma recriação do ER em âmbito nacional é acadêmico e político”. A seguir simbolicamente apresentamos todos os cursos do PPGCR em forma de uma árvore.

A construção desta “Árvore” designa o percurso destes cursos pela ordem cronológica de acordo com os anos de iniciação até o momento atual de (2024).

Por conseguinte, depois do relato do Histórico do PPGCR, dando destaque à UFPB, por ser uma das Universidades Federais que predomina em seu currículo um estudo completo das Ciências das Religiões, no campo educacional brasileiro.

Quadro nº 2 - A Árvore do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (2005-2024).



Fonte: Org. pesquisadora Maria José Torres Holmes

Dando sequência a esta pesquisa, apresentamos abaixo uma investigação que fizemos sobre as pesquisas referentes ao mestrado e doutorado do PPGCR/UFPB sobre o ER.

2.1.13 Dissertações e teses do PPGCR/UFPB sobre Ensino Religioso

Segue abaixo o levantamento das dissertações e teses sobre Ensino Religioso, do PPGCR da UFPB. Pretende-se com isto desenvolver estudos e pesquisas, a respeito deste componente curricular. Já que se tem neste Estado uma Universidade pública, com os Cursos em Ciências das Religiões completo, com o foco voltado para esta área de ensino do ER. Haja vista, os números dos resultados deste quadro entre os anos de 2005-2024, que ao olhar desta pesquisadora é ainda é um número inexpressível.

Quadro demonstrativo de N° 3. Teses e Dissertações sobre o Ensino Religioso na UFPB/PPGCR

TESES				
Nº	TÍTULO	CURSO	ANO	AUTORES
1	Etnografia sobre o Ensino Religioso. Na Paraíba: Um Estudo nos Municípios de Patos PB	C.R. DOUTORADO.	2019	Maronildes Félix Limeira
2	Espiritualidade, Resiliência e Logo-Educação Fundamentos Noológicos para o Ensino Religioso	C.R. DOUTORADO	2020	Josilene Silva da Cruz
3	Ensino Religioso e Currículo: Sentidos, implicações e ressignificações nos cursos de Ciências das Religiões.	C.R. DOUTORADO	2020	Mirinalda Rodrigues Alves dos Santos
4	Percepções e Entendimentos dos Educandos a cerca da Construção dos Saberes a partir da Disciplina de Ensino Religioso no município de João Pessoa	C.R. DOUTORADO	2023	Daniel Marcos Gomes de Lelis
5	Percepções e Desafios dos Professores de Ensino Religioso frente ao processo didática e a Base Nacional Comum Curricular.	C.R. DOUTORADO	2023	Sidney Allessandro da Cunha Damasceno
DISSERTAÇÕES				
Nº	TÍTULO	CURSO	ANO	AUTORES
6	O Ensino Religioso no Estado da Paraíba: Desafios na Formação Docente e no Contexto Educacional.	C.R. MESTRADO	2009	Gracileide Alves da Silva
7	E agora Professor? Um Estudo sobre o Discurso Docente acerca da Sexualidade no E R	C.R. MESTRADO	2009	Eduardo Paiva dos Santos
8	Ensino Religioso: Problemas e Desafios	C.R. MESTRADO	2010	Maria José Torres Holmes
9	Estudo das Propostas de ER da Escola Municipal Joaquin Braz Pereira do Município de Sobrado-PB.	C.R. MESTRADO	2011	Ana Éricka Sobral C. Pereira
10	Concepções sobre os Conteúdos Programáticos do Ensino Religioso do Ensino Fundamental II, 6º - 9º Ano	C.R. MESTRADO	2011	Giovanna Cristina Januário Alves

11	Laicidade Escolar na Perspectiva Profissional Docente da Área de Ensino Religioso no Município de João Pessoa.	C.R. MESTRADO	2011	Fabia da Costa Araujo Leite
12	A História do Ensino Religioso no Estado da Paraíba, Mudanças e Implicações. 1984-2004	C.R. MESTRADO	2012	Rosilene Avelino Alves
13	Ensino Religioso: Um estudo sobre as Escolas Estaduais de Salgado de São Félix-PB.	C.R. MESTRADO	2012	Eronides Rodrigues de Freitas Silva
14	Ensino Religioso Representações Sociais e Formação Docente: Implicações sobre o processo de Atuação do Professor de E.R.	C.R. MESTRADO	2012	Girlene Melo de Andrade
15	Formação Continuada de Professores de Ensino Religioso: Concepção do Professor	C.R. MESTRADO	2013	Francisca Roseane Franco Ribeiro de Sousa
16	Ensino Religioso como a porte da Formação Humana: Percepção dos Estudantes de Ensino Fundamental	C.R. MESTRADO	2014	Maria Dalva de Oliveira Araújo
17	O Ciclo de Vida da Carreira Profissional Docente do Ensino Religioso	C.R. MESTRADO	2014	Narjara Lins de Araújo
18	Formação Inicial e Continuada de Docentes de ER: Reflexões nas Práticas Pedagógicas dos Professores que Lecionam no Ensino Fundamental	C.R. MESTRADO	2015	Sunamita Araújo Pereira Damasceno
19	A imagem no Livro Didático do Ensino Religioso	C.R. MESTRADO	2015	Dafiana do Socorro Soares Vicente Carlos
20	O Ensino Religioso e o Programa Escola Zé Peão: Interfaces e Articulações no Currículo	C.R. MESTRADO	2015	Mirinalda Alves Rodrigues dos Santos
21	A formação do Professor de ER, um novo Olhar sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência na Escola.	C.R. MESTRADO	2015	Ana Cristina de Almeida Cavalcanti Bastos
22	Ensino Religioso: Estudo sobre a proposta Curricular com base no FONAPER e BNCC	C.R. MESTRADO	2015	Aldenir Teotônio Cláudio
23	O Jogo Digital na Sala de Aula de Ensino Religioso	C.R. MESTRADO	2016	Nancyellen de Araújo Torres
24	Formação Continuada de Professores de ER: Do conteúdo das Ciências das Religiões a Prática na Sala de Aula de Ensino Religioso	C.R. MESTRADO	2016	Sidney Allessandro da Cunha Damasceno
25	Práticas Educativas dos Ritos de Iniciação: Um Estudo Comparado nas Religiões Monoteístas	C.R. MESTRADO	2016	Josilene da Silva Cruz
26	Diversidade Religiosa e ER: Relações Possíveis? Um Olhar a partir de alunos e professores de Escolas Municipais de João Pessoa / PB	C.R. MESTRADO	2016	Fernanda Santos do Nascimento
27	Concepção dos Professores do Curso de Graduação e Ciências das Religiões sobre a Formação dos Professores de ER: Educação e Currículo	C.R. MESTRADO	2016	Thalissom Pinto Trindade de Lacerda

28	O Papel do Professor de Ensino Religioso no Município de João Pessoa-PB.	C.R. MESTRADO	2016	Daniel Marcos Gomes de Lelis
29	Modelo de Ensino Confessional e o Fortalecimento da Concepção Laica de Estado	C.R. MESTRADO	2017	Gustavo Leite Castelo Branco
30	Ensino Religioso: A Pedagogia do como e do que Ensinar	C.R. MESTRADO	2017	José Carlos do Nascimento Santos
31	Percepções Pedagógicas sobre o ER e a Análise do Livro Didático deste Componente Curricular das Escolas Municipais de João Pessoa-PB	C.R. MESTRADO	2017	Maria Gorete Santos Jales de Melo
32	Eixos Temáticos do Ensino Religioso na Obra de Inês Carniato: Uma Análise nos Livros Didáticos da Coleção de E.R. Fundamental	C.R. MESTRADO	2018	Maria da Penha de Lima da Silva
33	O Estágio Supervisionado na Formação de Professores das Ciências das Religiões ao Ensino Religioso	C.R. MESTRADO	2019	Thiago Rafael Soares de Souza Guedes
34	Olhinhos de Gato: Uma Análise de Conteúdo da Obra de Cecília Meirelles sob o Olhar do Ensino Religioso.	C.R. MESTRADO	2019	Themis Andréa Lessa Machado de Mello
35	O Ensino Religioso como Cuidado Espiritual	C.R. MESTRADO	2021	Davi Jorge Duque Vanderlei
36	A formação continuada de Docentes de ER para o Ensino Fundamental: Anos iniciais a partir da Coleção de Livros Didáticos Nautas.	C.R. MESTRADO	2023	Magno Carvalho Xavier
37	Ensino Religioso à luz do Paradigma Complexo e Transdisciplinar: Uma Proposta Epistemológica e Metodológica.	C.R. MESTRADO	2023	Romário Evangelista Fernandes
38	Tecnologias Digitais no Ensino Religioso: Desafios e Perspectivas a Prática Pedagógica	C.R. MESTRADO	2023	Andreza Patrícia de Azevedo Ferreira
39	Mídias Digitais e as Metodologias Ativas no Ensino Religioso: Período Pandêmico e Pós Pandêmico	C.R. MESTRADO	2023	Vanessa de Oliveira Fernandes
40	O Ensino Religioso no contexto da Escola Indígena Potiguar da Paraíba	C.R. MESTRADO	2023	Daniel Santana Neto
41	Ensino Religioso em tempos de Pandemia Desafios para os docentes da Rede Municipal de João Pessoa PB	C.R. MESTRADO	2023	Cleyton Carlos Silva de Vasconcelos

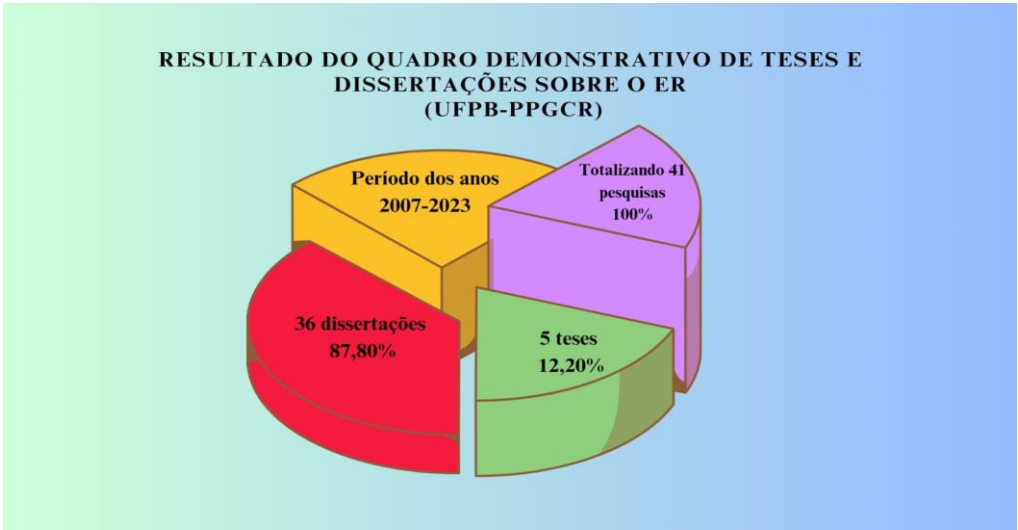
Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa: Maria José Torres Holmes

Esta pesquisa mostra em detalhes o avanço do PPGCR quanto aos Cursos de Doutorado e Mestrado referentes ao Ensino Religioso, no período de 2007 – 2023. Pesquisando no site do PPGCR, encontram-se quarenta e uma (41) pesquisas, sobre o Ensino Religioso distribuídas em trinta e seis (36) dissertações e cinco (5) teses de doutorado referentes ao este componente

curricular. Diante deste quadro acima, o curso de doutorado iniciado em 2015 num período de quatro (4) anos, portanto, em 2019 foram formados os primeiros Doutores em Ciências das Religiões, porém, este número é pequeno, para esta temática do ER, em relação às demais temáticas expostas no repositório da UFPB.

Quanto aos Cursos de Mestrado, foram detectadas trinta e seis (36) pesquisas direcionadas ao Ensino Religioso, que se iniciou entre 2007 – 2023. Portanto tem um percurso de dezesseis (16) anos deste curso, e o número de Dissertações de Mestrado está razoável quando deveria ter uma maior proporção em relação à quantidade de pesquisas. Ao olhar desta pesquisadora, quando se tem 14 anos de licenciatura o que deveria dar continuidade às pesquisas sobre o ER, por serem professores formados para ministrar as aulas deste componente curricular. Quando na verdade enveredam para outras temáticas. Talvez esta não seja a sua opção. Por tratar-se de um tema complexo. Ou até mesmo porque não se identificou, ou então por falta de incentivo de docentes do curso de licenciatura em CR.

Quadro demonstrativo de nº. 4 - Percentuais de Dissertações e Teses período 2007- 2023



Fonte: Siga-a /PPGCR/UFPB. Organizado pela autora Maria José Torres Holmes

Este gráfico de nº 4 detalha o percentual do quadro demonstrativo de nº 3, em que se têm as 36 dissertações, um percentual de 87,80% em 16 anos de Mestrado na área das Ciências das Religiões/ER. Enquanto que em termos de teses se tem apenas 12,20% em 8 anos de Doutorado, representada por apenas 5 teses. O que não deixa de ser significativo para o PPGCR e para esta área de conhecimento do Ensino Religioso em termos de pesquisa.

Pois de acordo com Freire (2006, p. 29): “Ensinar exige pesquisa. [...] Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço. [...] Implica o compromisso da educadora com a consciência crítica do educando”.

Isto é apenas uma crítica, construtiva, uma vez que grosso modo se acredita que faltam incentivos para as pesquisas quanto ao Ensino Religioso. Mesmo assim, isto não deixa de ser significativo para este componente curricular. Considerando a sua complexidade quanto aos aspectos da fenomenologia das religiões. Um tema difícil de entendimento. Trata-se da laicidade do estado brasileiro, assim como da Fenomenologia Religiosa, com seus fenômenos religiosos e a sua mitologia no campo da diversidade cultural religiosa. Além de toda legalização elaborada direcionada para este componente curricular.

Com base nas apresentações acima é imprescindível discorrer apresentando, este componente curricular do ponto de vista do FONAPER a respeito do ER não confessional, a partir das mudanças de paradigmas, através de um estudo científico.

2.2. ENSINO RELIGIOSO FONAPER E AS MUDANÇAS DE PARADIGMAS

Entre o período de 1986 a 1996, intensificou-se no campo educacional e, portanto, na escola o processo de rupturas com as concepções vigentes de educação pela dimensão da crise cultural que se instaura em todos os aspectos da sociedade. Frente à crise e aos paradigmas que apontam possibilidades e geram incertezas, também o ER busca a sua redefinição como disciplina regular do conjunto curricular, garantido pela Constituição Federal e pela Legislação de Ensino, que ora se processava e deixava a sociedade apreensiva quanto ao destino do País.

De um lado, recuperaram-se aspectos dos discursos pronunciados nas respectivas fases anteriores à regulamentação dessa disciplina, principalmente dos setores contrários à sua permanência ou inclusão no sistema escolar. Por outro, aqueles que se mostravam favoráveis e assim se discutiam, como o caso do FONAPER que sempre se manteve presente e assim se expressavam na apresentação de sua primeira obra: “Os PCNER”, onde reza: “Esta proposta original responde à necessidade de fundamentar a elaboração dos diversos currículos do Ensino Religioso na pluralidade cultural do Brasil”. (FONAPER/PCNER, 1997, p.5).

Com a organização desta pequena obra situa-se todo o percurso pelos quais passou o ER até chegar aos objetivos e seus eixos temáticos, e seus conteúdos direcionados aos docentes em sala de aula, destacando o fenômeno religioso.

A partir de 1985, quando se instaurou o processo constituinte e a tramitação do projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Congresso Nacional, o ER voltou a ser objeto de discussão e alvo de novas polêmicas, pois ainda existiam grupos contrários à sua regulamentação na referida Lei de Ensino e com isso as dificuldades eram as mais diversas.

Nessa reflexão observou-se que além do processo constituinte, houve também as mudanças na LDB, sendo a 3ª LDB. Por isso aumentava a preocupação dos professores de ER

quanto a essas mudanças. Eram muitas as dificuldades apontadas e assim os embates foram acirrados.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante através do Art. 210, § 1º do capítulo III da Ordem Social, o ER nos seguintes termos: “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental”.

Em seguida surgiram às discussões sobre as mudanças da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fundamentada no contexto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, passando por vários projetos, sendo aprovado o substitutivo do Senador Darcy Ribeiro, cujo relator foi o Deputado José Jorge (PFL-PE), o qual foi aprovado com 349 votos em 17 de novembro de 1996. Segundo Caron (1998):

Ao término do ano letivo, sem tempo hábil de a sociedade tomar conhecimento, ou seja, em 20 de dezembro de 1996, o Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, sancionou a LDB sob o nº 9394, publicada no Diário Oficial da União, do dia 23/12/96, divulgada como “Lei Darcy Ribeiro”. (Caron, 1998, p. 18)

Nesse ínterim o FONAPER (1995) já estava instituído, assim como, se organizou e deu fortes contribuições, sempre na liderança à frente de todo processo educativo do ER. Foram momentos difíceis para toda equipe que trabalhava para que a implantação do ER tivesse um resultado satisfatório diante de tantas dificuldades, porém existiam muitas esperanças uma vez que na Carta Magna, o ER já estava decidido porque considerava a diversidade cultural religiosa do Brasil. Mesmo assim, foi um embate instigado. De um lado a própria sociedade com a interferência de intelectuais que eram contra o ER nas escolas. E do outro o FONAPER na retaguarda pela defesa desta disciplina, apoiado por docentes de ER.

Por conseguinte, as discussões sobre a Lei Darcy Ribeiro, o que mais prejudicou nessa lei foi à expressão usada na redação desse documento sem ônus para os cofres públicos. No que resultou em outra mobilização em todo Território Nacional para reverter essa expressão tão mal colocada em tal documento. Segundo Caron (1998), em 28 de fevereiro de 1996, o Senado Federal recebe o Parecer de nº 30, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mantendo o Ensino Religioso no Art. 33 com a seguinte redação:

§ 3º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter: I-confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável ministrada por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas. II-inter-confessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa. § 4º-Os sistemas de ensino atuarão de forma articulada com as entidades religiosas para efeito da oferta do ensino religioso e do credenciamento dos professores ou orientadores. § 5º-Aos alunos que não optarem pelo ensino religioso será assegurada atividade alternativa que desenvolva os valores éticos, o sentimento de justiça, a solidariedade humana, o respeito à lei e amor à liberdade. (Caron, 1998, p. 20-21).

E, assim, a luta continuou e voltou novamente os embates para incluir o ER, sendo que desta vez a sua inclusão na (LDB), deveria ser do jeito que estava garantido pela Carta Magna de 1988. Um ponto em destaque foi o estudo analítico sobre a história do ER, com os principais fatos ocorridos e como está inserido no campo das relações entre sociedade, religião e educação, envolvendo a sua trajetória até os dias atuais. Isso que veio favorecer todo o processo educacional.

Foram três projetos de lei sobre o ER, apresentados ao Congresso Nacional (1997), contendo propostas para substituir o Art. 33 da nova LDB (Lei 9394/96). Para Caron, (1998) os documentos eram: o Projeto de Lei nº 2.757/97, do Deputado Nelson Marchezan, que pretendeu alterar o artigo 33 simplesmente retirando a expressão: “sem ônus para os cofres públicos”.

O Projeto do Deputado Maurício Requião, que tinha o nº. 2. 997/97. E o Projeto de nº 3.043/97, do Poder Executivo que optava pelo “ensino ecumênico” (Caron 1998, p. 24-25).

Entretanto nenhum projeto foi aprovado. Consequentemente surgiu à proposta do Deputado (Roque Zimmermann)³⁷. Este, enquanto relator sugeriu outra proposta, organizando nos moldes das demais propostas, dando assim, uma nova redação. O que foi acatado, pela comissão e assim, finalmente pronto o documento, tendo como relator o Senador Joel de Hollanda, sendo aceita e votada por grande parte da maioria. E assim se originou a Lei substituta do ER, Lei de nº 9.475, de 22 de julho de 1997, que dá nova redação ao art. 33 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sancionada pelo Presidente e publicada no Diário Oficial (cf. nº 139, Seção 1, 4ª feira, Brasília, 23 de julho de 1997). Conforme o artigo abaixo:

Art. 1º - O art. 33 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33- O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Fernando Henrique Cardoso). Presidente da República. (BRASIL, LDB 1997).

Esta Lei é um motivo de vitória para este componente curricular, significando a primeira luta do FONAPER que já foi atuante desde a sua fundação, pois fazem parte de suas conquistas. Por isso a sua importância para este componente curricular do ER.

Ressaltando-se que este Fórum é o articulador, para a construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER); convocando assim educadores envolvidos com o ER para contribuir com esta tarefa educativa, uma vez que o MEC no momento que apresentou os PCNs, às escolas, ignorou este componente curricular.

³⁷ Roque Zimmermann. (1939-2019) padre, professor universitário. Militante pelos direitos humanos, durante a ditadura militar, defensor dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra. Ingressou na política e sempre defendeu os humildes. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/586754-em-memoria-do-padre>. Acesso em: 22 jun. 2022.

O quadro (5) apresenta um recorte das três (3) leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elaborado pelo FONAPER. Este foi o perfil que o FONAPER traçou sobre as leis de ensino da Educação Nacional. De acordo com esse quadro as duas primeiras leis eram confessionais enquanto a 3º lei aborda o conhecimento religioso do ER respeitando a carta Magna de 1988.

Quadro nº. 5 Mapa do Ensino Religioso nas três Leis de Ensino (LDB)

O ENSINO RELIGIOSO NAS LEIS DE ENSINO					
Concepção	Finalidade	Entendimento do ER	Enfoque Centrado	Caracterização	LDBEN
REELIGERE = Re-escolher	Fazer Seguidores Religião=	Catequese/ Doutrinação	Uma Verdade	Evangelização	4.024/61
RELIGARE = Religar	Tornar mais Pessoas Religiosas	Ética Vivência de Valores	Religiosidade	Pastoral	5.692/71
As aRELEGERE = Reler	Reler o Fenômeno Religioso	Área do Conhecimento	Fenômeno Religioso	Conhecimento	9.394/96

Fonte: Arquivo do FONAPER (2000, p. 26)

Destarte, configura-se abaixo o quadro histórico das Constituições Brasileiras. Com seus artigos, focalizando a situação do ER, em cada Carta Magna. Que representam um histórico resumido desses documentos que direcionam todas essas Leis maiores do nosso País, as quais regem o Ensino Religioso nas escolas públicas.

2.2.1 O retrato das constituições do Brasil: quadros históricos das leis

Este é o quadro de todas as constituições existentes no Brasil. Desde 1824 até o momento atual. (1988), em que se refere à situação quanto ao ER. Apesar de passar muito tempo na confessionalidade, porém nunca deixou de ser imbatível, mesmo sofrendo certa exclusão pela própria sociedade que até a presente data este componente curricular é indiferente. Até mesmo na própria escola, pois para muitos o ER é indiferente, pela comunidade escolar.

Quadro nº 6 Mapa das Constituições do Brasil

CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE 1824 – 1988	
1ª Constituição Política do Império do Brasil. 25 de março de 1824. Em nome da Santíssima Trindade.	Regentes D. Pedro I e posteriormente seu filho D. Pedro II, após completar a maioridade. Por todo período monárquico Ensino Religioso – Cristianismo Católico

2ª Constituição do Brasil da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Estado Laico.	Presidente: Marechal Deodoro da Fonseca. Sistema Presidencial. Extinção do Ensino Religioso por quarenta anos
3ª Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934.	Presidente Getúlio Vargas. Sistema Presidencial. Retorno do ER através do Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931.
4ª Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937	Presidente Getúlio Vargas. Sistema presidencial. Ensino Religioso na escola
5ª Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946	Presidente Eurico Gaspar Dutra. Sistema presidencial. Ensino Religioso na escola
6ª Constituição da República Federativa do Brasil de 15 de março de 1967.	Sistema Militar Presidente Artur da Costa e Silva Ensino Religioso na escola associado à Educação Religiosa, Moral e Cívica /OSPB.
7ª Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988	Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sistema Presidencial. O Ensino Religioso, considerando a Diversidade Cultural Religiosa.

Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora Maria José Tores Holmes

Antes de adentrarmos na análise deste quadro é importante destacar que o ER nunca deixou de ser destaque em todas as Constituições da República federativa do Brasil, por isso existe uma relação muito importante, principalmente da nossa Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que fechou com o ER do ponto de vista fenomenológico respeitando a diversidade cultural religiosa do Brasil. Esta relação culminou com a LDB.

Segundo Junqueira (2002, p. 124) afirma que:

O que dá um novo impulso a toda esta proposta é, sem dúvida, a redação do artigo 33 da LDB, com o parecer 4/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, ao deliberarem as Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecendo que o Ensino Religioso é como uma área de conhecimento.

Mesmo assim, isso vem fortalecer o seu desenvolvimento, o seu caminhar nas trilhas das águas da diversidade religiosa de cada tradição cultural religiosa do Brasil. Deixando transparecer uma ponta de esperança, uma vez que muitos passos já foram dados, haja vista o quadro nº seis (6) apresentando o mapa das Constituições acima.

Nesta análise do referido quadro o componente curricular de ER se situa através do seu perfil nas sete Constituições Brasileiras.

A primeira Carta Magna do País foi a Constituição Política do Império do Brasil de 1824 do Regime Monárquico com ER de Religião Católica (catequese) do período de (1824 – 1891). O que resulta na compreensão de aula de religião.

A segunda Constituição do Brasil e a Primeira Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, dos anos de (1891–1931). Esta excluiu oficialmente o ER das escolas públicas através do Art. 72- §6º- Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. Em regime de Laicidade. Mesmo descartando o ER, porém não deixou de citá-lo, sem a presença marcante desse componente curricular. Oliveira *et al.*, (2007, p. 51-52):

Semelhante proposta não foi aprovada que tentava resgatar a hegemonia sobre os três espaços que entendia serem de seu direito, a saber: a escola, o magistério e o cemitério. Por intermédio do decreto conhecido como Independência da República, de 30 de abril de 1931, foi permitido o retorno das aulas de “religião” de acordo com a confissão do aluno ou os interesses da família.

A **terceira** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934; do Regime Republicano. Com ER, enquanto “Aula de Religião ou Educação Religiosa”. Foi a Constituição que só permaneceu por três anos. Como observamos o período está de (1934 – 1937). Cujo retorno foi apenas para evangelizar. (Origem da matrícula facultativa).

A **quarta** é a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937 durante o Regime Republicano, com a oferta deste componente curricular, também como, “Aula de Religião ou Educação Religiosa”.

A **quinta** é a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, situada no sistema republicano com as escolas ofertando mais uma vez “Aula de Religião ou Educação Religiosa”.

A **sexta** é a Constituição da República Federativa do Brasil 1967 do Regime Republicano, com ER: “Aula de Religião ou Educação Religiosa”. Perpassando pela ditadura militar. Foi quando surgiu a Educação Moral e Cívica, assim como OSPB.

A **sétima** Constituição da República Federativa do Brasil de que apresenta no Art. 210. Determina que: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. § 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. Sendo esta Constituição que deu um novo rumo a este componente curricular. Por conseguinte, apresentamos neste quadro abaixo a situação do ER para as escolas públicas a partir dos artigos das sete Constituições do Brasil. (1824 – 1988).

Conforme seus artigos que aparecem neste mapa apresentando por muito tempo a confessionalidade do Ensino Religioso. Entre os anos de (1824-1967).

Quadro nº. 7 Mapa dos Artigos do Ensino Religioso nas Constituições Brasileira

O ENSINO RELIGIOSO NAS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL	
1824	Art.5: A Religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo. (Ensino Religioso Confessional).
1891	Art. 72: § 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. Decretada a exclusão do Ensino Religioso.
1934	Art. 153 – O Ensino Religioso será de matrícula facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais e responsáveis, e constituirá

	matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. (ER confessional) Origem da matrícula facultativa.
1937	133 - O Ensino Religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas árias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos. (ER confessional)
1946	Art. 168 – O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. (ER confessional)
1967	Art. 176: Inciso V - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio; (ER confessional)
1988	Art. 210 , § 1º do capítulo III da Ordem Social, o Ensino Religioso nos seguintes termos: O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental. (ER Não Confessional)

Fonte: Arquivo próprio da Pesquisadora Maria José Torres Holmes

Com exceção da **Constituição de 1891** que descartou o ER por um longo período de quarenta anos.

Assim como a **Constituição de 1988** que o ER é Não Confessional. Respeitando a diversidade religiosa do Brasil e do mundo, sendo, portanto, de caráter inter-religioso.

Entretanto, desde 1934, num aspecto importante, apresentam-se todas iguais através do termo **facultativo**. Com exceção da Carta de 1824, também era confessional, porém não tinha o termo (facultativo), que teve sua origem no (Governo de Getúlio Vargas).

Segundo os PCNER: “Este é o marco de todas as concepções sobre o Ensino Religioso,” [...] “Desde a Carta de 1934 até a Lei Maior vigente, e da Lei de Diretrizes e Bases em tramitação no Congresso,” (PCNER, 2009, p. 26).

Analisando esta questão, pergunta-se: Qual a diferença deste componente curricular para os demais componentes no currículo da escola? Afinal de contas são quinhentos e vinte e quatro (524) anos de História; cento e sessenta e cinco (165) anos de Constituições com sete Cartas Magnas e todas situam este componente curricular, até mesmo a de 1891 que apesar de retirá-lo, quando se refere ao ER.

Observa-se isso através de seus artigos bem detalhados em cada Carta Magna.

Entretanto, os anseios da população brasileira, foi o marco referencial nesse período, na construção da Constituição de 1988, uma vez que todos queriam participar dos movimentos políticos da época, como marcar presença na participação dos acontecimentos políticos da vida nacional, um sentimento de liberdade pelas campanhas das “Diretas Já”.

Um movimento feito por todo Território Nacional englobando pessoas engajadas na política, cujo pensamento era um só, que era defender a liberdade democrática e a cidadania. Esta Carta magna veio para unir a Nação, marcando assim, o fim do Regime Militar.

Apresentam-se no próximo bloco, os modelos de Ensino Religioso detalhando a fase de cada modelo para melhor entendimento, através de uma visão diante das Constituições e a LDB de cada período, (1961; 1971; 1988).

2.2.2 Os três modelos de ensino religioso e suas premissas

Ensino Religioso é parte fundamental da tarefa educativa e, como tal precisa de robusta base científica, religiosidade consciente, solidez pedagógica e compromisso cidadão. (Cortella, 2006, p. 20).

O pesquisador João Décio Passos apresenta como resultados de suas pesquisas três quadros fundamentais do ER, entre os quais detalham as fases que este componente curricular vem passando no dia a dia de sua história.

Segundo Cairns (2008, p. 39):

O cristianismo teve seu começo, do ponto de vista subjetivo humano, na história temporal. Precisamos examinar as evidências da existência histórica de Cristo, já que esses fundamentos estão indissociavelmente ligados à pessoa, vida e morte de Cristo. (Jo: 1.14). Felizmente, porém, há evidências históricas extrabíblicas de Cristo que comprovam a existência de Cristo.

O ER na escola até o presente momento apesar de todo um embasamento teórico a seu favor, ainda existem resquícios do passado que perduram no entendimento de sua proposta, pois é necessário que haja rompimento com alguns fatos do passado, cujas práticas estão ultrapassadas. Portanto, diferentes dos interesses sócio-políticos e econômicos das diversas denominações religiosas que insistem em colocar suas práticas em sala de aula.

A história do ER tem seu lugar político e epistemológico nos tempos modernos. Nesse ambiente foram sendo construídas diversas práticas que visavam, por um lado, garantir o direito do ER aos educandos, tendo em vista o princípio da liberdade religiosa e, por outro preservar a laicidade do Estado. (Passos, 2007, p. 49).

Segundo este autor, afirma ao explicar o significado do termo “ensino religioso”.

As religiões ensinam suas doutrinas em suas comunidades. As famílias ensinam suas tradições religiosas em casa. A escola básica ensina religião aos estudantes. As Ciências humanas estudam os variados sistemas religiosos. Em todos os casos, a religião está sendo ensinada de algum modo, porém de formas bastante diferentes. (Passos, 2007, p. 30).

Promover um ER laico distante do proselitismo, cuja necessidade, pode ser através de respeito a outras culturas religiosas, demonstrando assim a laicidade do nosso Estado Brasileiro, sem necessariamente estar ligado a qualquer denominação religiosa. Assim sendo, este componente curricular sempre será muito bem significativo no espaço de sala de aula, Passos, nos apresenta nos quadros abaixo: Os Três Modelos de Ensino Religioso. Os modelos são: Catequético; Teológico e o modelo das Ciências da Religião.

Quadro nº. 8 – Primeiro Modelo

O MODELO CATEQUÉTICO	
Cosmovisão	Unirreligiosa
Contexto político	Aliança Igreja – Estado
Fonte	Conteúdos Doutrinais
Método	Doutrinação
Afinidade	Escola Tradicional
Objetivo	Expansão das Igrejas
Responsabilidade	Confissões religiosas
Riscos	Proselitismo e Intolerância

Fonte: Arquivo do João Décio Passos (2007).

Este modelo está alicerçado no Brasil, desde a época da colonização com a catequização afro-indígena numa imposição da escola jesuítica advinda de Portugal, cujo período era ministrado pelas leis portuguesas através de Cartas e Decretos, com intenções proselitistas na evangelização de negros e indígenas. E assim essas duas culturas eram catequizadas. (Passos, 2007, p. 57) “A intencionalidade proselitista, ainda que disfarçada sob os princípios humanistas, é que de fato efetiva essas práticas, o que torna inevitável a promiscuidade político-ecclesial, ferindo ao mesmo tempo, os princípios do ensino laico”.

O Modelo catequético cuja cosmovisão é Unirreligiosa, está alicerçado na Lei de ensino de nº. 4024 /1961, no contexto político de aliança entre Igreja e Estado pelos quais a fonte eram os Conteúdos Doutrinais através do Método da Doutrinação, com a afinidade na Escola Tradicional, objetivando expandir a Igreja, sob a responsabilidade das confissões religiosas, correndo riscos de proselitismos e intolerância religiosa.

Para Teixeira (2006, p. 63), “Há ainda aqueles que insistem na defesa de um Ensino Religioso confessional nas escolas públicas, com garantias do controle doutrinal dos conteúdos a serem ministrados e a seleção reservada de seus docentes”.

Este modelo espelhou-se nas escolas por ocasião do Concílio Ecumênico do Vaticano II, seguindo todas as suas orientações.

O Concílio reafirma a missão da Igreja junto às escolas não católica, fala da necessidade da formação espiritual de uma maneira adaptada e, apelando para o argumento da liberdade religiosa, chama as autoridades civis para o dever de promover a educação religiosa dos alunos, conforme os princípios morais e religiosos da família. (Passos, 2007, p. 61).

Isso só veio ter um fim, aqui no Brasil, quando foi promulgada a Constituição de 1891 (Estado laico). Mesmo assim, ainda existem resíduos de confessionalidade. Uma vez que o ER catequético deixou como herança a aula de religião que era ministrada pelos jesuítas na época do colonialismo o predomínio do Cristianismo Católico.

Desenvolvem-se entre si alguns caracteres umas das outras a exemplo de o modelo catequético ser o mais antigo dos três modelos e por isso, apesar da pós-modernidade as pessoas ainda insistem em falar “aula de religião”. Tendo em vista o seu Art. 2º da LDB “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. § único. À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos”.

Em seguida apresenta-se o modelo teológico. Esse modelo se estendeu a várias vertentes do Cristianismo, de formas a atender a uma sociedade secularizada com o intuito de ir mais além do modelo catequético, cuja lei de ensino da época era a Lei de Diretrizes e Bases de nº. 5.692/71 que expandiu em culminância com os moldes dessa LDB, cuja concepção era de viés religare igual a religar. Ou seja, um ensino ecumênico.

De acordo com os PCNER que afirma: A Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus 5692/1971, em seu artigo 7º, parágrafo único, repete o dispositivo da Carta Magna de 1968 e Emenda Constitucional nº. 1/69, incluindo o ER no sistema escolar da rede oficial nos respectivos graus de ensino, (FONAPER/PCNER, 2009, p. 29).

Objetivando assim, tornar as pessoas mais religiosas, com o foco na religiosidade, através de conteúdos tais como: a vivência de valores éticos como a fraternidade, solidariedade além do incentivo às pastorais, conforme o quadro que segue.

Quadro nº. 9 - 2º Modelo

O MODELO TEOLÓGICO	
Cosmovisão	Plurirreligiosa
Contexto político	Sociedade secularizada
Fonte	Antropologia, Teologia do Pluralismo
Método	Indução
Afinidade	Escola nova
Objetivo	Formação Religiosa dos Cidadãos
Responsabilidade	Confissões Religiosas
Riscos	Catequese Disfarçada

Fonte: Arquivo do João Décio Passos (2007)

Passos (2007, p. 63) assegura que “O ER fica também situado numa perspectiva nitidamente eclesial – como “exigência evangélica” de uma sociedade justa que supere modelos educacionais redutivos em função de uma educação libertadora. [...]”.

Por conseguinte, sua cosmovisão é plurirreligiosa, cujo contexto político situa-se na sociedade secularizada, com a fonte na visão da Antropologia, Teologia do Pluralismo, com base no método da indução, com afinidade de uma escola nova, objetivando a formação

religiosa dos cidadãos, ou seja, a Educação Religiosa, sob a responsabilidade das confissões religiosas, com riscos de uma catequese disfarçada.

Cortella, (2006, p. 15) afirma: “Ora não há dúvidas de que o sentimento religioso é uma constante na história humana; independentemente da região planetária, época ou sociedade. [...]”.

E por último, se apresenta o quadro de nº 10 com o modelo nos moldes das Ciências das Religiões conforme, este modelo está de acordo com a LDB de 1996, que assegura em seu Art. 33 onde afirma: “o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”. Além de respeitar a laicidade do Estado Brasileiro. E por isso é muito importante na constituição do Ensino Religioso.

Quadro nº 10 – 3º Modelo

O MODELO DAS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	
Cosmovisão	Transreligiosa
Contexto político	Sociedade Secularizada
Fonte	Ciências da Religião
Método	Indução
Afinidade	Epistemologia Atual
Objetivo	Educação do Cidadão
Responsabilidade	Comunidade Científica e do Estado
Riscos	Neutralidade Científica

Fonte: Arquivo do João Décio Passos (2007)

Segundo Passos os dois primeiros modelos assumem como meta do ER, no âmbito religioso do ser humano: o primeiro como confissão de fé a ser aprimorada caqueticamente, e o segundo como dimensão antropológica a ser aprimorada pela educação Religiosa. No terceiro modelo o ER passa a ser visto do ponto de vista científico. Enfocando a diversidade cultural religiosa com a sua fenomenologia religiosa. Este autor afirma ainda que:

Não se trata de negar a realidade e a validade dessas metas no processo educativo, mesmo dentro da escola. Por princípio e método, a educação não dispensa nenhum dado que faça parte da vida individual e social dos educandos; ao contrário, inclui esses mesmos dados em suas atividades pedagógicas a fim de decodificá-los a partir dos referenciais das ciências. (Passos, 2007, p. 66-67).

Esses são alguns dos desafios que este autor afirma não só para pesquisadores, mas para os educadores. Observa-se que os três modelos podem e devem ser revistos no ambiente escolar entre discentes e docentes. Assim como para os gestores, coordenadores e especialistas. E, por que não toda comunidade escolar?

Pois é nesta visão que começa a abordagem sobre este componente curricular a partir deste entendimento sobre as Ciências(s) da(s) religião (ões).

O autor (Teixeira, 2006, p. 64) afirma que: “As Ciências da Religião vêm se firmando cada vez mais nos panoramas acadêmicos internacionais e nacionais. Trata-se de um campo disciplinar marcada por uma estrutura dinâmica e aberta, cujo estatuto epistemológico permanece ainda em processo de definição”.

Por conseguinte, passa-se a dar continuidade dessa temática no campo das “Ciências das Religiões” no aspecto da diversidade cultural religiosa de um modo geral, em conformidade que deve ser vivenciada pelo Brasil, diante das diferenças religiosas existentes no País. É o que se apresenta no subtema abaixo.

2.2.3 Ciência(s) da(s) religião (ões) e Ensino Religioso na diversidade cultural religiosa

Encarar cientificamente as religiões é um desafio duplamente vivenciado pela onipresença do tema no cotidiano de todos nós, o que torna a objetividade científica um desafio indispensável. (Cavalcanti, 2010, p.120).

Ao se iniciar este item destaca-se Camurça que apresenta em seus escritos, uma polêmica muito forte a partir do título do seu artigo: Ciência da Religião, Ciências da Religião, Ciências das Religiões. Estes três termos são usados nas mais diversas universidades e faculdades públicas e particulares, dependendo das regiões pelas quais estão inseridas. Este autor faz comparações com a nossa diversidade cultural religiosa do Brasil e do mundo. Camurça (2008, p. 204) assegura que:

A bem da verdade é preciso dizer que a expressão “ciência da religião” (Religionwissenschaft) foi cunhada na segunda metade do século XIX para destacar a emancipação das ciências humanas em relação à filosofia e à teologia – até então, vozes imperantes - no tratamento dos fenômenos religiosos e das concepções últimas sobre o seu ser. Sem sombra de dúvidas, um avanço incontestável para ampliação, aprofundamento e reconhecimento de um leque de disciplinas modernas que emergiram rompendo com a rigidez e o obscurantismo de uma época. Todavia hoje, com a consolidação da autonomia e da pluralidade de especializações e competências nas ciências humanas e sociais, a uniformização que este singular científico ou esta particularização face ao objeto sugere parece desconsiderar todo um patrimônio epistemologicamente diversificado e diferenciado que as ciências humanas moderna conquistaram.

Este autor assevera ainda que tanto “as ciências sociais quanto as religiões são dimensões na perspectiva relacional. Desta forma, cada combinação singular deste diálogo inter-religioso/epistemológico comporia uma faceta do mosaico de um conhecimento amplo pluri e interdisciplinar [...]” (Camurça. 2008 p. 230).

Vale ressaltar que realmente forma a parte de um grandioso mosaico sagrado que é a nossa grande diversidade cultural religiosa, isso ninguém pode negar, com exceção dos que em nada acreditam, mas que também fazem parte deste mosaico. É muito importante que se diga

que este grande mosaico cultural se situa desde o nosso planeta Terra que é a casa de todos e todas, onde se habita, assim como nas pequenas e grandes casas que estudantes frequentam desde as menores escolas até as grandes universidades.

No Brasil, já não se pode mais falar que este País é estritamente católico, embora, ainda haja predominância desta tradição. Observa-se através das diversas formas de leituras do mundo, entre estas se destaca a internet, que aborda sobre a diversidade cultural religiosa demonstrando que tal temática está cada vez mais se estendendo e se espalhando pelos quatro cantos do Planeta. Provocando assim a globalização da (s) religião (ões), ampliando cada vez mais esse fenômeno religioso, com um vasto crescimento.

A cada dia as pesquisas vão apontando que novos movimentos religiosos vão surgindo. Isso é muito importante para as Ciências(s) da(s) Religião (ões) e a Ciência da Educação, pois aí está a preocupação de cada tradição cultural religiosa com a educação de cada Nação. E como tal, precisam ser mais divulgadas, além da comunidade escolar, como também para a sociedade em geral, as escolas e as famílias. Enfim, toda sociedade.

Em se tratando de escola pensa-se logo ser um lugar de ensinar e aprender, um lugar onde o saber é socializado, um lugar onde se aglutina a diversidade. Sua natureza além de histórica apresenta o conhecimento humano como patrimônio da humanidade, bem como possui uma dupla função que é: “Trabalhar com os conhecimentos humanos sistematizados, historicamente produzidos e acumulados, e criar novos conhecimentos”. (PCNER, 2009, p. 35).

Portanto, dentro desse viés situa-se o ER. Nesta abordagem sobre esse componente curricular não se pode deixar de fora a importância do pluralismo religioso, bem como da diversidade cultural religiosa.

De acordo com Cavalcanti (2007, p. 105):

O Ensino Religioso na escola pública deve tornar acessível aos alunos o conhecimento acumulado sobre a origem das diversas tradições religiosas e as bases científicas que analisam o fenômeno religioso em si nos mais diferentes povos ao longo de toda história, sem interferir na opção religiosa individual e respeitando o caráter didático na transmissão de seus conteúdos.

Portanto, é papel dos órgãos competentes viabilizar a questão da formação não somente formação continuada para docentes, mas, também a formação inicial, pensando no favoritismo da sala de aula. É preciso que se respeitem as leis de ensino, assim como o Estado laico brasileiro.

Este componente curricular é tão importante quanto qualquer outro dentro da escola, e como tal precisa ser olhado com mais atenção e com muito diálogo para que todos e todas compreendam o seu valor. O PCNER (2009, p. 44) que nos afirma: “A educação escolar tem

possibilitado historicamente o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade e ao mesmo tempo o desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa através de valores e atitudes”.

É fundamental que se entenda que, o mundo em que se vive a diversidade religiosa é bem maior do que se imagina. Consequentemente, toda essa diversidade precisa e deve ser considerada e, portanto, respeitada. Para cada uma dessas religiões, não importa que tenham escritos sagrados ou não, devem ser respeitadas. Entretanto, essas que não possuem seus textos sagrados, porém têm suas normas que também tem seu significado para cada uma destas. O mais significativo para elas é a sua forma apropriada de cultuar o seu sagrado e, portanto, não deixa de ter também o seu fenômeno religioso. Sanchez (2010, p. 13), um estudioso sobre pluralismo religioso e diversidade religiosa afirma que:

Ao olharmos o mundo atual, constatamos um verdadeiro mosaico de religiões. Reconhecer o direito de as religiões expressarem-se livremente nesse mosaico é o primeiro passo para termos pluralismo religioso. O segundo passo é reconhecer que todas as religiões têm legitimidade, porque expressam as diferentes formas humanas de aproximação do mistério fundante da vida.

Esse autor, ao se expressar a respeito dos acontecimentos que se tem hoje sobre as religiões, na sua visão, ele chama atenção da sociedade para que reconheça a imensidão de culturas religiosas existentes no mundo e que todas têm seus direitos de ir e vir, enquanto cada um de seus membros optou por suas escolhas, pois ninguém pode discriminar as pessoas porque a sua crença é diferente da que a outra pessoa professa. O que mais importa é que todas devem ser respeitadas.

É importante que se considere a laicidade do Estado Brasileiro. Portanto, deve-se respeitar o outro enquanto outro. Precisa-se entender que a liberdade de cada um termina quando começa a do outro. Vale ressaltar que, antes de qualquer ofensa, é preciso sempre se colocar no lugar do outro. Refletindo: Será que eu gostaria de ser discriminada/o?

O componente curricular do ER por ser considerado facilitador de uma educação dialógica, inventiva, reflexiva e humana, é muito importante no chão das escolas públicas e por que não, em todas as escolas de um modo geral, como as de ensino privado.

O autor Sanchez (2010, p. 37), descreve o pluralismo em suas entrelinhas afirmando que:

O pluralismo religioso, hoje, é o mesmo que falar num modo de compreensão da religião que ultrapassa os limites da tradição. As diversas expressões religiosas, cada vez mais centradas no sujeito, acabam se traduzindo numa série de recortes no universo dos símbolos e das práticas. Esses recortes, muitas vezes, não se vinculam à tradição. E, quando isso acontece, a tradição é entendida como algo a ser recriado, dando origem à uma ‘nova tradição’, que incorpora elementos de diversas experiências daqueles que estão inseridos no campo religioso.

Associando esse saber à educação e à cidadania, observa-se que há uma sintonia entre estes valores, muito especial na formação do ser humano. Por isso a importância desse

componente de estar situado no cotidiano escolar. Com este pensamento se observa o quanto a escola precisa entender que a oferta deste componente curricular não é doutrinar e/ ou evangelizar, mas sim somar juntamente com os outros componentes curriculares na formação de crianças, jovens e adultos. Isto precisa ser refletido por: professores, gestores; coordenadores e/ou especialistas. E, até mesmo toda comunidade escolar, envolvendo os pais.

Portanto, é, e será nessa mesma escola, que se pode afirmar ser um lugar de disseminar a socialização da cultura, com objetivos amplos de interagir com os conhecimentos científicos, e os existentes. Considerando a bagagem cultural dos/das estudantes, assim como, produzirem e reproduzir novos conhecimentos e, assim formar sujeitos críticos e atuantes, para viver e conviver com as diferenças, na promoção de uma cultura de paz. “Se quisermos colher a paz, temos de semear uma cultura baseada em valores que prezam o bem comum.” (VON, 2003, p. 21). Segundo o autor Oro (2013, p. 15) quando se reporta ao mundo das religiões sob o olhar das Ciências Sociais, afirma que:

Quando se estudam cientificamente as religiões, não se faz com o intuito de conhecer para atacar ou desprezar nem para afirmar que uma é melhor do que a outra. Muito menos para concluir se existe ou não tal ser superior no qual creem esses fiéis. Pesquisa-se e estuda-se o fenômeno religioso com um olhar definido, o das Ciências Sociais. Deixa-se de lado aquilo de que se tem certeza pela fé.

Exatamente isso, pesquisar e conhecer para crescer não só profissionalmente, mas para conhecer e conversar com as pessoas, não para impor, mas para um diálogo franco e amistoso. Deixando a fé para si, o que é muito íntimo de todo ser humano. Pois dialogar com o outro diferente em nada vai abalar a sua crença e, portanto, a fé das pessoas jamais será abalada, pois esta é íntima de quem a professa. Neste universo religioso, onde se apresenta uma grande diversidade cultural religiosa, a cada dia surge uma nova religião.

É o próximo passo que trata no subitem abaixo, com o foco na diversidade e intolerância religiosa, uma violência religiosa desrespeitando os direitos que cada ser humano.

2.2.4 Ensino Religioso Intolerância Religiosa e Direitos Humanos

O conhecimento das diversas religiões e o diálogo ajudam a fortalecer a identidade religiosa, além de possibilitar grande estímulo para a religião de escolha (Follmann, 2009, p. 11).

A riqueza da diversidade é um desafio para os estudiosos das religiões, pela complexidade existente entre as religiões. Compreender o significado de todo esse mistério que está atrelado à natureza, a qual faz parte do conhecimento humano que é finito, desperta nos pesquisadores um interesse em se aprofundar para descobrir algo mais dessa dimensão infinita. Nesta reflexão, percebe-se que a diversidade apesar das diferenças, entretanto, todos são iguais, enquanto seres pensantes, com os mesmos direitos e deveres enquanto cidadãos.

Por isso em função da organização, dessa nova área do conhecimento e do sentido epistemológico que ela assume, é que se faz necessário este componente curricular nas escolas, porém com educadores que se disponham a um trabalho dinâmico e interdisciplinar, o que é imprescindível de acordo com as leis desta área de conhecimento do ER.

O Estado brasileiro, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, apresenta através dos seus compromissos, enquanto Estado membro da UNESCO³⁸. A Carta Magna de 1988 que assim expressa: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, proteção aos locais de cultos e a sua liturgia” (BRASIL, 1988, Art. 5º, Inciso VI). Uma lei que está sendo desrespeitada e negligenciada pelos órgãos competentes.

A Cartilha Diversidade Religiosa e Direitos Humanos (2005) complementa: “o Estado brasileiro é laico.” Isso significa que ele não deve ter, e não tem religião oficial. Entretanto, tem o dever de garantir a liberdade religiosa.

Por conseguinte, têm-se ainda muitos documentos elaborados pela UNESCO, defendendo a humanidade de tantas intolerâncias e injustiças. A Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais, de 1978 nos assegura que: “A identidade de origem não afeta de modo algum a faculdade que possuem os seres humanos de viver diferentemente, nem as diferenças fundadas na diversidade das culturas, do meio ambiente e da história, nem o direito de conservar a identidade cultural”. (Art. 1º. Item 3).

Segundo os cientistas da religião, os seres humanos criaram as tradições religiosas e as sistematizaram para cultuarem seus sagrados, numa visão ampla de explicar o mundo, através de diferentes linguagens científicas. Os autores Filoramo e Prandi (1999, p. 290), asseveram que:

O estudo da religião em perspectiva científica, qualquer que seja a definição que se dê ao estatuto dessa cientificidade, tem essa característica fundamental: ele é um convite ao estudo, não para que alguém se torne mais (ou menos) religioso – o fato de existirem consequências desse estudo é um efeito imprevisto, não fazendo parte das regras do jogo, estuda-se segundo o ethos do conhecimento que anima e funda esse tipo de trabalho, para poder conhecer melhor essa complexa e cálida realidade, para poder melhor orientar-se dentro dela.

Embora ambas as afirmações tentem descrever este fenômeno em diferentes dimensões do universo humano, isto mostra uma visão mais ampla na busca do transcendente em que, cada tradição religiosa procura dar sentido às respostas para as grandes questões existenciais:

De onde viemos? Para onde vamos? Qual o sentido da vida? Por que Vivo?

Essas respostas são dadas pelas tradições culturais religiosas que são detalhadas em seus textos sagrados escritos oralmente, os quais devem ser trabalhados em rodas de diálogo em sala

³⁸ Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

de aula. É importante que docentes e discentes de ER percebam o seu novo papel, e as escolas procurem assegurar este espaço em seu âmbito escolar, por ser um lugar propício para se refletir sobre a diversidade cultural religiosa, destacando no seu Projeto Político Pedagógico (PPP), esse referencial curricular, discutindo sobre: Quais os seus objetivos e finalidades? Como se dá o desenvolvimento dos seus conteúdos? Será que estão de acordo com a lei? Como a equipe gestora e seus pares se comportam em relação a este componente curricular, discutem com docentes e discentes e comunidade, sobre este processo?

É prudente que haja ao mesmo tempo, reflexões sobre suas temáticas abordadas em sala de aula, com entendimento de que tal conhecimento, só tem a contribuir com o processo educativo e a formação cidadã.

Uma das questões que desvirtuam o processo do desenvolvimento deste componente curricular dentro e fora da escola é a questão tanto do proselitismo, quanto da violência da intolerância religiosa, preconceito e fanatismo religioso, que vêm de fora, gerando assim, certa exclusão do ER.

Por conseguinte, Silva e Nonato (2009) dois pesquisadores desta temática sobre Educação e intolerância que mantêm em seu texto um importante diálogo, sobretudo chamando atenção de como as pessoas reagem diante qualquer dificuldade que sente de se relacionar com o outro. E afirmam que:

A intolerância está relacionada a forma como percebemos e reagimos em relação ao outro. A nossa visão de mundo está determinada ou é resultado da tradição cultural, filosófica e mesmo religiosa. Por muito tempo fomos ensinados a perceber as diferenças entre grupos religiosos. Essa diferença passou a ser classificada a partir de uma experiência religiosa que se colocava como oficial em comparação a outras vistas como seitas. Dessa forma, por muito tempo, e ainda hoje, a sociedade costuma classificar os grupos religiosos. Mas, o que é religião e o que é seita? (Silva; Nonato, 2009, p. 24-25).

Observa-se que esses pesquisadores colocam com muita clareza ao conceituar sobre a intolerância de um modo geral, principalmente a religiosa, que tanto discrimina e instiga as pessoas, chegando até mesmo à violência física. Esses autores continuam afirmando que:

A prática intolerante acontece quando alguém ou algum grupo entende que as suas ideologias são as melhores para a sociedade e, portanto, não admite outra opinião contrária ou algo que possa se opor a ela. Agindo dessa forma, estabelece-se um posicionamento ortodoxo, no qual é considerada válida e verdadeira apenas uma experiência religiosa. Ou seja, elege-se um conjunto de valores desprezando os demais, combatendo-os como satânicos maléficos ou simplesmente como maus. (Silva; Nonato, 2009, p. 27-28).

Este é um tema que está dentro de qualquer ambiente seja ele sociocultural religioso-educacional. Portanto precisa ser estudado dentro das escolas nas três esferas da educação: municipal, estadual e federal com muito diálogo, de forma bem democrática, dando oportunidade para que todos e todas participem. Essas são atitudes favoráveis para a construção

da paz tão almejada pelas pessoas. E como tal podem ser aplicadas no dia a dia das pessoas em qualquer situação de aprendizagem, não importando a classe social, religião ou raça.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de acordo com os seus trinta (30) direitos que amparam o cidadão, cujo preâmbulo diz: Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana.

De acordo com o Art. XVIII.

Todos os seres humanos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular. (UNESCO-DUDH, Art. 18).

Para o pesquisador Cordeiro (2015), que faz um comentário em seu artigo: *Diversidade Religiosa, Direitos humanos e Ensino Religioso*, nos chamam atenção ao se reportar a respeito desta temática:

O conhecimento da diversidade é uma das funções da escola na educação básica, seja ela pública, privada ou confessional. Entende-se que a religião, como fato antropológico e social, permeia a vida dos cidadãos de qualquer sociedade, de todas as culturas. Por isso, o ER é fator fundamental para a educação do cidadão, tanto quanto o estudo de outros objetos como, a História, a Geografia, [...], etc. O estudo da religião é necessário para se ter consciência de seu significado na vida do indivíduo e sua função na sociedade. [...] (Cordeiro, 2015, p. 145).

Este pesquisador, nos fala ainda da importância deste assunto nas aulas do ER através da interdisciplinaridade, uma oportunidade de mostrar aos demais professores de outras áreas de ensino o quanto este componente curricular tem também a sua participação no processo da cidadania e no ensino aprendizagem.

O autor Follmann (2009, p. 19) aponta que: “O conhecimento das diversas religiões e o diálogo ajudam a fortalecer a identidade religiosa, além de possibilitar grande estímulo para a religião de escolha”. Vale ressaltar que, diante do quadro de violência que se apresenta no ambiente escolar é uma necessidade hoje discutir tão importante temática para reverter esta situação que tanto preocupa a comunidade escolar. Tem-se ainda: A Declaração sobre a Diversidade Cultural, (DDC) - 2001.

Artigo 4º – Os direitos humanos, garantias da diversidade cultural: A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance. (UNESCO- DDC – 2001)

A UNESCO promove ainda um documento intitulado: A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003.

A Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial é um elemento chave nesse processo de valorização. Em menos de 10 anos desde sua adoção, a Convenção já obteve a adesão de 145 Estados-membros, um impressionante

índice de adesão que revela a importância que os povos atribuem ao seu Patrimônio Cultural Imaterial e a relevância de nossas ações pioneiras nessa área. A expressão Patrimônio Cultural passou a fazer parte do discurso diário, e a necessidade de protegê-lo tem sido amplamente reconhecida, o que se deve em grande parte às ações da UNESCO. (UNESCO, 2003).

Para Carniato (2010, p. 8), este documento acrescenta:

O Patrimônio cultural imaterial [...] manifesta-se em particular nos seguintes campos: tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural e imaterial; expressões artísticas; práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; técnicas artesanais tradicionais.

Estes escritos fazem parte da apresentação e introdução, que estão contidos nas páginas iniciais da referida obra didática de Maria Inês Carniato. Coleção Ensino Religioso Fundamental, (2010). Essa autora teve muito cuidado e preocupação, além de zelo e a criatividade, de pesquisa e de passar tais conhecimentos para docentes e discentes e pais dialogarem em sala de aula, nas famosas reuniões de pais. Assim como na escola.

Segundo Guerriero (2006, p. 21), afirma que:

Todas as religiões estão enraizadas em uma dada sociedade e são expressões das visões de mundo e da maneira de viver de grupos sociais concretos. Nesse sentido, não podemos dizer que existam verdadeiras ou religiões falsas. Afirmarões dessa natureza têm contribuído para muitas desavenças entre povos, levando, às vezes, à segregação ou até mesmo a guerras e alimentando o ódio, muitas vezes presente, contra as seitas em geral. Por mais estranhas ou exóticas que possam parecer, todas as formas religiosas são coerentes com o modo de vida de um povo. Isso não quer dizer que devamos aceitar, de olhos fechados, o que elas fazem. Claro que há distorções no meio de tantas novas religiões.

Este é outro importante pensamento que deve ser ensaiado e colocado em prática nas escolas. Como se sabe isso pode despertar nos sujeitos da educação, uma prática informativa e formativa para ser aplicada no dia a dia das pessoas.

Tal conhecimento vem favorecer assim uma nova situação de aprendizagem e, portanto, um novo olhar na prática do ER no chão das escolas públicas. Tendo assim, a finalidade de estimular na comunidade escolar uma cultura de paz, que isso se solidifique no chão das escolas públicas. Pois, é no exercício da cidadania, o qual permite que esses e essas se reconheçam enquanto, um cidadão/ cidadã do universo, na busca para dar um sentido para sua vida. Pois o FONAPER/ PCNER (2009, p. 59), assegura que:

É aos poucos que o educando vai atualizando o seu conhecimento, refletindo sobre as diversas experiências religiosas à sua volta, percebendo o florescer do seu questionamento existencial, formulando respostas devidas, analisando o papel das tradições religiosas na estrutura e manutenção das diferentes culturas, compreendendo todo o significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas e refletindo a atitude moral diferenciada como consequência do fenômeno religioso.

Obviamente, dando assim um significado de responsabilidade e compromisso para com a sociedade quer seja: familiar, escolar, e religiosa na compreensão de que ser gente é ter

humanidade e humildade na construção e promoção de uma cultura de paz na objetivando assim dar um sentido para sua vida.

É o que se apresenta no próximo bloco. Pois o mundo precisa da paz, como também caminhar na construção dessa paz tão almejada por todos e todas independentes de religião, classe social, de raça, cor, sexo e etnia.

2.2.5 O Ensino Religioso para o sentido da vida na promoção da paz

O vazio existencial é um fenômeno muito difundido no século XX. Isto é compreensível; pode ser atribuído a uma dupla perda sofrida pelo ser humano desde que se tornou um ser verdadeiramente humano. (Victor Frankl).

Atualmente o ER, enquanto componente curricular tem muito a contribuir para a formação cidadã ao lado dos outros componentes curriculares. Por ser tratado no campo educacional como área de conhecimento também se soma ao lado da área das humanas, pois aqui neste campo educacional envolve o ser humano, por completo enquanto corpo e mente; espírito e razão.

Quando se fala de espiritualidade, procura-se a busca de sentido para a vida, uma vez que se permite trabalhar a dimensão do ser humano como um todo. Esta visão leva a comparar quando se aborda sobre este componente curricular, em sala de aula, pois não se pode deixar de falar sobre a escola. Essa grande casa, que acolhe a todas as pessoas, independente do fator sócio-econômico-cultural-religioso, bem como do fator étnico-racial.

Pois se divulga uma interessante mensagem que afirma e confirma tudo em tão poucas linhas, mencionada no livro do professor da UFPB, Thiago Antonio Avellar de Aquino (2013) na página de Dedicatória, assim se expressa: “Encontrei o sentido de minha vida ajudando os demais a encontrarem em suas vidas um significado”.

Sendo assim, esse é o papel de qualquer educador, principalmente dos docentes do ER que é estabelecer parâmetros, detalhando e apontando caminhos para a livre escolha dos/as estudantes, na busca de dar o verdadeiro sentido para suas vidas. A busca do sentido da vida, para muitos pensadores e intelectuais, acredita-se que para eles, não seja esse o papel de julgar quem está certo ou errado. Depende muito de quem investiga com seus olhares diferenciados para qualquer teoria.

Talvez nunca se descubra o real sentido da vida, mas pode ser provável que se possam encontrar algumas formas para viver melhor através deste caminho em que se acredita ser o mais correto possível. Pois, somos diferentes quanto aos nossos atributos, história e desejos. Como bem diz a música do cantor e compositor Almir Sater:

“[...] Ando devagar porque já tive pressa e levo esse sorriso porque já chorei demais” [...] “Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe, só levo a certeza, de que muito pouco eu sei. Ou nada sei” [...] “Cada um de nós compõe a sua história. Cada ser em si, carrega o dom de ser capaz e ser feliz [...]”.

Ou como afirma o poeta, compositor e artista Gonzaguinha: “Eu fico com a pureza das respostas das crianças, é a vida, é bonita e é bonita [...] Viver e não ter a vergonha de ser feliz, cantar e cantar e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz [...]”.

Que tipo de pessoas se pretende ser?

Que tipo de pessoa se quer para compor a sociedade, em que se vive? É nessa ótica a fala das autoras Oleniki e Daldegan (2004, p. 7), afirmam: “Todo educador sonha em contribuir na formação de pessoas, mais justas, solidárias e fraternas [...]”. Portanto, consideramos ser esse um dos importantes objetivos do ER. Visto antes como um elemento catequizador. Essas autoras afirmam ainda, o ER é: “Uma história que o colocou por muito tempo numa via de mão única: ser um elemento evangelizador na escola. Isso fez com que seu lugar no espaço escolar ficasse distanciado dos demais saberes [...]” (Oleniki, Daldegan, 2004, p. 9).

Nos PCNER, destaca-se um dos: Objetivos Gerais do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental: “Refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária” (PCNER, 2009, p. 47).

Várias ciências apresentam o seu conceito de alteridade. (Oliveira, *et al.*, 2007) afirmam que: “Dialogar é exercitar essencialmente a escuta; é conhecer o outro em diferentes espaços e situações; é buscar compreender a alteridade; é respeitar os costumes [...]” (p. 111).

Estas citações, desses autores demonstram a forma, pela qual existe a interação entre a parte essencial e interior do indivíduo e o outro que forma o cerne da vida social. Ao interagirem, os indivíduos reafirmam o que faz parte de si mesmo e o que faz parte do mundo externo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. (BRASIL. 1988, Art. 5º).

Embora todos esses direitos de liberdade apontados por este artigo, vislumbra-se um que é o direito de ter ou não ter uma religião, bem como de crer ou não crer, sendo estas opções de vida que devem ser respeitadas dando assim grande contribuição para construção de uma cultura de paz. Este é o direito de fazer escolhas.

Na visão da autora Cristina Von (2003, p. 11, grifo nosso) em que afirma: “A paz não só é a ausência de conflito, mas requer uma participação positiva, dinâmica, em que o diálogo

é encorajado e os conflitos resolvidos em um espírito de **compreensão mútua e cooperação.**”

Essa autora assegura ainda na mesma página que:

Reconhecendo eliminar todas as formas de discriminação e intolerância, as de raça e, cor, sexo, idioma, religião, opinião política, origem nacional, étnica ou social, propriedade, inaptidão, nascimento ou outro estado, a UNESCO 2000 o **Ano Internacional para a Cultura de paz** e o período 2001-2010, a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo”. (VON, 2003, p. 11, grifo da autora).

É comum também expor que é nesse componente curricular que se aponta sobre diversas temáticas entre estas: a diversidade cultural religiosa; a alteridade, enquanto o respeito às diferenças; o conhecimento religioso que é o seu objeto de estudo; o fenômeno religioso está presente nas culturas religiosas; e o sentido da vida para a busca da paz. Essa mesma autora assegura ainda quando se fala de paz nas escolas. Esta autora cita algumas sugestões que a escola deve promover para amenizar a violência que existe no seio escolar. Entre estas se escolheu algumas:

A escola deve procurar trabalhar os valores que identifiquem o outro como: **liberdade** é o equilíbrio entre direitos e responsabilidades. A liberdade de um começa quando termina o do outro. **Respeito:** é conhecer o próprio valor e honrar o valor dos demais. O respeito é a base da convivência e não pode ser exigido, mas, reconhecido por aqueles que o cultivam como valor. **Tolerância:** é reconhecer a liberdade e o direito que todos têm de ser, pensar e agir de acordo com suas convicções. (Von, 2003, p. 22-23, grifo da autora).

Embora todos sejam importantes, entre estes se opta por: Liberdade; Respeito e Tolerância, estes se adequam muito bem para serem trabalhados nas aulas deste componente curricular do ER. Portanto, todos tem o direito de fazer suas escolhas e têm livre arbítrio para escolher a sua religião.

Além de que todas elas devem ser principalmente respeitadas, assim como a maneira que cada tradição religiosa vive. Por isso devem pelo menos ser toleradas.

No subtema abaixo nesta construção da paz, ainda refletindo sobre a descoberta de uma trilha na busca do sentido da vida, à procura do sagrado, na dignidade e no respeito pelo outro, sempre ter em mente este outro.

2.2.6 Ensino Religioso na busca do sagrado e na construção da cidadania.

A educação escolar tem possibilitado historicamente o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade e ao mesmo tempo o desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa, através de valores e atitudes. (PCNER, 2009, p. 44)

Essa busca do sagrado é considerada um dos valores essenciais para a humanidade.

Segundo o FONAPER: “Os PCNER, apontam, como centro do fenômeno religioso, as respostas elaboradas pela humanidade para a vida além - morte, e que são norteadoras do

sentido da vida dos fiéis: - A ressurreição; - a reencarnação; - o ancestral e - o nada”. (FONAPER, Caderno nº 4, p. 34).

De acordo com a Proposta Curricular da Paraíba (PCPB, 2018, p. 369) apresenta as ideias da vida além da morte, enquanto uma temática essencial para ser estudado em sala de aula.

No conjunto das crenças e doutrinas religiosas, encontram-se ideias de imortalidade (ancestralidade, reencarnação, ressurreição e o nada) (transmigração), entre outras, que são norteadoras do sentido da vida dos seus seguidores. Essas informações oferecem aos sujeitos referenciais tanto para a vida terrena quanto para o pós-morte, cuja finalidade é direcionar condutas individuais e sociais, por meio de códigos éticos e morais.

Portanto, o encontro com o sagrado remete o ser humano a uma dimensão transcendental. O plano das relações simbólicas que desafiam o ser humano a aprofundar sua humanidade que se dá através de toda rede de símbolos que permeiam não só a religião, mas, a linguagem, a arte, e todos os valores. Isso vem facilitar e ao mesmo tempo contribuir não só para crescimento do ser, mas para “o cuidar do ser humano” permanentemente e com isso, esse “ser” possa aprender a cuidar de si e a cuidar do outro, respeitando as diferenças.

Tudo isso faz parte desse processo, de busca pelo sagrado que é próprio do ser humano, fator importante no desenrolar do encaminhamento do ER em sala de aula, sem proselitismo, através do diálogo e do respeito às diferenças.

Conforme as autoras Carneiro e Abritta (2008, p. 190) afirmam que:

A filosofia, a arte, a literatura, as tradições e os rituais expressaram, na história da humanidade, o sentido da vida e a participação do homem no mundo. Com estas manifestações, buscou externar suas indagações e necessidades mais básicas a respeito da existência, na tentativa de compreendê-las. Construiu valores e sustentou tradições, geração após geração, para transmiti-los. Tais valores podem ser entendidos como acepções universais.

Nesse caso, em se tratando sobre o ER, em que se aborda o conhecimento religioso como seu objeto de estudo, se aponta como um de seus objetivos é: estudar o fenômeno religioso da diversidade cultural religiosa, uma forma de compreender a complexidade dessa temática, no chão das escolas públicas. De acordo com a BNCC, dentre suas Competências Específicas de ER para o Ensino Fundamental, destacamos duas (2), a terceira e a quarta:

3. “Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza enquanto expressão de valor da vida”.

4. “Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver” (BRASIL, 2018 p. 437).

Observa-se que ambas as competências abordam sobre os valores do sentido da vida que são primordiais. Pois, todas essas criações e formas de existir representam, em última instância, a necessidade do homem de garantir a sobrevivência. Refletindo sobre o cuidado. Eu

cuido de mim numa primeira instância, para depois cuidar do outro e da natureza. Assim como aprendendo a conviver com todos de maneira igual e respeitosa. Esses são valores que contribuem para uma educação cidadã.

As autoras Carneiro e Abritta acima citadas abordam que Frankl, em seu livro *Um Sentido para a Vida*, do referido psiquiatra (1989) e fundador da Logoterapia, ele definiu como a terapia através do sentido é essencial na vida transcendental do ser humano. Este afirma que a sobrevivência do ser depende da capacidade de orientar a própria vida em direção a um “para que coisa” ou um “para quem”, ou seja, a capacidade do ser de transcender-se. O conhecimento religioso é produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, notadamente da(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões). Essas Ciências investigam a manifestação dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades enquanto um dos bens simbólicos resultantes da busca humana por respostas aos enigmas do mundo, da vida e da morte.

De modo singular, complexo e diverso, esses fenômenos alicerçaram distintos sentidos e significados de vida e diversas ideias de divindade(s), em torno dos quais se organizam cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais. Assim, “os fenômenos religiosos em suas múltiplas manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade”. (BRASIL, 2017, p. 436).

Passa-se ao próximo subitem sobre o Ensino Religioso e sua “trajetória para se estabelecer na BNCC.” Essa base foi criada para organizar todos os componentes curriculares. Um documento normativo que veio para designar seus objetivos e suas competências para qualificar o processo educativo nas escolas de um modo geral. Embasados pelas leis e pareceres educacionais, que determinam a sua permanência nos currículos de todas as escolas, quer sejam de ensino público e ou de ensino privado, se é lei, precisa ser cumprida.

2.3 A TRAJETÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NA BNCC

Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos. (BRASIL, 2018, p. 436).

Antes de adentrar-se sobre a temática que versa sobre a BNCC, se faz necessário conceituar-se o que vem ser BNCC?

Na 1ª versão 2015 afirma que:

É um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades. Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio de um estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito. (BRASIL, 2015, p. 7).

Na 2ª versão de 2016 apresenta que:

A Base Nacional Comum Curricular é uma exigência colocada para o sistema educacional brasileiro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996; 2013), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Brasil, 2009) e pelo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), e deve se constituir como um avanço na construção da qualidade da educação. (BRASIL, 2016, p. 24).

Na 3ª versão assegura que:

É com alegria que entregamos ao Brasil a versão final homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a inclusão da etapa do Ensino Médio, e, assim, atingimos o objetivo de uma Base para toda a Educação Básica brasileira. A aprendizagem de qualidade é uma meta que o País deve perseguir incansavelmente, e a BNCC é uma peça central nessa direção, em especial para o Ensino Médio no qual os índices de aprendizagem, repetência e abandono são bastante preocupantes. (BRASIL, 2017, p. 5)

Observa-se que estas três versões da BNCC, foram organizados em estudos intensivos realizados com educadores de todo Brasil objetivando uma educação de qualidade, para todos os estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Jovens e Adultos, além do Ensino Médio. O Ensino Religioso é um componente curricular que se estabeleceu no chão das escolas públicas fortalecido pela BNCC.

Ao longo destes anos, este componente curricular do ER, no Brasil, vem avançando continuamente para muitas transformações nas últimas décadas. Essas mudanças atingem, principalmente, seus objetivos, currículo e formação docente, graças ao apoio constante do FONAPER que vem acompanhando durante esse período de vinte e nove (29) anos, entre diálogos e embates, numa corrida sem igual para não jogar fora tudo que conquistou no percurso de sua caminhada.

Com a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017) para este componente curricular consolidou-se com um avanço de qualidade quanto ao seu desenvolvimento no campo educacional brasileiro e, portanto, no sistema brasileiro de ensino. Pois, o FONAPER foi um dos braços fortes na composição da equipe do MEC. Sempre esteve presente em todas as versões da BNCC.

Na composição da BNCC foi realizada uma série de discussões, encontros e formações, desencadeados para a organização e escrita. O FONAPER foi um dos agentes que atuou na elaboração do documento, pleiteando a inserção do Ensino Religioso como área contributiva na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de valores e atitudes. Esses pressupostos estão contidos na LDBEN e vieram a constituir as denominadas competências gerais da Educação Básica no corpo da BNCC. (Freitas, 2021, p. 461).

Este Fórum ao longo desses anos vem atuando e desenvolvendo campanhas com os seus associados. Em seus eventos tanto presencial, quanto online, incentiva os educadores para que os Estados da Federação elaborem suas Propostas de Ensino para o ER, fundamentadas na

BNCC. Outra iniciativa foi à criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião. Através da Resolução Nº 5, de 28 de dezembro de 2018.

Portanto, como consequência desses acontecimentos, destaca-se a construção da Proposta Curricular da Paraíba (PCPB 2018), enquanto Município de João Pessoa, que muito tem contribuído nos planejamentos de professores de ER. De acordo com a (BNCC 2018):

Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida. (BRASIL, 2018, p. 436).

Por isso, observa-se que diante dos escritos deste tão extenso documento, cabe também a todas as escolas do Brasil seguirem na íntegra tudo que rege tal documento principalmente, toda equipe escolar desde gestores; coordenadores; especialistas docentes e discentes, assim como incluindo a família e a sociedade em geral, com o apoio de suas Secretarias de Educação.

Freitas (2021) apresenta em sua pesquisa a trajetória do ER pela sua inclusão na BNCC desde a primeira à terceira versão. Entretanto, segundo essa pesquisadora, tudo ocorreu normalmente na construção da primeira e segunda versão, porém na terceira versão o Ensino Religioso ficou de fora. A justificativa do MEC foi de que se embasaram na LDB, uma vez que esta Lei determina ser o ER facultativo para o aluno, e por isso anularam da BNCC 2017. Freitas (2021), assegura ainda com detalhes sobre os coordenadores da Comissão frente aos estudos da BNCC. Estes se posicionaram e lutaram para que tudo voltasse à sua normalidade.

A disciplina teve seu assento garantido na primeira e segunda versão da BNCC; porém foi retirada na 3ª versão. Naquele momento, o entendimento do MEC foi o de respeitar a lei em vigor que determina que a disciplina seja optativa e que a competência para definir sua regulamentação estava ao encargo dos sistemas de ensino estadual e municipal. No âmbito dessas questões, destacamos ainda que o Ensino Religioso foi alvo da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439 de 2010, movida pela Procuradoria Geral da República (PGR). O julgamento da Ação se deu no dia 27 de setembro de 2017, validando a improcedência da ação que argumentava sobre a interpretação da Constituição Federal ao caput e parágrafos 1º e 2º do artigo, 33 da LDBEN, com a nova redação do art. por meio da lei nº 9. 475/97 e ao art. 11, parágrafo 1º, do acordo firmado entre o Brasil e a Santa Sé (promulgado pelo decreto nº 7.107/2010). (Freitas, 2021, p. 461).

Mesmo assim, esta autora, deixa transparecer certa preocupação, não somente pela não inclusão do ER na terceira versão da BNCC, mas, também, quanto a ADI de 4.439 ter sido questionada em 2010 sobre a sua inconstitucionalidade movida pela Procuradoria Geral da República (PGR). O que não passou de um mero engano. Assim como as mudanças do Art. 33 dentro da LDB, e o Art. 11 do acordo Santa Sé.

Pelo acordo Santa Sé, se afirmam a liberdade religiosa e suas implicações, mediante o reconhecimento de iniciativas próprias de instituições religiosas, posta a serviço da sociedade. O que pode ser aplicada também através de outras confissões religiosas. Este foi o acordo

realizado entre o Brasil e a CNBB. Neste caso o ER ficaria a mercê de várias denominações religiosas. O que implicaria o desrespeito a Carta Magna do Brasil.

De acordo com Artigo 11 do Acordo Santa Sé³⁹

A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do país, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.

§1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação. (Site de: noticias.cancaoнова.com.br).

Todas essas dificuldades somaram pela não aceitação deste componente curricular no âmbito da terceira versão da BNCC 2017. Isto foi o entendimento do MEC. Entretanto, tudo são apenas suposições que se fazem, porém nas suas entrelinhas não dava para confiar, porque deveria haver muitos opositores contra o ER.

Justamente em alguns Estados da Federação, onde poucos se importam com a formação cidadã dos discentes. Conforme o texto aponta. O exemplo do Observatório do Rio de Janeiro cujos coordenadores fizeram e ainda fazem acirradas críticas sobre o ER, principalmente ao FONAPER.

Quanto ao caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº. 4.439 (ADI) mais uma vez veio ao público pela não permanência do ER ao ser julgado como improcedente para estar situado no âmbito escolar.

Este também foi um movimento em todo o Brasil, assim como fizeram com a BNCC, quando todos os Estados fizeram seus movimentos envolvendo desta vez à participação de toda comunidade escolar pelo retorno do ER na BNCC de 2017. Foram muitos encontros para solucionar tal problema.

Isto faz lembrar mais uma vez o movimento que houve entre 1996-1997, quando elaboraram a LDB e colocaram **Sem Ônus** para os cofres públicos. A luta pela inclusão do ER na escola pública foi grande.

É a partir daí que começa a batalha do FONAPER, que recentemente fundado naquela época, cuidou logo de correr atrás desses empecilhos.

O autor (Passos, 2007, p. 36), afirma que:

Não obstante a solidez lógica e a importância história desse posicionamento que coloca o ER como partes integrantes do ato educacional estão, hoje em condição de traçar novos parâmetros para sua inserção na escola, no âmbito de uma abordagem não somente ético-pedagógica, mas também das Ciências que compõem os currículos escolares. Isso significa alguns deslocamentos teóricos, metodológicos e políticos. Do ponto de vista teórico a religião deve ser tratada como um objeto de estudo importante

³⁹ Site da Canção Nova: Entenda o passo a passo do Acordo Santa Sé. Assinado na cidade do Estado do Vaticano em 13//11/2008. Que institui o Estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil. Votado pelo Senado.

para a educação; um componente que contribui com a formação geral do cidadão, assim como outros que integram os currículos do ensino fundamental.

Este autor ao fazer sua abordagem, sobre o ER enquanto suas mediações epistemológicas e finalidade pedagógica chamando atenção colocando segundo a sua visão o ER no campo educacional brasileiro, destacando o seu papel e sua finalidade para a cidadania. Nesse entendimento, acredita-se que esse seja o caminho certo.

Mesmo assim, com todas as dificuldades, enfrentadas pelo ER enquanto FONAPER, jamais os educadores deste componente curricular vão abdicar de seus ideais, que é de ter este componente curricular do ER, juntamente com todos os demais componentes, na tarefa de “educar para a vida cidadã”.

O que não deixa de ser fundamental basta refletir que está amparado nas Leis com seus pareceres do CNE, assim como na Carta Magna do Brasil. Pois, assim afirma Cortella (2006) “Ensino Religioso é parte fundamental da tarefa educativa e, como tal, precisa de robusta base científica, religiosidade consciente, solidez pedagógica e compromisso cidadão.” (Cortella, 2006, p. 20).

Por conseguinte, passa-se ao próximo bloco que aborda sobre a situação do ER nas mais diversas fases da BNCC. Um diálogo que oferece grandes contribuições quanto a conhecer uma parte do processo das três versões da BNCC, as quais se apresentam as três versões que estão detalhadas no texto da autora Freitas. Trata-se de um fato histórico no âmbito da Educação Brasileira, envolvendo educadores de todo território nacional., representado assim pelo FONAPER.

2.3.1 As diversas versões da BNCC para o Ensino Religioso

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Artigo 26, regulamenta uma base nacional comum para a Educação Básica. Depois de vinte e seis (26) anos acontece o surgimento da sua primeira Base Nacional Comum Curricular. Foram muitos anos perdidos, o que não deixa de ser um grande prejuízo para o Sistema Educacional Brasileiro. Observa-se, porém, que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina no Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Significa o fortalecimento da Educação com foco na BNCC.

Quadro nº. 11-Ensino Religioso na 1ª versão da BNCC

--

PRIMEIRA VERSÃO DO ER NA BNCC	
ANO 2015	O ER apareceu na 1ª versão da BNCC (BRASIL, 2015) Sob a forma de um resgate das perspectivas teórico-práticas ao longo da história da disciplina. Nesse documento, o ER Não Confessional assumia a responsabilidade de oportunizar o acesso aos saberes e aos conhecimentos produzidos pelas diferentes culturas, cosmovisões e tradições religiosas sem proselitismo. Essa versão foi organizada por eixos. O Ser Humano considerava as corporeidades, as alteridades, as identidades; a Imanência — transcendência, os valores e os limites éticos, os direitos humanos, a dignidade. Conhecimentos Religiosos abrangiam os mitos, os ritos, os símbolos, as ideias de divindades, as crenças, os textos sagrados orais e escritos, as filosofias de vida, as ideologias e as doutrinas religiosas. Por fim, o último eixo: Práticas Religiosas e Não Religiosas levava em conta suas manifestações nos diferentes espaços, os territórios sagrados e as territorialidades, as experiências religiosas e não religiosas, as lideranças religiosas e não religiosas, o ethos, as espiritualidades, as diversidades, a política e a economia. Desde a 1ª versão, buscou-se uma visão ampliada do ER por meio de conteúdos não proselitistas e notadamente não confessional, guiado, sobretudo, pelo respeito à diversidade religiosa. (FREITAS, 2021, p. 465-466).

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora Maria José Torres Holmes-2022

. Nessa BNCC de 2015, a autora se refere a um componente curricular Não Confessional, pois esta proposta veio para afastar o ER confessional e prosélito das escolas. Com três (3) aspectos que são extremamente fundamentais nesta pesquisa, pois, tudo concorre para a organização e sucesso na estabilidade deste componente curricular no chão das escolas públicas e privadas: Haja vista o quadro acima citado por Freitas.

1-O ser humano enquanto um ser imanente e transcendente; 2- O conhecimento religioso, estudos sobre mitos, ritos, textos sagrados às filosofias de vida com as ideologias e doutrinas; 3- As práticas religiosas e não religiosas, em seus espaços sagrados. Esses aspectos que foram apresentados simbolizam para os educadores deste componente curricular de ER, como um raio de luz que veio abrir as trilhas, para que este componente se estabelecesse com segurança no âmbito educacional das escolas públicas.

Uma vez que neste olhar este componente se iguala aos demais componentes dos currículos das escolas públicas de acordo com o sistema educacional brasileiro. Prosseguindo com este estudo, passa-se para um pequeno resumo apresentado pela pesquisadora Freitas referendando-se à apresentação da segunda versão da BNCC 2016 focalizando o ER, descrito no quadro 12 abaixo.

Quadro nº. 12-Ensino Religioso na 2ª versão da BNCC

SEGUNDA VERSÃO DO ER NA BNCC

ANO 2016	A disciplina do ER, que inicialmente aparecia dentro das Ciências Humanas, ficou numa área isolada. O texto retomou algumas questões trabalhadas anteriormente e acentuou a compreensão de que a convivência entre culturas e crenças sempre se constituiu num desafio. [...] o ER, articulado com as demais disciplinas, tem como objeto de estudo o conhecimento de base religiosa produzido no âmbito das culturas e das tradições religiosas. Assim, refere-se às matrizes e expressões culturais indígena, africana, afro-brasileira, judaico, cristã e islâmica, espírita, hindu, chinesa, japonesa, semita, incluindo ainda movimentos místicos, esotéricos, sincréticos. Admitem também conhecimentos não religiosos como ateísmo, agnosticismo, materialismo e ceticismo. [...] que propõe três perspectivas. Identidades e diferenças aborda o caráter subjetivo e singular do ser humano por meio do estudo da corporeidade, alteridade, dignidade, imanência, transcendência, religiosidade, subjetividade, territorialidade, relações interculturais e de bem viver. Conhecimentos dos fenômenos religiosos/ não religioso contemplam os aspectos que dão estrutura às culturas e tradições ou movimentos religiosos, com base no estudo dos mitos, ritos, símbolos, ideias de divindades e crenças, textos orais e escritos, doutrinas, literaturas, valores e princípios religiosos, incluindo também as convicções, filosofias, e perspectivas seculares de vida. A perspectiva de Ideias e práticas religiosas/não religiosas aborda as experiências e manifestações religiosas nos espaços e territórios; as práticas celebrativas, simbólicas, rituais, artísticas, espirituais, a atuação das lideranças religiosas; e outros. (FREITAS, 2021, p. 466- 467).
-------------	---

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora Maria José Torres Holmes-2022.

Nesta versão de 2016, essa autora faz uma alusão histórica do processo de construção da BNCC. Apresentando o ER no campo das Ciências Humanas enquanto uma área isolada, porém, refletindo sobre isso, compreendendo que entre crenças e culturas seria um desafio; mas que o ER na escola entre os demais componentes trabalha seus conteúdos próprios.

No caso do ER, este componente curricular e opera em sala de aula considerando todas as culturas religiosas, envolvendo seus mitos, ritos, rituais e ethos, assim como textos sagrados orais e escritos, para uma educação cidadã. Tendo o conhecimento religioso enquanto objeto de estudo deste componente curricular, mas, que este procedimento o leva para o envolvimento dos/das docentes e discentes na compreensão do fenômeno religiosos, diante desta cadeia de símbolos provocada por toda essa fenomenologia religiosa. Abaixo o quadro 13, apresenta o ER na terceira versão da BNCC (2017).

Quadro nº. 13-Ensino Religioso na 3ª versão da BNCC

TERCEIRA VERSÃO DO ER NA BNCC

ANO 2017	Pontos conflitantes: 1-A presidente Dilma Rousseff sofreu o impeachment e seu cargo passou a ser ocupado pelo vice Michel Temer. Essa mudança implicou na troca de vários ministros e cargos políticos da área da educação, impactando também no processo de composição da BNCC; 2 - o MEC decidiu excluir o ER da BNCC, uma vez que conflitava com o Art. 2º da lei nº 9.475/1997; Pontos providenciais: 1- A criação de um site com uma petição para a manutenção do ER, criado pelo FONAPER e encaminhado ao ministro da Educação, José Mendonça Bezerra Filho. O documento continha elementos para entendimento do percurso histórico do ER na educação nacional e defendia a importância de sua presença na BNCC como elemento essencial à formação humana. 2-O FONAPER também convocou Conselhos de Ensino Religioso, Secretarias da Diversidade Religiosa, Igrejas, associações, instituições públicas e privadas, instituições de ensino superior defensores da causa a impactarem o MEC, por meio de carta ou nota pública. 3- Do mesmo modo envidou esforços nas audiências públicas, que aconteceram nas cinco regiões do País, para convencer os membros do CNE, quanto aos propósitos da disciplina, assim como seus ganhos formativos para infância e juventudes brasileiras. 4- Ainda a destacar no processo a apresentação da disciplina ao CNE pela coordenação do FONAPER, em dezembro de 2017, data anterior a aprovação da BNCC. Na ocasião foram explicitados a fundamentação legal e os objetivos do ensino religioso, bem como o seu objeto do conhecimento, o qual tem sido produzido no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, e, mais recentemente, burilado pela(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões), para subsidiar cursos de graduação e formação continuada na área. Pontos a considerar: 1- Cecchetti nos recorda que na primeira versão da BNCC a disciplina estava inserida na área das ciências humanas. Mas, uma semana antes da publicação do documento houve uma reorientação, por parte do MEC, no sentido de que deveriam seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e, por isso, o ER foi separado da área de Humanas. 2- O grupo envolvido teve que trabalhar de modo muito acelerado, sem tempo para amadurecer as discussões do processo. No entanto, é imprescindível que mesmo que se diga que o ER não constitui uma área específica, emergiu o entendimento de que a Ciência da Religião a conforma. Todavia, essa é uma discussão que não vem do campo acadêmico, mas do campo político como assinala Passos (2007). (FREITAS 2021, p. 467-468).
---------------------	--

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora Maria José Torres Holmes-2022.

Diante de mais uma etapa da história do ER, de acordo com o que já foi citado anteriormente, na BNCC (2017) que estabelece como objeto de estudo para esse componente curricular, **o conhecimento religioso**. Este por sua vez deve ser estudado sobre pressupostos científicos e éticos.

A essa consideração toda realizada deve-se mais uma vez com a presença do FONAPER, que teve uma luta constante para que este componente curricular estivesse incluído nessa terceira versão de 2017.

O espaço preferencial para produção do conhecimento que será ministrado em sala de aula são as Ciências Humanas e Sociais, em especial a(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões). Esta opção de referenciais teóricos é muito importante, uma vez que confere à disciplina a sua cientificidade, e o arcabouço pedagógico-epistemológico e fenomenológico.

Freitas, afirma que:

O Ensino Religioso está presente na Base Nacional Comum Curricular, mas continua imbricado num campo político de pressão e poder. Nesse entendimento, o servidor da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina (SEDUC-SC). Adecir Pozzer, que

atuou como assessor do segmento do ER na construção da BNCC, em sua entrevista, destaca a herança que historicamente tomou o ER como elemento de disputa e barganha. No seu entender, isso acontece não por mera coincidência, mas como estratégia da não manutenção do ER na perspectiva laica, diversa e plural. (Freitas, 2021, p. 471).

Vale ressaltar mais uma vez que no meio de tantas polêmicas e embates, diálogo e consenso, tristezas e alegrias, certezas e dúvidas, ainda existe diante de tudo isso a força, a luta, a crença, a esperança e a perseverança é o que se sente diante da garra do FONAPER. Este Fórum que nunca desiste, porque insiste na força do bem. É o que se percebe em cada capítulo da história do ER dentro das três (3) versões da BNCC, quando este Fórum marca sua presença.

Portanto a Base Nacional Comum Curricular veio para determinar o encaminhamento de todos os componentes curriculares no campo Educacional Brasileiro, organizando, e estruturando, fundamentado nas leis a sua obrigatoriedade para o ensino Fundamental, visando um ensino de qualidade nas escolas tanto da rede pública, quanto da rede privada. Em vistas disso estabeleceu para este componente curricular as suas seis competências específicas em que norteiam o ER na escola. Essas competências designam quatro (4) objetivos para o este componente curricular, que são:

a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; **b)** Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos; **c)** Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal; **d)** Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania. (BRASIL, 2018, p. 435).

Com estes objetivos encerra-se essa parte da pesquisa e passando para destacar o desempenho deste componente curricular no campo da BNCC. Com esses estudos sobre as suas (Unidades Temáticas UT), no espaço escolar.

Fundamental para o trabalho pedagógico das escolas. Possibilitando a toda equipe escolar um ensino e aprendizagem significativa, com mais eficácia.

2.3.2 As Unidades Temáticas da BNCC para o Ensino Religioso

Não é só no sentimento de anseio religioso que o elemento fascinante adquire vida. Ele já se faz presente na “solenidade” da meditação e devoção individual para o sagrado, assim como no culto comunitário celebrado com seriedade e profundidade. (OTTO, 2017, p. 74).

Com o decorrer dos anos, o ER tem sofrido um longo processo de transformação e adequação, que lhe permitiu migrar da colonialidade e confessionalidade até chegar à laicidade. Mais do que uma mudança de conteúdo. Pois, essa alteração significa também a saída da

imposição de uma única narrativa religiosa como verdadeira, para o respeito às Tradições Religiosas, a valorização e aceitação dessa extensa diversidade cultural religiosa, com suas crenças e filosofias de vida. Por conseguinte, a Fenomenologia das Religiões apresenta uma proposta que se adequa em comum acordo com as Ciências(s) da(s) Religião (ões) e o ER.

Todas elas compartilham um fato importante na pesquisa, investigam sobre o fenômeno da diversidade cultural religiosa, estudando o conhecimento religioso enquanto seu objeto de estudo, com suas crenças e, assim, a sua sacralidade. Segundo Lira (2020, p. 113), “O ser humano descobre a existência do sagrado por meio das hierofanias, mas só através do mito o ser humano descobre a criação do mundo profano.” Portanto, vale destacar que a partir do momento em que o docente compreende o sentido do saber científico da(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões), relacionando com o saber escolar. Este passa a compreender o fenômeno religioso da diversidade religiosa.

Igualmente, faz-se necessário dizer que: “O ER deverá contribuir com a visão da postura do educando dentro desse todo como cidadão responsável. A educação para a cidadania é educação para a vida e o estudo da religião tem uma palavra a dizer nessa tarefa urgente”. (Passos, 2007, p. 44).

Enquanto o ER contribui na formação cidadã no campo escolar. Por outro lado é tarefa também da religião do campo religioso educar o ser humano para uma vida cidadã. Passos (2006), ainda se referindo ao discente no âmbito escolar destaca em sua citação abaixo sobre este componente curricular nas escolas públicas quanto, a importância da formação acadêmica do professor de ER.

Os desafios apontados para ER têm uma relação direta com os estudos da religião, ou das Ciências da Religião em nosso país. Não havendo uma base epistemológica, não há o que ensinar numa área de conhecimento. A vala histórica comum é o lento desenvolvimento do ensino superior no Brasil e a ausência dos estudos de religião no âmbito da comunidade científica, tardiamente constituída em nossas instituições acadêmicas.

(Passos, 2006, p. 34).

O referido autor quando aborda, na citação acima, acredita serem inegáveis esses desafios, que o ER, enfrenta nas escolas do País, pois é preciso que todas as instituições acadêmicas estejam organizadas para seus cursos em CR. O que é necessário para isso, uma base epistemológica e pedagógica no chão das escolas públicas, é o lugar onde se tem o conhecimento religioso da nossa diversidade religiosa.

Em se tratando de operacionalizar com as Unidades Temáticas (UTs), é fundamental abordar cada uma delas com exemplos reais dessa fenomenologia religiosa, facilitando assim, à aprendizagem significativa de ambas as partes, de um lado os/as educadores/as e do outro todo o corpo discente, como também todo o corpo gestor da escola.

À vista disso no próximo bloco apresenta-se a exposição neste subitem abaixo como trata das unidades temáticas destacando a identidade e alteridade esmiuçando cada uma delas dentro da primeira (UT).

2.3.3 Primeira Unidade Temática: identidades e alteridades

O ER é um componente curricular que é parte integrante da formação básica do cidadão. Atualmente quando se faz abordagem sobre este componente curricular tem-se antes de tudo reconhecer quantos passos foram dados sobre este componente curricular, para chegar a este ponto. De acordo com a BNCC que veio justamente para fortalecê-lo em todo Território Brasileiro. Essas unidades temáticas são aplicadas em estudos nos **1º; 2º e 3º anos**, detalhando seus pormenores para essas turmas de acordo com o nível de aprendizagem de cada turma. Vale destacar que:

1- A identidade: estuda a cultura de um povo, como vive com seus costumes; exemplificando a cultura de matriz africana, indígena e/ou outras culturas: suas vestes, símbolos religiosos; alimentação sagrada; lideranças religiosas, ritos e rituais, etc. Enfim, sua tradição e seus costumes. Pois, cada cultura religiosa possui o seu Sagrado, o Divino ou Transcendente, assim como queiram chamá-lo; além de seus templos, dependendo de suas construções. Assim como, a própria natureza, pois, para muitas tradições pode ser considerado um templo sagrado, com suas florestas, matas, rios, mares e até mesmo as pedras.

Encontra-se na diversidade cultural religiosa existente no mundo, alguns aspectos importantes nos grupos indenítários de uma cultura que se diferenciam de acordo com a história de vida e seus aspectos culturais.

Sendo a família o primeiro grupo que se destaca na vida do ser humano, a escola, a comunidade até chegar à sociedade e dentro desta o grupo das Tradições religiosas. Em cada grupo se encontra a sua identidade.

2- A alteridade: expressa que ninguém pode viver isolado sem a presença do outro. As pessoas precisam viver e conviver umas com as outras; proporcionando, o diálogo e o respeito às diferentes culturas; ambas proporcionam conhecer a si mesmo e ao outro; Fazendo parte de maneira inseparável da essência de um ser ou de um objeto, (símbolos religiosos): a cruz, a flor de lótus, a estrela de David, Yin Yang, O arco e a flecha. Ou até mesmo os símbolos não religiosos como: fotografias de ídolos, um objeto de estimação como bola, um brinquedo entre outros. Até mesmo um animal de estimação.

Assim sendo, é tudo que é inerente e inseparável, pelo respeito mútuo entre o meu Sagrado e o Sagrado do outro. A isso se dá o nome de princípio de alteridade, saber se colocar

no lugar do outro. Enfim, a relação entre **eu e o outro** é determinada pela identidade e a alteridade. Partindo daqui do princípio de que particularmente costuma-se afirmar aquilo que não desejo para mim, não desejo para o outro. Sempre se deve refletir sobre estas questões, porém o mais importante nisso tudo é aprender a se colocar no lugar do outro.

Emmanuel Levinas, filósofo lituano-francês do século XX, foi um dos principais pensadores a desenvolver o conceito de alteridade. Para ele, a alteridade é a base da ética e da moral, pois implica em reconhecer a existência do outro como um ser único e singular, com suas próprias necessidades e desejos. Segundo Levinas, a relação com o outro é anterior a qualquer relação com o mundo, pois é através do outro que nos tornamos conscientes de nossa própria existência. (<https://www.soescola.com/>)⁴⁰

Reconhecendo toda importância dessa citação de Levinas, percebe-se que é um fundamento para a compreensão deste conceito da alteridade, cujo respeito às diferenças é fundamental. Isto é muito difícil numa sociedade preconceituosa marcada principalmente pelo fanatismo religioso, não é nada fácil. Pois a discriminação causa a cegueira do egoísmo e do analfabetismo religioso, os quais impedem de valorizar o outro, do ponto de vista social-cultural-religioso-moral.

Para Levinas, “A alteridade é a relação com o outro, uma relação que nos desafia a sair de nós mesmos e reconhecer a singularidade e dignidade do outro ser humano. É através da alteridade que somos chamados a assumir responsabilidades éticas e a construir um mundo mais justo e humano”.⁴¹

Por isso, a relevância de estudar essa temática, nas aulas de ER sobre a interação entre o Eu e o outro que deve ser vivenciada nessas aulas desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental até a Educação de Jovens e Adultos. Pois o Eu com o Outro, forma o Nós. É importante refletir-se que além de mim existe o outro, pois eu também sou esse outro em você! Portanto, significa o respeito por todos e todas.

Segundo a BNCC: “A percepção das diferenças (alteridades) possibilita a distinção entre o “eu” e o “outro”, “nós” e “eles”, cujas relações dialógicas são mediadas por referenciais simbólicos (representações, saberes, crenças, convicções, valores) necessários à construção das identidades”. (BRASIL, 2018, p. 438). E, por conseguinte na mesma página temos ainda que:

Tais elementos embasam a unidade temática Identidades e Alteridades, a ser abordada ao longo de todo o Ensino Fundamental, especialmente nos anos iniciais. Nessa unidade pretende-se que os estudantes reconheçam, valorizem e acolham o caráter singular e diverso do ser humano, por meio da identificação e do respeito às semelhanças e diferenças entre o eu (subjetividade) e os outros (alteridades), da compreensão dos símbolos e significados e da relação entre imanência e transcendência. (BRASIL, 2018, p. 438).

⁴⁰ Pesquisa sobre Emmanuel Levinas. Conceito de alteridade. Acesso em: 09 jun.2024. Disponível no site do Só Escola.

⁴¹ Disponível em: <https://lucidarium.com.br/educacao-e-alteridade-o-pensamento-de-emmanuel-levinas/> as 11:00 horas.

Com este pensamento vem à reflexão de que é importante se colocar no lugar do outro. Isso vai sempre se aprofundando na formação deste ser humano que se quer formar. Essa é uma temática que deve ser dialogada desde os pequeninos da Educação Infantil até a fase adulta. Por quê? Pois, é nessa fase que se inicia a relação do ser humano com o outro. A começar na primeira sociedade que é a família, depois na comunidade religiosa de fé.

Essa relação vai crescendo e se estende à escola. Essa é uma necessidade própria do ser humano, a interação mútua estabelecendo assim, os vínculos da cidadania. Uma vivência de valores na construção da paz.

Abaixo dando sequência às (Uts) temos: o subtema da segunda (UT).

2.3.4 Segunda Unidade Temática: as manifestações religiosas

Existem muitos povos, de muitas raças, falando várias línguas. Mas, para eles, só existe um sol, uma lua e uma mãe terra. Somos parte um do outro, pela vontade do Grande Espírito. (Cosmovisão indígena)

Essas manifestações religiosas aplicam-se nos 1º; 2º; 3º; 4º e 7º anos, que proporcionam o conhecimento, a valorização e o respeito às distintas experiências e manifestações de uma cultura religiosa e a compreensão das relações estabelecidas entre líderes e denominações religiosas distintas, e as distintas esferas sociais.

Tem-se como exemplo a tradicional. “Procissão do Fogaréu, Goiás”⁴², tida como a mais importante manifestação religiosa e cultural do período local. Acontece pela Semana Santa e na Páscoa, encenando a Paixão e morte de Jesus Cristo. Aconteceu pela primeira vez em Goiás no ano de (1745). Essa manifestação religiosa parou durante muitos anos e retornou novamente em 1960. Entretanto, esse culto ao sagrado, representa na divindade da Santíssima Trindade, O Pai; O Filho e O Espírito Santo, reunidos numa só pessoa, segundo os escritos bíblicos. Nesse caso observa-se a louvação ao Filho como a segunda pessoa da Trindade Santa, na pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Eliade assegura veemente e com muita profundidade a relação dos homens tribais a sua relação com o sagrado.

O sagrado celeste - a prece mais popular de todo mundo - dirige-se ao Pai Nosso que está no Céu. Pode ser que a prece mais antiga fosse dirigida a um mesmo Pai Celeste. - O que explicaria o testemunho de um africano da tribo de **ewe**. Além disso, onde fica o Céu, Deus está também. (Eliade, 1996, p. 39, grifo do autor).

⁴². A Procissão do Fogaréu acontece anualmente durante a Semana Santa na Cidade de Goiás, antiga capital do Estado de Goiás. É uma festa que foi retomada na década de 1960 por iniciativa de membros da Organização Vilaboense de Artes e Tradições. Texto: João Guilherme da T. Curado, Tereza Caroline Lôbo. Universidade de Goiás. <https://redeglobo.globo.com/tvanhanguera>. Acesso em: 18 abr. 2019.

A relação dos homens, que originaram esse mito da tribo de **ewe**, demonstra assim até hoje para o homem atual não somente a sua religiosidade, mas também a sua espiritualidade, assim como essa tribo se manifestava.

Carniato (2010) afirma que: “Muitas tradições religiosas escritas e orais, consideram as montanhas como locais sagrados. Os templos e altares, construídos nos picos mais altos, ou até a montanha inteira são locais de oferendas e de ritos de comunicação com Deus” (Carniato, 2010, p. 34). Essa autora na referida página afirma ainda que: “Os descendentes dos Apaches americanos dançam para invocar os espíritos das Montanhas, quando há alguma comemoração na tribo” (Carniato, 2010, p. 34).

Por outro lado, têm-se outros tipos de procissões que marcam com muita simbologia o culto ao sagrado desta vez a Nossa Senhora, a mãe de Jesus. Nossa Senhora de Nazaré. "O Círio de Nazaré."⁴³ Um dos maiores eventos religiosos do mundo, concentrando pessoas de toda parte do Brasil e do Mundo. Realiza-se sempre no segundo domingo de outubro. Considerado Trata-se, pois, de uma grandiosa manifestação religiosa, na chamada Festa a Nossa Senhora de Nazaré, em Belém-PA, que é a Padroeira do Estado do Pará, que durante muitos anos, vem fazendo parte do calendário religioso do povo paraense. Os fatos interessantes sobre o histórico da lenda que envolve a santa padroeira.

Na Paraíba, entre seus municípios, destacando João Pessoa-PB que no meio de tantas festas religiosas na sua diversidade, evidencia-se entre estas algumas importantes, pela manifestação de fé de um povo religioso, pois se trata de manifestações da nossa Tradição e Diversidade Cultural Religiosa:- De um lado, apresenta-se a "Romaria de Nossa Senhora da Penha." Realizada no período da noite no mês de novembro, um vultoso cortejo humano numa caminhada fervorosa de rezas e cânticos religiosos, um andor com a santa, dentro de um carro ornamentado com flores. Estão ali no espírito de fé, orando e pagando promessas. Do outro lado, temos o profano com pessoas que participam conversando, comendo e bebendo, alegres participam da procissão enquanto uma caminhada.

Eliade (2001, p. 18) afirma que: "É preciso dizer, desde já, que o mundo profano na sua totalidade, ou Cosmos totalmente dessacralizado, é uma descoberta recente na história do espírito humano". Por conseguinte, apresentam-se outras manifestações religiosas da diversidade cultural e religiosa. Destacam-se ainda que "a cultura indígena", através de duas nações que bem antes da colonização brasileira já habitavam o território brasileiro,

⁴³ Festa religiosa de Belém –PA. Considerada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Disponível em <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/12/cirio-de-nazare-e-declarado-patrimonio-cultural-da-humanidade.html> em 22/05/2022 as 16:30 horas.

principalmente o Estado da Paraíba. São duas nações guerreiras: Tabajara e Potiguara que deram grandes contribuições para a cultura brasileira. Entre tantos pesquisadores dessa cultura destacam-se na Paraíba, os dois estudiosos, Farias e Barcellos (2015, p. 70):

O povo Tabajara, por estarem vivenciando um processo de reelaboração do ritual do Toré, com suas tradições, suas histórias da pintura corporal e do artesanato, sua história na atualidade está permeado de um sincretismo religioso. [...], a prática de pentecostalismo, do catolicismo e do ritual do Toré. Sincretismo esse que envolve a prática do pentecostalismo, do catolicismo e do ritual do Toré. Como a maior parte dos indígenas é protestante, não acreditam em espíritos e no ritual acerta concentração nos espíritos dos ancestrais, esse fator tem gerado desconforto no grupo.

Apesar deste sincretismo religioso do **povo Tabajara** entre a fé cristã-indígena, mesmo assim, em seus rituais indígenas eles fazem sempre a oração do Pai Nosso, antes de iniciar os ritos da dança do Toré e outras atividades religiosas. Um sincretismo religioso.

O povo Potiguara com a dança do Toré participa intensamente com a fumaça de seus cachimbos, concentrando-se no chamamento de seus encantados. Entre diversos rituais destaca-se o da Lua Cheia, um dos mais novos rituais praticados por esse povo, envolvendo então com um sincretismo das culturas indígenas-afro-cristã, entre outros. Pois fazem menções aos Santos católicos e a Virgem Maria. "Passaram-se séculos, mas as raízes sagradas potiguara continuam fecundas, com toda a seiva espiritual de Deus Tupã, da mãe natureza, da mãe terra e de todos os espíritos ancestrais que habitam a cosmovisão Potiguara." (Barcellos, 2014, p. 103).

Observa-se que, em cada tradição religiosa se apresenta o seu fenômeno religioso, a partir da visão histórica de uma cultura, a forma como age no mundo, o sentido da vida, entre outros. Os Indígenas realizam inúmeros rituais, cada povo expressa sua crença e tradição, havendo diferenciação nos elementos culturais de cada região do Brasil, numa concepção transcendental.

Está inserida na fenomenologia religiosa que: "Todas as religiões buscam a sua verdade, sejam elas tradicionais ou não, com escritos sagrados, orais ou místicos. Enfim, todas são conferidas pelas diversas formas de buscar a sua verdade e cultuar o Sagrado". (Holmes, 2010, p. 27).

Apresenta-se ainda: - A Comunidade Umbandista de Jacaré, em São Paulo, que realiza anualmente a Conferência Municipal Comemorativa de Umbanda e Candomblé com o tema "Orixá Ogum". A multivalência deste acontecimento determina assim, chamando atenção do povo o significado de tudo que é sagrado para essas manifestações religiosas da Tradição e Diversidade Cultural Religiosa.

Outro momento festivo muito considerado tanto pela Umbanda, como o Candomblé, é a Lavagem da escadaria do Senhor do Bonfim em Salvador - BA, além da "Festa de Iemanjá", com suas oferendas na beira da praia, fazendo seus cultos de agradecimentos e pedidos, sendo

desta forma, comemorado no dia 08 de dezembro, pela Umbanda. Enquanto, no Candomblé, comemora-se no dia 02 de fevereiro, também com suas oferendas e rezas aos seus orixás.

Isso acontece em todo Brasil. Eliade afirma que: "O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano" (Eliade, 2001, p. 17).

De acordo com a BNCC:

Esse conjunto de elementos (símbolos, ritos, espaços, territórios e lideranças) integra a unidade temática Manifestações religiosas, em que se pretende proporcionar o conhecimento, a valorização e o respeito às distintas experiências e manifestações religiosas, e a compreensão das relações estabelecidas entre as lideranças e denominações religiosas e as distintas esferas sociais. (BRASIL, 2018, p.439).

E, assim todas as tradições religiosas se manifestam com seus cultos sagrados ao Transcendente, de acordo com a sua tradição e cultura religiosa, com seus trajes simbólicos, seus ritos e rituais, mitos, até mesmos com suas festas religiosas que comemoram com seus alimentos sagrados e consagrados.

Estas são festas, tipicamente religiosas, porém, apresentam-se a manifestação religiosa assim como do profano, com folguedos, entre outros. Vale destacar que em meio deste estudo completa-se esta pesquisa sobre as (Uts), fazendo uma abordagem sobre a última (UT) que estuda as crenças e a filosofias de vida de um povo e, ou seja: a vida de uma tradição religiosa, e sua vivência, de acordo com o subtema que segue.

2.3.5 Terceira Unidade Temática: crenças religiosas e filosofias de vida

Essas unidades são ministradas para os 4º; 5º; 6º; 7º; 8º e 9º anos. Possibilitam ao ser humano a construção do sentido para a vida. O ER trabalha o diálogo inter-religioso, como objetivo de conhecer e compreender o conhecimento religioso das culturas religiosas.

Na BNCC assim se expressa essa UT.

Na unidade temática Crenças religiosas e filosofias de vida, são tratados aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, particularmente sobre mitos, ideia(s) de divindade(s), crenças e doutrinas religiosas, tradições orais e escritas, ideias de imortalidade, princípios e valores éticos. Os mitos são outro elemento estruturante das tradições religiosas. Eles representam a tentativa de explicar como e por que a vida, a natureza e o cosmos foram criados. Apresentam histórias dos deuses ou heróis divinos, relatando, por meio de uma linguagem rica em simbolismo, acontecimentos nos quais as divindades agem ou se manifestam. (BRASIL, 2018, p. 439).

A filosofia de vida também pode ser definida por uma conduta que rege a forma de viver de todas as pessoas, como por exemplos:

- De uma pessoa. Como o caso de um ateu ou de um religioso, cada um tem sua individualidade e sua maneira de entender o mundo em que vive e de vivenciar a sua vida religiosa de acordo com a sua crença;

- De um grupo: Nesse caso todos os integrantes precisam conhecer as normas do grupo para não transgredir seus valores, com respeito mútuo;

- De uma cultura e tradição religiosa. É saber viver e conviver com o outro, respeitando suas normas e valores, vivenciando o princípio da alteridade, de acordo com os seus escritos sagrados, ou a sua oralidade. "A tarefa de buscar fundamentos para o Ensino Religioso remete às questões do fundamento do conhecimento humano." (PCNER, 2009, p. 34). A forma de vida de cada Tradição religiosa se assemelha, em algumas coisas, com suas diferenças. O que é fundamental destacar isso nas aulas de ER.

Por outro lado, a primeira competência da BNCC para o ensino fundamental assegura: “Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.” (BRASIL/BNCC 2018, p. 437).

Nesta terceira unidade, a vivência da experiência comunitária do Transcendente no coletivo acontece em: “Grupos de pessoas que comungam uma mesma crença ou ideal. Os membros podem irmanar-se por força de uma direção única, princípios comuns e herança cultural e religiosa idêntica”. Contudo, “[...] A experiência comunitária gera a Eclésia/Ekklesia que é a reunião da assembleia dos fiéis para a oração e atos culturais.” (FONAPER, 2000. Caderno nº 4, p, 17).

E assim deduz-se que tudo que foi construído na BNCC, foi fortemente alicerçado teoricamente entre outros, nos escritos das Leis, assim como do FONAPER.

De acordo com a BNCC 2018 tem-se ainda:

Também as filosofias de vida se ancoram em princípios cujas fontes não advêm do universo religioso. Pessoas sem religião adotam princípios éticos e morais cuja origem decorre de fundamentos racionais, filosóficos, científicos, entre outros. Esses princípios, geralmente, coincidem com o conjunto de valores seculares de mundo e de bem, tais como: o respeito à vida e à dignidade humana, o tratamento igualitário das pessoas, a liberdade de consciência, crença e convicções, e os direitos individuais e coletivos. (BRASIL, 2018, p. 441).

Não se pode esquecer de que aqueles, que em nada acreditam também estão incluídos no âmbito das (Uts) da filosofia de vida o quais os agnósticos e ateus, também têm vivência de acordo com o âmbito filosofia de vida. E, portanto, fazem parte do grupo que tem o seu direito de fazer suas escolhas.

Diante de essa exposição dar-se, prosseguimento ao estudo sobre o ER com o foco no aspecto legal com suas resoluções e pareceres.

2.4. BASE LEGAL DO ENSINO RELIGIOSO

Ensino Religioso: Nem aula de religião, nem catequese. (FONAPER 2000, caderno 1, p. 22).

A partir da década de 90, por circunstâncias históricas (crise cultural), e crise de valores, surge um novo ER, quando diversos segmentos da sociedade lutam para transformá-lo em um componente regular do sistema de ensino brasileiro.

A Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394/96 (LDB), Art. 33 contempla o ER como componente curricular, porém sem ônus para o Estado, o que deixou os professores incapacitados de continuar com o trabalho docente. Isto causou repercussão nacional, após uma reflexão dos educadores para substituir o artigo 33, o que levou alguns legisladores a repensarem sobre tal artigo e reformular com sua nova redação, afirmando que esse componente curricular é parte integrante da formação básica do cidadão e assegura a inclusão da mesma em horário normal da escola pública, respeitando a diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (Lei 9475/97 - LDB).

De acordo com (Oliveira *et al.*, 2017, p. 58), asseguram que: “A partir de 1997, com a revisão do artigo 33 da LDB, estabeleceu-se nova concepção para o Ensino Religioso. Seu foco deixou de ser teológico para assumir um perfil pedagógico de releitura das questões religiosas da sociedade, baseado na compreensão de ‘área de conhecimento’ e orientada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais”.

Esta é uma Lei que garante às escolas oportunizar aos estudantes o acesso ao conhecimento religioso, deixando claro que as formas institucionalizadas de religião são competências das igrejas e crenças religiosas.

A partir daí surgiram sete novos enfoques na leitura do artigo 33 da LDB (nova redação), considerado pelo FONAPER como: “O novo paradigma do Ensino Religioso a partir da Lei 9475” (FONAPER, 2000).

O Ensino Religioso é parte integrante da formação básica do cidadão;
No Ensino Religioso é assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil;
No Ensino Religioso são vedadas quaisquer formas de proselitismo;
O Ensino Religioso é disciplina dos sistemas de ensino;
O Ensino Religioso com professores habilitados e admitidos para ministrar essa disciplina;
O Ensino Religioso tem na entidade civil a sua representante para acompanhar o seu desenvolvimento;
A entidade civil do Ensino Religioso é constituída pelas diferentes denominações religiosas. (Lei 9475/97 Art.33 Lei do Ensino Religioso). (FONAPER, 2000, Caderno 1, p. 14)

Esta lei substituta de nº. 9475/1997, do Art. 33 da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, (DBEN) foi elaborada de acordo com a redação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 210. “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” § 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. (BRASIL, 1988).

A situação deste componente curricular para os professores, não deixa de ser uma grande vitória, pois deixou de ser prosélito para ser ministrado entre os outros componentes no chão da escola pública, com todo seu aparato legislativo através de suas resoluções e pareceres. Oficializada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) / CEB.

De acordo com o subtema abaixo se apresenta a sua primeira resolução de nº 2/1998.

2.4.1 O Ensino Religioso na Resolução Nº 2 CNE/ CEB – 1998

O presidente do CNE, em 1995, baseado no Artigo 9º, § 1º, alínea “c”, da Lei nº 9.131, e o Parecer CEB nº 4/9 dá o seguinte entendimento acerca da Educação religiosa:

A Educação Religiosa, nos termos da Lei, é uma disciplina obrigatória de matrícula facultativa no sistema público (artigo 33 da LDB). Considerando que as finalidades e objetivos dos níveis e modalidades de educação e de ensino da Educação Básica são, segundo o artigo 22 da LDB:- desenvolver o educando; - assegurar-lhe a formação comum indispensável ao exercício da cidadania; - fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1998, p. 129).

A Resolução CNE/CEB Nº 2, de 7 de abril de 1998, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. A Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, na Resolução de Nº. 02/98, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, sinaliza a situação das disciplinas até então:

Artigo 1º: A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, a serem observadas na organização curricular das unidades escolares integrantes dos diversos sistemas de ensino. Art. 3º. São as seguintes as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental:

a) a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos como: 1. A saúde 2. A sexualidade 3. A vida familiar e social 4. O meio ambiente 5. O trabalho 6. A ciência e a tecnologia 7. A cultura 8. As linguagens.

b) as áreas de conhecimento:

1. Língua Portuguesa
2. Língua Materna, para populações indígenas e migrantes.
3. Matemática
4. Ciências
5. Geografia
6. História
7. Língua Estrangeira
8. Educação Artística

9. Educação Física

10. **Educação Religiosa**, na forma do art. 33 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (BRASIL, 1998, Grifo nosso).

Observa-se que nesta Resolução ainda existem resquícios da confessionalidade do passado, mesmo com tantas mudanças nas Leis. Os legisladores não atentaram quanto ao âmbito das áreas de conhecimento, no que diz respeito à distribuição dos componentes curriculares, em que o ER aparece como Educação Religiosa nesta Resolução.

Esta área da Educação Religiosa está para as escolas confessionais que têm em seu currículo “aula de religião.” Ou seja: Educação Religiosa. Pois os legisladores da época não consideraram o Art. 210 da §1º Constituição da República Federativa do Brasil (1988) onde consta o ER respeitando a diversidade cultural religiosa do Brasil. Assim como o Art. 33 da LDB. Mesmo assim, na Paraíba continuou-se ministrando aulas de ER com base na diversidade religiosa e no fenômeno religioso, tendo toda assistência e orientação da coordenação do ER da Rede Estadual de Ensino, confiando no apoio do FONAPER.

O exemplo de algumas escolas confessionais que obedeceram à legislação. Como o caso dos Irmãos Maristas e Salesianos no Brasil. Elas possuem dois modelos de ER: o **Confessional** e o **Não Confessional**. Sendo que o confessional é dado no horário oposto, onde a escola catequiza os estudantes na sua confissão religiosa (cristã) a qual professa, enquanto o **ER Não Confessional**, é ofertado nos horários normais das aulas de acordo com a legislação vigente, como também, com o apoio da família.

Naquela época não existia BNCC, mesmo assim essas instituições já trabalhavam de acordo com as leis. Isso a partir da **Constituição Federal do Brasil de 1988 no Art. 210**. Assim deveria ser também para as demais escolas de ensino privado. A lei existe para ser cumprida, nesse caso todas deveriam cumpri-las. Destarte pode-se até dizer que houve contradição entre a Resolução nº 2 de 1998, que oferta o ER como Educação Religiosa, sem considerar a própria “Carta Magna” que determina o respeito à diversidade religiosa. Esses legisladores ao reconhecerem essa contradição, supõe-se que trataram logo de reverter essa mudança no mesmo espaço tempo (ano base de 2010) com Resolução de nº 4 registrada no subtema abaixo.

2.4.2 O Ensino Religioso na Resolução Nº 4 CNE/CEB julho de 2010

Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Art. 14. A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.

§ 1º Integram a base nacional comum nacional:

- a) a Língua Portuguesa; e outras Línguas
- b) a Matemática;
- c) o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena,
- d) a Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música;
- e) a Educação Física;
- f) o Ensino Religioso.** (grifo nosso).

Assim reza a (BNCC, 2018, p. 435): “O Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824”.

Esta Resolução de nº 4/2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE), reconhecendo a falha que houve na Resolução de nº 2/98 em citar a Educação Religiosa. Partiu logo para modificá-la. Portanto, tal documento registra no seu Art. 14 desta Resolução de nº4/2010 e apresenta entre os demais componentes curriculares o ER enquanto área de conhecimento. Saindo da aula de religião para dar passagem ao Ensino da diversidade cultural Brasil. Entretanto, pode-se registrar que neste País houve grandes mudanças no campo educacional brasileiro com o intuito de criar políticas públicas que garanta e fortaleça o sistema educacional visando o processo de ensino e aprendizagem. Com a finalidade de garantir a qualidade desse sistema e estabelecer assim transformações, em relação ao ensino e aprendizagem e como tal englobando o ER.

Destarte, com essas transformações começaram a surgir, a partir das instituições de leis com suas resoluções e seus pareceres visando garantir a todo sistema educacional brasileiro, a promoção de ensino e aprendizagens significativas. É o que exatamente se apresenta no item abaixo através de mais outro documento que oficializa o ER no sistema educacional brasileiro.

Vale ressaltar que todos estes acontecimentos trouxeram para este componente curricular, mudanças diversas em relação ao ER.

A seguir se apresenta mais outra Resolução de nº 7/2010 que ampara este componente curricular do ER.

2.4.3 O Ensino Religioso na Resolução Nº 7 CNE/CEB dezembro de 2010

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95, no art. 32 da Lei nº 9.394/96, na Lei nº 11.274/2006, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 15 Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

- I – Linguagens:
 - a) Língua Portuguesa;
 - b) Língua Materna, para populações indígenas;
 - c) Língua Estrangeira moderna;
 - d) Arte; e
 - e) Educação Física;
- II – Matemática;
- III – Ciências da Natureza;
- IV – Ciências Humanas:
 - a) História;
 - b) Geografia;
- V – **Ensino Religioso.**

Parecer do CNE: § 6º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo, conforme o art. 33 da Lei nº 9.394/96. (BRASIL 2010, p. 5).

Aos treze anos de vigência já completados, a LDB recebeu várias alterações, particularmente no referente à Educação Básica, em suas diferentes etapas e modalidades. Após a edição da Lei nº 9.475/1997, que alterou o artigo 33 da LDB, prevendo a obrigatoriedade do respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, outras leis que a modificaram quanto à Educação Básica. Com estas Resoluções ficam estabelecidas a oficialização do ER que além de componente curricular que se estabiliza enquanto área de conhecimento entre as demais áreas do currículo escolar. De acordo com os registros abaixo da BNCC:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988) ⁴⁴. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 ⁴⁵. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica ⁴⁶. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010⁴⁷. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010.

(BNCC, 2018, p. 435).

E assim, passa-se ao próximo subtema apresentando outro documento, referente às DCNs oficializando a licenciatura de professores de Ensino Religioso.

⁴⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 jul. 2022.

⁴⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 21 jul. 2022.

⁴⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

⁴⁷ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 7 nov. 2022.

2.4.4 As DCNs da Licenciatura em Ciências da(s) Religião (ões)

A aprovação da Resolução nº 5, de 28 de dezembro de 2018, que instituiu as Diretrizes do Curso de Licenciatura em Ciência(s) da(s) Religião (ões) no ano de 2018, agora tem a consolidação oficial pelo MEC; CNE e o CP, deste curso. Essa discussão era normal acontecer nos eventos do FONAPER. É uma das causas que marcam uma nova etapa não só para o Fórum, mas, para os professores de ER, assim como para todos e todas educadores que seguem este curso. Principalmente àqueles que atuam no magistério.

Pode-se dizer que esta realização não foi tão fácil assim, por ser construída por vários educadores de alguns pontos do País que unidos construíram este documento. Através de comunicações online e presencial nos eventos do Fórum que em seu primeiro dia sempre no horário de toda manhã era quando se reunia um pequeno grupo para discutir sobre os avanços dessa composição coletiva. E assim costurando esta colcha de saberes numa construção democrática com a participação de quem estava presente. Essa construção veio para fortalecer cada vez mais a capacidade do FONAPER, uma vez que sempre se faz presente nos momentos não só de alegria, assim como quando havia a luta pela defesa deste componente curricular nos momentos mais difíceis; Era onde os docentes torciam para que tudo ocorresse bem, na elaboração das DCNs.

O Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Pleno Resolução Nº 5, De 28 De Dezembro De 2018 ⁴⁸, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Ciências da Religião e dá outras providências:

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, conferidas no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nos 583/2001 e 67/2003, com fundamento no Parecer CNE/CES nº 60/2014, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 8 de setembro de 2016, com fundamento no § 1º do art. 210 da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997, que dá nova redação ao art. 33 da LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, e considerando o Parecer CNE/CP nº 12/2018, homologado pela Portaria MEC nº 1.403, de 27 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 28 de dezembro de 2018, resolve: (BRASIL, MEC/CNE/CP, 2016).

Apresenta-se no escrito desta Tese uma pequena parte desta Resolução, haja vista que: entre seus artigos importantes, destacam-se dois que na visão desta pesquisadora são Fundamentais para a escrita desta Tese: Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes

⁴⁸ Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN52018.pdf visitado em 20/06/2023 às 15:15h.

Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião, modalidade presencial, semipresencial e a distância, definindo princípios, concepções e estrutura a serem observadas na elaboração dos projetos pedagógicos pelas instituições de educação superior e pelos órgãos dos sistemas de ensino. Sendo este o mais importante, na visão desta estudiosa porque é neste artigo que determina o estabelecimento dessas Diretrizes Curriculares que assegura o Curso de CR.

Art. 2º O curso de licenciatura em Ciências da Religião constitui-se como habilitação em nível de formação inicial para o exercício da docência do Ensino Religioso na Educação Básica. § Único - Para além da docência, o licenciado em Ciências da Religião poderá atuar como pesquisador, consultor e assessor em espaços não formais de ensino, em instituições públicas e privadas, organizações não governamentais e entidades confessionais.

Esta Resolução em pauta instiga nos professores de ER diversos motivos para conquistas de suas realizações, assim como de esperanças de concluir algo que estava tão distante. É o despertar para o novo, pois se trata de ir à luta de garantir o objetivo que é a preparação para realizar tão almejado curso.

A(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões) por ser um campo de estudo e pesquisa da área das ciências humanas. Está estruturado na investigação sobre as religiões.

Tem por objetivo estudar sistematicamente as religiões, do ponto de vista científico na compreensão dessa diversidade do fenômeno religioso e da fenomenologia das religiões com toda sua rede de símbolos, assim como seus aspectos metodológicos.

A partir do momento em que a formação do professor desse componente curricular, ocorre nos cursos de Ciência(s) da(s) Religião (ões), ofertando tal conhecimento, isto só vem qualificar cada vez mais este profissional. É de suma importância à docência do conteúdo curricular, acerca das diferenças existentes entre o conhecimento academicamente produzido e o ensinado na sala de aula. Trata-se, pois, de pesquisar esta área de conhecimento em específico, além de entender e refletir sobre a influência da religião na sociedade, assim como a relação entre o divino e a humanidade.

Esta Resolução em pauta instiga nos professores de ER diversos motivos para conquistas de suas realizações, assim como de esperanças de concluir algo que estava tão distante. É o despertar para o novo, pois se trata de ir à luta de garantir o objetivo que é a preparação para realizar tão almejado curso. A(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões) por ser um campo de estudo e pesquisa da área das ciências humanas. Está estruturado na investigação sobre as religiões. Ao olhar desta pesquisadora: tem-se um objetivo: Estudar sistematicamente as religiões, do ponto de vista científico na compreensão dessa diversidade do fenômeno religioso e da fenomenologia das religiões com toda sua rede de símbolos formando assim toda uma cadeia de simbologia

religiosa. Abaixo se destaca a imagem de algumas (IES) no Brasil. Elaborada pelo FONAPER e a equipe da RELER.



Fonte: Sistematizado pela RELER / FONAPER a partir de 2022

A partir do momento em que a formação do professor desse componente curricular, ocorre nos cursos de Ciência(s) da(s) Religião (ões), ofertando tal conhecimento, isto só vem qualificar cada vez mais este profissional. É de suma importância à docência do conteúdo curricular, acerca das diferenças existentes entre o conhecimento produzido academicamente e o ensinado na sala de aula. Trata-se, pois, de pesquisar esta área de conhecimento em específico, além de entender e refletir sobre a influência da religião na sociedade, assim como a relação entre o divino e a humanidade.

Porquanto, apresenta-se no quadro abaixo a relação dos Cursos de Graduação em Ciência da Religião; Ciências da Religião e Ciências das Religiões. Existentes no Brasil. Quando olhamos para traz, pensamos e refletimos. Temos muito que avançar, porém, as conquistas foram bem significativas. Isto não nos deixa perder a esperança, porque todas essas conquistas foram fundamentais nessa caminhada sobre as licenciaturas em CR pelo Brasil. E assim, realizou-se por fazer uma pesquisa sobre os cursos de licenciatura e bacharelado em Ciência(s) da(s) Religião (ões), na base de dados do E-MEC/ MEC. Isso representa para estudantes e pesquisadores uma excelente proposta no campo da pesquisa quanto ao ER enquanto uma área de conhecimento. A qual se apresenta no quadro de nº 14 abaixo.

2.5 CURSOS DE LICENCIATURAS E BACHARELADOS EM CIÊNCIAS DA(S) RELIGIÃO (ÕES) UNIDADES QUE OFERTAM.

Quadro de nº. 14 - Descritores da busca –

Ciência da Religião; Ciências da Religião; Ciências das Religiões

Nº	IES / REDE DE ENSINO E SIGLA	UF	NOME DO CURSO ANO DE CRIAÇÃO	MODALIDADE C /HORÁRIA
1-	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB PÚBLICA	SC	Ciências da Religião – Licenciatura Ano de criação 1998	Presencial Carga horária de 4 anos
2-	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA PÚBLICA	PA	Curso de Licenciatura em Ciências da Religião – em 2011	Presencial PARFOR – Belém - 4 anos.
3-	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA PÚBLICA	PA	Curso de Licenciatura em Ciências da Religião – em 2013	Presencial PARFOR Santarém 4 anos
4-	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN PÚBLICA	RN	Licenciatura em Ciências da Religião Ano de 2001	Presencial 4 anos
5-	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES PÚBLICA	MG	Licenciatura em Ciências da Religião 2012	Presencial 8 semestres
6-	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB PÚBLICA	PB	Licenciatura Bacharelado C. das Religiões Licenciatura - 2009 Bacharelado - 2011	Presencial. Ambos em 4 anos.
7-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS PÚBLICA	SE	Licenciatura de Ciências da Religião 2012	Presencial 4 anos
8-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF PÚBLICA	MG	Ciência da Religião bacharelado e licenciatura 1970	Presencial ambos 5 Anos
9-	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA - PÚBLICA	AM	Ciência da Religião Licenciatura Ano?	Presencial 8 semestres
10-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA /UFSM - PÚBLICA	RS	Licenciatura em Ciências da Religião - 2013	EaD 8 Semestres
11-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/UFMS/RS PÚBLICA	RS	Licenciatura Ciências da Religião - 2017	EaD 8 Semestres
12-	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO UEMA / SÃO LUIS/PÚBLICA	MA	Licenciatura Ciências da Religião Ano?	EaD ?
13-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS UFLA / PÚBLICA	MG	Licenciatura Ciências da Religião Ano?	Presencial ?
14-	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO (MAFRA) PRIVADA	SC	Ciência da Religião Licenciatura Ano ?	Presencial 8 Semestres
15-	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL – UNINTER - PRIVADA	PR	Licenciatura em Ciências da Religião 2017	EaD 4 Anos 1ª Lic. 7 meses 2ª Lic.
16-	FACULDADE BOA NOVAS DE CIÊNCIAS TEOLÓGICAS, SOCIAIS E BIOTECNOLÓGICAS – FBNCTSB – PRIVADA	AM	Licenciatura em Ciências da Religião 2019	Presencial 4 anos
17-	CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE – UNICV PRIVADA	PR	Ciências da Religião Licenciatura Ano?	EaD 4 Anos

18-	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – PUCPR PRIVADA	PR	Licenciatura em Ciências da Religião Ano?	EaD 4 Anos
19-	FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA – FACULDADE UNIDA – PRIVADA	ES	Curso de Licenciatura Ciências das Religiões 2019	EaD – 1ª Lic. 4 Anos 2ª Lic. 6 meses
20-	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ – UNIENSINO – PRIVADA	PR	Curso de Licenciatura em Ciências da Religião 2019	EaD 4 Anos
21-	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP PRIVADA	PE	Ciências da Religião – Licenciatura 2018	EaD Carga horária 3.210 horas
22-	UNIVERSIDADE REGIONAL DE JOINVILLE – UNIVILLE PRIVADA	SC	Ciências da Religião – Ensino Religioso 2021	Presencial 8 Semestres
23-	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO (MAFRA) PRIVADA	SC	Ciência da Religião Licenciatura	Presencial 8 Semestres
24-	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC PRIVADA	SC	Licenciatura Ciências da Religião (Edital UNIEDU) Ano?	Presencial 8 Semestres
25-	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI / PRIVADA	SC	Licenciatura Ciências da Religião Ano?	Presencial 8 Semestres
26-	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA UNISANTA - SANTOS PRIVADA	SP	Licenciatura em Ciência da Religião Ano ?	EaD 2ª Lic. 1 Ano Não licenc. 3 anos
27-	UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS – UNIMES - PRIVADA	SP	Licenciatura Ciência da religião Ano?	EaD ?
28-	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ – UNINGÁ PRIVADA	PR	Licenciatura Ciência da Religião Ano?	EaD ?
29	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI UNIASSELVI / PRIVADA	?	Licenciatura Ciência da Religião Ano?	EaD 8 Semestres
30-	CLARETIANO CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANOBT / PRIVADA	?	Licenciatura Ciências da Religião Ano?	EaD ?
31-	CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO UNISAGRADO. BAURU – PRIVADA	SP	Licenciatura Ciências da Religião Ano?	EaD 8 Semestres
32-	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA PITÁGORAS AMPLI SANTO ANDRE – PRIVADA	SP	Licenciatura Ciências da Religião Ano?	EaD 5 Semestres
33	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE PUC MINAS PRIVADA	MG	Licenciatura Ciências da Religião Ano ?	EaD ?
34-	CENTRO UNIVERSITÁRIO ÍTALO-BRASILEIRO UNÍTALO - PRIVADA	?	Licenciatura em Ciências da Religião Ano?	Presencial 8 Semestres
35-	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA PITÁGORAS UNOPAR DE NITERÓI UNIAN- / PRIVADA	RJ	Licenciatura Ciências da Religião Ano?	EaD ?
36-	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA PITÁGORAS	MT	Licenciatura Ciências da Religião	EaD 6 Semestres

	UNOPAR DE CAMPO GRANDE PRIVADA		Ano?	
37-	V VINCE ITAJAÍ PRIVADA	SC	Licenciatura em Ciências da Religião Ano?	EaD 1ª Lic. 3- 4 Anos 2ªLic. 1 ano.
38-	UNIBF FACULDADES PRIVADA	PR	Licenciatura em Ciências da Religião Ano ?	EaD 3 Anos Presencial 4 Anos
39-	UNIASSELVI FACULDADE CRUZEIRO DO SUL PRIVADA	AC	Licenciatura em Ciências da religião 2005	EaD 8 Semestres
40-	FACULDADE CATÓLICA DE FORTALEZA FCF / PRIVADA	CE	Licenciatura em Ciências da Religião 2022	EaD 8 semestres
41-	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP- CABEDELO PRIVADA	PB	Licenciatura Ciências das Religiões Ano ?	EaD 8 Semestres
42-	FACULDADE UNINTER RIO BRANCO PRIVADA	AC	Licenciatura em Ciências da Religião 2022	EaD 4 anos
43-	FACULDADES EST – EST SÃO LEOPOLDO PRIVADA	RS	Licenciatura Ciências da Religião 2023	EaD 8 Semestres

Fonte: MEC / E-MEC- Colaboradores RELER / FONAPER: Professores: Prof. Doutores Simone Riske Koch, Sergio Junqueira e Rosângela Siqueira. Sites das faculdades vasculhados organizado por esta pesquisadora – Maria José Torres Holmes

Constataram-se, inicialmente neste quadro de licenciatura em Ciência da Religião, Ciências da Religião e Ciências das Religiões onde se detectou resultados satisfatórios em números de Cursos de Licenciaturas em todo Brasil. Entretanto, estes cursos estão mais concentrados nos **Estados da região Sul, (16) cursos** entre os quais se localizam em:

Santa Catarina com sete (7) cursos, entre estes uma Universidade Pública, e (6) seis restantes na rede privada. Paraná se apresentam seis (6) cursos todos na rede de Ensino Particular. Rio Grande do Sul têm-se três (3) unidades, sendo que duas Públicas na rede de Ensino Federal, e uma Faculdade privada (Cursos de Ciências da Religião).

Na região Sudeste (10) Faculdades de Ciências da Religião:

São Paulo apresentam-se quatro (4) unidades de Ensino Superior: Duas universidades e dois Centros Universitários todos da rede Privada. Rio de Janeiro, apenas uma (1) unidade da rede particular na cidade de Niterói. Espírito Santo se apresenta apenas uma (1) unidade de Ensino Privado em Vitória (Curso de Ciências das Religiões). Minas Gerais, quatro (4) unidades apresentando três Universidades sendo duas da Rede Federal e uma da Rede Estadual, assim como uma da rede privada.

No Centro-Oeste tem-se uma (1) Faculdade em Mato Grosso na cidade de Campo Grande pertencente à Rede Privada.

No Nordeste se apresentam sete (7) unidades de Ensino Superior. Na Paraíba existem duas (2) unidades sendo que uma (1) da rede Pública na cidade de João Pessoa e outra (1) da

rede particular na cidade de Cabedelo com o curso de Ciências das Religiões. No Ceará tem apenas uma (1) Universidade da Rede Privada na cidade de Fortaleza com o curso de Ciências da Religião. No Sergipe Encontra-se apenas uma (1) unidade da Rede Pública na cidade de Aracaju. No Maranhão apresenta-se apenas uma (1) Universidade da rede Estadual na cidade de São Luís. Em Pernambuco tem também apenas uma (1) Universidade da Rede Privada na cidade de Recife, no Rio Grande do Norte apresentou apenas uma (1) Universidade da Rede Pública Estadual na cidade de Natal.

Na Região Norte, apresenta-se seis (6) Cursos: No estado do Pará tem duas (2) Universidades Públicas Estaduais, uma (1) na cidade de Belém e uma (1) na cidade de Santarém com o Curso de Licenciatura em Ciências da Religião. No Amazonas apresentam-se (2) duas unidades na cidade de Manaus sendo uma da rede particular e outra da rede pública estadual. No Acre tem-se (2) duas Faculdades da Rede Privada, sendo uma na cidade de Rio Branco e a outra na cidade de Cruzeiro do Sul.

OBS: Entre essas Instituições de Ensino Superior, encontram-se três (3) Centros Universitários que estão cadastradas no EMEC/MEC, sendo elas: Centro Universitário Leonardo Da Vinci UNIASSELVI, onde apresenta o curso de Ciência da Religião, cuja carga-horária é de oito semestres. Além de não ter o ano de iniciação do Curso, não apresenta o local. Por outro lado, tem-se o Claretiano Centro Universitário CLARETIANOBT, este Centro Universitário não apresenta o local onde funciona, o ano de origem e a carga horária, porém sabe-se que ela funciona na modalidade EAD. Por conseguinte, o Centro Universitário Ítalo-Brasileiro UNIÍTALO, não mostra também o local onde está situado e nem o ano origem, mas tem a Licenciatura em Ciências da Religião na modalidade Presencial com oito semestres.

Por conseguinte, ao todo temos quarenta e três (43) unidades de Ensino Superior de acordo com o quadro do EMEC/MEC com Licenciaturas em Ciência da Religião, Ciências da Religião e Ciências das Religiões. Entre estas se apresentam (27) vinte e sete cursos na modalidade EaD e dezesseis (16) na modalidade Presencial. E muitas dessas modalidades estão dentro da UNINTER e UNOPAR. Portanto vale ressaltar o que afirma o autor Dreher na conclusão do seu Artigo:

A ciência da religião que eu gostaria de praticar é uma disciplina que busca focar a especificidade da religião e dos fenômenos religiosos, sem cair em reducionismos ou dogmatismos, mas sem, no final das contas, ceder também à terceira tentativa, tão própria da abordagem fenomenológica: o descritivismo. (Dreher, 2008, 17).

Por conseguinte, encerra-se este II capítulo e passa-se ao III capítulo que é a pesquisa de campo, intitulada: A visão da equipe gestora e pedagógica sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas da Paraíba.

3 A VISÃO DA EQUIPE GESTORA E PEDAGÓGICA SOBRE O ER NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA PARAÍBA

Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele. [...] A experiência mostra que é muito mais fácil concordar com o que constitui um paradigma do que com o grau de semelhança de uma pessoa com esse paradigma. (Moscovici, 2009, p. 63).

Neste capítulo apresenta um estudo de investigação a respeito da pesquisa de campo que versa sobre o olhar da equipe gestora-técnica-administrativa-pedagógica das escolas públicas, envolvendo (8) escolas das redes municipal e estadual de ensino. Na pesquisa de campo foram utilizados dois questionários específicos um para equipe gestora e um para equipe pedagógica, com vinte e cinco perguntas cada um, com o intuito de observar e constatar seus posicionamentos em relação ao ER à frente das (8) escolas públicas da Paraíba, nas cidades de João Pessoa/PB, Baía da Traição/PB e Guarabira/PB, uma cidade do Agreste Paraibano.

Também se optou por realizar uma entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e livres, com quatro educadores/as sobre o componente curricular ER. Para facilitar a comunicação, optamos por fazer de forma on line, através do WhatsApp ou por e-mail.

Segundo Triviños (1987, p. 146, 152)

A entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Consequentemente conforme Manzini (1990/1991, p. 154),

A entrevista semiestruturada está focada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

De acordo com Oliveira *et al.*, (2007, p. 102) “O Ensino Religioso como elemento normal do sistema escolar brasileiro, não deve ser entendido como o ensino de uma religião ou como o ensino das religiões nas escolas, mas sim, como um componente curricular centrado na antropologia religiosa”.

É nesse conjunto curricular que o ER vai se estabelecer no espaço escolar, contribuindo assim, junto aos demais componentes para transformar a escola com uma educação humanizadora, envolvendo todos os que fazem parte dessa escola, ou seja: o corpo docente, assim como todo corpo técnico-administrativo-pedagógico e a comunidade escolar.

Todavia, convém ressaltar que no contexto educacional brasileiro na operacionalização quanto ao ER, enquanto um componente de formação, mesmo sendo de matrícula facultativa ao educando, ainda é problemático no cotidiano das escolas públicas. Nesse sentido, reflete-se a compreensão de que, mesmo diante da sua história na educação ter sido produzida originalmente de acertos e acordos políticos-religiosos, não pode ser ignorado ou até mesmo excluído do currículo escolar, pois tem sua importância na escola.

Diante dos diálogos com a equipe gestora percebeu-se que em sua maioria, foi bem receptiva, acessível e diplomática ao responderem sobre a escola, assim como ao abordar sobre o ER. Em contrapartida, apenas em algumas escolas da Rede Estadual houve dificuldades com a equipe pedagógica.

Por conseguinte, no encontro com as equipes escolhidas da Rede Municipal, não houve nenhum empecilho, uma vez que todas as pessoas envolvidas responderam os questionários. Em ambas as redes de ensino, algumas equipes técnica-administrativo-pedagógica sentiram dificuldades para responderem, principalmente no aspecto legislativo quanto ao ER. (Campos, 2010, p. 90), afirma que: “A gestão da escola deve-se apropriar de elementos científicos da gerência e utilizá-los para a qualificação dos processos pedagógicos e dos resultados para a qualidade da educação”.

Esse autor detalha em suas entrelinhas que toda equipe gestora-técnica-pedagógica das escolas públicas precisa estar envolvida com todo o processo educacional da escola, a partir da desburocratização-teórica-metodológica para se envolverem mais, com a praticidade da educação de um modo geral, principalmente com o ensino e a aprendizagem. Vale ressaltar sobre a importância quanto aos esclarecimentos que se obteve nas respostas destes instrumentos da pesquisa que são fundamentais, neste estudo em relação a este componente curricular, junto ao corpo técnico-administrativo-pedagógico das escolas municipal e estadual de João Pessoa – PB, cuja finalidade é pesquisar sobre o que pensam do Ensino Religioso no cotidiano escolar.

Sendo estas referências fundamentais para esta pesquisa de campo, onde se realizou um estudo minucioso, que consta da organização de um conjunto de ideias que enriquecem este estudo que, através de um diálogo significativo, fornecendo conhecimentos fundamentais, cujos fatores são qualitativos para análise desta investigação. O educador (Freire, 2007, p. 118) assegura que: “O diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos, não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro”.

Consecutivamente no subitem baixo destacou-se a visão de teóricos que operam com a “Representação Social”, fundamentando esta temática.

3.1 OS FUNDAMENTOS PARA A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO OLHAR DE ALGUNS TEÓRICOS

A representação social⁴⁹ se refere às pesquisas que se constituem na investigação de como se formam e funcionam os sistemas de referências para especificar estudos realizados com pessoas e ou grupo. Situa-se entre a psicologia e a sociologia do conhecimento. É uma pesquisa originada com Durkheim operando com a teoria da Representação Coletiva (1989) que coletando dados sobre os fenômenos da religião, mitos, ciência, categorias de tempo e espaço, estudou sobre grupos de religiões.

Para Moscovici (2009, p. 48), este estudioso sobre representações sociais conceitua:

As representações sociais que me interessam não são as das sociedades primitivas, nem as sobreviventes, no subsolo de nossa cultura, dos tempos pré-históricos. Elas são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre tem tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta com a heterogeneidade e a flutuação dos sistemas unificadores – e ideologias oficiais – e com as mudanças que elas devem sofrer para penetrar a vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum.

Segundo Durkheim (1989, p. 37):

Sabemos desde há muito tempo, que os primeiros sistemas de representação que o homem produziu no Mundo e de si mesmo são de origem religiosa. Não há religião que não seja, ao mesmo tempo, a cosmologia e a especulação sobre o divino. Se as filosofias e as ciências nasceram da religião é porque a própria Religião, no princípio, fazia às vezes de ciência e de filosofia.

De acordo com Berger (2004, p. 23-24), ao compartilhar com o posicionamento do autor acima faz uma referência e afirma: “[...] o mundo cultural é não só produzido coletivamente como também permanece real em virtude do reconhecimento coletivo. Estar na cultura significa compartilhar com outros de um mundo particular de objetividades”.

Verifica-se, entretanto, em Durkheim, ao se referir à definição de um fato social em que este afirma (2002, p. 32): “São as maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam a notável propriedade de existir fora das consciências individuais”.

Destarte Berger assegura que:

As representações da sociedade são imensamente mais resistentes. O indivíduo pode sonhar em outras sociedades e imaginar-se em diversos contextos. [...] Acima de tudo, a sociedade se manifesta pelo seu poder coercitivo. [...] A sociedade dirige, sanciona, controla e pune a conduta individual. (Berger, 1985, p. 24).

No argumento deste autor a sociedade sendo formada de pessoas, situa o ser humano numa posição individual que pode até lutar para se desvencilhar de certos julgamentos, entretanto vence aquele que tem mais poder, podendo até mesmo levar este indivíduo no caso

⁴⁹ <https://blog.portaleducacao.com.br/teoria-das-representacoes-sociais/>

de (educadores) à destruição ética-moral. O exemplo disto tem-se a situação do ER na escola pública quando, regida por uma equipe de gestores supostamente dominadores antidemocráticos, fanáticos e proselitistas, que prejudicam a situação deste componente curricular, no chão das escolas públicas regidas por eles e elas. “O erro mais trágico e persistente do pensamento humano é o conceito de que as ideias são mutuamente exclusivas”, (FONAPER/PCNER, 2009, p. 32-33).

O posicionamento de Durkheim serviu de inspiração para muitos autores, tais como Weber, Marx e Engels, Moscovici e outros, que inicialmente foram buscar na representação coletiva subsídios para seus trabalhos de pesquisa. Destarte Moscovici deixa de lado a teoria de Durkheim não concordando com o seu pensamento e se dedica ao estudo sobre a Representação Social para a Psicologia Social, enquanto um fenômeno social. Na parte introdutória do seu livro: *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*, citado por Gerard Duveen (2009, p. 9), afirma: “Moscovici introduziu o conceito de representação social em seu estudo pioneiro das maneiras como a psicanálise penetrou o pensamento popular na França [...] em 1961”

Ao abordar essa pesquisa ele faz o relato de que por mais de uma década essa obra ficou sem ser traduzida para o inglês. Mesmo assim, ele assegura ainda que (Ibidem, p. 9).

É claro que uma tradução inglesa desse texto, não iria por si mesma resolver todas as diferenças entre a ideia de Moscovici e os padrões dominantes do pensamento sociopsicológico na Inglaterra e nos EE. UU. , mas teria ao menos ajudado a reduzir o número de maus entendimentos do trabalho de Moscovici e adicionado a uma penumbra de confusão às discussões destas ideias em Inglês. (Gerard Duveen, p. 9).

Este teórico defende a obra de Moscovici, voltada para a Representação Social, onde tece elogios, pois na sua visão, esta leitura que se faz sobre essa produção, contribui com o reconhecimento do fenômeno social. De acordo com Moscovici (2009, p. 35), que afirma:

Podemos através de um esforço, tornar-nos conscientes do aspecto convencional da realidade e então escapar de algumas exigências que ele impõe em nossas percepções e pensamentos. Mas, nós não podemos imaginar que podemos libertar-nos sempre de todas as convenções, ou que possamos eliminar todos os preconceitos. Melhor que tentar evitar todas as convenções, uma estratégia melhor seria descobrir e explicitar uma única representação. Então, em vez de negar as convenções e preconceitos, esta estratégia nos possibilitará reconhecer que as representações constituem, para nós, um tipo de realidade.

Foi exatamente isto que se percebeu no momento em que foram aplicados os questionários quanto à resistência de uma coordenadora pedagógica da Rede Estadual de ensino, porém mesmo assim não se desistiu. Isto desestimulou um pouco a pesquisadora Entretanto, apesar desta dificuldade, isto deu mais incentivo para que não se desistisse.

Por conseguinte (Freire, 2006, p. 29) afirma que: “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei porque indago e me

indago”. Refletindo sobre a citação de Freire afirmando com prontidão sobre ensino e pesquisa, retorna-se à gestão escolar.

Como pode um coordenador pedagógico, no âmbito escolar, despertar nos docentes e discentes a prática de estudar e pesquisar, quando este se nega a responder a pesquisa de campo? Uma prática onde todos os/as educadores perpassam, e se defrontam, quando cursam o ensino superior principalmente.

Uma vez que estes/estas precisam passar por um estágio obrigatório para conclusão do curso. Pois é na escola onde vão buscar esta prática. Por outro lado, o seu trabalho profissional nas escolas é assistir docentes e discentes. Este é o seu principal papel nas escolas públicas, que é incentivá-los ao ensino e à aprendizagem. Como fica a sua história profissional neste caso? Sabendo-se que participar de uma pesquisa a pessoa é livre para fazer suas escolhas. Mesmo assim, esta pessoa aceitou responder, porém não cumpriu com esse compromisso. Falando de história Marx e Engel (2009, p. 27), afirmam:

A vida é o primeiro pressuposto para se fazer história, e viver significa comer, beber, ter moradia, vestir-se, e algumas coisas mais. (isto é a manutenção dos satisfatores básicos). Então fazer história significa produzir os meios dessa manutenção. A história para nossos autores é um processo dinâmico e não é não meramente uma coletânea de fatos do passado.

Estes dois autores (Marx; Engel, 1992, p. 29) argumentam ainda que:

“É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, isto é a realidade e o poder, a de seu pensamento”. Isto leva a reflexão quanto ao posicionamento em relação ao comportamento da educadora, que não se dispusera a responder o questionário, uma vez que resistiu em deixar de lado a pesquisa, transparecendo um comportamento inadequado para um/uma educador/a, no espaço do âmbito escolar. Para Moscovici, ao se reportar aos conceitos de representação social este teórico reconhece que tudo começou com Durkheim. Embora isto, inspirou-se neste teórico, porém não concorda com a sua teoria. Moscovici (2009, p. 45) assegura que:

É óbvio que o conceito de representações sociais chegou de Durkheim. Mas nós temos uma visão diferente dele, ou de qualquer modo, a psicologia social deve considerá-lo de um ângulo diferente – de como faz a sociologia. A sociologia vê, ou melhor, vê as representações sociais como artifícios explanatórios, irreduzíveis a qualquer análise posterior. Sua função teórica era semelhante à do átomo na mecânica tradicional, ou à dos genes, na genética tradicional; isto é, átomos e genes eram considerados como existentes, mas ninguém se importava sobre o que faziam, ou com o que se pareciam. Do mesmo modo, sabia-se que as representações sociais existiam nas sociedades, mas ninguém se importava com sua estrutura ou com sua dinâmica interna. A psicologia social, contudo, estaria e deveria estar preocupada somente com a estrutura e a dinâmica das apresentações.

Moscovici por discordar das ideias de Durkheim, embora isso, este estudioso, enveredou nessa trilha por outro caminho, a partir de outra teoria, que era pesquisar as ideias das pessoas desse coletivo estudado por Durkheim. Este teórico aproveitou o espaço no campo da Sociologia e partiu para estudar e mudar de nome para “Psicologia Social”, revigorando assim,

enquanto um fenômeno, que mais tarde descobriu que a principal tarefa dessa psicologia é a de encontrar nessa busca a explicação desse fenômeno social.

Berger (1985, p. 28). Este teórico se reporta à psicologia afirmando que:

Do ponto de vista da psicologia a socialização, pode, é claro, ser descrita como um processo de aprendizado. A nova geração é iniciada nos sentidos da cultura, aprende a participar das suas tarefas estabelecidas e a aceitar os papéis, bem como as identidades que constituem a estrutura social.

Este teórico da sociologia demonstra assim o seu posicionamento destacando a psicologia fundamental quanto à aprendizagem do conhecimento, principalmente no campo da cultura. Para os pesquisadores sobre Moscovici (Moraes *et al.*, p. 22)⁵⁰ asseguram:

Podemos dizer que as representações sociais são verdadeiras “teorias do senso comum”, “ciências coletivas sui generis”, pelas quais se constrói uma realidade social. Essas representações sociais se comunicam entre si; são dinâmicas e refletem um determinado modo de compreender o mundo e de ver a vida (SD).

Por conseguinte, estes pesquisadores vão mais além, pois refletem e afirmam seus posicionamentos quanto a esta questão: “Assim, todo conhecimento pressupõe uma prática e um contexto que lhe são próprios”. “Cada indivíduo é um sábio amador, um conhecedor, e parte de observações e testemunhos que se acumulam para exprimir o que pensa”. (Moraes *et al.*, p. 23). Não obstante, isso é próprio de todo ser humano, pois no decorrer dos tempos, envereda por esses caminhos à procura de descobrir aquilo que mais tem focado no seu imaginário, objetivando aquilo que deseja pesquisar.

Moscovici, (2009, p. 242), refere-se sobre as representações sociais e afirma que: “Todos nossos discursos, nossas crenças, nossas representações provêm de muitos outros discursos e muitas outras representações elaboradas antes de nós e derivadas delas. É uma questão de palavras, mas, também de imagens mentais, crenças ou concepções”. Com base na teoria das Representações Sociais discorremos para apresentação de apontar os possíveis diálogos entre os teóricos e alguns educadores pesquisadores; envolvendo a equipe gestora das escolas públicas: Municipal e Estadual de João Pessoa – PB.

3.2 O DIÁLOGO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO: TEÓRICOS E EDUCADORES

É no exercício do diálogo com o diferente que o ser humano engendra a possibilidade de flagrar-se também como um diferente de outro, diante de alguém outro. Quando o eu e o outro se percebem, nasce à ética. (Oliveira *et al.*, 2007, p. 111)

⁵⁰ Pesquisadoras da Faculdade Metodista de São Paulo. Artigo: A Teoria das Representações Sociais, ressaltando a teoria de diversos autores, entre estes Moscovici. Unisepe educacional. Disponível em <https://portal.unisepe.com.br/sites/2018/06>. Acesso em: 29 nov. 2023, às 10:00h.

Diante do desenvolvimento hoje do ER no cotidiano, ainda se percebe resquícios do passado que ainda perduram até hoje, causando assim tantas polêmicas, no âmbito de uma sociedade excludente, preconceituosa e intolerante. Enquanto isso, por outro lado, este componente curricular no âmbito da educação escolar objetiva formar pessoas cidadãs, capazes de fazer toda diferença nesta referida sociedade. Estes são valores fundamentais para se refletir diante de tantas polêmicas e, assim, caminhar na busca de desmistificar preconceitos sobre esta temática educativa através de uma ética cidadã.

Freire (2006, p. 18) assegura que: “Quando, porém, falo da ética universal do ser humano, estou falando da ética enquanto marca da natureza humana, enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana”. Consequentemente, isto se estende às escolas de estarem atentas em relação a este componente curricular e incluí-lo no seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) de acordo com a LDB, a fim de que possa contribuir entre os demais componentes na formação cidadã, de discentes respeitando a diversidade cultural religiosa de maneira ética e humana. De acordo com Oliveira *et al.* (2007, p. 131):

A introdução e a implementação do Ensino Religioso nas escolas públicas de ensino fundamental provoca e reclama a organização de um projeto educativo historicamente diferenciado, tanto pela índole de seus conteúdos, quanto pela carga cultural envolvida, caracterizando-se como um agente propiciador de programa educacional de natureza trans, inter e disciplinar.

Estes autores mostram que a escola precisa caminhar para um projeto de busca envolvendo toda equipe escolar, pois é no seu chão, o lugar onde se discute todo o fazer pedagógico, principalmente quando se refere ao ensino e a aprendizagem. Na verdade este é o espaço para se discutir todo o processo educativo, através do seu PPP englobando toda a diversidade cultural com uma proposta estendida a todos os componentes curriculares, numa dimensão não só interdisciplinar, mas, numa visão holística através de um trabalho transdisciplinar, desafiador, capaz de envolver toda comunidade escolar, numa perspectiva responsável pelo respeito ao outro.

Viesser (1995, p. 37) afirma:

Logo, a concepção holística da vida traz à Escola a transdisciplinaridade que, indo além do enfoque disciplinar, aponta para totalidade, sem veicular certezas absolutas. Mas pelo permanente questionamento do real, chegar a uma abordagem aberta, sempre buscando mais e recolocando a vida, a totalidade, no centro das preocupações do Ser Humano.

Assim, essa concepção holística da vida traz à escola a transdisciplinaridade que, indo além do enfoque disciplinar, aponta para totalidade, sem veicular certeza absoluta, mas, sobretudo quando se trata de uma investigação no seio escolar referendando sobre o ER.

Na sequência, apresentamos o momento da entrevista, muito importante para esta pesquisa. A seguir quando foi perguntado a/os educadores entrevistados.

1-Qual é a importância do Ensino Religioso para as Escolas Públicas? ⁵¹

Na visão da pesquisadora Farias Barcellos⁵² afirma que:

A importância do ER é proporcionar a transmissão de saberes e conhecimentos a respeito da diversidade e pluralidade cultural na sociedade, principalmente, da religião. Devendo contribuir para o pleno desenvolvimento do educando na sociedade, e seu preparo para a vida cidadã, levando-o a reconhecer e construir uma trajetória com valores éticos, morais, de contínuo respeito mútuo e senso de justiça, assegurando a todos o respeito à liberdade de fé e expressão. (Farias; Barcellos, 2023, p. 33, grifo nosso).

Esta educadora detalha a importância do ER afirmando que compreende principalmente o respeito à diversidade cultural religiosa, enquanto um processo que desenvolve o educando para uma vida cidadã, reconhecendo a construções de valores éticos numa perspectiva contínua, e o respeito a todas as crenças, numa liberdade de fé.

Por outro lado, à educadora Pereira⁵³ na sua entrevista, se posiciona detalhando sobre a importância deste componente curricular afirmando que:

É de suma importância, principalmente no âmbito da promoção de uma consciência ética, respeitosa frente à diversidade religiosa tão presente na realidade brasileira. Portanto, cultivar e valorizar as diversas formas de manifestação religiosa favorece a criação de uma cultura de paz e de respeito às diferentes expressões culturais e religiosas presentes nas relações humanas. Tal componente curricular proporciona o conhecimento de várias culturas e suas manifestações religiosas, reflete sobre a importância da tradição religiosa para um povo, além, do estudo da dimensão religiosa e transcendente do ser humano.

Refletindo sobre o posicionamento desta educadora que dialoga com Farias Barcellos, sobre o respeito à diversidade cultural religiosa. Que além de cultivar uma cultura de paz, estão ao mesmo tempo valorizando as manifestações religiosas tão presentes nas relações humanas, onde se reflete a tradição de um povo em sua dimensão religiosa e transcendental. Além, de tratar sobre a construção do conhecimento das tradições culturais religiosas transmitindo os saberes de toda grande diversidade existente não só em nosso País, mas no planeta. Portanto, destaca-se que estes conhecimentos dos/das entrevistandos/as são fundamentais neste estudo.

Por conseguinte, no olhar do educador Lelis⁵⁴, no momento da entrevista, se reporta quanto à importância do ER, onde argumenta que:

Considerando o que preconiza o Art. 33, a priori o ER é de sua importância primeiramente por tratar de um componente curricular que trata da formação cidadã dos sujeitos da aprendizagem, desta feita, o ER além do cuidado com a formação humana dos educandos também tem contribuído significativamente no aporte por uma sociedade mais humanizada e que dia a dia proporciona aos educandos à capacidade na superação do preconceito e da intolerância religiosa, sobretudo, na formação de

⁵¹ Entrevista com (5) questões com abordagem quali-quantitativa e comparativa sobre o Ensino Religioso.

⁵² Farias Barcellos, Eliane Silva de. Doutora em Educação. (2021) - UNINI – México. Pesquisa: As práticas educativas do povo indígena Tabajara da Paraíba no século XXI. Entrevista realizada em 23/08/2023.

⁵³ Pereira, Nelma Rejane Olinto de Oliveira. Doutoranda do PPGE na linha de pesquisa Educação Popular / Centro de Educação - UFPB. (2023). Entrevista realizada em 24/08/2023.

⁵⁴ Lelis, Daniel Marcos Gomes de. Dr e Me em Ciências das Religiões. (2023). Universidade Federal da Paraíba – UFPB pesquisador do ER. Entrevista realizada no dia 22 /09/2023.

crianças, jovens e adultos que possam construir uma cultura de paz, isto é, de superação à intolerância religiosa. Ademais, o ER em toda sua estrutura curricular, indispensavelmente é aquele componente que não deveria deixar de existir na composição da grade curricular da educação básica brasileira, tão pouco ser escanteado pelas secretarias de educação.

Este educador vislumbra o ER na sua totalidade quando aborda a legislação, da formação cidadã, assim como da formação humana dos educandos, se dirigindo a criança, aos jovens e adultos, se referindo à construção da cultura de paz para superar a questão da intolerância religiosa existente no âmbito da sociedade, referindo-se que este componente curricular jamais deverá ser excluído da grade curricular e nem tão pouco ser esquecido e escanteado não só pelas secretarias de educação, assim como pela própria sociedade.

Por outro lado, na visão do educador Antero⁵⁵ que se refere fazendo uma retrospectiva de sua vida acadêmica no Estado do Pará. Hoje se encontra cursando o doutorado em Ciências das Religiões, na UFPB. No que tange sobre a importância do ER nas escolas este afirma que:

Quando cursei licenciatura em Ciências da Religião (2001-2005) na Universidade do Estado do Pará o debate sobre a importância do ER na matriz curricular da educação básica perpassou todo o curso. Após a conclusão do curso, justificava a presença do ER na educação escolar por uma ótica ‘espiritual’, ou seja, o ser humano é um ser bio-psico-sócio-espiritual, a dimensão espiritual é trabalhada pelo ER. Não obstante, após 17 anos de docência e uma trajetória acadêmica na área de CR (mestre e doutorando), atrevo-me dizer que sua importância na escola pública é para superarmos o analfabetismo religioso na sociedade brasileira. O analfabetismo religioso não é um conceito meu. O termo foi usado na Itália em uma pesquisa que buscou perceber o quanto os italianos sabem pouco da religião cristã /católica. Por outro lado, utilizo com outro sentido, que se aproxima com uma afirmação de Max Muller: “Quem conhece uma religião, não conhece nenhuma”. Em outras palavras: o ER escolar é importante para que os estudantes aprendam sobre a diversidade religiosa, para além de sua crença ou não crença. Se um aluno conhece apenas sua religião em profundidade, diria que é uma analfabeto funcional em relação a pluralidade religiosa existente no mundo. Assim, o ER é importante por ajudar a superar o analfabetismo e analfabetismo funcional religioso, propulsor de intolerâncias e discriminações.

Observação: com essa noção não espero que o aluno seja um “poliglota” das religiões, porém acredito que a consciência da existência da pluralidade de crenças religiosas é o primeiro passo, para se atingir um dos objetivos centrais do ER: formar cidadãos que saibam conviver em uma cultura de paz. (Antero, Me. em Ciências da Religião, UEPA-PA).

Refletindo a respeito do seu olhar sobre o ER, este educador defende que é fundamental para os estudantes pesquisarem e aprenderem sobre a diversidade religiosa para além de suas crenças entendendo que sua importância também é que contribui na superação do analfabetismo religioso na compreensão de ser um fator importante na formação de cidadãos, como objetivo central para construção de uma cultura de paz.

⁵⁵ Antero, Alysson Brabo. Doutorando do PPGCR em Ciências das Religiões. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. (2023). Atua na Secretaria de Educação do Amapá, AP. À disposição do Doutorado na UFPB. Entrevista concedida em 23/09/2023.

Estes olhares dos educadores que se posicionam quanto à importância do ER, na escola pública, gera no leitor, uma expectativa positiva em relação ao protagonismo estudantil com determinação, onde o respeito é a chave que fortalece a compreensão deste componente curricular, juntos a essas instituições de ensino público.

As autoras Oleniki e Daldegan (2004 p. 22) afirmam que:

As situações de aprendizagem precisam promover abertura para conhecer e dialogar com as diferentes tradições religiosas. Para isso, é preciso que tenham como princípio o conhecimento com uma abordagem informativo-formativa e não a catequização e ou doutrinação, que privilegia uma determinada religião. Em outras palavras, situações de aprendizagem precisam promover a interpretação, a decodificação e a reflexão do conhecimento religioso, oportunizando o diálogo que não “coisifica”, mas possibilita o respeito ao outro em sua plenitude.

Percebeu-se tudo que essas autoras apontaram em seu texto, reflete nos posicionamentos dos educadores entrevistados/as quanto à importância do ER no espaço escolar, principalmente o respeito e o diálogo na diversidade religiosa, promovido principalmente por toda equipe escolar/pedagógica, numa promoção da cultura de paz, fundamental para os momentos necessários para se vivenciar.

Partindo destes princípios referenciais desses teóricos e o diálogo com os pesquisadores entrevistados/das, apresenta-se mais um diálogo permanente nesta pesquisa, sendo que desta vez envolvendo alguns autores através de seus posicionamentos quanto à equipe técnica-administrativa-pedagógica dessas oito (8) escolas envolvidas enquanto objeto de estudo da tese.

3.2.1 Dialogando com os teóricos sobre as escolas envolvidas.

A educação escolar tem possibilitado historicamente o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade e ao mesmo tempo o desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa, através de valores e atitudes. (FONAPER/PCNER 2009, p. 44).

Embora as conquistas realizadas por uma parte dos que acreditam no desempenho do componente curricular do ER nos estabelecimentos escolares públicos das redes de ensino municipal e estadual do Brasil. Entre estes se destacam o FONAPER, os educadores como: professores, equipe técnica pedagógica, autores e teóricos, o que representa apenas uma parcela da sociedade. Porém isto não é tudo, mas, mesmo assim, representa os avanços que já foram dados, o que estimula para que não se deixe afundar e sim progredir, quanto a este componente curricular, enquanto um conhecimento do ponto de vista científico. Apesar destes avanços, isto não basta, é preciso que os poderes públicos das três esferas governamentais, ou seja: Municipal, Estadual e Federal, estejam assumindo também seus compromissos para com a sociedade escolar de um modo geral. Pois quando se trata do ER, isto não deixa de ser preocupante, principalmente para os que defendem este componente curricular. Qual é o reconhecimento e o respeito à diversidade religiosa existente em nossas escolas públicas?

Segundo as autoras Oleniki e Daldegan, afirmam que (2004, p. 31): “Assim, se a escola não impõe sua confessionalidade nas aulas de Ensino Religioso é porque já conseguiu avançar, já está praticando a cultura de respeito pelo semelhante; a cultura de respeito que ensina a própria tradição da qual faz parte”! “Existe ensinamento mais bonito do que aquele que se dá por meio de exemplos?” (Oleniki; Daldegan, 2004, p. 31).

Na apresentação destas oito escolas, não foi nada fácil. Vale destacar que mesmo depois de agendadas por telefone, houve muitas dificuldades, tendo em vista suas ocupações do cotidiano escolar, além de ter que retornar várias vezes para conseguir dialogar sobre a pesquisa em si e como a escola se reportar sobre este componente curricular.

Era bem visível pela recepção que alguns demonstravam, não somente por seus afazeres, mas, sobretudo nos momentos de diálogos, quanto ao questionário, principalmente quando se tocava no tema sobre o ER na diversidade cultural religiosa. Valendo ressaltar que algumas dessas escolas públicas em estudo confundem Ensino Religioso com aula de religião.

Para Oliveira *et al.* (2007, p. 102) assegura que: “O Ensino Religioso como elemento normal do sistema escolar brasileiro, não deve ser entendido como o ensino de uma religião ou como o ensino das religiões nas escolas, mais sim como um componente curricular centrado na antropologia religiosa.”

Este é um quadro do ER que não deixa de ser um grande desafio enfrentado hoje pelo docente deste componente curricular, uma vez que, enquanto a escola pensa que o ER é aula de religião, provocando na sociedade vigente certa repulsa por este componente curricular, haja vista os reflexos do passado que até hoje perduram. Por outro lado, estes autores escrevem sobre um novo ER do ponto de vista acadêmico. O que é importante além de ser fundamental a posição destes escritores quanto a este componente curricular.

Figueiredo, (1998, p. 15) “Inúmeros desafios compõem o quadro atual, onde figuram homens e mulheres, ora como vítimas de sistemas e subsistemas de uma ordem sócio-político-cultural, ora como protagonistas na idealização de um projeto de construção de um novo tipo de comunidade humana”.

Refletindo sobre a fala desta autora, em relação à educação, sente-se em suas palavras que em toda reflexão que se refere sobre o ser humano, não se pode perder de vista a grandeza religiosa deste, inserida no mais profundo do ser. Um conhecimento que detalha para as pessoas o quanto é importante isto, que é fazer parte desta construção educativa.

Não obstante, se percebe que, segundo o educador (Freire, 2006 p. 47), afirma que: “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”.

“Assim, o conceito de conhecimento no Ensino Religioso, de acordo com as teorias contemporâneas, aproxima-se cada vez mais da ideia de que conhecer é construir significados.” (FONAPER; PCNER, 2009, p. 59). Por conseguinte, foram apresentados neste escrito os destaques dos educadores entrevistados, detalhando sobre a (re) significação do ER nas escolas, assim como o desenrolar deste componente curricular no chão das escolas públicas, enquanto um novo conhecimento.

3.2.2 Roda de conversas com os educadores entrevistados sobre o ER na escola

Cada pergunta requer uma resposta. A prática cotidiana mostra existirem muitas Respostas para uma mesma pergunta, dependendo de quem oferece a resposta. (FONAPER/ PCNER, 2009, p. 37).

Dando continuidade a entrevista, sobre este componente curricular inicialmente apresentou-se aos educadores fazendo a cada um/a seguinte questão:

2- Que significado tem o Ensino Religioso para você?

De acordo com as respostas de cada um dos quatro entrevistados nesta pesquisa, vale destacar a contribuição que deram, acerca das diversas, respostas existentes em suas falas, pois em cada situação, percebeu-se que todos e todas se coadunam na valorização do ER nas escolas públicas, embora haja vista suas diferenças, de acordo com seus posicionamentos.

Conforme Farias e Barcellos (2023): “O ER tem um significado de promover a cultura da paz a partir da efetivação de um conjunto de conteúdos voltado para inclusão, a tolerância, a moral, a ética e o respeito mútuo entre todos os credos religiosos”.

O que não deixa de ser importante para semear esta paz tão sonhada por todos. Seguindo a sequência da entrevista:

De acordo com o pesquisador Lelis 2023, este afirmou que:

Significar o sentido e a relevância deste componente para mim equivale à minha identidade acadêmica e humana, pois graças ao ER pude oportunamente receber uma educação estudantil humanizada além de me tornar um cientista das religiões, deste modo, pontuar o que significa o ER em minha vida, é imensurável, pois este componente me possibilitou sair da visão ingênua sobre os fenômenos religiosos, a alcançar o grau racional na compreensão quanto à contribuição que os fenômenos religiosos têm subsidiado os sujeitos da aprendizagem na superação do preconceito religioso, humano e social.

A educadora Pereira falando sobre o componente curricular do ER, de acordo com a pergunta acima, esta pesquisadora respondeu que:

Significa uma vertente de estudo bastante relevante que promove o diálogo e o respeito a pluralidade religiosa, possui como ponto central os valores humanos fundamentais e universais (solidariedade, justiça, empatia, etc) presentes em diversas religiões, favorece e motiva a construção de uma sociedade ética, plural e dialógica.

Na sequência o pesquisador Antero afirmou que:

Permita-me mais uma vez, resgatar um pouco de minha trajetória. Na adolescência fiz parte de uma igreja evangélica pentecostal em Belém do Pará. Além do incentivo familiar para cursar o ensino superior, lembro que o pastor incentivava os irmãos da igreja “a ocuparem os lugares de poder na sociedade para espalhar a mensagem de Jesus”. Entrei no curso de CR com a ideia de me formar, virar professor e exaltar Jesus nas aulas de ER. O pastor só não contava que durante o curso eu tivesse excelentes professores forjado numa educação libertadora de Paulo Freire e na concepção de um ER não confessional. Experimentei uma conversão às avessas. Explicando melhor: entrei com ideia que o significado do ER era eu levar a palavra de Jesus utilizando o aparato do Estado (escolas). Entretanto, ao concluir o curso e após 17 de anos de prática docente, entendo que ER significa um componente escolar que visa superar o analfabetismo religioso e formar cidadãos conhecedores de seus direitos e deveres. Mas para isso se concretizar a docência precisa ser exercida em sentido laico, democrático, inclusivo e, agora mais do que nunca, ambientalmente responsável.

Diante da citação destes educadores/as pesquisadores/as, neste caso. A reflexão que se teve refere-se sobre a questão do proselitismo e da intolerância religiosa, quanto ao aspecto da ignorância de certas lideranças religiosas, confundindo uma instituição educacional escolar, com o seu templo sagrado. Isto demonstra certa ignorância quanto ao analfabetismo religioso, pois jamais é, ou será, enquanto um componente curricular, ser confundido com um ensino religioso catequético. Embora que ainda isto aconteça.

Além de seus relatos sobre a importância do diálogo inter-religioso que é a base do ER, tendo em vista a composição de valores humanos que fazem parte de cada tradição religiosa. Por outro lado, estes posicionamentos dos/das pesquisadores/as, demonstraram a compreensão dos fenômenos religiosos da diversidade cultural religiosa. Vale ressaltar que a educação religiosa é papel das instituições religiosas e não das instituições públicas educacionais escolares. Lembrando o respeito à diversidade religiosa.

Conforme Triviños (1987, p. 150)

Numa linha teórica fenomenológica, o objetivo seria o de atingir o máximo de clareza nas descrições dos fenômenos sociais. Assim, as perguntas descritivas teriam grande importância para a descoberta dos significados dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais. Numa linha histórico-cultural (dialética), as perguntas poderiam ser designadas como explicativas ou causais. O objetivo desse tipo de pergunta seria determinar razões imediatas ou mediatas do fenômeno social.

É importante apontar que estes autores tem o foco, não somente na escola, mas, sobretudo de certa forma na fenomenologia. Onde focam com uma visão ampla.

Destacamos no subtema a visão de diversos autores sobre a escola e este componente curricular do ER.

3.3 OS DIVERSOS OLHARES DE AUTORES SOBRE A ESCOLA E O ENSINO RELIGIOSO

Diante da realidade a respeito deste componente curricular no chão das escolas públicas, onde se apresenta as instituições envolvidas com a pesquisa, na busca de investigar o

posicionamento da equipe gestora-técnica-pedagógica, com o intuito de avaliar os seus perfis, objetivando conhecer a realidade escolar focando o ER. Assim como conhecer os desafios enfrentados por esta equipe gestora quanto a este componente curricular, e ao mesmo saber se o Ensino Religioso representa algum significado para a escola.

Destarte, Figueiredo (1998, p. 18), afirma que:

O homem moderno busca respostas para os seus anseios pessoais numa religião de situação, diante da insegurança gerada pelos desafios da modernidade, num mundo antes governado pela Religião, mas que tem, agora, a Ciência como marco de sua credibilidade. Tudo isto em meio a um “cansaço” proporcionado, em parte, pelo excesso de institucionalização e materialismo próprio da sociedade capitalista.

A escola enquanto uma instituição que tem por finalidade de manter o compromisso para com a comunidade na qual está incluída, não pode abster-se de sua função que é de promover as gerações do presente e do futuro, prevendo a formação de uma sociedade mais justa, num processo contínuo na formação cidadã do ser humano. “A escola como instituição qualificada de educação, abre perspectivas para evolução diferencial do eu e de sua determinação subjetiva na relação interativa global de nós”. (Figueiredo, 1998, p.29).

Freire (2007, p. 90) afirma que: “Não é no silêncio, que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. Portanto é fundamental que a escola pública seja sempre este espaço de dialogicidade, onde todos possam ter a oportunidade de expor seus pensamentos, dialogando com seus pares, conhecendo melhor sobre o aprendizado de seus filhos e filhas. Enfim, adquirindo uma educação que complete a sua educação doméstica, que possa lhe garantir um futuro promissor. Ou seja, um local onde todos têm a oportunidade de se manifestar, reivindicando o melhor para esta comunidade escolar.

Entretanto, Figueiredo (1998, p. 7), assegura que:

Hoje, mais do que em outras épocas, surge a necessidade de se dar prosseguimento ao grande esforço empreendido, nesses últimos anos, em torno da legitimidade do Ensino Religioso na Escola, diante da realidade que aí está. É a partir dessa realidade que a educação acontece. Aí estão presentes os grandes desafios da modernidade e pós-modernidade, fazendo parte do contexto socioeconômico-político-cultural. É com esses e outros desafios que a educação convive e mantém a sua proposta de formação de um tipo de homem e de sociedade.

Em face da exposição de Figueiredo acima, teve-se aí diversos desafios sobre o ER. Figueiredo se preocupa com a formação do tipo de homem e de sociedade que se quer ter, logicamente que, na visão desta autora o ER, não confessional oferece grandes contribuições, para o sistema educacional brasileiro, porém, o que dificulta mais, são os resquícios do passado, que continuam na imaginação das pessoas até o presente momento.

Enquanto, não houver um diálogo entre as três esferas governamentais para que se resolvam essas dúvidas sobre este componente curricular, a sua situação permanece indefinida. Isto também em muitos casos pode prejudicar o trabalho da gestão escolar, principalmente para

aquelas pessoas que não compreendem ainda o valor deste componente curricular no ambiente escolar.

Segundo Campos, (2010, p. 71), afirma que:

Vivemos um tempo de predomínio das racionalidades, das linguagens, dos códigos e das interpretações. Assim, falar de gestão da escola é por demais complexo. Vejamos: o conceito de educação nos leva a formação que dá conta da humanidade no outro. Esse é o grande significado do ato de educar, fazer o outro ser humano radicalmente humano. Nesse sentido, a educação se pauta por uma racionalidade profundamente ética. É sabido que a lógica da sociedade tem no seu núcleo central, a valorização do valor, ou seja, no mundo capitalista a sociedade hegemônica se fundamenta na racionalidade técnico-instrumental. É um tipo de racionalidade própria da estrutura capitalista, que tem na produção do capital, no lucro e na acumulação de riqueza os eixos que orientam as relações sociais.

Neste pensamento, este mesmo autor, (Campos, 2010, p. 71) assegura, ainda que “a gestão da escola se fará por uma tensão permanente: como conciliar racionalidades tão distintas que se fazem presentes na vida cotidiana da escola? Ou seja: Como promover a humanidade por meio de uma instituição escolar que atua com base nas relações de mercado”?

Estes são questionamentos feitos por este autor que realmente as escolas públicas estão de fora deste mercado, uma vez que elas são manipuladas pelos governantes, e que os gestores, são apenas responsáveis pelo seu procedimento dentro da escola, na formalidade de cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas e, inseridas no seu Projeto Político Pedagógico, com seus objetivos voltados para a valorização do ser humano.

E assim, dando prosseguimento neste estudo, apresentou-se a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, através do resultado dos questionários respondidos pela equipe gestora.

3.3.1 Análise da pesquisa de campo focando a visão da equipe gestora das escolas

O mundo mudou. E mudou numa velocidade nunca vista anteriormente. A mais importante lição para a gestão da escola é a necessidade da mudança permanente como instituição aprendente, adequando-se de forma crítica às circunstâncias do novo tempo. Mas, essas mudanças devem chegar aos professores e às salas de aulas. (Campos, 2010, p. 73).

O questionário se apresenta com a finalidade de aprofundar este estudo sobre a equipe gestora-técnica-pedagógica das escolas envolvidas com a pesquisa.

A I Parte refere-se aos “Dados Pessoais.” É importante conhecer esses dados pela sua importância nesta pesquisa. Trata-se de identificar-se o perfil de cada um. A II Parte trata dos “Dados Profissionais”. A III Parte identifica os “Dados Pedagógicos”. Quanto ao ER.

Passa-se para apresentação da I parte da pesquisa campo.

Quadro nº 15 – I parte: Demonstrativo dos Gestores: Dados Pessoais com Frequência e Porcentagem sobre sexo, faixa etária, estado civil e religião.

Variáveis	Níveis	Frequência	Total %	Observação
Sexo (quesito 1)	Masculino	01	12,5	
	Feminino	07	87,5	
	Total	08	100%	
Idade (quesito 2)	30- 35	03	37,5	
	40-45	01	12,5	
	50-55	01	12,5	
	60-65	03	37,5	
	Total	08	100%	
Estado civil (quesito 3)	Solteiro/a	04	50,0	1 Divorciado/a
	Casado/a	03	37,5	
	Outros	01	12,5	
	Total	08	100%	
Religião (quesito 4)	Cristão Católico	04	50,0	
	Cristão Evangélico	02	25,0	
	Cristã-Indígena	01	12,5	
	Espírita	01	12,5	
	Total	08	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes

Ao se analisar a representação entre gestores e coordenadores, nesta pesquisa, foi necessária fazer um estudo minucioso quanto à avaliação dessas duas representações de equipe, dentro dessas (8) escolas pesquisadas, que representam objeto de estudo desta tese.

Como estas equipes veem o ER entre os demais componentes curriculares? Além de conhecer os seus perfis.

A partir das respostas obtidas no quadro de nº 15, sobre o demonstrativo desses e dessas pesquisandos/as referente à equipe gestora tais como: dados pessoais com frequência e porcentagem com as variáveis, voltadas sobre sexo, faixa etária, estado civil e religião.

Do universo da pesquisa de oito (8) gestores, apenas um (1) é do sexo masculino representado por 12,5%. Enquanto 87,5% fazem parte do sexo feminino.

Quanto ao nível de idade, varia entre 30 a 65 anos de idade no geral. Pois, 37,5% é representado por três (3) gestores que estão na faixa dos 30 a 35 anos. Entre 40-45 anos, está representado por 1 (um) gestor 12,5%. Dos 50-55 anos, apenas 1 (um) representa 12,5%. E finalmente tem-se entre os de 60-65 anos, 37,5% representado por (3) gestor/as. Em relação ao estado civil destes pesquisando/das, quatro (4) são solteiros/as; que correspondem a 50%, enquanto três (3) casadas 37,5% e (uma) 1 divorciada representada por 12,5%.

Quanto à religião, a maioria é da religião Cristã Católica, com 50% representada por quatro (4) pesquisandos/as, seguida da Cristã Evangélica, com 25%; apontado por (2) gestor/as. Uma gestora Cristã Indígena representada por (1) 12,5%. Assim como uma da religião Espírita com (1) 12,5%, confirmado.

Dando sequência neste relato passou-se para o quadro abaixo de nº 16 inserido ainda na parte I da pesquisa, relacionados a respeito da formação acadêmica do/das gestoras, correspondente ao quesito de nº 5. Além do item 5.1 com a Pós-Graduação.

Quadro nº 16 - Demonstrativo dos Gestores: Dados Pessoais, Formação Acadêmica e Pós-Graduação.

Variável	Nível Graduação.	Frequência	Total %	Observação
Formação Acadêmica (quesito 5)	Pedagogia	05	62,5	
	Pedagogia/Matemática	01	12,5	
	Pedagogia/História	01	12,5	
	História	01	12,5	
	Total	08	100%	
Pós-Graduação Especialização (quesito 5.1)	Supervisão/Orientação	03	37,5	Apenas 1 gestor que ainda está cursando.
	Educação Especial	01	12,5	
	Ed. Infantil/Gestão Escolar	01	12,5	
	História das Américas	01	12,5	
	Alfabetização e Letramento	01	12,5	
	Sem pós-graduação	01	12,5	
	Total	08	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes

Neste quadro, detectou-se quanto ao nível de graduação entre os gestor/as, quando a maioria possui Licenciatura em Pedagogia (5) acerca de 62,5%, enquanto um (1) apresenta além de Pedagogia, a Licenciatura em Matemática 12,5%. Por outro lado, (1) pesquisando/a licenciada em Pedagogia e História 12,5%; e mais uma (1) somente com Licenciatura em História. 12,5%.

Quanto à Pós-Graduação sete (7) são pós-graduados/as, ou seja: 87,5%.

Destes pesquisandos/das (3) 37,5% em Supervisão/Orientação, enquanto (1) 12,5% em Educação Especial; Por conseguinte (1) 12,5% em Educação Infantil e Gestão Escolar; outro/a (1) 12,5% em História das Américas; (1) 12,5% em Alfabetização e Letramento.

Em contrapartida, (1) 12,5% não possui Pós-Graduação, ainda está cursando conforme o registro neste quadro 15. Moscovici (2009, p. 49) assegura que: “O que nos interessa aqui é o lugar que as representações ocupam em uma sociedade pensante”.

Consequentemente a II Parte abaixo envolve as (8) escolas pesquisadas, representadas pelo quesito do nº 6 através do quadro demonstrativo, de número 17. Nas escolas municipais e estaduais. Apresentadas abaixo.

Quadro nº. 17 – II Parte: Demonstrativo das escolas pesquisadas no Estado da Paraíba por unidades escolares nas diversas cidades e nº de educadores envolvidos com a pesquisa. Dados profissionais

Variáveis	Níveis	Frequência	Total %	Observação
1-Escola Municipal de Ensino Fundamental Lions Tambaú. (quesito “6):	João Pessoa	02 educadores	100 %	Gestora/ Supervisora

2-Escola Municipal de Ensino Fundamental Paulo Fernando Carrilho Milanez.	João Pessoa	02 educadores	100%	Gestora/ Supervisora
3-Escola Municipal Quilombola de Ensino Fundamental Antônia do Socorro Silva Machado.	João Pessoa	02 educadores	100%	Gestora/ Supervisora
4-Escola Municipal Indígena Maria das Dores Borges	Baía da Traição	02 educadores	100%	Gestora/e Coordenador Pedagógico
5-Escola Estadual de Ensino Fundamental II Francisco Campos	João Pessoa	01 educadora	50%	Gestora/ a escola só tem uma gestora.
6-Escola Estadual de Ensino Fundamental Antenor Navarro	Guarabira	02 Educadores.	100%	Gestor /e Coordenadora Pedagógica
7-Escola Estadual de Ensino Fundamental Profª. Maria de Fátima Souto	João Pessoa	01 Educador.	50%	Gestora/. A coordenadora pedagógica, evitou responder.
8-Escola Cidadã, Integral, Estadual Profª. Luzia Simões Bartolini	João Pessoa	02 Educadoras.	100%	Gestora e Supervisora
Total de Escolas		08 escolas	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes

De acordo com este quadro, apresenta-se o conhecimento do perfil das escolas pesquisadas, ou seja: as escolas públicas das redes Estadual e Municipal, exclusivamente selecionadas para a iniciação da pesquisa de campo, compreendendo alguns municípios do Estado da Paraíba, tais como: Baía da Traição; João Pessoa e Guarabira.

3.4 O PERFIL DAS ESCOLAS PESQUISADAS

Diante do resultado deste quadro, apresentou-se a importância do perfil de cada escola, a fim de identificar cada unidade escolar pesquisada com suas diferenças. Diante do exposto vimos que duas escolas da Rede Estadual de Ensino, não apresentam neste quadro a equipe de coordenadores conforme a observação apresentada, como é o caso da Escola Estadual Francisco Campos pela inexistência deste profissional, pois segundo a gestora afirmou que: “Há alguns anos, desde quando estes profissionais se aposentaram, não houve substituição, por parte da SEC/PB”.

Assim como a Escola Estadual Maria de Fátima Souto⁵⁶. Nesta escola a profissional (coordenadora pedagógica) aceitou em responder e depois se esquivou de responder, mesmo que esta pesquisadora tentando ajudá-la, dialogando, explicando tudo, foram muitos rodeios para não, colaborar, expondo que tinha muito trabalho assim como problemas de saúde, pediu

⁵⁶ SEC/PB- Secretaria de Educação da Paraíba. 2003

para responder em casa, o que foi concedido, depois se desculpou, pois perdeu o questionário. Foram três tentativas, porém nada resolvido. Em contrapartida a gestora foi bem solícita, no momento de responder o questionário.

Oleniki e Daldegan (2004, p. 27), afirmam: “Assim, podemos entender que cada escola possui uma identidade que fundamenta a sua razão de existir, desenvolvendo propostas educativas, a partir de determinados referenciais que precisam ser postos em prática, para que realize a sua missão ou contribuição socioeducativa”.

Por conseguinte, é pertinente que se trace o perfil de cada um desses estabelecimentos educacionais pesquisados. Objetivando conhecer e identificar o perfil de cada uma dessas escolas pesquisadas a saber:

3.4.1 - Escola Municipal Lions Tambaú⁵⁷: Imagem 16



Fonte: Arquivo da escola

Esta escola é da rede municipal de João Pessoa/PB está localizada numa área privilegiada, situada à Rua Francisco Timóteo de Souza 31, no bairro Água Fria João Pessoa – PB. Não possui um prédio próprio. Trata-se de uma parceria entre o Lions Tambaú e a Prefeitura Municipal de João Pessoa/PMJP/PB. Foi fundada em 1974 pelo Lions de João Pessoa, com apenas uma sala de aula multisseriada.

Cujo objetivo era de atender e prestar serviços às comunidades de Água Fria, Vale do Timbó, Eucalipto e adjacências. Anos depois foi firmado um termo de convênio, para assistência mútua ao educando, em nível de 1º Grau, entre o Lions Tambaú de João Pessoa e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, a qual no referido contrato propôs oferecer os recursos humanos e materiais necessários a seu funcionamento, passando a oferecer à comunidade Ensino Infantil, 1ª a 4ª série (diurno) e Ensino Supletivo (noturno), nesta fase inicial funcionando 2 salas de aula, cantina e banheiro, ampliando às dependências de acordo com a demanda.

⁵⁷ Disponível em: escolalionstambau.blogspot.com. Acesso em: 18 dez. 2023.

Em 1999, iniciou gradativamente a implantação do ensino do 6º ao 9º do Ensino Fundamental II passando a ser classificada pela Secretaria de educação, Escola tipo A. oferecendo Ensino fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (EJA) 1º segmento na escola e no anexo localizado na Comunidade do Timbó. Com o objetivo de integrar à Comunidade à Escola, oferecia aos sábados o Projeto Ciranda Curricular com cursos de bijuterias, karatê, origami, futsal e contadores de histórias.

Atualmente essa escola ministra da Educação Infantil: Pré I e Pré II, Ensino Fundamental I: Ciclo de Alfabetização (1º, 2º, 3º Ano) e 4º e 5º Ano; e a EJA 1º segmento: Ciclo I, II noturno. Neste ano letivo de 2023 conta-se com 425 alunos matriculados. Portanto, são 18 salas de aulas em funcionamento nos três turnos.

A escola trabalha com pedagogia de projetos, entre os quais se destacam apenas (3) projetos, entre outros.

1. Projeto Apoio Pedagógico ao Fundamental II: A arte de aprender. Tem como objetivo: Desenvolver habilidades e competências no campo pictórico, que tem como objetivo de auxiliar e estimular o educando, o gosto pela aquisição do conhecimento cultural, colaborando na formação de valores éticos, inerentes à prática e uso da Cidadania.

2. Projeto Cidadania em Ação. Objetivo, vivenciar a prática da boa convivência e dos bons costumes, objetivando aos estudantes os valores éticos e estéticos.

3. Projeto de Enfrentamento à violência contra a Mulher; objetivo: valorizar a atuação da mulher em diversos contextos da vida, com ênfase no período pandêmico.

No aspecto físico a escola possui um prédio pequeno, com (8) salas de aula; (1) sala da diretoria; (1) secretaria; (1) sala de professores; (1) sala de apoio pedagógico; (1) sala de leitura; cozinha; (2) sanitários de funcionários masculino e feminino; (10) sanitários de alunos: masculino e feminino, além de uma pequena quadra para Educação Física. Porém, não possui uma área livre para o recreio das crianças a não ser o próprio espaço físico da Educação Física.

A seguir, apresenta-se abaixo outra instituição denominada de:

3.4.2 EMEF em Tempo Integral Deputado Paulo Fernando Carrilho Milanez. Imagem17



Fonte: Arquivo da Escola.

Situa-se à Rua Alberto de Miranda Henrique, no bairro de Gramame, com uma matrícula de (1.183) mil, cento e oitenta e três estudantes do 1º ao 9º ano, funcionando nos três (3) turnos. Manhã anos iniciais e tarde, anos finais. No horário da noite com a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, (EJA), apresentando boa frequência. Esta instituição trabalha com parcerias, desenvolvendo um trabalho coletivo com toda a comunidade escolar.

Estas são iniciativas entre a PMJP/PB e Governo Estadual, essas parcerias são: -Escola Olho do Tempo⁵⁸. É uma instituição que não tem fins lucrativos. Tem como objetivo desenvolver ações voltadas para o meio ambiente, principalmente cuidando da natureza, assim como envolvendo o ser humano como sujeito dessas ações.

-Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, (PROERD). É um curso da Polícia Militar para as escolas, ministrados por policiais educadores que ensinam aos discentes, sobre os males dos efeitos das drogas e a violência, e como se proteger e combater. O curso dura um semestre, onde são abordados temas importantes, como mudar ideias, formar a autoestima de estudantes, reduzir a violência e combater a influência das gangues. - PROCON⁵⁹, objetiva: Orientar os estudantes para o consumo consciente, levando informações importantes sobre direito do consumidor, de forma acessível, por meio de exemplos cotidianos sobre as relações de compra e venda, trabalhando de forma lúdica em sala de aula, para melhor compreensão estudantil. Além desses acima, tem ainda:

- Educar para Valer; que desenvolve um trabalho de formação com os coordenadores pedagógicos. -Combate ao Trabalho Infantil, - Capoeira no chão da escola. Sendo todos de iniciativa da Prefeitura Municipal de João Pessoa/ PMJP/PB, através da Secretaria de Educação de João Pessoa/PB (SEDEC).

Quanto aos programas do governo, a escola é assistida pelos: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Formação Continuada e Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), financiado pelo MEC. Este programa não contempla o componente curricular do Ensino Religioso.

Suas dependências são: (17) salas de aulas; sala de recursos/psicologia; sala de professores; sala de especialistas; diretoria; secretaria; biblioteca; refeitório; quadra de esporte; almoxarifado; cozinha; área de serviço; depósito de material de limpeza; depósito de merenda escolar; banheiros masculino e feminino para funcionários; (1) com local de banho e sanitário e outro readaptado; (03) banheiros femininos para alunas (4) locais para banho; 7 sanitários

⁵⁸ Disponível em: www.olhodotempo.org.br. Acesso em: 01 dez. 2023.

⁵⁹Disponível em: www.cidadão.consumidor.com.br. Acesso em: 01 dez. 2023.

individuais e 2 readaptados; 7 sanitários individuais e 2 readaptados. A escola não possui laboratório de informática.

Segundo a gestora, esta instituição apresenta um índice de evasão baixo no ensino diurno, porém no ensino noturno, a evasão é maior. Quanto ao índice de aprovação dessa escola é mais ou menos 98% e o de reprovação está em torno de 2%.

Prosseguindo a seguir apresenta-se abaixo outra escola histórica.

3.4.3 Escola Municipal Quilombola Antônia do Socorro Silva Machado. Imagem 18



Fonte: Arquivo da Escola.

A escola está situada no Sítio Paratibe, em João Pessoa / PB, considerado hoje como bairro Paratibe. Localizada à Avenida Jacarandá, 277, PB, em João Pessoa. É conhecido também como Monsenhor Magno (vulgarmente chamado pela comunidade de Mussumago). Assim e chamada de “quilombola” porque está situada dentro do território quilombola. Fundada em abril de 1972, tendo como sua primeira diretora a Sra. Antônia do Socorro Silva Machado como Patronesse da referida instituição.

Uma mulher negra, muito humilde de origem quilombola que durante alguns anos doou parte de sua vida para ajudar os quilombolas. Tentando resgatar a história do seu povo. Sendo este seu objetivo maior que era ajudar essa comunidade, semeando dignidade. Essa professora construiu parte de sua vida profissional nesta escola, começando a ensinar a comunidade na sua casa, conforme citado acima, para depois passar para a escola onde está funcionando até hoje, a 52 anos de serviços prestados a esta comunidade. Essa escola é referência para referida comunidade, assim como para SEDEC.

Com uma matrícula de 1600 alunos (2023) distribuídos em 3 turnos: manhã, tarde e noite, com 15 turmas de manhã, 15 turmas a tarde e 4 turmas da EJA no horário da noite. Totalizando assim 34 turmas. A escola conta com 70 professores, para o atendimento dos três turnos.

Os recursos financeiros que a escola recebe são: PDDE que é o básico para desenvolver o pedagógico e mais as necessidades da escola.

Quanto aos projetos, a escola oferece à comunidade os seguintes projetos:

1-Educação e Alimentação Saudável, 2- Cultura de Paz, um projeto interdisciplinar. 3-Projetos e programas do Governo “Letra Mais”.

No aspecto físico, essa instituição possui as seguintes instalações:

Biblioteca e/ou Sala de leitura; Laboratório de informática;

Pátio descoberto; Parque infantil; Quadra de esportes coberta;

Refeitório; área verde; uma bateria de banheiros com 10 banheiros masculino e feminino, para os/as estudantes. Além, de quatro banheiros adequados ao uso dos/das estudantes com acessibilidade: masculino e feminino.

A escola conta com quinze (15) salas de aula funcionando nos três turnos. Diretoria; e secretaria; Salas de professores, das quais são climatizadas e com ventiladores; uma cozinha e a cantina para as refeições.

Os equipamentos de informática disponíveis são: vinte (20) computador (es) do tipo desktop, seis (6) computador(es) do tipo portátil, sendo o dispositivo(s) do tipo tablet. A escola conta ainda com tradutor e intérprete de Libras.

“Como na sociedade democrática todos necessitam da Escola para ter acesso à parcela de conhecimento histórico acumulado pela humanidade, através dos conteúdos escolares, o conhecimento religioso enquanto patrimônio da humanidade necessita estar à disposição na escola” (FONAPER/PCNER, 2009, p. 44-45). Realmente esta citação do Fórum tem muito significado para as instituições escolares.

Portanto apresenta-se abaixo o Perfil da próxima escola, a saber:

3.4.4 Escola Municipal Indígena Maria das Dores Borges – Imagem 19



Fonte: Arquivo da Escola.

Situa-se no Município da Baía da Traição/PB Aldeia Galego S/N. Numa área Indígena onde toda sua comunidade escolar é indígena. Em 2023, com uma matrícula de 308 (trezentos e oito) estudantes funcionando nos três turnos, ou seja: manhã com Creche: Maternal I e II, Pré I e Pré II e Fundamental I do 1º ao 4º ano. O turno da tarde funciona do 5º ao 9º ano. Turno da noite com o E.J.A. com 30 estudantes. Esta instituição possui um corpo docente distribuído com 32 professores.

No aspecto físico, a escola possui (8) oito salas de aula; uma diretoria; uma secretaria; uma sala de recursos; uma sala de leitura; além do laboratório de Informática, uma cozinha; e mais uma bateria de sanitários, para funcionários outra parte para os/as educandos/as inclusive, para Educação Infantil. Possui ainda: Salas de recursos que funcionam em quatro (4) dias da semana com atendimento individual com avanços positivos. Está situada numa área verde destinada a hortaliças, plantas ornamentais, medicinais e arvoredos.

Programas de Governo PDDE, programa do livro didático, programa de alimentação escolar e o programa tempo de aprender com uma professora específica própria para alfabetizar as crianças que estão com deficiência na leitura e na escrita das séries iniciais. Existe o programa de transporte escolar e que dá suporte para toda comunidade escolar. Este programa do transporte escolar é assistido enquanto suporte de funcionamento por funcionários da própria escola de um modo geral.

É feito um calendário para cada dia em cada turno, para benefício não só dos estudantes, mas também dos próprios funcionários. Além disso, tem ainda o programa Escola Conectada que recebe todo o material pedagógico do Governo Federal.

‘ Este projeto tem como objetivo: Estimular os estudantes ao uso das novas tecnologias. Trata-se de um projeto experimental para ser oficializado na referida Rede de Ensino. Segundo o gestor adjunto, esta é a única escola Municipal do estado da Paraíba que recebeu este projeto que está em fase experimental enquanto um plano piloto. Para os gestores, está sendo um sucesso na referida escola⁶⁰.

A receptividade entre docentes e discentes é bastante satisfatória, pois está sendo bem explorada com organização envolvendo toda comunidade escolar. Existe um calendário para o uso da escola conectada, pois os professores solicitam e todo o material vai num carrinho para as salas de aula. Quanto à parte pedagógica, a escola desenvolve a pedagogia de projetos através do trabalho coletivo.

Os Projetos da Escola são: 1-A Marcha Cultural, a escola desfila na rua todos os anos com todos seus trabalhos da arte cultura que trabalha durante o ano e faz um grande desfile

⁶⁰ Disponível em: www.escolasconectadas.org.br/. Acesso em: 21 nov. 2023.

mostrando todo seu trabalho de projetos desenvolvidos para ela, desde seus costumes envolvendo culinária, artesanato, plantas medicinais ornamentais. **2-Projeto Horta Escolar** produzindo hortaliças utilizando na merenda escolar para os estudantes chegando a distribuir com as famílias, dos alunos e com os funcionários. **3-Projeto Folclore na Escola** com histórias, lendas e parlendas envolvendo não somente os docentes e discentes, mas também a própria comunidade escolar; **4-Projeto Diversões e Brincadeiras.** Tem como objetivo, resgatar as brincadeiras tradicionais de rua tais como brincadeiras de roda, barra-bandeira, esconde-esconde, pega-pega, pula corda, bola de gude e tantas outras. **5-Projeto de Intervenção Pedagógica da Escola** envolvendo leitura e escrita e noções básicas de matemática. É um Projeto literário da escola em fase experimental que é a interpretação de textos. **6-Projeto Danças Culturais** como: Toré, ciranda, coco de roda e a lapinha envolvendo toda comunidade escolar. A escola tem ainda parcerias com a comunidade que dá grande contribuição até mesmo na formatura de estudantes, conselho de classe com os professores e o conselho escolar.

Os problemas da escola, segundo a gestão, são: falta de manutenção do prédio como pinturas e consertos de materiais danificados, prejudicando, muitas vezes, o andamento do cotidiano escolar. O índice de aprovação da escola é alto, em relação à reprovação. Esta escola não tem evasão escolar e por isso faz toda diferença, segundo o vice- gestor argumenta com toda propriedade e eticidade. O que se considera uma administração que apresenta um trabalho coletivo, significativo um trabalho pedagógico exemplar importante para todos/as. Pois o ensino e aprendizagem são bem valorizados segundo os depoimentos de algumas docentes, além do gestor adjunto.

Consequentemente abaixo tem-se outra instituição de ensino. Uma escola pequena, mas muito bem conservada.

3.4.5 Escola Estadual de Ensino Fundamental II Francisco Campos – Imagem - 20



Fonte: Arquivo da Escola.

O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes (autor desconhecido)

Esta escola está situada à Rua Bourganville, Anatólia, S/N, numa área privilegiada no bairro dos Bancários, com uma matrícula de 215 (duzentos e quinze estudantes), funcionando em dois turnos, de manhã e à tarde. Tem um total de 20 professores sendo que, (2) dois são prestadores de serviço (PS) e 18 concursados. Uma equipe muito dinâmica

Não possui especialista e nem coordenadores pedagógicos. Aposentaram-se, porém não houve substituição. A Gestora é quem faz todo o trabalho da gestão escolar-técnica-pedagógica. O nível de ensino na escola é apenas de Fundamental II. Os serviços que a escola oferece aos estudantes são: Quadra poliesportiva, Laboratório de informática e biblioteca, assim como aulas de campo e excursões juntamente com professores.

Quanto aos programas são: PDDE Federal; PDDE Paraíba; PNAI e Escola Conectada. Por conseguinte, trabalha com o projeto: Direitos Humanos e os Povos Originários, cujo objetivo é: Desenvolver habilidades específicas de formas integradas, operando com todas as turmas da escola conceituando os Direitos Humanos e os povos Originários de forma solidária e respeitosa.

No aspecto físico, possui (5) cinco salas de aulas; uma sala de diretoria; sala de professores; laboratório de informática; uma biblioteca; uma quadra de esportes coberta; uma cozinha e uma área do lanche dos/das estudantes, além de um grande espaço externo, para plantação, de hortas e jardim e, sombreiros. Além de banheiros de (2) banheiros para funcionários feminino e masculino; (6) seis banheiros para os/as estudantes, masculino e feminino. O recreio acontece na quadra da escola.

A escola tem como índice de aprovação 95% enquanto 5% de reprovação. Por outro lado, tem apenas 6% de evasão de evasão escolar. Quanto ao IDEB é de 4.6

Destarte, apresenta-se abaixo, uma escola que pertence ao agreste paraibano, que é bem conservada e de estilo diferente:

3.4.6 Escola Estadual Antenor Navarro – Imagem - 21



Fonte: Arquivo da Escola.

Localiza-se no Município de Guarabira à Rua Prefeito Manoel Lordão, 161 – Centro. Situa-se na região do Agreste Paraibano. De acordo com a pesquisa, segundo “o gestor e a coordenadora pedagógica, a docente de ER é proselitista de confessionalidade cristã católica”. Para estes pesquisandos/as, isso é prejudicial em relação ao ER não confessional.

Com uma matrícula de 623 (seiscentos e vinte e três) estudantes, o que representa um nº considerável de estudantes nas modalidades de Ensino Fundamental – Anos Finais; Ensino Médio e EJA. Portanto, esta instituição trabalha com parcerias através dos: Conselho Tutelar, Corpo de bombeiros, Ministério Público, PSF, Polícia Militar, Igreja Católica, Igreja Batista, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

Além disso, proporciona uma estrutura física, com acessibilidade o que é muito importante e confortável para o desenvolvimento educacional de toda comunidade escolar. Com (7) salas de aula regular (1) uma sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, totalizando em oito salas de aula bem estruturadas.

Possui salas de: professores; diretoria e secretaria; sala de coordenação pedagógica; um auditório, uma quadra coberta de esporte; para a prática esportiva e eventos, além de um refeitório oferecendo uma boa alimentação saudável; banheiros: masculino, banheiros: feminino, Banheiro acessível, adequado ao uso por Pessoas Com Deficiência (PCD), contando ainda com a internet Banda Larga. Esta escola não tem laboratório de informática e nem biblioteca.

Essa escola é assistida pelos programas do governo tais como: Programa de Inovação Educação Conectada; Programa Educação e Família; Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Federal; Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Estadual; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Auxílio à Alimentação Escolar (PAAE); Programa Gás PB – PROGÁS.

A escola trabalha com o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), e o Projeto de Intervenção Pedagógico (PIP), que objetiva favorecer aos estudantes um espaço apropriado em relação ao ensino-aprendizagem adaptado às necessidades de cada discente, propondo uma aprendizagem significativa de forma afetiva e efetiva, respeitando as diferenças de cada estudante. Este projeto faz parte do PPP da escola.

Quanto à evasão escolar, segundo o gestor, existe, porém é pouca, em relação à matrícula. Este não soube definir precisamente o índice de aprovação é de 92% e o de reprovação é de 8% no ano de 2022.

Segundo o (FONAPER/PCNER, 2009, p. 45): “Se é na Escola que a consciência humana das limitações se aprofunda, também é nela que a humanidade poderá aprender as

razões de superação de seus limites”. Pois é nessa mesma escola que se aprende que a superação dos limites é muito importante, principalmente para a formação de pessoas mais resilientes determinadas e autoconfiantes e assim chegar aos objetivos de cada um.

Em seguida apresenta-se abaixo outra instituição educacional.

3.4.7 Escola Estadual de Ensino Fundamental II Profª. Maria de Fátima Souto – Imagem - 22



Fonte: Arquivo da Escola.

A escola está localizada à Rua Jose Gomes de Souza, S/N Mangabeira I, no bairro de Mangabeira, com uma equipe de 1 Gestor, 1 Coordenador Pedagógico; 3 Especialistas e 18 Professores. Com uma matrícula de 354 (trezentos e cinquenta e quatro) estudantes funcionando em 2 turnos Manhã e Tarde. Além de alguns funcionários.

Possui uma sala de recursos com o objetivo de atender estudantes com necessidades especiais, com um total de 25 estudantes, com atendimento em diversos horários. Possui ainda uma pequena biblioteca e conta com laboratório de informática. Quanto aos projetos, esta escola desenvolve (2) dois projetos: 1- Plantas Ornamentais e Horta Escolar, com a finalidade de incentivar os/as discentes a valorizar o espaço escolar e o meio ambiente. 2- Projeto: “Trabalho para respeitar e conviver com as diferenças para o exercício da cidadania”. Esta é uma forma que a escola encontrou para diminuir o índice de violência nesta escola.

Esta instituição tem parceria com o Conselho Tutelar, cuja função principal é determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio do seu artigo 136. “Nele, se expressa atribuições como atendimentos às crianças e adolescentes, aconselhamento a seus familiares, requisitar serviços públicos na área da saúde, educação, serviços sociais, previdência, trabalho e segurança”.

A escola recebe verbas do governo federal para o programa de alimentação (PENAE) e (PAAE), do Governo estadual, para o gestor administrar e fazer prestação de contas. Tem

parcerias com o Conselho Tutelar, e trabalha com psicólogos da UNIESP e da UFPB, o psicólogo da UNIESP dá um atendimento semanal.

A próxima instituição a ser apresentada abaixo é:

3.4.8 Escola Cidadã, Integral, Estadual Profª. Luzia Simões Bartollini – Imagem - 23



Fonte: Arquivo da Escola.

Escola localizada à Rua: Radialista Geraldo Campos, S/N no Bairro: Jardim Planalto em João Pessoa/PB uma área de fácil acesso. Possui um corpo pedagógico técnico administrativo com dois gestores, um coordenador pedagógico e três especialistas; (29) vinte e nove professores em tempo integral com, nas modalidades: Fundamental II, EJA e Ensino Médio. Funcionando nos três turnos: Manhã, Tarde e Noite. Possui um corpo discente de 540 (quinhentos e quarenta) estudantes. Com 12 salas de aula funcionando normalmente.

Quanto ao aspecto físico a escola possui: Diretoria; secretaria; sala de professores; sala de coordenação; 1 biblioteca; 1 biblioteca com sala de leitura; pátio coberto; quadra de esporte descoberta; laboratório de Ciências; Laboratório de informática; cozinha; almoxarifado; banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, masculino e feminino; além de banheiros para outros estudantes masculino e feminino, assim como banheiros de funcionários masculino e feminino.

Trabalha com programas do governo PENAE verba do governo federal para merenda escolar; PAAE verba do governo estadual para o Ensino Regular e Integral destinado também a merenda; PDDE verba federal para gastar com Capital e Pedagógico, PDDE verba Estadual para gastar com capital e pedagógico; PDDE conectada para informática mais Internet e o PROGÁS para compra de gás.

Projeto que a escola trabalha “Ano vestido de amor mais empatia, por favor.” Objetivo do projeto: Diminuir o Índice de violência na escola. Além de um Projeto Social, Objetivo:

envolver a família na escola, parceria com o Governo Estadual e Municipal e as Empresas na Escola. Quanto à comunidade, a escola tem parceria com segurança, manutenção e ajuda na alimentação.

A escola tem um déficit de professores de Inglês e Espanhol. Segundo a gestora já solicitou e continua aguardando. Quanto à evasão escolar, esta instituição apresenta um índice de 50% de evasão escolar, principalmente no ensino noturno. No ensino diurno, o aproveitamento é bem melhor segundo a gestora, o grau de aprovação da escola é muito bom no ensino diurno, tendo como resultado no ano de 2022, (quinze) 15 estudantes aprovados no ENEM.

Conforme Campos (2010, p. 73): “A gestão escolar baseada no conhecimento traz como modelo a pedagogia da competência que muito se aproxima da racionalidade técnico-instrumental”.

No subitem, abaixo, apresenta-se o perfil profissional de cada gestor de acordo com os questionários analisados.

3.5. IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO PERFIL DOS GESTORES

O mundo mudou. E mudou numa velocidade nunca vista anteriormente. A mais importante lição para a gestão da escola é a necessidade da mudança permanente, como instituição aprendente, adequando-se de forma crítica às circunstâncias do novo tempo. Mas, essas mudanças devem chegar aos professores e às salas de aula. (Campos, 2010, p. 73).

Portanto, é papel dos/das gestores/as acompanharem essas novas mudanças, (re) conduzindo e provocando as escolas a se engajarem nas mesmas. Refletindo principalmente sobre o ensino e aprendizagem, desenvolvendo um trabalho interdisciplinar objetivando o sucesso escolar, acolhendo principalmente todos os componentes curriculares, sem discriminar o ER. Considerando nesta análise o contexto das escolas públicas das redes municipal e estadual, tanto no município de João Pessoa/PB, assim como de Guarabira/PB e Baía da Traição/PB, verificando nelas seus comportamentos referentes a este componente curricular.

Saber como as pessoas veem o ER? Desconhecem o seu desenvolvimento em sala de aula? Será que discutem sobre os objetivos deste componente curricular em seus planejamentos? Uma vez que alguns educadores ainda utilizam a nomenclatura “aula de religião”. “aula de formação” ou “Educação Religiosa”.

Não obstante, outros defendem que o professor precisa “ensinar as crianças a rezarem para que tenham um bom comportamento”. Contudo este pensamento precisa mudar, assim como este componente curricular mudou. Portanto, essas novas mudanças, precisam se

restabelecer em todo o campo escolar, transpondo para fora dos muros da escola. Para que a própria sociedade tome conhecimento de que este componente curricular mudou. Já não é mais o ensino de religião.

Oliveira *et al.*, (2007, p. 60) asseguram que:

A tecnologia avança, mas o ser humano como ente participante de uma sociedade, continua sendo desafiado a ampliar sua humanização. Nesse contexto, que ultrapassa a realização de experiências dicotomizadas ou forçosamente agregadas, é que se discute o papel da educação e, de modo particular, do Ensino Religioso.

Para a escola, o ER Não Confessional ainda é novo. Portanto compete aos gestores/as discutirem nos planejamentos sobre este componente curricular, envolvendo toda a comunidade escolar para essas discussões. Essas mudanças precisam acontecer a partir do cotidiano escolar, através da construção do conhecimento.

Conforme os FONAPER/PCNER (2009, p. 44), “Conhecer significa captar e expressar as dimensões da comunidade de forma cada vez mais ampla e integral”. Isto é importante, principalmente quando se trata do ER na busca do fenômeno religioso.

No quadro de nº 18 abaixo se apresenta nesta parte II da pesquisa, quesitos 7-12.

3.5.1 Dados Profissionais da equipe gestora

Quadro nº 18 - Demonstrativo dos Gestores:
cargo e função, tempo de gestão, vínculo empregatício e redes de ensino.

Variáveis	Intervalo	Frequência	Total %	Observação
Anos de gestão (quesito 7)	01-05	05	62,5	
	Acima de 20 anos	03	37,5	
	Total	08	100%	
Cargo/Função (quesito 8)	Gestor	06	75,0	
	Gestor/Professor	02	25,0	
	Total	08	100%	
Vínculo Empregatício (quesito 9)	Cargo Comissionado	04	50,0	
	Efetivo	04	50,0	
	Total	08	100%	
Rede de Ensino (quesito 10)	Rede Estadual	04	50,0	
	Rede Municipal	04	50,0	
	Total	08	100%	
Opção pela Educação (quesito 11)	Por Identificação	08	100	Respostas dadas por unanimidade
	Total	08	100%	
Cursos Para Gestão (quesito 12)	Em Gestão;	05	62,5	1 Indicada por questões Políticas,
	Análise do Currículo	02	25,0	
	Por Indicação	01	12,5	
	Total	08	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes

De acordo com este quadro de nº 18, no **quesito (7)**, relacionado ao tempo de gestão, entre 01 a 05 anos estão representados por 62,5% dos gestores, enquanto 37,5% estão acima de 20 anos trabalhando na gestão da escola. No **quesito de nº 8**, quanto à gerência de cargo e função 75% são apenas gestores, correspondendo a (seis) (6) gestores. Por outro lado, 25% além de gestor, também são professores, embora, não estejam atuando no momento, representado por (dois) 2 gestores.

No **quesito de nº 9**, em relação ao vínculo empregatício, 50% desempenham a função de cargo comissionado, referente a quatro (4) gestores. Ao passo que na mesma proporção de 50% são do quadro efetivo da escola, representado por quatro (4) gestores; no **quesito 10** faz abordagem quanto à rede de ensino a que pertencem, temos 50% da rede estadual (4) (quatro), assim como outros (4) (quatro) representado por 50%, são da rede municipal, totalizando (oito) (8) profissionais da Educação.

Quanto ao **quesito de nº 11**. Ao se perguntar: O que levou você a optar por esta área da educação? As respostas foram unânimes em responderem por que se identificam com a educação. Portanto foram 100% dos gestores, oito (8) respostas dadas a este quesito.

Em relação aos cursos que fizeram para exercerem a função de gestor, está explícito no **quesito de nº 12**. Apresentam-se cinco (5) gestores que corresponde a 62,5% que fizeram Curso específico para Gestão Escolar; os outros 25% representados por dois (2), não fizeram curso, foram avaliados através de análise do currículo, enquanto 12,5% que representa apenas um (1) foi por meio de indicação política. Neste mesmo quesito 12 solicitou-se que justificassem qualquer uma das respostas, e estas foram as seguintes: “Tinha um currículo que se encaixava como pré-requisito e após entrevista fui selecionada.” Outra Justificou que fez: “Através de processo seletivo do currículo com outras pessoas. Uma vez que havia mais candidatas”. Enquanto outra afirmou: “que fez o Curso para gestores da PMJP/PB”. Dos/as oito (8) gestores, justificaram apenas (3) o que correspondem a 37,5% das justificativas. Enquanto, os 62,5% não justificaram.

Segundo (Campos 2010, p. 60) “O desafio pela excelência na qualidade exigirá, para além de colocar todos na escola, uma estratégia de qualificação dos recursos no interior da instituição escolar. Portanto, é necessário definir no planejamento, os objetivos, as atividades e os prazos”. Assim este autor insiste em apontar que: “É importante estabelecer e cumprir as metas. Para efetivar esse empreendimento, cabe a determinação de metas, na esfera estadual, no Plano Estadual de Educação; no marco municipal, a definição do Plano Municipal de Educação e no âmbito da escola a definição do Projeto Pedagógico”. (Campos, 2010, p. 60).

Campos aponta que é fundamental definir, objetivos e metas na construção do PPP no sentido de garantir o sucesso no âmbito educacional em todas as suas ações pedagógicas prevendo mais qualidade quanto ao ensino e aprendizagem no espaço escolar.

Por outro lado, Junqueira, (2002, p. 21), afirma que:

O Ensino Religioso como parte obrigatória como área de conhecimento refere-se às noções e efeitos essenciais sobre fenômenos, processos, sistemas e operações que contribuem para as constituições de saberes, conhecimentos valores e práticas sociais indispensáveis ao exercício a uma vida de cidadania plena.

Nesse caso, observou-se que este componente curricular transcende em todas as culturas religiosas e não religiosas, permeando seus valores culturais. Uma temática fundamental para estudo em sala de aula. E assim, passa-se ao próximo subtema a respeito do conhecimento dessa equipe sobre a legislação do ER, além de outros documentos que regem este componente curricular nas escolas públicas, a saber:

3.5.1.1 Conhecimentos da equipe gestora sobre a legislação e outros documentos do ER

No quadro seguinte de nº 19 apresentou-se a III parte do questionário representado pelos dados pedagógicos. Com os Níveis de Conhecimentos (NC): leis e as contribuições que este componente curricular oferece para a formação dos/das discentes. As questões são de múltipla escolha, quesitos dos 13 - 17.

**Quadro nº 19 - Demonstrativo dos Gestores III parte: Dados pedagógicos.
Documentação que conhecem do ER, Leis e suas contribuições.**

Variáveis	Níveis de conhecimento	Frequência	Total %	Observação
Conhecimentos das leis que regem o ER. (quesito 13)	A)-Art. 33 da LDB.	6	75,0	A) e (B) A)
	B)-Lei do ER.	2	25,0	
	Total	8	100%	
Valorização do ER na escola (quesito 14)	A) -É um componente curricular valorizado.	6	75,0	A) B)
	B) -Não é valorizado	2	25,0	
	Total	8	100 %	
Contribuição que o ER oferece para a Formação do educando (quesito 15)	A)- Contribui para a formação cidadã.	3	37,5	A); B); C); D) A); C) A); C); D)
	B)- Ajuda o estudante a valorizar a sua Tradição religiosa.	3	37,5	
	C)- Respeita os colegas de Tradições diferentes.	2	25,0	
	D)- Melhora a relação entre docentes e discentes.			
	Total	8	100%	
Ler o texto da lei do ER e marque a opção correta. (quesito 16)	A)-Lei de nº 4020/1961 B)-Lei de nº 5692/1971 C)-Lei de nº 9475/1997	8	100,0	C

	Total	8	100%	
Outros documentos que sustentam o ER nas escolas. (quesito17)	A)-LDB	4	50,0	A; B; C
	B)-BNCC	1	12,5	A e B
	C)-Resoluções Pareceres	1	12,5	A
		1	12,5	C
		1	12,5	Em branco
	Total	8	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes.

O quadro de nº 19 é de múltipla escolha, o que requer a marcação de mais de uma alternativa. No **quesito de nº 13**, referente aos dados relacionados às leis quanto ao ER, cujos Níveis de conhecimentos (NC) são: (A)-Art. 33 da LDB. (B)-Lei do ER. Do total dos (8) gestores 75% representados por (6) marcaram as letras (A) e (B), enquanto 25% (2) marcaram somente a letra (A). Supõe-se que (2) gestores ainda não conhecem a Lei do ER. Com isso, observa-se que nem todos os gestores conhecem os documentos sobre Art. 33 da LDB, assim como a Lei do ER, principalmente os da Rede Estadual.

No **quesito 14**, que versa sobre a valorização deste componente curricular na escola, com (NC) que apresentam: (A) - É um componente curricular valorizado. (B) - Não é valorizado, Segundo os/as gestor/as, (6) representados/das por 75% afirmam é um componente curricular valorizado, enquanto que (2) 25% afirmam que não é valorizado.

Quesito 15, cuja pergunta foi: Quais as contribuições que o ER oferece para a formação do/da educando/da? (NC). (A)- Contribui para a formação cidadã. (B)- Ajuda o estudante a valorizar a sua tradição religiosa. (C)- Respeita os colegas de tradições diferentes. (D)- Melhora a relação entre docentes e discentes. Dos oito gestores, 37,5% que representam três destes, afirmam (A); (B); (C) e (D). Enquanto, outros 37,5% afirmam: - (A) e (C). Por conseguinte, 25% dois optaram por (A); (C) e (D).

No **quesito 16**, Leia o texto e marque a lei correta: “O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil.” 100% dos gestores, afirmaram que a lei do Ensino Religioso é a lei de número 9475/1997.

No **quesito 17**, que outros documentos sustentam o ER nas escolas? Níveis de Conhecimento (NC), contendo: (A) LDB, (B) BNCC, C) Resoluções e Pareceres do CNE. Segundo as afirmativas dos gestores 50% representados por quatro destes, marcaram todos os documentos; isto é, as letras: (A); (B) e (C). Enquanto 12,5%, representado por um gestor apontou as letras: (A) e (B). Por outro lado, (1) 12,5%, marcou a letra (A); além de (1), 12,5% marcaram apenas (C). Por conseguinte, (1) gestor, 12,5% não respondeu.

Estes questionamentos a respeito do ER são tão importantes para serem trabalhados nas instituições escolares, nos momentos de discussões do planejamento, do Projeto Político Pedagógico. São reflexões que precisam ser deliberadas pelos gestores e equipe pedagógica.

Campos, afirma: “A gestão da escola deve se apropriar de elementos científicos da gerência e utilizá-los para a qualificação dos processos pedagógicos e dos resultados da qualidade da educação”. (Campos, 2010, p. 90). Por conseguinte, este autor, prossegue, afirmando, que o/a gestor/a precisa não só estar presente no planejamento, mas, ter certo domínio nas discussões juntamente com a equipe pedagógica. Transmitindo segurança para comunidade sobre as propostas em debate. Neste caso reitera:

O gestor tem que dominar o planejamento e ser hábil negociador para formulação de estratégias de êxito na consecução dos objetivos que se almeja no percurso exigido para se atingir as metas previstas. O gestor deve ser formado para atuar com maior rigor, fazendo uso da sua autoridade e exercendo a sua liderança na condução do grupo de colaboradores. (Campos, 2010, p. 90).

3.5.1.2 Avaliação da equipe gestora sobre os discentes docentes e especialistas

Apresenta-se abaixo o quadro de nº 20 abrangendo dos quesitos 18-21, que detalha sobre o olhar dos/das gestores/as em relação aos discentes, docentes e a equipe de especialistas e coordenadores/as pedagógicos, avaliando o entendimento de cada um desses segmentos da escola quanto a este componente curricular.

Quadro nº 20 - Demonstrativo dos Gestores: Visão sobre os estudantes e desafios do ER avaliação de docentes e discentes; Especialistas e/ou coordenadores pedagógicos.

Variáveis	Níveis de conhecimentos	Frequência	Total %	Observação
Ponto de vista dos gestores sobre os estudantes quanto ao ER, (quesito 18)	A)- Os estudantes gostam das aulas de ER	7	87,5	A)
	B)- A maioria não gosta das aulas.	1	12,5	B)
	Total	8	100%	
Desafios que dificultam o desenvolvimento do ER nas escolas; (quesito 19)	A)- Carências de cursos de Ciências das Religiões no Brasil.	1	12,5	A) e B)
	B)- O proselitismo e a intolerância religiosa.	2	25,0	A)
		3	37,5	B)
	C)- O Descaso dos gestores públicos nas esferas: Federal, Estadual e Municipal do Brasil.	1	12,5	B); C)
		1	12,5	C)
	Total	8	100%	
Avaliação do/da docente de ER pelo gestor (quesito 20)	A)- Empenhado/a, trabalha os conteúdos do ER de acordo com a BNCC.	1	12,5	A)
		3	37,5	B)
	B)- Dinâmico/a e comprometido/a.	2	25,0	B) ;D)
	C)- Faltoso e apático.	1	12,5	A); B) e D)
	D)- Bom relacionamento com os/as discentes.	1	12,5	Em branco
	Total	8	100%	

Avaliação dos especialistas e /ou coordenador pedagógico pelo gestor/a. (quesito 21)	A)-Dinâmica e muito interessada. Envolvida com docentes e discentes.	3	37,5	A)
	B)-Acomodada e colabora pouco.	3	37,5	A) e C)
	C)-Ajuda o prof./a de ER em suas dificuldades.	1	12,5	B)
		1	12,5	Em branco
Total		8	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes

No quesito 18, dê seu ponto de vista se os/as estudantes gostam das aulas de ER. (NC)
(A)- Os estudantes gostam das aulas de ER (B)- A maioria não gosta das aulas. Segundo o/as gestor/as responderam que de um modo geral os estudantes gostam das aulas de Ensino Religioso 87,5% o que corresponde a (7) gestores, enquanto (1) gestor 12,5% afirma que a maioria dos estudantes da sua escola não gosta dessas aulas. Neste quesito foi solicitado que os gestores justificassem em relação à aceitação dos discentes frente ao ER.

As justificativas foram as seguintes: “Considero que os estudantes gostam das aulas, porém precisam de pessoas preparadas, pois ainda há práticas da Religião Católica, por parte dos docentes.” Esta é a fala de uma (gestora da rede Estadual). Outra gestora justificou que: “Além de gostarem, participam ativamente dessas aulas”. Justifica a (gestora da rede Municipal). Considerando que neste quesito, apenas 25% justificaram, e 75% não.

No quesito 19; para você quais desses desafios que dificultam o desenvolvimento do ER nas escolas? Cujos (NC) são: (A)- Carências de cursos de Ciências das Religiões no Brasil. (B)- O proselitismo e a intolerância religiosa. C)- O Descaso dos gestores públicos nas esferas: Federal, Estadual e Municipal do Brasil. Neste quesito (1) gestor 12,5%,optou pelas letras: (A) e a (B). Enquanto dois gestores, representados por 25% , marcaram apenas a opção (A). Por outro lado, dos três gestores, 37,5% apontaram somente a letra (B). Enquanto 12,5% representado por um (1) gestor marcou as letras (B) e (C). Consequentemente um gestor, 12,5% optou pela letra (C).

Quanto ao quesito 20; Como você avalia o/a docente de ER? Cujos (NC) são: (A)- Empenhado/a, trabalha os conteúdos do ER de acordo com a BNCC. (B)- Dinâmico/a e comprometido/a. (C)- Faltoso e apático. (D)- Bom relacionamento com os/as discentes. Na alternativa (A): 12,5% representado por (1) pesquisando/a. Por outro lado, 37,5% representados por três (3) gestores afirmam ser a letra (B) Porém, um destes gestores afirma que apesar disso, “o docente da sua escola não tem bom relacionamento com os/as discentes”. Por conseguinte, 12,5% representado por (1) Pesquisando/não respondeu esta questão. Deixando em branco. Quanto à alternativa (C) Faltosa e apática, ficou em branco.

No **questito 21**; Como você avalia sua equipe de especialistas? Cujos (NC) são: (A)-Dinâmica e muito interessada. Envolvida com docentes e discentes. (B)-Acomodada e colabora pouco. (C)-Ajuda o professor/a de ER em suas dificuldades.

No que tange a avaliação dos especialistas e/ou coordenador pedagógico pelo gestor/a, 37,5% (3) dos gestores responderam a alternativa (A) Dinâmica e muito interessada e, envolvida com os/as discentes e docentes. Outros (3) gestores 37,5% responderam às alternativas (A) e (C). Um gestor 12,5% optou pela alternativa (B). Entretanto, (1) 12,5% não respondeu este quesito.

3.5.1.3 Conhecimentos da equipe gestora sobre outros documentos que fundamentam o ER

No quadro demonstrativo de nº 21, se apresenta os documentos que sustentam este componente curricular nas escolas. Este quadro constou apenas os quesitos 22 e 23.

Quadro nº21. Conhecimentos da equipe gestora dos documentos que regem o ER nas escolas.				
Variáveis	Níveis de conhecimentos	Frequência	Total%	Observação
Documentos do ER que gestores conhecem (Quesito 22)	A) -DCNER	1	12,5	A); B); C); D)
	B)- FONAPER	1	12,5	A; B; D
	C)-PCNER	1	12,5	A; B; C
	D)-PCPB	2	25,0	C
		2	25,0	A; D
	-Em branco	1	12,5	Não respondeu
	Total	8	100%	
Autoavaliação dos Gestores em relação aos docentes. (quesito 23)	A)Dá apoio pedagógico ao docente.	2	25,0	A;B;C;D;E.
	B) Orienta-o em suas dificuldades.	3	37,5	A;B;C;D
	C) Dá sugestões para o enriquecimento das aulas.	2	25,0	C
	D) Incentiva-o na mudança da metodologia.			
		1	12,5	A;B; C; E
	E) acompanha-o nas aulas campo.			
	Total	8	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes

O **quesito 22**, marcar com (x) os documentos do ER que já conhecem:

Quanto as Alternativas; (A) Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (DCNER); (B) Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. (FONAPER). (C) Parâmetros Curriculares Nacional do Ensino Religioso (PCNER); (D) Proposta Curricular da Paraíba (PCPB).

Neste **quesito (22)**, uma pessoa, 12,5% conhece todas as alternativas (A); (B); (C) e (D), enquanto outro representado por 12,5% conhece as alternativas (A); (B) e (D). Por outro lado 12,5% (1) as alternativas (A); (B) e (C). Por conseguinte (2) (dois), gestores, 25% apontaram

a alternativa (C). Enquanto outros 25% acham que são as alternativas (A) e (D). Além disso, um gestor representado por 12,5% não respondeu o quesito.

No quesito 23: Como você se autoavalia com relação ao seu trabalho junto a/o docente de ER? As alternativas são: (A) Dá apoio pedagógico ao docente; (B) Orienta-o em suas dificuldades; (C) Dá sugestões para o enriquecimento das aulas; (D) Incentiva-o na mudança de metodologia; (E) Acompanha-o nas aulas de campo. Neste quesito, (2) (dois) dos gestores que correspondem a 25% responderam: (A);(B);(C);(D);(E). Todas as alternativas citadas acima. Significa que preencheram todos os requisitos de apoio ao docente.

Entretanto, 37,5% que correspondem a (3) três gestores optaram pelas alternativas: (A); (B); (C) e (D). Por conseguinte, 2 gestores/as (dois), 25% selecionaram a opção C), enquanto (1) (um) que corresponde a 12,5% apontou a opção (A); (B); (C) e (E). Refletindo sobre isto. São colaboradores da equipe docente.

No quesito 24, você acha importante o ER na escola? De acordo com o posicionamento dos gestores, apesar de que muitos sentem dificuldade ainda com o ER, porém, os 100% dos gestores responderam que acham fundamental na escola pública. Justificativa: “Forma o cidadão e respeita a diversidade”.

No quesito 25, qual a sua visão a respeito do Ensino Religioso na escola? Neste quesito para cada gestor adotou-se cognomes, tais como: nomes de flores. Tendo em vista a temática tratar sobre o ER respeitando a diversidade religiosa no contexto escolar. Pois todas as culturas religiosas respeitam a natureza. De acordo com suas respostas, este/estas se posicionaram da seguinte forma:

Gestora Tulipa - “Matéria muito importante para todas as áreas de conhecimento, principalmente no aprender a ser, aprender a fazer e aprender a conhecer, além disso, serve para o respeito à intolerância religiosa”.

Gestora Flor do Ipê - “É fundamental para aprender a trabalhar as diferenças existentes na sociedade, pois a partir dela conseguimos trabalhar as diferenças existentes e melhorar o comportamento dos alunos”.

Gestora Dália - “Ajuda a manter a disciplina, o respeito às diversidades religiosas”.

Gestora Orquídea - “Valoriza a diversidade e vivências e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade”.

Gestora Rosa - “É importante para a escola tendo em vista a formação cidadã e promovendo a cultura de paz”.

Gestor Lírío - “O Ensino Religioso quando ministrado de forma como deve ser, ou seja, a reflexão sobre os fenômenos religiosos, observando a cultura de cada um, dialogando, respeitando, surte um grande efeito positivo na vida do aluno, mas infelizmente nossos professores precisam ter formação básica em ciências da Religião, para evitar definitivamente o ensino proselitista”.

Gestora Girassol - “O Ensino Religioso como parte importante que ressignifica o papel do cidadão, para que este seja ativo na sociedade conhecendo seus direitos e deveres”.

Gestora Margarida - “A disciplina do Ensino Religioso é muito importante, porém, na escola ainda sentimos uma pouca resistência por parte da família sobre o objetivo da disciplina”.

Dando prosseguimento a pesquisa, apresentou-se outra parte desta investigação relacionada às variadas opiniões de educadores no momento de suas entrevistas.

3.6 OPINIÕES DOS EDUCADORES SOBRE AS DIFICULDADES DO ER NAS ESCOLAS

Partindo do pressuposto de que uma boa entrevista começa com a formulação de perguntas básicas, que deverão atingir o objetivo de pesquisa, é possível fazer uma análise do roteiro para identificar a sua adequação em termos de linguagem, estrutura e sequência das perguntas no roteiro. (Manzini, 2003, p. 3).

Estas entrevistas são essenciais para esta pesquisa, contribuem na sua fundamentação.

Tendo em vista as reais dificuldades que o ER vem passando durante sua trajetória, são inegáveis os desafios enfrentados por docentes, educadores e até mesmo a própria escola nessa caminhada. Pois talvez seja o próprio nome o seu maior entrave. Ou os desafios que estão presentes no dia a dia no âmbito escolar, uma vez que até o presente momento ainda se fala em aula de religião. Por isso, lançou-se a seguinte pergunta dirigida aos/às educadores/as entrevistados/as:

3- Em sua opinião, quais são os maiores entraves que prejudicam o desenvolvimento deste componente curricular nas escolas?

O educador e pesquisador Antero respondeu:

Recentemente escrevi um trabalho com um amigo que perpassa sobre essa temática. No artigo lembro-me de identificar 03 elementos que prejudicam a afirmação do componente ER na educação escolar. O primeiro, considero como sendo de base legal, isto é, prescrita, a saber, o artigo 33 da LDB reformulado pela Lei. 9.475. Apesar de ser considerado o divisor de águas do ER, a meu ver há dois pontos nevrálgicos nesse artigo: (1) o caráter facultativo e (2) ter que ouvir a sociedade civil para formulação do conteúdo do ER. O segundo elemento é de ordem pedagógica, a exclusão do ER da política nacional de livros didáticos. Tal exclusão retira do professor e dos estudantes a possibilidade de contar com livros didáticos que poderiam auxiliar o processo de ensino e aprendizagem. Por fim, o último ponto diz respeito à formação. O professor Passos diz que o ER sofreu “orfandade legal” no quesito formação de professor para atuar com ER. À título de exemplo, em todo o norte do país apenas uma universidade mantém curso em CR. Com isso, a pasta acaba sendo assumida por professores das mais diversas áreas que imprimem na disciplina sua própria formação religiosa. Assim, entendo que a falta de uma formação científica em CR é um dos

principais elementos que faz com que o ER seja considerado o patinho feio da educação básica, prejudicando seu desenvolvimento como componente científico no contexto das escolas públicas.

Ao analisar-se sobre esses entraves, encontrou-se uma série de dificuldades que faz deste componente curricular como afirma Figueiredo “O Patinho Feio” entre os demais componentes curriculares.

Por outro lado, à pesquisadora e educadora Barcellos Farias respondeu:

- Acredito que os maiores entraves acontecem por falta de total conhecimento da população, sobre o verdadeiro sentido e objeto de estudo do ER. Neste conjunto, estão os professores das outras áreas e todos os profissionais da escola;
- Outro elemento que acredito tem a ver, seria o nome “Ensino Religioso”, esse nome confunde as pessoas e os discentes, que vem com um imaginário de casa, da sociedade, que as aulas de ER é proselitista, catequese;
- Discentes fundamentalistas nas salas de aula, que não aceitam que as religiões sejam abordadas como conteúdo. Neste sentido, criam conflitos, convocam os responsáveis ou pais, gerando choque com o professor.

Por conseguinte, o educador Lelis respondeu que:

A formação inicial dos docentes que estão no dia a dia da sala de aula, onde na sua grande maioria não tem a devida formação acadêmica, isto é, habilitação. Pois, muito se sabe que os professores que atuam neste componente quase sempre estão para complementar carga horária, ou por conveniência. Muito pouco, estão em exercício por identidade e/ou por ser devidamente habilitado; outro entrave se dá em detrimento de obscuros preconceitos históricos que macularam pejorativamente e depreciativamente o ER como sendo uma mera catequização do cristianismo católico, e posteriormente do proselitismo evangélico.

A educadora Pereira (2023) assim, respondeu: “Acredito que o principal entrave advém da intolerância religiosa”.

Analisando as respostas destas e destes educadores/as, percebeu-se que todos e todas procuraram enumerar os vários desafios, diferenciados uns dos outros, mas que todos se coadunam em relação a este componente curricular. A fim de avaliar os conceitos que fazem deste componente curricular. Mas, que se podem enumerar quantos desafios ainda se tem pela frente, ao longo deste percurso.

Prosseguindo apresentou-se a análise da pesquisa realizada com a equipe de especialistas e coordenadores pedagógicos das escolas pesquisadas. Pois este componente curricular é mal compreendido pelo seu passado, uma vez que ainda é visto do ponto de vista evangelizador e ou catequético.

3.6.1- Pesquisa realizada com especialistas e coordenadores pedagógicos

Este estudo com a equipe pedagógica das escolas selecionadas para compor o registro desta pesquisa, objetivou complementar a pesquisa de campo realizada com gestores e especialistas, coordenadores sobre sua visão a respeito do ER.

Vale salientar, conforme já comentado anteriormente, que nesta pesquisa seriam oito gestores e oito especialistas da equipe técnica pedagógica.

Portanto, como dois deste universo de (especialistas) ficaram indisponíveis, contou-se apenas com seis profissionais participando da pesquisa.

Vivemos um tempo de predomínio das racionalidades das linguagens, dos códigos e das interpretações. Assim, falar de gestão da escola é por demais complexo. Vejamos: o conceito de educação nos leva a formação que dá conta da humanidade no outro. Esse é o grande significado do ato de educar, fazer o outro ser humano radicalmente humano. Nesse sentido, a educação se pauta por uma racionalidade profundamente ética. (Campos, 2010, p. 71)

Assim, diante da citação de Campos sobre a gestão escolar, no coletivo, abordando sobre a complexidade relacionada às diferenças desses / dessas profissionais, pois cada gestor apresenta uma maneira diferenciada de desenvolver o seu trabalho. A seguir apresentou-se o quadro de nº 22 que detalhou o perfil desta equipe pedagógica das escolas.

3.6.2 Os dados pessoais da equipe pedagógica

Nessa abordagem sobre seus dados pessoais, tais como sexo, faixa etária, estado civil, religião e formação acadêmica, sendo que esta última apresenta outro quadro em que esta equipe é representada por apenas por apenas (6) especialistas. Observou-se isto no quadro abaixo de nº 22, apresentado abaixo.

Quadro nº 22 - Demonstrativo: Equipe Técnica Pedagógica:
Dados Pessoais sobre sexo, faixa etária, estado civil e religião

Variáveis	Níveis	Frequência	Total%	Observação
Sexo (quesito 1)	Masculino	1	16,67	Dos 100%, da equipe pedagógica das escolas selecionadas, apenas
	Feminino	5	83,33	
	Total	6	100%	
Idade (quesito 2)	25 – 30	2	33,33	75% participaram da pesquisa. Enquanto 25% deixaram de participar da pesquisa.
	36 – 45	1	16,67	
	46 – 58	1	16,67	
	60 – 65	2	33,33	
	Total	6	100%	
Estado civil (quesito 3)	Solteiro/a	2	33,33	Divorciada
	Casado/a	3	50,00	
	Outros	1	16,67	
	Total	6	100%	
Religião (quesito 4)	Cristianismo Evangélico	1	16,67	
	Cristianismo Católico	4	66,66	
	Espírita	1	16,67	
	Total	6	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes

Na apresentação dos resultados acima da pesquisa de campo, respaldada pela aplicação dos questionários, relacionados ao perfil da equipe pedagógica das escolas selecionadas, através do quadro demonstrativo cuja primeira parte é representada por meio, dos quesitos de 1 – 4 em que aborda sobre o sexo; idade; estado civil e religião.

No quesito 1: apenas (1) um educador pertence ao sexo masculino, o que corresponde a 16,67%. Enquanto grande parte desta equipe pedagógica é do sexo feminino, representado por (5) (cinco) educadoras referentes a 83,33%.

No quesito 2: quanto à idade entre 25 – 35 anos tem-se (2) duas pesquisandas, ou seja, 33,33%. Enquanto entre 36 – 45 anos se apresenta apenas (1) um educador, 16,67%. Por outro lado, mais (1) (uma) entre 46 – 58, representado por 16,67%. Por conseguinte, entre 60 – 65 anos de idade, aparecem (2) duas educadoras, 33,33%.

No quesito 3: no que se refere ao estado civil, existem (2) dois educadores solteiros/as, que corresponde a 33,33%, enquanto 3 (três) são casados/as, ou seja 50%. Além de (1) uma divorciada, que representa 16,67%. **O quesito 4:** trata sobre a religião destes/ destas educadores/as e assim tem-se: (1) um, 16,67% é Cristão Evangélico, 4 (quatro) são Cristãs Católicas, 66,66% enquanto, (1) uma é Espírita, 16,67%.

3.6.2.1 Formação acadêmica da equipe pedagógica

Dando sequência à análise do questionário apresentou-se abaixo o quadro de nº 23, com o quesito 5 e 5.1 apresentado quanto a formação acadêmica da equipe pedagógica das escolas em evidência, assim como a Pós-Graduação.

Quadro nº 23 - Demonstrativo dos Coordenadores / Especialistas: I parte – Dados Pessoais, Formação Acadêmica e Pós-Graduação.

Variáveis	Nível de Graduação.	Cursos	Frequência	Total %	Observação
Formação Acadêmica (ques.5)	Licenciatura	Pedagogia.	5	83,33	
		Antropologia	1	16,67	
	Total		06	100%	
Pós-Graduação quesito 5.1	Especialização	Educação	1	16,67	Toda equipe pedagógica em estudo têm Pós-Graduação
	Especialização	Supervisão e/Orientação	1	16,67	
	Especialização	Ed. Infantil /	1	16,67	
	Espec. e	Ed. Especial	1	16,67	
	Mestrado	Educação	1	16,66	
	Mestrado	Ciências das	1	16,66	
	Mestrado	Religiões	1	16,66	
	Total		06	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes

Na sequência deste estudo ainda fazem parte dados pessoais quanto à formação acadêmica, e a Pós-Graduação de cada pesquisando/a. Quanto à formação acadêmica desses pesquisando/as (5) cinco, 83,33% cursaram Pedagogia, enquanto (1) um 16,67% cursou Antropologia. **No quesito 5.1**, se identifica que 100% dessa equipe pedagógica são pós-graduados/as. Haja vista que um/a (1), 16.67% fez Especialização em Educação.

Enquanto mais um/a (1) 16,67% fez Especialização em Supervisão/Orientação, por outro lado, um/a (1) pesquisando/a cursou duas Pós: Especialização em Educação Infantil e a outra em Educação Especial, correspondendo a 16,67%. Por conseguinte, mais um/a (1), 16,67%, cursou também duas, Pós-Graduação: Especialização e Mestrado em Educação. Não obstante, 16,66% representando () um cursou Mestrado em Ciências das Religiões. Além de 16,66% com Mestrado em Arte e Educação.

Apresenta-se o quadro seguinte de nº 24, que se refere à II parte deste estudo,

3.6.2.2 Dados profissionais da equipe pedagógica

Destaca-se neste quadro cargos e funções, assim como suas atuações no âmbito escolar. Através das respostas obtidas na aplicação dos questionários.

Quadro nº 24 - Demonstrativo dos Coordenadores / Especialista. II parte / Dados Profissionais:				
Variáveis	Nível/	Frequência	Total %	Observação
Cargo/Função (quesito 7)	Supervisora	2	33,34	
	Orientadora Educacional	2	33,33	
	Coordenador Pedagógico	2	33,33	
	Total	06	100%	
Funções exercidas na escola - ques. 8	Professor/a	4	66,67	
	Nenhuma função	2	33,33	
	Intervalo/Total	06	100%	
Anos de atuação como especialista (quesito 9)	1-5	2	33,33	
	6-10	1	16,67	
	11-15	2	33,33	
	Acima de 20	1	16,67	
	Total	06	100%	
Vínculo empregatício (quesito 10)	Efetivo	3	50,0	
	Prestador de Serviço	3	50,0	
	Total	06	100%	
Redes de Ensino Que pertencem (quesito 11)	Municipal	4	66,66	1 Especialista trabalha nas 2 redes de ensino
	Estadual/ Municipal	1	16,67	
	Estadual	1	16,67	
	Total	06	100%	
Opção pela Educação. (ques.12)	Identificação	6	100	
	Total	06	100%	

Gosta da função (quesito 13)	Realização profissional e pessoal	6	100	Valorização da educação
	Total	06	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes

Quanto a análise deste quadro de nº 24 relacionado à II parte referente aos quesitos 7 ao 13, contendo cargo/função; outras funções; anos de atuação; vínculo empregatício; redes de ensino; opção pela educação; o gostar dessa função. Apresentou-se:

No quesito 7: os dados cargo e função desta equipe pedagógica constatou-se que (2) são Supervisores, cerca de 33,34%, enquanto que outros (2) são Orientadores Educacionais, ou seja:33,33%, assim como (2) são Coordenadores Pedagógicos, que representam 33,33%.

No quesito 8: recorreu-se para apresentação de outras funções que esses educadores exerceram ou exercem nas escolas, porém (4) são também professores 66,67%. Entretanto, somente (2) trabalham também na docência em outras escolas 33,33%. Enquanto (2) pesquisandos/as 33,33% não exercem outras funções, porque não são professores. Quando se perguntou qual a função que mais se identifica, (2) educadoras responderam que é a profissão de “ser professora”.

No quesito 9 no que se refere aos anos de atuação na função de coordenadores/especialistas: No intervalo de 1-5 anos se apresentou (2) educadores 33,33%; de 6-10 anos, (1) que representa, 16,67%, enquanto outros (2) entre 11-15 anos 33,33% atuam nesta função. Por conseguinte, acima de 20, anos se apresentou apenas (1) exercendo esta função que constitui 16,67% desses educadores.

No quesito 10 detectou-se quanto ao vínculo empregatício: (3) são efetivos, representado por 50%, enquanto mais (3) são prestadores de serviço, 50%, indicados por pessoas influentes na política. Por outro lado, o **Quesito 11**, em relação às redes de ensino que trabalham, (4) educadores/as operam na Rede Municipal, ou seja, 66,66%. Entretanto, (1) Coordenador, trabalha nas duas redes de ensino, Municipal e Estadual, enquanto o outro (1) pertence à Rede Estadual.

Percebeu-se que no **quesito 12**, relativo à opção pela Educação todos os (6) responderam por unanimidade: Porque, se identificam com a sua profissão, gostam do que fazem. Portanto 100% desses educadores apreciam a sua profissão.

Assim, no **quesito 13**, a pergunta foi: Você está satisfeito/a com a função que desempenha? Sim () Não (). Todos optaram por Sim 100%. Significa que é a valorização do que gostam de fazer. Esta questão pede uma justificativa, porém, apenas 2 educadores responderam: “Gosto porque me realiza como pessoa e paga as minhas contas”. (Educadora Municipal). Consequentemente a outra justificou que: “Desde cedo sempre quis ser professora,

me realizo profissionalmente.” (Coordenadora Estadual). Correspondendo a 33,33%. Em prosseguimento a este estudo, apresentou-se o quadro 25 abaixo que aponta em suas variáveis, cujas questões afirmam os conhecimentos desta equipe sobre este componente curricular.

3.6.2.3 Os conhecimentos da equipe pedagógica sobre os documentos legais do ER

Na sequência a esta pesquisa sobre o aspecto legal do ER, assim como suas contribuições e documentos que o amparam no chão das escolas públicas, através deste quadro 25 onde detectamos algumas lacunas em relação a este quadro quesitos 14-18.

**Quadro nº 25 – Demonstrativo dos Coordenadores /Especialistas. Dados pedagógicos.
Documentação que conhecem do Ensino Religioso e outros – III parte**

Variáveis	Níveis de conhecimento	Frequência	Total %	Observação
Conhecimento das Leis que regem o ER (quesito 14)	A) - Art. 33 da LDB.	4	66,67	A); B); C)
	B) - Lei do ER.	2	33,33	A); C)
	C) -A Importância do ER na formação básica do cidadão.	4		D)Não
	(D) O ER sendo de matrícula facultativa você concorda ?	1		D) Sim
		1		Em branco
	Total	06	100%	
Atuação do ER na escola. (quesito 15)	A) - É importante e dialogado;	5	83,33	A)
	B) - É proselitista	1	16,67	B)
	Total	06	100 %	
Contribuição que o ER oferece para a Formação do/da educando/a (quesito 16)	A) - Contribui para a formação cidadã	1	16,67	A) B); C)
	B) respeita os outros colegas de religiões diferentes.	1	16,67	B)
	C) Melhora o relacionamento entre docentes e discentes	2	33,33	A); C)
	D) Em nada contribui	1	16,67	A)
		1	16,67	Em branco
	Total	06	100%	
Marque a Lei correta do ER (quesito 17)	A) – Lei 4020/1961			
	B) – Lei 5692/1971	5	83,33	C)
	C) – Lei 9475/1997	1	16,67	Em branco
	Total	06	100%	
Outros documentos que fundamentam o ER na escola. (quesito 18)	A) - LDB	2	33,32	A); B); C)
	B) - BNCC	1	16,67	A); B)
	C)- Resoluções e Pareceres	1	16,67	A)
		1	16,67	C)
		1	16,67	Em branco
	Total	06	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes

Na análise deste quadro demonstrativo de nº 25, que relatam os dados pedagógicos desta III parte do questionário, englobando os documentos sobre este componente curricular onde se apresentou quanto às Leis de Ensino e outros escritos tais como BNCC, Resoluções e Pareceres, que apresenta a sua importância e que contribui e favorece o ER nas escolas públicas de todo o Brasil. Portanto, abaixo tem-se:

O quesito 14: versa sobre a questão cuja variável é para marcar (sim) ou (não) sobre o que conhecem do ER na escola, onde se apresentou as alternativas (A) você conhece o Art. 33 da LDB? (B) Você conhece a Lei do Ensino Religioso? (C) Para você o ER é importante na formação básica do cidadão? (D) O ER sendo de matrícula facultativa você concorda? Neste quesito foi pedida uma justificativa, sobre qualquer uma das opções.

Marcaram **(sim)** nas alternativas: (A) (B) (C) (4) especialistas representados por 66,67%. Conhecem as Leis e a importância do ER na formação básica do cidadão, além de (não) concordarem com a matrícula facultativa. Por outro lado, (2) educadores representados por 33,33% assinalaram **(sim)** nas alternativas (A); e (C). Enquanto para a opção (D) (1) 16,67 % afirmou **(sim)** concorda com a matrícula facultativa (Coordenadora Estadual). Por conseguinte (1) 16,67% educador/a deixou em branco a opção (D), (Supervisora Municipal).

Além disso, 2 especialistas **(não)** conhecem a lei do ER.

As justificativas foram: “Quando o Ensino Religioso é ministrado por um profissional da área é importante demais para formação do aluno e não pode ser facultativo” (Coordenadora Estadual). Por conseguinte, a outra respondeu: “Nunca procurei saber, porque trabalho com valores”.

Por conseguinte, (1) “Concordo ser de matrícula facultativa porque dá o direito de escolha.” (Coordenadora Estadual). Porém 16,67% (1) que justificou: “O ER ser muito importante para a formação do educando, enquanto um ser completo; físico mental e espiritual. Portanto, não pode ser facultativo” (Supervisora Municipal). Esses/ essas pesquisandos/as dois pertencem à Rede Municipal, João Pessoa e da Baía da Traição.

No **quesito 15**, cuja variável aborda sobre a: Atuação das aulas do ER na escola em que trabalham. Com os (NC): (A) É importante e dialogado; (B) É proselitista.

Neste item, (5), educadores responderam à alternativa (A) correspondendo a 83,33%. Consequentemente (1) outro optou pela questão (B) afirmando que a aula de sua escola é proselitista, o que representa 16,67%.

Justificativas: a) “Nossa professora de Ensino Religioso é proselitista, não possui formação na área, a mesma professa a fé Católica, sendo assim ensina a fé que ela professa”. (Coordenadora Estadual de Guarabira). Acredita-se nesse caso que é papel da equipe pedagógica orientar este professor/a quanto à questão do proselitismo.

Outro apontou B) “O Ensino Religioso na escola onde atuo, é bem aceito pelos estudantes e trabalhado numa perspectiva plural, respeitando cada religião e fé apresentadas pelos estudantes”.

C) “O ER é trabalhado tendo como base os princípios na lei 9475/1997 que assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa e veda quaisquer formas de proselitismo”.

D) “O ER na escola onde atuo, é bem aceito pelos estudantes e trabalhado numa perspectiva plural, respeitando cada religião e fé apresentada pelos estudantes. Tendo em vista, que o ensino desse componente curricular é voltado para a formação integral do educando”. Apenas (1) pesquisando/a não justificou este quesito.

No **Quesito 16**: Refere-se sobre a contribuição que o ER oferece à formação do/da educando/a, contendo como as questões: (A) Contribui para a Formação cidadã; (B) Respeita os outros colegas de religiões diferentes; (C) Melhora o relacionamento entre docentes e discentes; A opção (D) Em nada contribui: essa questão não foi vista por ninguém.

Neste quesito, (1) educador/a, 16,67% marcou as alternativas: (A); (B) e (C). Enquanto que 16,7% representado por (1) marcou a letra (B). Consequentemente (2) representado por 33,33% marcaram as letras (A) e (C). Entretanto, (1) 16,67% marcou apenas a letra (A). Enquanto (1) 16,67%, deixou esta questão em branco.

Apenas (2) especialistas justificaram: “Porque percebemos que os alunos e professor, se acolhem e se sentem à vontade em participar das aulas.” (Supervisora Municipal de João Pessoa). Porquanto outra assegura que: “Respeita todas as religiões.” (Supervisora Municipal de João Pessoa).

Quesito 17, cuja variável é para marcar a Lei correta do ER que tem como (NC) as alternativas: (A) Lei 4020/1961; (B) 5692/1971; (C) 9475/1997. Analisando esta situação se percebeu que (5) educadores marcaram a opção (C). Portanto, 83,33% optaram pela Lei 9475/1997. Porém (1) educadora 16,67%, não respondeu.

Quesito 18: De acordo com esta questão: Que outros documentos fundamentam o ER nas escolas? Conforme os (NC) que são: (A) LDB; (B) BNCC; (C) Resoluções e Pareceres do CNE. Percebeu-se que (2) pesquisandos/das, 33,32% responderam todas as alternativas, ou seja: (A); (B); (C). Porém, (1) que representa 16,67% afirma as opções (A) e (B). Porquanto, (1) educador que corresponde a 16,67% marcou a alternativa (A). Consequentemente, (1) pesquisando/a referente a 16,67% optou pela alternativa (C). Todavia, apenas (1) desses/dessas, educadores 16,67% não respondeu a este quesito.

Estes relatos da pesquisa são fundamentais para que se reflita diante de tantos preconceitos que giram em torno deste componente curricular.

Assim assegura Freire (2006, p. 69):

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso, somos os únicos, em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo muito mais rico do que meramente aprender a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar o que não se faz sem abertura ao risco e a aventura do espírito.

Na sequência deste estudo, apresentou-se o quadro abaixo de nº 26 com os quesitos abordando a respeito das avaliações desta equipe pedagógica sobre os discentes, os desafios que dificultam o ER nas escolas e avaliação dos docentes e da equipe gestora quanto ao ER.

3.6.2.4. Parecer da equipe pedagógica sobre as equipes docentes e discentes e gestora

Quadro nº 26 – Demonstrativo dos Coordenadores / Especialistas: Dados Pedagógicos. Avaliação da equipe pedagógica sobre os Estudantes. Docentes e Gestores, os desafios do ER

Variáveis	Níveis de conhecimento	Frequência	Total %	Observação
Opinião da equipe pedagógica em relação aos estudantes: se gostam das aulas de ER(Quesito 19)	A) Gostam muito	4	66,67	A)
	B) Não gostam	2	33,33	B)
	Total	06	100%	
Os maiores desafios que dificultam o desenvolvimento do ER nas escolas. (Quesito 20)	A) A falta de conhecimento das pessoas.	2	33,33	A); B)
	B) A redação da Lei ser facultativo.	2	33,33	D);
	C) O descaso do MEC em relação ao ER	1	16,67	C); D)
	D) A intolerância religiosa e o proselitismo.	1	16,67	E)
	E) A carência de Cursos de Ciências das Religiões.			
	Total	06	100 %	
Avaliação do docente pela equipe pedagógica (quesito 21)	A) É proselitista e intolerante.	3	50	B);C);D);E)
	B) Participa dos planejamentos.	2	33,33	B); C); D)
	C) Participa da Formação continuada	1	16,67	A); D)
	D) É sempre presente nas atividades da escola.			
	E) possui o domínio dos conteúdos do ER de acordo com a BNCC.			
	Total	06	100%	
Avaliação da equipe gestora pela equipe pedagógica das escolas (quesito 22)	A) É empenhada em relação ao ER.	3	50,0	A;B);C);D);E)
	B) Apoia o docente no processo de Ensino e aprendizagem.	2	33,33	A), B;C);
	C) No PPP da escola consta os objetivos do ER.	1	16,67	A; B); D)
	D) Incentiva os estudantes a participarem das aulas.			
	E) Nas reuniões da comunidade em geral cita o ER.			
	Total	06	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes

Analizou-se o quadro acima sobre os dados pedagógicos que apontam a opinião da equipe pedagógica sobre os/as estudantes, que se gostam do ER, os pontos de vista desta equipe sobre os maiores desafios que dificultam o desenvolvimento do ER nas escolas. Assim como a avaliação destes educadores sobre os docentes e também da equipe gestora.

Quesito 19. Perguntou-se: Em sua opinião, de um modo geral, os estudantes gostam das aulas de Ensino Religioso? As respostas foram: (4) educadores 66,67% optaram pela a

alternativa **(A)** e afirmam que os discentes: Gostam muito das aulas. Enquanto que (2) desta equipe, 33,33% asseguram na alternativa **(B)** Os estudantes não gostam das aulas.

No quesito 20. Quais os maiores desafios que dificultam o Ensino Religioso na escola? Cujos (NC) são: (5) alternativas: **(A)** A falta de conhecimento das pessoas; **(B)** A redação da Lei ser facultativo; **(C)** O descaso do MEC em relação ao ER; **(D)** A intolerância religiosa e o proselitismo; **(E)** A carência de Cursos de Ciência (s) da (s) Religião (ões) no Brasil. Todavia neste quesito, (2) educadores 33,33% optaram pelas alternativas **(A)** A falta de conhecimento das pessoas e a letra **(B)** A redação da Lei de ser facultativo;

Enquanto mais (2) que correspondem a 33,33% afirmaram a opção **(D)** A intolerância religiosa e o proselitismo. Por outro lado, (1) educador 16,67% apontou as alternativas **(C)** O descaso do MEC em relação ao ER. Além da opção **(D)** A intolerância religiosa e o proselitismo. Por conseguinte, outro educador 16,67% representado por (1) marcou a letra **(E)**. A carência de Cursos de Ciência(s) da(s) Religião (ões) no Brasil.

No quesito 21. Quanto à avaliação dos docentes por esta equipe. Este item apresenta como (NC): **(A)** É proselitista e intolerante. **(B)** Participa dos planejamentos. **(C)** Participa da Formação continuada **(D)** É sempre presente nas atividades da escola. **(E)** possui o domínio dos conteúdos do ER de acordo com a BNCC.

Analisando este quesito (3) educadores 50% asseguraram **(B)**. **(C)** **(D)**. **(E)**. Por outro lado (2) 33,33%, optaram **(B)**. **(C)** **(D)**. Enquanto (1) 16,67% que optou por **(A)** **(D)**.

Destarte, **no quesito 22** em relação à avaliação por esta equipe sobre os gestores, cujas (NC) são: **(A)** É empenhada em relação ao ER. **(B)** Apoia o docente no processo de Ensino e aprendizagem. **(C)** No PPP da escola constam os objetivos do ER. **(D)** Incentiva os estudantes a participarem das aulas. **(E)** Nas reuniões da comunidade em geral cita o ER.

Por conseguinte, (3) pesquisandos/as 50% afirmam todas as alternativas: **(A)**. **(B)**. **(C)**. **(D)**. **(E)**. Enquanto (2) 33,33 % afirmaram as alternativas. **(A)** **(B)** **(C)**. Todavia (1) educador/a 16,67% **(A)**. **(B)**. **(D)**.

Prosseguindo quanto à análise da pesquisa, se apresentou o quadro de nº 27 que detalha os dados pedagógicos relacionados à autoavaliação da equipe pedagógica em relação ao trabalho docente, e outros documentos que fundamentam o ER.

3.6.2.5. Autoavaliação da equipe pedagógica sobre a sua função na escola em que atua.

Apresenta-se neste quadro 27 o olhar de si da equipe pedagógica sobre as demais equipes da escola em que atuam.

Quadro nº 27. Demonstrativo dos Coordenadores / Especialistas: Dados Pedagógicos.

Autoavaliação da equipe pedagógica sobre o trabalho docente. Documentos que conhecem do ER				
Variáveis	Níveis de conhecimentos	Frequência	Total%	Observação
Autoavaliação sobre seu trabalho junto ao docente de ER. (Quesito 23)	A) Dá apoio pedagógico ao docente de ER.	2	33,32	A);B);C);D)
	B) Orienta-o em suas dificuldades	1	16,67	A);B);C)
	C) Dá sugestões para o enriquecimento das aulas, através da interdisciplinaridade	1	16,67	A);B)
	D) Acompanha nas aulas de campo.	1	16,67	A);C)
		1	16,67	A)
	Total	06	100%	
Documentos do ER que você conhece (quesito 24)	A) DCNER	2	33,32	A);B);C);D)
	B) FONAPER	1	16,67	A);B);C)
	C) PCNER	1	16,67	A);C)
	D) PCPB	1	16,67	C)
		1	16,67	D)
	Total	06	100%	

Fonte: Organizada pela pesquisadora Maria José Torres Holmes

De acordo **com quesito 23** cuja pergunta é: Como você se autoavalia com relação ao seu trabalho junto ao docente?

Os (NC) são: **(A)** Dá apoio pedagógico ao docente de ER. **(B)** Orienta-o em suas dificuldades, **(C)** Dá sugestões para o enriquecimento das aulas, através da interdisciplinaridade, **(D)** Acompanha-os nas aulas de campo.

Neste quesito (2) educadores 33,32%, optaram por todas as opções, (A); (B); (C) e (D). Enquanto, (1) pesquisando/a, 16,67% marcou as alternativas: (A); (B); (C). Outro educador (1) representado por 16,67% apontou as alternativas: (A) e (B) Por outro lado, (1) equivalente a 16,67% considerou as letras: (A) e (C). Enquanto, (1) representado por 16,67% opinou por (A).

Interessante, embora as diferenças, quanto às respostas, porém todos e todas marcaram a letra (A), o que significa que essa equipe dá apoio pedagógico aos docentes de ER. O que significa ser muito importante no âmbito escolar, especialmente nas salas de aula.

Quanto **ao quesito 24**, cuja (NC) pede para marcar com o (X), os documentos de ER que você já conhece: **(A)** DCNER (Diretrizes Curriculares Nacionais do ensino Religioso). **(B)** FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso); **(C)** PCNER (Parâmetros Curriculares Nacional do Ensino Religioso) **(D)** PCPB (Proposta Curricular da Paraíba):

Analisando esta questão, detectou-se que (2) educadores, 33,32% marcaram as letras: **(A) (B) (C) (D)**. Enquanto (1) 16,67%, afirmou as letras: **(A) (B); (C)** Por outro lado (1) 16,67%, que optou pelas letras **(A) (C)**. Por conseguinte (1) 16,67% apontou a letra **(C)**. Consequentemente (1) 16,67%, afirmou a letra **(D)**.

O **quesito 25: De acordo com o questionário que versa sobre: Qual a sua visão a respeito do Ensino Religioso na escola em geral.** Fique à vontade para responder.

Nesta questão se utilizou codinomes, para a equipe pedagógica, com nomes de Árvores consideradas pelas denominações religiosas de Árvores Sagradas. Levando em considerações as suas respostas pessoais quanto ao ER que são fundamentais neste estudo.

Aroeira afirmou que: “O Ensino Religioso é um componente que está garantido nas Leis e textos normativos que regem a educação do nosso País. O mesmo é muito importante para o diálogo plural na escola e formação do estudante cidadão”.

Baobá assegurou: “O Ensino Religioso, procura levantar e resolver as questões”.

Cerejeira disse: “Acredito que este componente escolar não é bem trabalhado na escola, tendo em vista o/a docente não possuir formação em Ciências da Religião”.

Jatobá asseverou: “O Ensino Religioso é uma disciplina que contribui de diferentes maneiras no processo ensino aprendizagem dos educandos de modo geral, a saber: interação entre os alunos; respeito à diversidade religiosa/cultural e de opiniões; combate o proselitismo e favorece ao diálogo mútuo”.

Jurema Sagrada reiterou: “Acredito que o Ensino Religioso contribui para a formação do aluno e, leva-o a refletir sobre sua crença”.

Palmeira garantiu: “O Ensino Religioso é de fundamental importância na formação do ser global. Na nossa escola não temos muito problema quanto a essa área de ensino”.

Consequentemente, se concluiu esta parte da pesquisa, entre Equipe Gestora e Equipe Pedagógica, considerando o envolvimento das/dos pesquisandos/das no que diz respeito quanto à disponibilidade de cada educador/a neste estudo. Refletindo sobre seus posicionamentos de forma positiva, assim como, suas contribuições favoráveis ao ER na escola, para uma formação cidadã.

Moscovici (2009, p. 63), afirma que:

Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele. [...]. A experiência mostra que é muito mais fácil concordar com o que se constitui um paradigma, do que com o grau de semelhança de uma pessoa com esse paradigma.

Para finalizar esta parte, a seguir, elencou-se a continuidade da entrevista, quanto à pesquisa realizada com os educadores sobre este componente curricular, cujo, o desenrolar, permeou todo este III capítulo descrevendo a respeito deste componente curricular.

A autora Figueiredo (1994, p. 41) assegura que: “O Ensino Religioso, como componente do sistema de ensino, é elemento integrante do conjunto das disciplinas que estão a serviço do desenvolvimento harmônico de todas as dimensões do ser humano”.

3.7. POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE A PESQUISADORA E OS EDUCADORES ENTREVISTADOS

Os saberes acumulados e os vínculos eclesiais que o Ensino Religioso guarda em sua trajetória histórica configuram-se uma contribuição importante para a disciplina, que, na atualidade, se reformula com visão e ações diferenciadas. (Oliveira et al., 2007, p. 161).

Destarte, dando continuidade quanto à apresentação das duas últimas questões referentes à entrevista direcionada a/os educadores propondo, suas críticas positivas além de sugestões para esta pesquisa, a saber:

4– Pesquisadora Holmes:

Em sua opinião, como deve ser o papel de gestores e especialistas das escolas com relação a este componente curricular no espaço escolar?

R – Educador Antero:

Sinceramente desconfio que gestores e pedagogos conheçam pouco ou nada do ER de perspectiva não confessional. Ainda há um senso comum que acha que a disciplina tem que ensinar religião aos estudantes, tanto que muitos gestores na hora de encontrar um profissional na escola para ocupar a pasta usam como critério “possuir estereótipo de religioso”. Esse quadro tende a ser superado com professores formados em CR. Em todo caso, acredito que o ER não deve ser tratado por gestores e especialistas de forma diferente na matriz curricular, seja para supervalorizá-lo ou pra menosprezá-lo. Como componente que faz parte da formação básica dos estudantes, deve compor os horários normais das escolas e seus professores devem ser tratados com funcionários do Estado que o são.

R – Educador Lelis

Que ambos tratem o ER de igual relevância como todos os demais componentes curriculares e que os mesmos também deveriam receber formação continuada específica sobre o ER para então despertarem suas consciências acerca da relevância que há na oferta do referido componente curricular.

R – Educadora Barcellos Farias: “Neste sentido, estes profissionais devem planejar e organizar atividades e práticas, a partir da sensibilização de toda escola sobre a importância deste componente curricular. Mostrar que o respeito ao outro é à base da cultura de paz na sociedade”.

R – Educadora Pereira:

Acredito que os gestores e especialistas primeiramente reconhecer a importância desse componente curricular na formação da cidadania dos educandos, desenvolver no ambiente escolar o respeito a construção histórica desta vertente pedagógica, valorizar os conteúdos dispostos que tem como objetivo promover e fomentar a diálogo, a ética e o respeito a pluralidade religiosa. Acompanhar e disponibilizar o que for necessário para o melhor aproveitamento e desenvolvimento deste saber, sem preconceitos e sem discriminação.

5– Pesquisadora Holmes: Embora sabendo, do aparato legal para o funcionamento do Ensino Religioso no currículo da escola, através de documentos como: Carta Magna; LDB; Resoluções: 02/98; 04/2010; 07/2010; 05/2018 das Diretrizes Curriculares para o Curso das Ciências das Religiões (2018); BNCC e FONAPER.

Qual é o seu posicionamento diante do descaso da sociedade em geral quando discrimina este componente curricular?

R – Educador Antero:

A indiferença advém de vários pontos: caráter facultativo do componente, ausência de livro didático, orfandade de universidades para formar o professor e a própria prática de um ER ainda confessional. Soma-se a isso, conforme o professor Passos, o atraso histórico das universidades brasileiras em considerar a religião como objeto de estudo. Tal como aconteceu com Max Muller e com a escola italiana de história das religiões a tentativa de se estudar cientificamente as religiões sofreu oposição de setores da sociedade que viam como ultrajante estudar um fenômeno considerado sagrado. Acredito que a sociedade brasileira ainda visualiza com desconfiança a possibilidade de nos aproximarmos do fenômeno religioso de um ponto de vista científico. Seja como for, o descaso ao componente (resultado de questões de ordem histórica, legal e pedagógica) será superado pela atuação de professores formados em CR que contribuirão para desconstruir estereótipos do ER e do próprio professor, considerado por muitos como pastor, padre, religioso ou teólogo e não professor no sentido estrito da palavra.

R – Educador Lelis:

Infelizmente, neste país de dimensão continental, às leis, normas, documentos oficiais e diretrizes são quase sempre mero objetos decorativos, sua efetivação pouco se cumpre, diante disto, desencadeia consequentemente equívocos que geram preconceitos, não diferente ocorre com o ER por consequências históricas. O ER na atualidade por força da área de conhecimento acadêmico tem substancialmente consolidado como campo de saber, de modo que já há uma área específica no CNPq, a área 44, por meio desta e dos demais documentos supracitados na questão, este componente tem seus objetivos próprios, sua epistemologia, metodologia, e com isso, todo aporte que subsidia os docentes a contribuirão exponencialmente os educandos a construir saberes e ressignificados existenciais. Por fim, o legado pejorativo existente acerca do ER se dá em detrimento à ignorância daqueles que não sabem ao certo o que é o ER em sua estrutura epistêmica.

R – Educadora Barcellos Farias:

No nosso posicionamento, os profissionais da área devem se organizar com ações mais eficazes de sensibilização nas escolas, com os gestores públicos (buscar mais cursos de formação), na universidade e na sociedade como um todo, em defesa da importância do ER. Com lives, palestras, atividades práticas fora dos muros da escola. Propagar sobre sua importância da área do Ensino Religioso, especialmente tratando-se de uma sociedade, em que a tradição de concepção pedagógica nesta área é bastante contemporânea.

R – Educadora Pereira:

A causa principal do descaso deste componente curricular reflete uma questão muito séria, preocupante e tão viva na realidade brasileira, revela uma sociedade marcada pela discriminação, intolerância religiosa, a falta de aceitação e respeito por tudo que é diferente. Acredito que o Ensino Religioso traz a marca da luta e da resistência. Romper com os grilhões do preconceito não é nada fácil, é uma luta diária daqueles que acreditam e constroem, paulatinamente, uma cultura de paz.

Destarte, se analisou estas respostas dadas nesta entrevista a partir dos posicionamentos de cada pesquisador/a entrevistado/a. Desde a primeira pergunta até esta última de nº 5. A partir disso se concebeu que essas representações refletem uma imagem positiva sobre este componente curricular, com uma abordagem quantitativa, qualitativa e comparativa sobre o

ensino e a aprendizagem, onde apontam a importância deste componente curricular na formação do caráter, do respeito pelas diferenças, além da formação para uma vida cidadã dos/das discentes o que vem refletir no relacionamento social, bem como os ajudam na construção do conhecimento.

Interessante que em suas opiniões quanto ao papel do gestor na escola, destacou-se que: Em relação ao ER precisam entender e reconhecer sobre a importância deste componente curricular em todas as escolas, principalmente quando se trata da formação básica do cidadão.

Destacou-se ainda, seus argumentos, dando principalmente sugestões para o encaminhamento deste componente curricular que segundo seus posicionamentos é fundamental no espaço escolar. Apesar de seus pareceres serem diferenciados na redação da escrita, porém, todos e todas apresentaram pontos em comuns sobre a defesa principalmente da diversidade cultural religiosa, da formação cidadã, assim como o diálogo inter-religioso e a cultura de paz nas escolas.

Segundo a pesquisadora Holmes (2016, p. 129) afirma que:

Diante de tais exposições, acreditamos que o ER estará mais fortalecido no ambiente escolar a partir de uma proposta pedagógica que contemple o desenvolvimento da formação de um profissional qualificado e que este possa se identificar com a docência do ER. É importante entender que a formação do professor é imprescindível no fortalecimento deste Componente Curricular no âmbito escolar.

Consequentemente, em se tratando da Educação, acredita-se que na escola, principalmente na comunidade escolar, composta por docentes e discentes, pais, funcionários em geral, assim como a equipe técnica-administrativa-pedagógica. Tudo gerido pelo maior responsável que é o/a gestor/a. Esses e essas que devem elencar uma gestão escolar eficaz. Campos (2010, p.51), afirma que: “É na escola que se forma um país e se educa uma nação”.

Este autor assegura ainda que o administrador/a escolar desempenha um importante papel numa comunidade. Pois segundo ele: “Outro ponto fundamental é a gestão escolar. Falta-nos um modelo e uma escola genuinamente brasileira de gestão escolar. É preciso que se determinem critérios básicos para consolidar o processo de gestor na escola”. (Campos, 2010, p. 89-90).

Contudo, apesar de tantos conflitos em relação a este componente curricular de ser mal interpretado pela sociedade, ainda existem aqueles que acreditam. Estes e estas são os/as docentes e discentes. Além dos estudiosos e pesquisadores. Por conseguinte, aqueles que acreditam são: educadores e teóricos que confiam em sua importância no espaço escolar.

Para os educadores, (Oliveira *et al.*, 2007, p. 161) asseguram que: “Esse processo epistemológico e pedagógico do componente curricular em pauta faz refletir sobre a causa

maior desta proposta: a dimensão de sua natureza que transcende as culturas, tradições, denominações e confissões”.

Estes são os posicionamentos desses autores, educadores e pesquisadores que estão sempre em buscas de mais estudos refletindo sobre este componente curricular, acreditando na sua nova proposta, considerando a diversidade cultural religiosa e seus fenômenos religiosos. Portanto, este componente curricular, não pode ficar fragmentado e ou enfraquecido no âmbito escolar.

Para Viesser (1994, p. 26),

A escola com a finalidade de ensinar, pedagogicamente fragmenta ainda mais o conhecimento dito científico e o resultado do ensino fica reduzido a conclusões, soluções e conceitos fixos, onde o processo dialético das inter-relações é desconhecido. E o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas, a formação intelectual, se dá apenas pela apropriação de conhecimentos já sistematizados.

Consequentemente (Oleniki e Daldegan 2004, p. 67) asseveram que:

O Ensino Religioso, como área de conhecimento, nos diversos períodos do Ensino Fundamental precisa oferecer aos educandos referenciais e informações para que os conhecimentos religiosos, sejam ampliados, transformando-se em elementos significativos para formação integral do educando(a); instrumentalizando-o a cultivar e aprofundar a sua dimensão religiosa, e a conhecer as diferentes expressões e tradições religiosas.

Por conseguinte, ao término da escrita deste III Capítulo, com as reflexões sobre esta pesquisa de campo, que através do empenho das/os gestor/as e equipe pedagógica, obtiveram-se dados concretos quanto ao ER nas escolas escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa, sendo estas nosso objeto de estudo.

Por outro lado, destacou-se a equipe técnica-administrativa-pedagógica, com suas contribuições, assim como de todos e todas educadores e educadoras entrevistados/as, a respeito deste componente curricular. Estes e estas foram bem solícitos no momento do convite das entrevistas, onde se disponibilizaram a contribuir. O que foi de grande avalia quanto às suas respostas a cada pergunta, dando grandes contribuições nesta pesquisa. O que significa dizer que, todos estes conhecimentos, adquiridos neste estudo, provocaram mais estímulos e com isso partir para vivência de novos caminhos e novas propostas.

Além dos/as educadores entrevistados/as, que nos proporcionaram não só informações, mas, sobretudo, transmissão de novos conhecimentos, com sugestões e enriquecendo com seus saberes a escrita deste estudo, principalmente quando se trata do ER que é o ponto chave desta pesquisa.

“Se existe um domínio da experiência humana em que apareça alguma coisa particular ao mesmo e que não possa ser observado em si, este domínio é o da religião”. (Rudolf Otto).

Passa-se a seguir, quanto aos Contornos Finais sobre o resultado deste estudo, fazendo assim uma retrospectiva desde os capítulos: I; II até a pesquisa de campo, representada pelo III capítulo e assim detectar a Tese deste estudo.

4 CONTORNOS FINAIS

Esta tese é o resultado de uma longa caminhada de uma pesquisadora que tem uma considerável experiência no componente ER e foi instigada a fazer um doutorado em Ciências das Religiões pela UFPB, aceitando este desafio, quando não pensava mais em estudar. Sua pesquisa, cujo foco é investigar o que os gestores e os especialistas realizam e pensam sobre essa área de conhecimento (ER), nas escolas públicas da Paraíba.

A consequência dessa opção de vida foi acreditar e lutar para que neste estado, a UFPB, ofertasse na Graduação e Pós-Graduação, a licenciatura, o mestrado, o doutorado e o pós-doutorado em CR. Este estudo foi iniciado em 2019 e, logo depois, em 2020, surgiu à pandemia da Covid 19, que mexeu com toda sociedade. Tudo precisou ser reinventado, principalmente na área da educação envolvendo instituições municipais, estaduais e federais. Todo ensino passou a ser realizado de maneira on-line, usando as tecnologias para ministração das aulas de forma síncrona e assíncrona. Toda essa trajetória fez parte da presente tese.

Apresentou-se como objeto de estudo o ensino religioso não confessional em oito (8) Escolas Públicas do Estado da Paraíba, dos municípios de João Pessoa/PB, Baía da Traição/PB e Guarabira/PB, sendo (4) estaduais e (4) municipais com intuito de analisar os posicionamentos da equipe gestora e a equipe pedagógica quanto à oferta do ER no currículo das escolas. Os resultados demonstraram como essa área de conhecimento tem lacunas e desafios, mas também êxitos e triunfos positivos, inclusive com sugestões de propostas para o crescimento deste componente curricular no chão dessas escolas, dentre elas, uma escola quilombola em João Pessoa/PB e outra indígena Baía da Traição/PB.

O objetivo geral norteou a investigação realizada do início ao fim da pesquisa. Foi uma bússola para dar a direção no que se precisava fazer. Também foi cirúrgico montar um roteiro provisório do que se pretendia pesquisar. Desta feita, o capítulo 2 precisou ser alicerçado por dois objetivos específicos. Da mesma forma, o capítulo 3, também foi desdobrado em outros (2) objetivos específicos para abarcar tudo o que foi planejado. Os resultados se encontram demonstrados no escopo da tese.

A pesquisa revela dados históricos inéditos da criação dos Cursos de Ciências das Religiões, na UFPB, desde as especializações até chegar ao pós-doutorado, num contexto de vanguarda dessa área de conhecimento na atualidade. Para alcançar esse patamar precisou superar as resistências internas e se voltar para a sociedade, que cada vez mais clama por respeito, cuidados, cultura de paz, diversidade cultural e religiosa, resiliência, numa busca permanente pelo bem viver.

Conforme já se descreveu, as CR na UFPB iniciaram em 2005, devido ao protagonismo dos docentes de ER, liderados por Maria Azimar Fernandes e Silva além de Maria José Torres Holmes, contando com o apoio do FONAPER, que sempre foi referência por disponibilizar material, legislação, além de promover eventos específicos sobre essa área de conhecimento.

A criação dos cursos de CR na Paraíba foi um diferencial para a formação inicial e continuada dos professores desse componente curricular. Destarte, nestas lutas e conquistas já se passaram dezenove anos, recebendo estudantes, professores, pesquisadores e interessados não só da Paraíba, mas de todo território brasileiro.

Ficou evidente que é uma grande conquista da UFPB, formar docentes para ministrarem aulas de ER nas escolas públicas da educação básica, nos cursos superiores, para atuarem em várias instituições como profissionais de CR. Os egressos contribuem na transmissão e no aprofundamento de novos conhecimentos, valorizando a vida através da formação cidadã, na compreensão do fenômeno religioso e da diversidade cultural/religiosa. Entender esse fenômeno religioso e levar esse conhecimento tão diversificado para o ambiente escolar é fundamental porque não só desmistifica quanto à questão do fanatismo e da intolerância religiosa, como do preconceito e do proselitismo religioso.

Comprovou-se que os professores de CR da UFPB não mediram esforços no desempenho do trabalho pedagógico para que tudo se realizasse com organização e dedicação, criando laços de amizade entre docentes e discentes, contribuindo assim com o processo educativo de forma efetiva e afetiva. Resultado desse profissionalismo foi à criação de grupos de pesquisa, dentre os quais: KUABA ATAGBÁ (2009); BAOBÁ (2009), ambos extintos, Videlicet (2009), Raízes (2010), FIDELID (2010), este último envolvendo a diversidade cultural religiosa/Ensino Religioso.

No levantamento do PPGCR da UFPB sobre o “Ensino Religioso”, no período de 2007-2023 do mestrado e de 2015-2023 do doutorado, se obteve o resultado de 36 dissertações e (5) teses defendidas sobre esta temática, muito embora que este número poderia ser mais elevado. Muitos desses egressos já estão atuando como professores substitutos ou efetivos, tanto na educação básica, como nas IES. Quando este curso foi implantado na UFPB, abriu um leque de possibilidades para aqueles que almejavam chegar à docência e isso já é uma realidade muito positiva.

Foi muito rico averiguar na empiria o quanto é imprescindível que a escola entenda que a oferta do ER não é evangelizar e nem doutrinar, mas, sim somar junto aos outros componentes curriculares na formação de crianças, jovens e adultos, oportunizando e favorecendo a construção inicial e social para a vivência de uma vida digna e efetiva de liberdade, onde os sujeitos se compreendam entre si e com os outros, e veja a escola não como um lugar qualquer,

mas enquanto um espaço dialógico de educação, de respeito mútuo, onde as pessoas aprendam a se colocar no lugar do outro, enquanto outro e, portanto, de crescimento intelectual, psicossocial, ambiental e espiritual.

Ficou revelado no diálogo entre os/as docentes de ER que é necessário um novo papel onde as escolas assegurem um lugar propício para refletir sobre as diversidades, as diferenças, a cultural de paz, o respeito, destacando esse componente no seu Projeto Político Pedagógico (PPP), e fomentem a discussão com seus pares sobre os valores existenciais, questionando e buscando respostas que lhes são dadas pelas tradições culturais religiosas detalhadas em seus textos sagrados escritos e/ou orais. É importante destacar que esses textos sejam trabalhados no espaço escolar, ressaltando quais devem ser estudados, como iniciar esse aprofundamento, preferencialmente em rodas de diálogos, comparando os textos sagrados escritos uns com os outros, assim como os textos orais, detalhando e refletindo sobre os pontos comuns em cada cultura.

A produção do conhecimento através de momentos dialógicos possibilita uma formação mais humana, tornando as pessoas responsáveis para compor a sociedade, em busca de crescimento pessoal, grupal e espiritual. As pessoas são livres para fazer suas escolhas, assim como é garantido por lei, a proteção das práticas religiosas em seus locais sagrados. A partir dos levantamentos feitos nos quadros aqui apresentados se comprovou a necessidade de cursos de CR para atender a demanda das escolas públicas na área de ER.

Isso ficou claro nos depoimentos das gestoras-pedagógicas e as/os educadores/as afirmando que sem esses cursos fica difícil a oferta deste componente nas escolas. Apontam como desafios: a) a falta de cursos superiores, tendo em vista a formação inicial para docentes em todo Brasil, principalmente na região norte, deixando margem para outros docentes, com outra formação, assumirem essa docência do ER; b) este componente curricular ser facultativo para os discentes; c) a inexistência de uma política para o livro didático, a intolerância religiosa provocando o proselitismo e, assim, o fanatismo religioso.

Na pesquisa ficou claro que existem (43) cursos de licenciatura em CR em todo Brasil. Esses cursos estão mais concentrados nos estados da região Sul (16 IES). No Paraná, Rio Grande do Sul, mas principalmente em Santa Catarina. Na região Sudeste (11 IES), em São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No Nordeste (7) (IES), em Pernambuco, Paraíba, Ceará, Sergipe, Maranhão e Rio Grande do Norte. Na Região Norte com (6 IES), no Pará, Amazonas e Acre. No Centro-Oeste (1) IES, em Campo Grande-MT.

A obrigatoriedade da oferta do Ensino Religioso nos sistemas educacionais públicos é desde 1997. Passaram-se mais de duas décadas e em (9) Estados e no Distrito Federal sequer ofertam o curso de CR. Essa realidade ainda persiste, embora haja esforços de pesquisadores,

professores, admiradores e simpatizantes do ensino religioso não confessional que lutam com sabedoria, para progressivamente ir acumulando vitórias.

Entretanto, essas constatações são como um fermento na busca de ações efetivas e proativas para ampliar os Cursos de CR, tanto na formação inicial, como na continuada. Trata-se de um ‘grito’ que ecoa permanentemente! Essa área faz barulho, reivindica, briga, ficando em alerta constante, para sabiamente colher os resultados!

O estudo ressalta que o FONAPER é a instância mais aguerrida nessa constante vigilância para a oferta do ER. São muitos e permanentes os embates junto ao MEC, MDH e ao CNE, para assegurar que nas políticas educacionais tenha as garantias legais do ER. Urge que as esferas municipais e estaduais tenham Plano de Cargo, Carreira e Remuneração (PCCR), para ter professores concursados ministrando aulas em todas as séries do Ensino Fundamental.

É uma urgência também que os ministérios públicos municipais e estaduais façam cumprir o que determina a legislação educacional vigente. Na tese ficou comprovado que a maioria das IES públicas não oferece o curso de graduação em CR, pois a maioria dos cursos em CR está concentrada na rede privada de ensino.

Portanto, sem PCCR, sem ofertas dos cursos de CR nas IES públicas, sem a ação efetiva dos ministérios públicos no cumprimento legal do ER e com uma pressão constante do mercado educacional capitalista, se tem uma realidade complexa para ser equacionada, mas que vai sendo minada e as vitórias vão aproveitadas!

Com relação ao perfil das escolas estudadas, percebeu-se que essas instituições se destacam porque exercem um bom trabalho pedagógico, referente aos projetos educativos. Identificou-se a atuação e o dinamismo das atividades exercidas pela equipe gestora-técnica-pedagógica, condizendo com seus perfis educativos no âmbito do cotidiano dessas instituições.

Também foi realizado um aprofundamento na pesquisa de campo com o intuito de investigar o motivo de este componente curricular ser tão discriminado entre os demais componentes curriculares da Educação Básica. Vários fatores puderam ser observados que são recorrentes do imaginário que se criou na escola e na sociedade. É necessário continuar essa atmosfera de esclarecimento e convencimento da riqueza do ER na vida das pessoas.

Notou-se no estudo que não existe diferença deste componente curricular entre os demais componentes, pois ao contrário do que se possam imaginar, todos se complementam entre si, principalmente quando trabalham de forma interdisciplinar. Porquanto, aqui se trata de um conjunto de componentes curriculares que constroem a formação básica do cidadão.

Quanto a aplicação dos (2) questionários para gestores e para a equipe pedagógica foram positivos e importantes para esta pesquisa, embora tenha ocorrido dificuldades, principalmente com relação à legislação produzida para a manutenção do ER nas escolas, pois houve quem não

respondesse essas perguntas, deixando-as em branco. Até mesmo quando marcavam as opções que exigia uma justificativa, alguns não responderam.

Ficou evidente que é imprescindível que a equipe gestora-pedagógica esteja atenta quanto ao conteúdo do ER que são trabalhados em sala de aula, pois não é qualquer assunto que seja considerado conteúdo próprio para este componente curricular. As temáticas devem ser planejadas e perpassadas pela ótica da equipe gestora-pedagógica. Por isso a importância dos saberes do ER para que essa equipe possa acompanhar todo trabalho pedagógico nas aulas deste componente curricular.

Portanto, é necessário que a equipe gestora-pedagógica das escolas proponha para suas redes de ensino a Formação Continuada ao longo do processo educativo, com a finalidade de se obter novos conhecimentos e novas metodologias, na compreensão do ER, e assim favorecer o processo de ensino e aprendizagem.

Foram abordadas questões sobre os documentos que embasam o ER na sala de aula tais como: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Proposta Curricular da Paraíba (PCPB), as Resoluções 2/1998; 4/2010; 7/2010 e 5/2018, além do FONAPER e os PCNER, assim como da LDB de nº. 9394/1996, que em seu art. 33, deu origem à Lei de nº 9475/1997, considerada pelas pessoas, enquanto Lei do Ensino Religioso. Embasada pela 7ª Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Desta feita, se comprova a hipótese da tese de que ainda persiste ‘A falta de clareza das pessoas quanto ao entendimento do ER do ponto de vista pedagógico e epistemológico, gerado pelo desconhecimento dos documentos, das leis; resoluções e seus pareceres, assim como a BNCC quanto ao Ensino Religioso, além da inexistência de leituras e discussões nos planejamentos, realizadas pela equipe gestora-pedagógica’.

Em se tratando do ER, pensa-se logo na instituição escolar e no atendimento da demanda focada no ensino e aprendizagem de crianças, jovens e adultos. Isto é fundamental para os profissionais que atuam neste componente curricular, a fim de proporcionarem a oportunidade aos estudantes de saírem da cegueira do analfabetismo religioso, indo na perspectiva de atingir com dignidade àqueles e aquelas que têm vontade de crescer no campo de suas potencialidades tendo assim um futuro promissor como cidadão e cidadã.

Ao final desta tese se pretende defender com objetividade um plano de trabalho que concentre diferentes pontos de vista sobre o Ensino Religioso, englobando todos os desafios apresentados por esta pesquisa, enfrentados por este componente curricular no âmbito das escolas públicas e privadas no cotidiano escolar. Mesmo com avanços deste componente curricular, ainda se tem muitos caminhos para serem percorridos!

Nesses contornos finais, nossa gratidão, às equipes gestoras e pedagógicas das escolas selecionadas, aos pesquisadores/as/educadores/as que foram entrevistados/as, que se disponibilizaram e não mediram esforços para contribuir com a pesquisa. Estes e estas foram bem solícitos no momento do convite das entrevistas e se disponibilizaram a contribuir. Foi muito gratificante por apresentarem conhecimentos, fazerem críticas, darem sugestões para o fortalecimento deste componente curricular no chão das escolas.

Também um agradecimento especial ao FONAPER que nunca desiste de defender e de lutar pelo ensino religioso não confessional, não somente no Brasil, mas já se tornou referência para a América e para o mundo.

Esta pesquisa (in) conclusa, mas, que mesmo assim, conseguiu-se dar respostas ao objeto de estudo no decorrer do trabalho. Isto não quer dizer que esta investigação termine por aqui. Os conhecimentos adquiridos neste estudo provocaram mais estímulos para com isso poder partir para vivência de novos caminhos e novas propostas. Outros estudiosos poderão dar continuidade uma vez que ainda existem muitas temáticas a serem estudadas e aprofundadas.

No meio de tantas polêmicas e embates, diálogo e consenso, tristezas e alegrias, certezas e dúvidas, perpassando por este componente curricular do ER, ainda existe diante de tudo isso a força, a luta, a crença, a perseverança e o **esperançar**, daqueles e daquelas que acreditam na construção de uma cultura de paz, através deste componente curricular.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rogério de. Mitocrítica e mitanálise no campo da hermenêutica simbólica. **Em busca do mito: a mitocrítica como método de investigação do imaginário**. Tradução. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.
- ALVES, Luiz Alberto. **Tradição Religiosa e Fenômeno Religioso**. Caderno 04, *In: Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso - FONAPER*, 2000.
- AQUINO, Thiago A. Avellar de. **A presença não ignorada de Deus na obra de Viktor Frankl: articulações entre Logoterapia e religião**. São Paulo: Paulus, 2014.
- AQUINO, Thiago A. Avellar de. **Logoterapia e análise existencial: uma introdução ao pensamento de Viktor Frankl**. São Paulo: Paulus, 2013.
- ARAGÃO, Gilbraz. Religiões e Espaços Públicos. 2015. *In: ROSSI, Luiz Alexandre Solano; JUNQUEIRA, Sergio (org.). Religião, Direitos Humanos e Laicidade*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.
- BARCELLOS, Lusival Antonio; LELIS, Daniel; HOLMES, Maria José Torres. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba**. Comissão Estadual de Implementação da Base Nacional Comum Curricular. Redatores: de Ensino Religioso. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2018.
- BARCELLOS, Lusival. **Práticas educativo-religiosas dos Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária: João Pessoa 2012.
- BRANDENBURG, LAUDE Erandi *et al.* (org.). **Fenômeno religioso e metodologias**. São Leopoldo: Sinodal/ EST, 2009.
- BERKENBROCK, Volney J. Os itans e o porquê das coisas: A função do mito na tradição religiosa do Candomblé. 2018. *In: SILVEIRA Emerson Sena da; SAMPAIO; Dilaine Soares. (org.). Narrativas míticas: análise das histórias que as religiões contam*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- BERGER, Peter Ludwig. **Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística**. Tradução Donaldson M. Garschagen. 29. ed. Petrópolis RJ, Vozes, 2007.
- BERGER, Peter Ludwig. **O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Org. Luiz Roberto Benedetti; Trad. José Carlos Barcellos. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1985.
- BEZERRA, B. Valdir. Apresentação da obra: Curso de Graduação em Ciências das Religiões. *In: MIELE, Neide. Curso de Graduação em Ciências das Religiões*. João Pessoa: Editora Universitária. UFPB, 2011.
- BUCARO G. Filosofia della Religione forme e figure Roma. **Cittá Nuova**. 3. ed. p. 14. 1992 *apud* FONAPER, 2000, p. 10. Caderno 4.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)**, para os cursos de licenciaturas em Ciências da Religião. Brasília, 2018. Disponível em

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN52018.pdf?query=CURRICULARES.

BRASIL. Resolução nº 7, de 14 de dez. de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, 2010. Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN72010.pdf?query=transferencia%20de%20aluno.

BRASIL. Resolução nº 4, de 13 de jul. de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010. Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=educacao%20escolar%20quilombola

BRASIL. Resolução CEB, nº 2, de 7 de abr. de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, 1998. Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN21998.pdf?query=Diretrizes.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Serviço Gráfico, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. Decreto nº119 A, de jan. de 1890, revisto e incluído em 1988, nos termos do Art. 19 da Constituição Federal em vigor. (1988). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1967. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> (s.d.). Brasília, 1967.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> (s.d.).

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> (s.d.).

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> (s.d.).

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> (s.d.).

BRASIL, I Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março 1824. A carta estabelece que a religião Católica Apostólica Romana como religião oficial do Império. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> (s.d.)

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Nova redação do Art. 33 da Lei 9394/96. Lei nº. 9475/97 de 22 de julho de 1997. Brasília: Diário Oficial da União, de 23 de julho de 1997, Seção I. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9475.htm.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº. 9394/96 de 20 de dez. 1996. Diário Oficial da União, nº 248 de 23. 12. 1996. Seção I. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394>. PDF

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei de nº. 5.692/71**, de 11 de agosto de 1971. Brasília, 1971. Disponível em https://www.perspectivasustentavel.com.br/pdf/educacao/08_LEI_5692_1971.pdf

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de diretrizes e bases, LDB nº. 4.024/61**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw>. Brasília, 1961

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2016. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2016-pdf/40791-bncc-proposta-preliminar-segunda-versao-pdf/file>.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2015**. Brasília. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf

BRASIL, **Diário Oficial da União** - 12.02.2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão Escolar e Docência**. São Paulo: Paulinas, 2010.

CAMURÇA, Lima Marcelo Ayres. Ciência da Religião, Ciências da Religião, Ciências das Religiões? Observações de um antropólogo a partir da experiência no corpo docente de um programa de pós-graduação da área. 2008. In: TEIXEIRA, Faustino (org.). **A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil**: afirmação de uma área acadêmica. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

CARNEIRO, Cláudia Aparecida. ABRITTA, Stela Dalva. Formas de existir: a busca de sentido para a vida. Revista da Abordagem Gestáltica, v. 14, n. 2, Goiânia, dez. 2008.

CAIRNS, Earle E. **O Cristianismo através dos séculos**: Uma história da igreja cristã. [Tradução ISRAEL Belo de Azevedo, Valdemar Kroker]. Impresso no Brasil. 3. ed. ver. e ampl. 2008. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2008.

CARNIATO, Maria Inês. Livro Didático **Nossa Opção Religiosa** 9º ano, rev. e ampl. São Paulo: Paulinas, 2010.

CARNIATO 2010 Livro Didático **Diversidade Religiosa no Mundo Atual**. 8º ano, - rev. e ampl. São Paulo: Paulinas, 2010.

CARON, Lurdes (org.). e Equipe do GRERE. **O ensino religioso na nova LDB**: Histórico, exigências e documentários. Petrópolis-RJ: Editora; Vozes, 1998.

CARTILHA. Diversidade Religiosa e Direitos Humanos 2005. <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2022/10/cartilha-diversidade-religiosa-e-direitos-humanos.pdf>

CAVALCANTI, Carlos André. **O Imaginário da Intolerância:** Inquisição, ciência e ensino (não) religioso. João Pessoa: Editora Universitária: Videlicet, 2010.

CECCHETTI, Elcio, 2018; LORENZ e VECCHIA, 2011. Introdução da obra: **Formação Inicial em Ensino Religioso:** experiências em cursos de ciência(s) da(s) religião (ões) no Brasil. [organizado por] RISKE-KOCH, Simone, OLIVEIRA, Lilian Blanck, POZZER. Adeir. - Florianópolis: Saberes em diálogo, 2018.

CECCHETTI, Elcio. Tese de Doutorado: **A Laicização do Ensino no Brasil (1889 – 1934).** Universidade Federal de Santa Catarina. (UFSC), Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação. Curso de Doutorado em Educação. (2016).

CORDEIRO, Darcy. Diversidade Religiosa, Direitos Humanos e Ensino Religioso. 2015. In: POZZER, Adeir *et al.* (org.). **Ensino religioso na educação básica:** fundamentos epistemológicos e curriculares. Obra Comemorativa dos 20 Anos do FONAPER. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015.

CORTELLA, Mario Sergio. Educação Ensino Religioso e Formação Docente. In: SENA, Luzia (org.). **Ensino Religioso e Formação Docente:** ciências da religião e ensino religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2006.

CRUZ, Josilene Silva da, **Espiritualidade, Resiliência e Logo-educação:** fundamentos noológicos para o Ensino Religioso. 2020. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

DAMASCENO, Sidney Allessandro da Cunha. **Percepções e desafios dos professores de Ensino Religioso frente ao processo da Didática e a Base Nacional Comum Curricular.** 2023. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

DESCHAMPS. Eduardo. Prefácio da Obra. In: RISKE-KOCH, Simone; OLIVEIRA, Lilian Blanck; POZZER. Adeir (org.). **Formação Inicial em Ensino Religioso:** experiências em cursos de ciência(s) da(s) religião (ões) no Brasil. Florianópolis: Saberes em diálogo, 2018.

DREHER, Luis Henrique. Ciência(s) da Religião: Teoria e Pós-Graduação no Brasil. 2008. In: TEIXEIRA, Faustino (org.). **A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil:** afirmação de uma área acadêmica. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 151-178.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa:** o sistema totêmico na Austrália. Trad.: Joaquim Pereira Neto. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1989.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo-SP. Martin Claret, 2002. Coleção A Obra Prima de cada Autor.

DUVEEN, Gerard. Representações Sociais: investigações em psicologia social. Responsável escritor pela Introdução. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais:** investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. Tradução de Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FARIAS, Eliane Silva de; BARCELLOS, Lusival Antonio. **Memória Tabajara**: manifestação de fé e identidade étnica. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

FLEURI, Reinaldo Matias. Interculturalidade, Educação e Desafios Contemporâneos: diversidade religiosa, decolonialidade e construção da cidadania *In*: Pozzer, Adecir *et al* (org.). **Ensino religioso na educação básica**: fundamentos epistemológicos e curriculares. Obra Comemorativa dos 20 Anos do FONAPER. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **O Ensino Religioso no Brasil**: tendências, conquistas, perspectivas. 2. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1996.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **Ensino Religioso, Perspectivas Pedagógicas**. Petrópolis: Vozes 1994.

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. **As Ciências das Religiões**; tradução José Maria de Almeida. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

FOLLMANN, José Ivo. Prefácio. *In*: KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; STRÖER, Marga Janete. (org.). **Educar para a convivência na diversidade**: desafio à formação de professores. São Paulo: Paulinas, 2009.

FONAPER - Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. **Ensino religioso e capacitação para o novo milênio**. Cadernos: 1-12, (2000).

FONAPER, **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Religioso (PCNER)**. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FRANKL, Viktor. **Em Busca do Sentido da Vida**. Equipe Le Livros. Edição Norte Americana, 1984.

FREIRE, **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2006.

FREITAS, Eliane Maura Littig Milhomem de. Bem-me-quer, Malmequer: um estudo sobre a presença do ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular. **Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 459-476, jan./abr. 2021.

FREITAS, Eliane Maura Littig Milhomem de. **Bem-me-quer, Malmequer**: Um estudo sobre a presença do Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Eunice Simões Lins. Apresentação. *In*: MIELE, Neide. AMADO, André, Miele **Mitologia Nórdica**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

GOMES, Eunice Simões Lins (org.). **Em busca do Mito**: A mitocrítica como método de investigação do imaginário. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

HOLMES, Maria José Torres. **Ensino Religioso: Esperanças e Desafios**, reflexões da práxis do Cotidiano escolar. Florianópolis: Saberes em diálogo, 2016. 223 p.

HOLMES, Maria José Torres. **Ensino Religioso: problemas e desafios**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

HOLMES, Maria José Torres. **O Ensino Religioso: na visão dos alunos da escola estadual de ensino infantil e fundamental Francisco Campos**. 2006. 67 f. Monografia (Especialização em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

LELIS, Daniel Marcos Gomes de. **Percepções e entendimentos dos educandos acerca da construção dos Saberes a partir da disciplina de Ensino Religioso no município de João Pessoa**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

LIMEIRA, Maronildes Felix. **Etnografia sobre o ensino religioso na Paraíba: um estudo no município de Patos, PB**. 2019. 192 f. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

LIRA, David Pessoa de. O homo religiosus hermeticus e o mito. **Rev. Nufen: Phenom. Interd.** Belém, v. 12, n. 1, 106-122, jan-abr. 2020.

JORDÃO, Francisco Vieira. Artigo: Religião sob o ponto de vista Filosófico. **Revista Filosófica de Coimbra**, v. 2, n. 4. 1993.

KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; STRÖER, Marga Janete. **Educar para a convivência na diversidade: desafio à formação de professores**. (org.). São Paulo: Paulinas 2009.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARX & ENGELS, **A Ideologia Alemã. Feuerbach** – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. Trad. Frank Müller. 3. ed. São Paulo – SP: - Martin Claret. 2009.

MIELE. Neide. **Curso de Graduação em Ciências das Religiões**. João Pessoa: Editora Universitária. UFPB, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 404 p.

OLENIK, Marilac Loraine R.; DALDEGAN, Viviane Mayer. **Encantar: Uma prática pedagógica no ensino religioso**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de *et al.* **Ensino Religioso: no Ensino Fundamental**. São Paulo, SP: Cortez, 2007. (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

ORO, Ivo Pedro. **O Fenômeno Religioso: como entender**. São Paulo: Paulinas. 2013. (Coleção temas de religião).

OTTO, Rudolf, **O sagrado**: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. [traduzido por] Walter O. Schlupp. 4. ed. São Leopoldo: Sinodal/EST; Petrópolis: Vozes, 2017.

PASSOS, João Décio. **Ensino Religioso**: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas. 2007. (Coleção Temas do Ensino Religioso).

PASSOS, João Décio, Ensino Religioso: mediações epistemológicas. In: SENA, Luzia (org.). **Ensino Religioso e Formação Docente**: ciências da religião e ensino religioso em diálogo. Paulinas, São Paulo: 2006.

PESSOA, Andréa Printes Nogueira, NOGUEIRA, Francinete Pessoa. NORONHA, Jucineide Campos. A importância do imaginário social para a construção das práticas de ensino-aprendizagem contemporâneas. **Revista Científica Multidisciplinar. Núcleo do Conhecimento**, ano 05, Ed. 10, v. 22, p. 133-144, out. 2020.

POZZER, Adecir *et al.* **Ensino religioso na educação básica**: fundamentos epistemológicos e curriculares/Obra comemorativos dos 20 Anos do FONAPER. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015.

PORTAL DE MÚSICAS VAGALUME. Almir Sater. **Tocando em frente**. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/almir-sater/tocando-em-frente.html>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PORTAL DE MÚSICAS VAGALUME. Gonzaguinha. **O que é! O que é!** Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/gonzaguinha/o-que-e-o-que-e.html>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PORTAL DE MÚSICAS VAGALUME. Grupo Musical Titãs. **Epitáfio**. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/titas/epitafio.html>. Acesso em: 12 abr. 2024.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RISKE-KOCH, Simone; POZZER, Adecir; OLIVEIRA, Lilian Blanck (org.). **Formação Inicial em Ensino Religioso**: experiências em cursos de ciência(s) da(s) religião (ões) no Brasil. Florianópolis: Saberes em diálogo, 2018.

ROBERTS, Linda. Con Cariño para mi Abuela. Tradução para o português por Adriana Toledo de Almeida, **“Com Carinho para minha Avó”**. Cotia, SP: Vergara & Riba Editoras, 2005.

SANTOS, Mirinalda Alves Rodrigues dos. **Ensino Religioso e currículo**: sentidos, implicações e ressignificações nos cursos de ciência(s) da(s) religião (ões). 2020. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, Rosangela Siqueira da, **A Relação entre o Ensino Religioso e a Laicidade do Estado**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Pluralismo Religioso**: as religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas. 2005. (Coleção Temas do Ensino Religioso).

Sena Luzia (org.). **Ensino Religioso e Formação Docente**: ciências da religião e ensino religioso em diálogo. Paulinas: São Paulo: 2006.

SILVA, Clemildo Anacleto da.; NONATO, Eunice Maria Nazareth. Educação, intolerância religiosa e direitos humanos. In: KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; STRÖER, Marga Janete (org.). **Educar para a convivência na diversidade**: desafio à formação de professores. São Paulo: Paulinas, 2009. (Coleção docente em formação).

TEIXEIRA, Faustino (org.). **A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil**: afirmação de uma área acadêmica. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2008. (Coleção, religião e cultura).

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2015.

VILHENA, Maria Ângela. **Ritos**: Expressões e propriedades. São Paulo: Paulinas, 2005. (Coleção Temas do Ensino Religioso).

VON, Cristina. **Cultura de Paz**: O que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo. São Paulo: Editora Petrópolis, 2003.

Sites Pesquisados.

Acordo Santa Sé. Artigo 11 do Acordo Santa Sé. Disponível em www.cancaonova.com – Tudo sobre formação espiritual, notícias da ... (in Diário Oficial da União).

BLOG: Vírus da Arte & Cia. Texto: **ÍNDIA O FOGO SAGRADO**. Site brasileiro especializado em arte e cultura. De autoria de Lu Dias. Disponível: <https://virusdaarte.net/india-o-fogo-sagrado/#comment-85067>. Acesso em 05/06/2022 10:15h

Conceito de Mitologia Site da: <https://www.infoescola.com/mitologia/mitologia-greco-romana/>. Acesso em 22 de maio de 2020 as 8:30h.

Constituição de 1967: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm/. Acesso em: 21 jun. 2022.

Constituição de 1946: Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm/. Acesso em: 21 jun. 2022.

Constituição de 1937: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 21 jun. 2022.

Constituição de 1934: Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm/. Acesso em: 21 jun. 2022.

Constituição de 1891: Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10602961/artigo-72-da-constituicao-federal-de-24-de-fevereiro-de-1891>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FONAPER: Site (www.fonaper.com.br)

Jogos Indígenas. **Secretaria Especial do Esporte** – Ministério da Cidadania. – Governo Federal 2015. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/210->

noticias-snelis/53747-indigenas-de-varias-partes-do-mundo-assistem-ritual-do-fogo-sagrado. Acesso em: 20 maio 2020.

Monja Coen: Disponível em: <https://www.zendobrasil.org.br/monja-coen-roshi/biografia/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

PORTAL DA CAPES. Estado da Arte Ciências da Religião 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acesso em 30 out. 2019.

UNINTER. Disponível em: <https://deolhonofuturo.uninter.com/bacharelado-x-licenciatura/>. Acesso em: 17 de maio 2022.

Procissão do Fogaréu: Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/tvanhanguera>. Acesso em: 18 abr. 2019.

Regras de Ouro das Religiões. Disponível em: <http://livingpeaceinternational.org/br/o-projeto/a-regra-de-ouro.html/> . Acesso em: 02 jun. 2022.

UNESCO – DUDH. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/?gclid=CjwKCAjwt7SWBhAnEiwAx8ZLam0s12opgfScm2Xhady_NrTEZFPlsbFzKkCCx7F0gzMiM_yCAOzaVhoCVJgQAvD_BwE. Acesso em: 29 maio de 2022.

UNINTER – Professor Everson Araújo Nauroski, **Professor coordenador da Uninter.** Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/a-etica-e-a-estetica-na-formacao-do-bom-educador>. Acesso em 31 de maio de 2024 as 20:53

Universidade Federal da Paraíba / UFPB. Site do Programa de Pós-graduação de Ciências das Religiões. (PPGCR) Disponível em https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=1902. Acesso em: 10 mar. 2020.

Regras de Ouro das Religiões. Disponível: <http://livingpeaceinternational.org/br/o-projeto/a-regra-de-ouro.html/> . Acesso: 02/06/2022 as 10:15h.

Conceitos diversos na obra da autora Maria Ines: Coleção de Ensino Religioso Ensino Fundamental Disponível no livro de Carniato. www.brasilia.unesco.org/publicacoes/docinternacionais/doccultura.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672008000200006
Frankl, E.V. (1989). Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo. Aparecida, SP: Editora Santuário. Acesso em 10/11/2019.

CONCEITO DE IMAGINÁRIO SOCIAL. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/imaginario-social>.

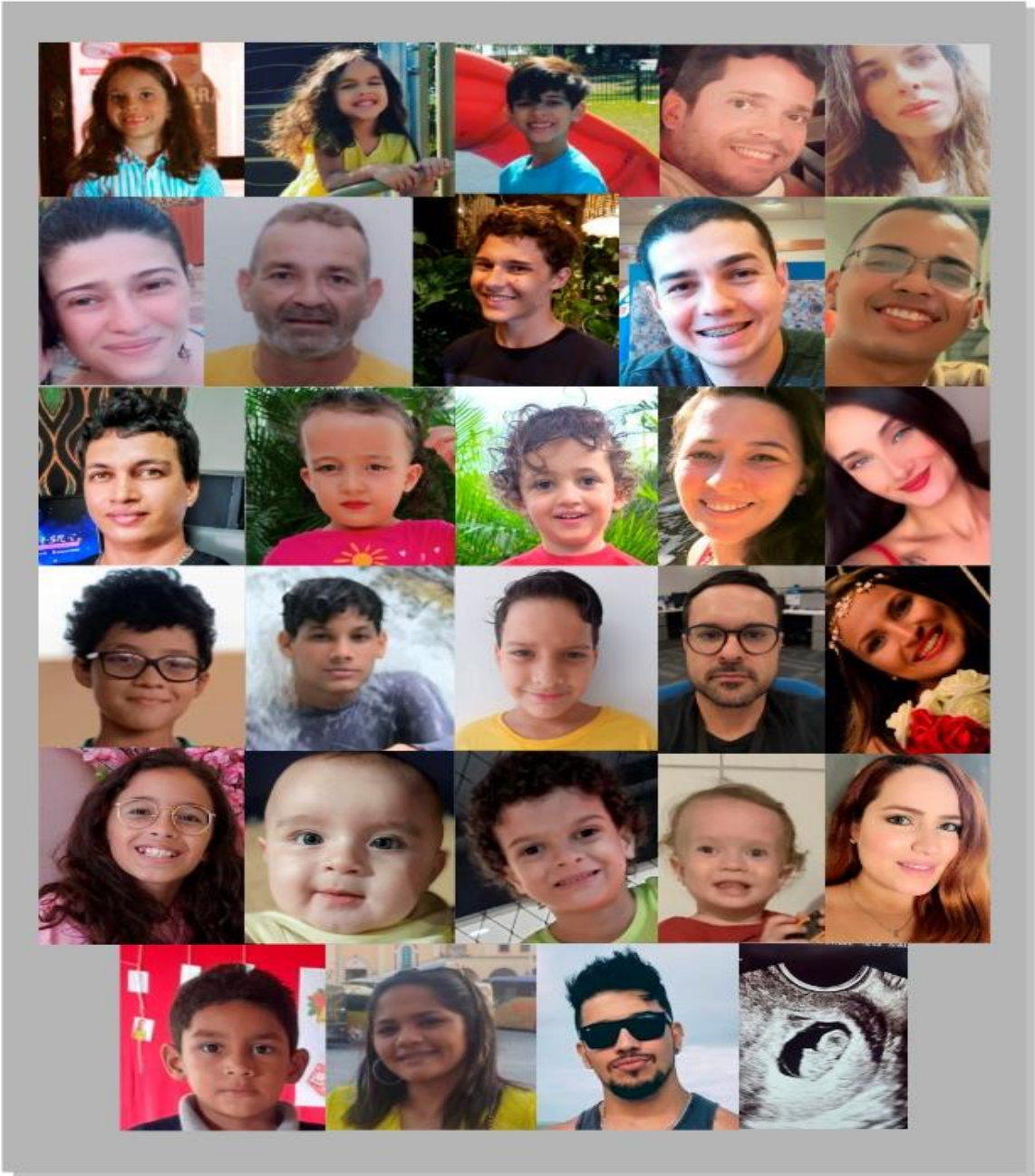
APÊNDICES

APÊNDICE A - PESQUISADORA COM A FAMÍLIA: NETOS E BISNETOS.



Fonte: Do arquivo da Pesquisadora-Aniversário em família

APÊNDICE B – FOTOS DOS MEMBROS DA FAMÍLIA



Fonte: Do arquivo da Pesquisadora

APÊNDICE C – POESIA DO CACTO E O ENSINO RELIGIOSO

Resiliência e Resistência

O cacto é uma planta exótica.
Símbolo de resistência e fortaleza.
Destaca sua beleza misteriosa,
Entre as plantas da ciência natureza.
Comparando esta planta, com o Ensino Religioso.
Que durante muito tempo viveu misterioso.
Na missão de evangelizar dentro do mundo escolar.
Este conhecimento é o fenômeno religioso.
Sempre fez parte da história da Constituição.
Hoje, estudado como Ciências da Religião.
Ambos têm suas dificuldades.
Os cactos sobrevivem entre solos argilosos.
E o Ensino Religioso entre os preconceituosos.
Os frutos dos cactos é uma arte de decoração.
Os frutos do Ensino Religioso transforma o cidadão.
E vivam os cactos!
E vivam o Ensino Religioso e a diversidade religiosa!

(Maria José Torres Holmes)

Poesia ofertada aos educadores recepcionados no dia da Defesa da minha Tese. Em 23/05/2014

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO À EQUIPE GESTORA

Universidade Federal da Paraíba - PPGCR

Centro de Educação

Doutorado em Ciências das Religiões

PROJETO DE PESQUISA: O ENSINO RELIGIOSO NA PERSPECTIVA LAICA: DO COLONIALISMO À BNCC NO CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA

Prezadas (os) Gestoras (es)

Este questionário objetiva colher dados para a pesquisa que realizo sobre a minha Tese de Doutorado: **O Ensino Religioso na Perspectiva Laica: do colonialismo à BNCC no currículo da escola pública**. Para atingir o meu objetivo preciso da sua participação que é muito importante, não só para refletir, mas, compreender com mais profundidade sobre essa temática, de modo que possamos contribuir para ampliar e enriquecer esse estudo, que vai possibilitar e comprovar a importância do Ensino Religioso e, ao mesmo tempo apontar suas dificuldades e desafios enfrentados no cotidiano das escolas.

Conto com sua colaboração.

Desde já agradeço.

Maria José Torres Holmes

E-mail: mjtholmes@yahoo.com.br

I – DADOS PESSOAIS DAS (OS) GESTORES

Sinal que pode marcar mais de uma opção, onde estiver este asterisco. *

1-Sexo: Masculino. () Feminino.()

2-Idade: _____

3-Estado civil:

3.1-Solteiro (a) ().

3.2-Casado (a) ().

3.3-Outros ().Qual ?_____

4- Religião:

4.1-Cristianismo: protestante- (). Cristianismo católico- ().

4.3-Afro: () Umbanda. () Candomblé.

4.4-Indígena- ().

4.5-Budista- ()

4.6-Judaísmo ()

4.7 -Islamismo ()

4.8- Hinduísmo ()

4.9- Sem religião () ou () Ateu

4.10-Outras Religiões. Qual?

5-Formação: *

5.1- Licenciatura: Curso: _____

5.2- Pós-Graduação: () Especialização; () Mestrado; () Doutorado

5.3- Pós-Graduação. Qual área de ensino? _____
_____**II - DADOS PROFISSIONAIS:****6-Nome da escola em que você atua. Escola:** _____
_____**7-Cargo / Função: ***

6.1 () Professor/a;

6.2 () Especialista.

8 - Total de anos de atuação como gestor/a

7.1-() 1-5

7.2-() 6-10

7.3-() 11-15

7.4-() 16-20

7.5-() Acima de 20 anos.

9 - Vínculo empregatício:

9.1 () Efetivo/a

9.2 () Prestador/a de Serviço;

9.3 () Cargo Comissionado

10-Quais Rede de Ensino que você trabalha? *

10.1-() Rede Municipal.

10.2-() Rede Estadual.

10.3-() Rede Particular.

10.4-() Rede Federal

11- O que levou você optar por esta área da Educação? *

11.1-() Porque se identifica

11.2-() Para complementar as finanças.

11.3-() Porque não tem outra alternativa de trabalho.

11.4-() Outros motivos .Citar: _____
_____**12- Para trabalhar nesta função, você fez:**

12.1-() Cursos específicos para Gestor

12.2-() Não fez curso

12.3-() outro.Qual? _____

12.4-() Não pretende fazer curso.

OBS: Justificar quaisquer umas das respostas: _____**III-DADOS PEDAGÓGICOS:**

13- Dados relacionados ao Ensino Religioso

13.1- Você conhece o Art. 33 da LDB? () Sim. () Não

13.2- Você conhece a Lei do Ensino Religioso (ER)? () Sim. () Não

13.3- O ER sendo de matrícula facultativa. Você concorda? () Sim () Não

13.4- Para você o ER é importante na formação básica do cidadão? () Sim () Não

OBS: Justifique este quesito: _____

14.- Na escola em que você atua, o Ensino Religioso é:

14.1 () Importante.

14.2 () Indiferente.

14.3 () Não é valorizado.

Justifique a sua resposta: _____

15- Dê sua opinião, que contribuição o Ensino Religioso oferece para a formação do (a) educando (a)? *

15.1-() Contribui para a formação cidadã.

15.2-() Ajuda o estudante a valorizar a sua tradição religiosa.

15.3-() Respeita os outros/as colegas de religiões diferentes.

15.4-() Melhora o relacionamento entre docente e discente.

15.5-() Em nada contribui.

OBS: Se você marcou este último quesito justifique por quê? _____

16- Leia o texto e marque a Lei correta: "O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil vedadas, quaisquer formas de proselitismo".

16.1- () Lei de nº. 4020/1961

16.2- () Lei de nº. 5692/1971

16.3- () Lei de nº. 9475/1997

16.4- () Lei de nº. 9424/2007

17- Que outros documentos sustentam o Ensino Religioso nas escolas? (X) *

17.1- () LDB

17.2- () BNCC

17.3- () Resoluções e Pareceres

18- Em sua opinião, de um modo geral os/as estudantes gostam das aulas de ER? *

18.1- () Gostam muito das aulas.

18.2- () não gostam dessas aulas.

18.3- () Você não sabe dizer.

18.4- () Participam muito das atividades.

18.5- () São bem interessados.

18.6- () Não assistem as aulas por causa do pais.

Justifique suas respostas _____

19-Do seu ponto de vista quais os maiores desafios que dificultam o desenvolvimento do Ensino Religioso nas escolas? *

- 19.1- () A falta de conhecimento das pessoas.
- 19.2- () A redação da Lei 9394/97
- 19.3- () A falta de colaboração da equipe escolar.
- 19.4- () A falta de material didático.
- 19.5- () A intolerância religiosa
- 19.6- () A metodologia do docente.

20- Como você avalia a/o docente de ER*

- 20.1- () Muito empenhado.
- 20.2- () Dinâmico.
- 20.3- () Faltoso.
- 20.4- () Apático.
- 20.5- () Bom relacionamento com os/as discentes.
- 20.6- () Trabalha os conteúdos do ER de acordo com a BNCC

21- Como você avalia sua equipe de especialistas: *

- 21.1- ()- Dinâmica
- 21.2- ()- Acomodada
- 21.3- ()- Interessada sempre
- 21.4- ()- Envolvida com docentes e discentes
- 21.5- ()- Ajuda o prof./a de ER em suas dificuldades
- 21.6- ()- Colabora pouco.

22- Marque com (X) o que você já ouviu falar ou conhece:

- 22.1- () Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso. (DCNER).
- 22.2- () Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. (FONAPER).
- 22.3- () Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. (PCNER).
- 22.4- () Proposta Curricular da Paraíba. (PCPB) que contém um livro para o ER.

23- Como você se autoavalia com relação ao seu trabalho junto a/o docente de ER*.

- 23.1- () Dá apoio pedagógico a/o docente.
- 23.2- () Orienta-o/a em suas dificuldades.
- 23.3- () Dá sugestões para o enriquecimento das aulas, através da interdisciplinaridade.
- 23.4- () Incentiva-a/o na mudança da metodologia.
- 23.5- () Acompanha-a/o nas aulas de campo.
- 24.6- () Não dispõe de tempo para assistir o/a prof. de Ensino Religioso.

24- Considerando sua sinceridade, você acha importante o Ensino Religioso na escola?

Sim () Não ().

25- De acordo com questionário. Qual a sua visão a respeito do ER na escola? Fique à vontade para fazer suas considerações, que são fundamentais nesta pesquisa.

Agradecemos a sua valiosa colaboração.

João Pessoa, ____/____/____

Profª Ma. Maria José Torres Holmes

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO APLICADO À EQUIPE PEDAGÓGICA

Universidade Federal da Paraíba - PPGCR
Centro de Educação
Doutorado em Ciências das Religiões

PROJETO DE PESQUISA: O ENSINO RELIGIOSO NA PERSPECTIVA LAICA: DO COLONIALISMO À BNCC NO CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA

Prezadas (os) Especialistas

Este questionário objetiva colher dados para a pesquisa que realizo sobre a minha Tese de Doutorado: **O Ensino Religioso na Perspectiva Laica: do colonialismo à BNCC no currículo da escola pública**. Para atingir o meu objetivo preciso da sua participação que é muito importante, não só para refletir, mas, compreender com mais profundidade sobre essa temática, de modo que possamos contribuir para ampliar e enriquecer esse estudo, que vai possibilitar e comprovar a importância do Ensino Religioso e, ao mesmo tempo apontar suas dificuldades e desafios enfrentados no cotidiano das escolas.

Conto com sua colaboração.

Desde já agradeço.

Maria José Torres Holmes

E-mail: mjtholmes@yahoo.com.br

I – DADOS PESSOAIS DAS (OS) ESPECIALISTAS

Sinal que pode marcar mais de uma opção, onde estiver este asterisco. *

1-Sexo: Masculino. () Feminino.()

2-Idade: _____

3-Estado civil:

3.1-Solteiro (a) ().

3.2-Casado (a) ().

3.3-Outros ().Qual ? _____

4- Religião:

4.1-Cristianismo: protestante- (). Cristianismo católico- ().

4.3-Afro: () Umbanda. () Candomblé.

4.4-Indígena- ().

4.5-Budista- ()

4.6-Judaísmo ()

4.7 -Islamismo ()

4.8- Hinduísmo ()

4.9- Sem religião () ou () Ateu

4.10-Outras Religiões. Qual?

5-Formação: *

5.1- Licenciatura: Curso: _____

5.2- Pós-Graduação: () Especialização; () Mestrado; () Doutorado

5.3- Pós-Graduação. Qual área de ensino? _____
_____**II - DADOS PROFISSIONAIS:****6-Nome da escola em que você atua Escola:** _____
_____**7-Cargo / Função: ***

7.1- () Professor/a;

7.2- () Especialista.

7.3-No caso de especialista. Qual a função? _____

8- Além de especialista que outras funções você exerceu na escola? *

8.1- () Professora

8.2- () Gestora

8.3- () Qual a que mais você se identificou? _____

9-Total de anos de atuação como especialista.

9.1-() 1-5

9.2-() 6-10

9.3-() 11-15

9.4-() 16-20

9.5-() Acima de 20 anos.

10 - Vínculo empregatício:

10.1 () Efetivo/a

10.2 () Prestador/a de Serviço;

10.3 () Cargo Comissionado

11-Quais Rede de Ensino que você trabalha? *

11.1-() Rede Municipal.

11.2-() Rede Estadual.

11.3-() Rede Particular.

11.4-() Rede Federal

11- O que levou você optar por esta área da Educação? *

11.1-() Porque se identifica

11.2-() Para complementar as finanças.

11.3-() Porque não tem outra alternativa de trabalho.

11.4-() Outros motivos .Citar: _____

12- Você gosta da função que desempenha? ()Sim ()Não

12.1- Justifique sua resposta: _____

III-DADOS PEDAGÓGICOS:

13- Sobre o Ensino Religioso na escola.

13.1- Você conhece o Art. 33 da LDB? ()Sim. ()Não

13.2- Você conhece a Lei do Ensino Religioso (ER)? ()Sim. ()Não

13.3- Para você ER é importante na formação básica do cidadão? ()Sim ()Não

13.4- O ER sendo de matrícula facultativa. Você concorda? ()Sim ()Não.

OBS: Justifique nestes quesitos de acordo com o que você respondeu:_____

14.-Na escola em que você atua, o Ensino Religioso é: *

14.1- () Importante.

14.2- () Indiferente.

14.3- () Não é valorizado.

14.4- () Proselitista

14.5- () Dialogado

Justifique a sua resposta: _____

15- Dê sua opinião. Qual a contribuição que o Ensino Religioso oferece para a formação do (a) educando (a)? *

15.1- () Contribui para a formação cidadã.

15.2- () Ajuda o estudante a valorizar a sua tradição religiosa.

15.3- () Respeita os outros/as colegas de religiões diferentes.

15.4- () Melhora o relacionamento entre docente e discente.

15.5- () Em nada contribui.

OBS: Se você marcou este último quesito justifique por quê? _____

16 - Leia o texto e marque (X) a Lei correta:

"O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo".

16.1- () Lei de nº. 4020/1961

16.2- () Lei de nº. 5692/1971

16.3- () Lei de nº. 9475/1997

16.4- () Lei de nº. 9424/2007

17- Que outros documentos sustentam o Ensino Religioso nas escolas? (X)*

17.1- () LDB

17.2- () BNCC

17.3- () Resoluções e Pareceres

18- Em sua opinião, de um modo geral os/as estudantes gostam das aulas de Ensino Religioso? (X) *

18.1- ☐ Gostam muito.

18.2- ☐ Não gostam.

Justifique: _____

9-Do seu ponto de vista quais os maiores desafios que dificultam o desenvolvimento do Ensino Religioso nas escolas? Destes, escolha e marque 3 quesitos que considera importantes (X).*

19.1- ☐ A falta de conhecimento das pessoas.

19.2- ☐ A redação da Lei 9394/97

19.3- ☐ A falta de colaboração da equipe escolar.

19.4- ☐ A falta de material didático.

19.5- ☐ A intolerância religiosa

19.6- ☐ A metodologia do docente.

19.7- ☐ O descaso do MEC para com esse componente curricular.

20- Como você avalia o docente da sua escola responsável pelo ER? *

20.1- É atuante e inovador. ☐ Sim ☐ Não.

20.2- Possui metodologia adequada. ☐ Sim ☐ Não.

20.3- Cumpre as determinações das Leis. ☐ Sim ☐ Não.

20.4- É proselitista e intolerante. ☐ Sim ☐ Não.

20.5- Participa dos planejamentos ☐ Sim ☐ Não.

20.6- Participa da Formação Continuada. ☐ Sim ☐ Não.

20.7- É sempre presente nas atividades da escola. ☐ Sim ☐ Não.

20.8- Possui o domínio dos conteúdos do ER de acordo com a BNCC ☐ Sim ☐ Não.

21- Como você avalia a equipe gestora da sua escola em relação ao ER? *

21.1- É empenhada em relação ao ER. ☐ Sim ☐ Não

21.2- Apoia o/a docente no processo de ensino e aprendizagem do ER. ☐ Sim ☐ Não.

21.3- No PPP da escola constam os objetivos do Ensino Religioso. ☐ Sim ☐ Não.

21.4- Incentiva os/as estudantes a participarem das aulas. ☐ Sim ☐ Não.

21.5- Nas reuniões da comunidade em geral, fala sobre o ER. ☐ Sim ☐ Não.

22- Como você se autoavalia com relação ao seu trabalho junto a/o docente de ER*.

22.1- ☐ Dá apoio pedagógico a/o docente.

22.2- ☐ Orienta-o/a em suas dificuldades.

22.3- ☐ Dá sugestões para o enriquecimento das aulas, através da interdisciplinaridade.

22.4- ☐ Incentiva-a/o na mudança da metodologia.

22.5- ☐ É possível acompanhá-lo/la nas aulas de campo.

22.6- ☐ Não dispõe de tempo para assistir o prof./a de Ensino Religioso.

23- Marque com (X) o que você já ouviu falar ou conhece:

23.1- ☐ Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso. (DCNER).

23.2- ☐ Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. (FONAPER).

23.3- ☐ Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. (PCNER).

22.3- () Proposta Curricular da Paraíba. (PCPB) que contém um livro para o ER.

24- Considerando sua sinceridade você acha importante o Ensino Religioso na escola?

Sim () Não().

25- De acordo com questionário. Qual a sua visão a respeito do Ensino Religioso na escola em geral? _____

Agradecemos a sua valiosa colaboração.

João Pessoa, ____/____/____

Profª Ma. Maria José Torres Holmes

APÊNDICE F – ENTREVISTA COM EDUCADORES

**Universidade Federal da Paraíba - PPGCR
Centro de Educação - CE
Doutorado em Ciências das Religiões**

TESE

PROJETO DE PESQUISA: O ENSINO RELIGIOSO NÃO CONFSSIONAL NO CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA DA PARAÍBA SEGUNDO GESTORES E ESPECIALISTAS

Prezado/a Educador/a

Esta entrevista objetiva colher dados para a pesquisa que realizo sobre a minha Tese de Doutorado: **O Ensino Religioso Não Confessional no Currículo da Escola Pública da Paraíba Segundo Gestores e Especialistas**. Para atingir meus objetivos, preciso da sua participação que é muito importante, não só para refletir, mas, compreender com mais profundidade sobre essa temática, de modo que possamos contribuir para ampliar e enriquecer esse estudo, que vai possibilitar e comprovar a importância do Ensino Religioso e, ao mesmo tempo apontar suas dificuldades e desafios enfrentados no cotidiano das escolas. Tudo que consta neste documento é de inteira responsabilidade da pesquisadora, quanto do/a educador/a. A sua colaboração é valiosa para o Ensino Religioso na escola, assim como para esta pesquisa. Aguardo suas opiniões.

Contamos com sua colaboração. Desde já agradecemos.

Maria José Torres Holmes - E-mail: mjtholmes@yahoo.com.br 83/ 98620-3224

ENTREVISTA

Nome:

Local de trabalho:

Cargo que ocupa:

E-mail:

Fone:

1 – Pesq. Holmes: Qual é a importância do Ensino Religioso para as Escolas Públicas?

R – Educador/a:

2 – Pesq. Holmes: Que significado tem o Ensino Religioso para você?

R – Educador/a:

3 – Pesq. Holmes: Em sua opinião, quais são os maiores entraves que prejudicam o desenvolvimento deste componente curricular nas escolas?

R – Educador/a:

4 – Pesq. Holmes: Em sua opinião, como deve ser o papel de gestores e especialistas das escolas com relação a este componente curricular no espaço escolar?

R – Educador/a:

5 – Pesq. Holmes: Embora sabendo, do aparato legal para o funcionamento do Ensino Religioso no currículo da escola, através de documentos como: Carta Magna; LDB; Resoluções: 02/98; 04/2010; 07/2010; 05/2018 das Diretrizes Curriculares para o Curso das Ciências das Religiões (2018); BNCC; FONAPER. Qual é o seu posicionamento diante do descaso da sociedade em geral quando discrimina este componente curricular?

R – Educador/a:

Depois de respondida, peço que me envie por e-mail ou pelo próprio WhatsApp.

Deixo aqui todo o meu reconhecimento de gratidão.

Att.

João Pessoa, 14 de agosto de 2023.

Ma. Pesquisadora: Maria José Torres Holmes

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa intitula-se: **O ENSINO RELIGIOSO NA PERSPECTIVA LAICA: DO COLONIALISMO À BNCC NO CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA** e está sendo desenvolvida por **MARIA JOSÉ TORRES HOLMES**, aluna regularmente matriculada no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES, do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. LUSIVAL ANTONIO BARCELLOS.

OBJETIVO GERAL:

- Analisar o entendimento de alguns gestores e especialistas de escolas públicas da rede de ensino da Paraíba, de não compreenderem a importância da contribuição do Ensino Religioso Laico no currículo pleno das escolas, no processo de ensino e aprendizagem e a sua formação para a vida cidadã dos estudantes, de acordo com os documentos que regem o ER no chão das escolas brasileiras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Investigar quais as causas que levam esses dois segmentos, gestores e especialistas, bem como parte da sociedade a não aceitarem o Ensino Religioso na Proposta Pedagógica da Escola.
- Estudar os procedimentos da escola como um todo em relação ao proselitismo e à intolerância religiosa.
- Estudar situações apresentadas por segmentos educacionais da sociedade brasileira, relacionadas ao ER.
- Avaliar o conhecimento de gestores e especialistas quanto aos documentos legais que justificam a inclusão e permanência desse componente curricular na escola.

Justifica-se tal estudo, tendo em vista a história do Ensino Religioso (ER) no Brasil que durante muitos séculos fixou seus ensinamentos para educar segundo os princípios do Cristianismo Católico. Por conseguinte até hoje isso perdura no imaginário da sociedade brasileira quando se refere a este componente curricular enquanto aula de religião. Por outro lado existem ainda alguns gestores e especialistas que se referem enquanto religião, e acreditam que seja para doutrinar, catequizar e ou evangelizar.

Para uns é entendido como aula de religião, outros compreendem conforme suas diretrizes. Atualmente essa visão mudou amparado pela Constituição Federal do Brasil, a Legislação de Ensino e a BNCC. Além de possuir um Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) que objetiva defender uma concepção de ER focalizada em oportunizar aos educandos o acesso ao conhecimento religioso e não às formas institucionalizadas de religião, pois essas são entendidas como competências estritamente das confissões e tradições religiosas, promovendo, assim, uma ruptura histórica com as concepções confessionais e interconfessionais que demarcaram o caráter histórico desse componente curricular.

Portanto é importante nessa pesquisa formalizar essa investigação sobre o entendimento dos gestores e especialistas das escolas públicas à respeito da visão que têm sobre o componente curricular do Ensino Religioso, tendo em vista a necessidade de colher dados que venham desmistificar todos esses entraves que dificultam o verdadeiro desenvolvimento do ER no chão das escolas e que assegurem este saber aos estudantes. Além disso entrevistaremos alguns segmentos educacionais da sociedade brasileira com a finalidade de estudar sobre o que pensam sobre o ER.

A sua participação na pesquisa é voluntária e de fundamental importância e, portanto, a/o senhor/a não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Lembrando que seu nome não aparecerá no questionário. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum prejuízo.

Solicito sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou publicar em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido no mais absoluto sigilo.

Essa pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Vale ressaltar que durante todas as etapas da presente pesquisa serão cumpridas todas as determinações constantes da Resolução 466/12 do CNS – Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Eu, _____ declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelos pesquisadores.

João Pessoa-PB, ____ de _____ de 2020.

Participante da Pesquisa

Pesquisadora Responsável

Endereço do Pesquisador Responsável: Rua Manoel Firmino do Nascimento, 33 - Bancários João Pessoa PB CEP 58051-060
Fone: (83) 98620-3224 - e-mail: mjtholmes@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB - (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

ANEXO B - ACORDO SANTA SÉ

DECRETO Nº 7.107, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativa ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição e, Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé celebraram na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008, um Acordo relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Acordo por meio do Decreto Legislativo nº.

698, de 7 de outubro de 2009;

Considerando que o Acordo entrou em vigor internacional em 10 de dezembro de 2009, nos termos de seu Artigo 20;

DECRETA:

Art. 1º O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativa ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA / Celso Luiz Nunes Amorim

Fonte: Diário Oficial da União - 12.02.2010 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm

